



Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

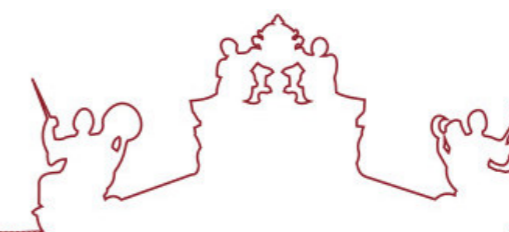
Dissertação

**Identidade Colectiva e Valores Culturais - O Lugar das
Caldas da Rainha (Portugal) e o seu Património Termal no
Século XXI**

Andrea Santos Jerónimo

Orientador(es) | Maria do Céu Tereno

Évora 2022



Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação

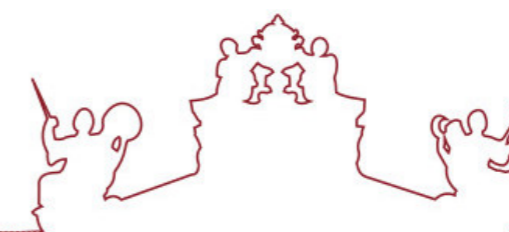
**Identidade Colectiva e Valores Culturais - O Lugar das
Caldas da Rainha (Portugal) e o seu Património Termal no
Século XXI**

Andrea Santos Jerónimo

Orientador(es) | Maria do Céu Tereno

Évora 2022





A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Artes:

Presidente | João Rocha (Universidade de Évora)

Vogais | Filomena Monteiro (Câmara Municipal de Évora) (Arguente)
Maria do Céu Tereno (Universidade de Évora) (Orientador)

A dissertação foi escrita sem utilizar o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

As ilustrações apresentadas sofreram alterações em comparação às originais, e as citações estrangeiras foram traduzidas pela Autora.

Agradecimentos

Foram muitos aqueles que me ajudaram a tornar na pessoa que sou e que me acompanharam neste longo percurso, e por isso agradeço o seu papel, pequeno ou grande.

Agradeço em especial à Dr.^a Maria do Céu Tereno, sem quem não seria possível desenvolver este trabalho, à equipa do Museu do Hospital e das Caldas, aos meus pais, ao André, à Patrícia e à Catarina.

Resumo

O Património representa um conjunto de valores desenvolvidos da relação entre o Indivíduo, o Grupo e o Espaço, da qual surgem características identitárias que determinam a Comunidade e o Lugar. Trata-se de um legado de elementos materiais e imateriais, importante para as gerações seguintes, representante desses valores que se encontram em constante evolução.

Numa época em que a conexão e harmonia entre novo e existente é essencial para a salvaguarda do Património, esta investigação centra-se no reconhecimento dos valores passados e actuais para a preservação da Comunidade, do Lugar e do Património, questionando-se: Como pode a intervenção em Património Arquitectónico preservar os valores culturais e a Identidade Colectiva?

Analisando o legado de uma tipologia característica – o Património Termal –, de uma localidade nascida do costume associado e que expandiu além da origem – as Caldas da Rainha –, pretende-se perceber a relação entre os valores passados e actuais, o impacto da queda do costume e do abandono dos equipamentos, e a sua actual posição no espaço identitário da Comunidade, de modo a sugerir directrizes para uma preservação respeitadora do Património e do Lugar, e integrante do legado abandonado na ambiência actual.

Palavras-chave: Identidade Colectiva; Património Termal; Caldas da Rainha; século XXI

Abstract

Heritage represents a set of values developed from the relation between the Individual, the Group, and the Space, from which emerge identity characteristics that determine the Community and the Place. It is a legacy of material and immaterial elements, relevant for the next generations, which represents these values that are constantly evolving.

At a time when the connection and harmony between new and existing is essential for the preservation of Heritage, this research focuses on the recognition of past and present values to maintain the Community, the Place and the Heritage, questioning: How can an intervention in Architectural Heritage preserve the cultural values and the Collective Identity?

Analysing the legacy of a characteristic typology – the Thermal Heritage –, of a town born from the custom associated and that has grown beyond its origin – Caldas da Rainha –, it is intended to understand the relation between past and current values, the impact of the fall of the custom and the abandonment of its buildings, and its current position in the identity space of the Community, to propose guidelines for a respectful preservation of the Heritage and the Place, and that integrates the abandoned heritage in the town's environment.

Keywords: Collective Identity; Thermal Heritage; Caldas da Rainha; 21st century

Índice

VIII	Agradecimentos
IX	Resumo
X	Abstract
XI	Índice
XIII	Índice de Siglas
XIV	Glossário de Termos
20	Capítulo 1. Introdução
26	Capítulo 2. Identidade do Lugar
34	2.1. Identidade na Arquitectura
41	2.2. A (Não-)Identidade do século XXI
45	2.3. O papel da Identidade
50	Capítulo 3. Património do Lugar
52	3.1. Definição da Disciplina
67	3.2. Metodologias de intervenção
75	3.3. Uma intervenção em Património Arquitectónico
91	3.4. O papel do Património
96	Capítulo 4. Uma Arquitectura das Águas
99	4.1. Desenvolvimento da tipologia
115	4.2. Uma intervenção em Património Termal
127	4.3. Uma tipologia identitária
132	Capítulo 5. Preservar os valores do Património e do Lugar
134	5.1. Escala alargada - o Lugar
135	5.1.1. A fundação
155	5.1.2. O contexto actual
160	5.2. Escala intermédia - a Envolvente
163	5.3. Escala aproximada - a Construção
167	5.3.1. Património Termal Natural
174	5.3.2. Património Termal Arquitectónico
189	5.4. Um espaço identitário integrado no Lugar
202	Capítulo 6. Considerações Finais
205	Bibliografia
215	Índice de Figuras
235	Anexos

Índice de Siglas

CHO	Centro Hospitalar do Oeste – Unidade das Caldas da Rainha
CM	Câmara Municipal
DGEG	Direcção Geral de Energia e Geologia
DGPC	Direcção-Geral do Património Cultural Termos antigos (por ordem cronológica): DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; IPPC – Instituto Português do Património Cultural; IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico; IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
EHTTA	Associação de Cidades Termais Históricas Europeias (European Historic Thermal Towns Association)
ESAD	Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha
ICCROM	Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Património Cultural (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property)
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (International Council on Monuments and Sites)
MOPCI	Ministério de Obras Públicas, Comércio e Indústria
PI	Postal Ilustrado
SIPA	Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (gerido pela DGPC)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

Glossário de Termos

Água mineral natural ou água termal	Água com composição físico-química distinta, adquiridas da região em que se insere, tornando-a benéfica para a saúde.
Aquista	Utilizador dos serviços termais, tendo nesta investigação a denominação específica de frequentar por motivos de lazer.
Buvette	Fonte termal mecanizada de desenho mais elaborado que surgiu no século XVIII.
Caldas	«Nascente de águas medicinais e de temperatura elevada; estância termal» (Dicionário infopédia, 2020).
Característica	Propriedade específica de algo resultante da sua significação, como um costume, crença ou percepção. Relacionado com a Identidade.
Comunidade	Grupo que apresenta características comuns entre cada membro, das quais construiu um valor comum que permite a sua ligação e distinção. Relacionado com a Identidade.
Costume	Prática realizada com regularidade, enraizada na cultura do povo, segundo um conjunto de normas. Relacionado com a Identidade.
Doente	Além da denominação comum, nesta investigação também se refere ao utilizador dos serviços termais por motivos de saúde.
Elemento	Ser vivo ou objecto.
Elemento Representativo	Material ou imaterial, trata-se da projecção exterior das características de uma Comunidade, ou seja, da projecção da Identidade Colectiva para o Mundo, em conjunto com as propriedades do Local e as necessidades da altura.
Entravado	Do verbo enterrar, «pôr entaves a; dificultar o desenvolvimento de;» (Dicionário infopédia, 2021), impedimento.
Espaço	Natural ou construído pelo ser humano, limitado ou indefinido, específico ou geral.
Espaço Construído	Conjunto de construções lidas como uma unidade, e. g. cidade ou aldeia.

Estância Termal	Local com uma ou mais nascentes de água termal, exploradas por um ou mais estabelecimentos termais, que apresenta «as condições ambientais e infra-estruturas necessárias à instalação de empreendimentos turísticos e à satisfação das necessidades de cultura, recreio, lazer activo, recuperação física e psíquica assegurada pelos adequados serviços» (Associação das Termas de Portugal, s. d., p. 18).
Frequentador	Além da denominação comum, nesta investigação refere-se àquele que frequenta um estabelecimento termal por motivos de saúde ou lazer.
Grupo	Conjunto de indivíduos, como um grupo fixado num local.
Geminação	Colaboração entre localidades distintas, para uma relação a nível económico e identitário.
Hamam ou banho turco	Banhos popularizados na Ásia, que recorrem à aplicação de água quente e do seu vapor para tratar o corpo, principalmente a pele.
Lugar	Espaço identitário, definido pelas propriedades e características do local geográfico, da Comunidade, incluindo as suas necessidades, e dos elementos representativos da Identidade Colectiva. Relacionado com a Identidade.
Não-Lugar	Oposto ao Lugar, um Espaço isento de qualquer significação, desenhado para conforto do Indivíduo, para qualquer função, local e tempo.
Onsen	Banhos termais japoneses, semelhantes às termas europeias, de preferência ligados à Natureza, destacando-se os banhos exteriores.
Prática	Actividade praticada com regularidade.
Património	Disciplina que abrange a salvaguarda dos Elementos Representativos. Refere os Elementos Representativos reconhecidos pelo grupo (Comunidade ou Nação), classificados ou não.
Propriedade	Aspecto próprio de algo, como um aspecto físico.
Reabilitação	«Obras que têm por fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos atuais níveis de exigência» (Carta de Lisboa, 1995, Art. 1º).
Reuso e Adaptação	Intervenção de salvaguarda do imóvel, ocupando-o com uma função, actual (adaptar) ou nova (reuso), útil e compatível com o seu valor cultural, o Lugar e a Comunidade. A introdução de novos espaços, materiais e a adaptação às exigências construtivas em vigor, devem ter um impacto reduzido ou nulo nos valores (Carta de Burra, 2013).

Sauna	Refere-se ao uso do calor para tratamento e relaxamento do corpo, num espaço fechado aquecido. Os banhos húmidos, e. g. os <i>hamam</i> , recorrem ao vapor d'água, de preferência termal, enquanto os banhos secos, populares nos países nórdicos, usam temperaturas mais elevadas, como no aquecimento de pedras, para criar um ambiente seco.
Spa	«Estabelecimento comercial onde se proporcionam tratamentos de saúde e/ou beleza através de massagens, banhos medicinais, sauna, exercício físico, etc.» (Dicionário infopédia, 2020). Contrário à designação portuguesa, o termo em inglês abrange as termas e os tratamentos de beleza recorrendo ou não a água termal.
Termas	«Locais onde emergem uma ou mais águas minerais naturais adequadas à prática do termalismo» (Associação das Termas de Portugal, s. d., p. 31).
Termalismo	«[...] uso da água mineral natural e outros meios complementares para fins de prevenção, terapêutica, reabilitação e bem-estar» (Associação das Termas de Portugal, s. d., p. 31).
Tratamentos de	Banhos de Imersão: imersão do corpo, ou de zonas específicas, em água termal. Bem-estar ou Spa: «Serviços de melhoria da qualidade de vida que, podendo comportar fins de prevenção da doença, estão ligados à estética, beleza e relaxamento e, paralelamente, que são suscetíveis de comportar a aplicação de técnicas termais, com possibilidade de utilização de água mineral natural, podendo ser prestados no estabelecimento termal ou em área funcional e fisicamente distinta deste» (Associação das Termas de Portugal, s. d., p. 30). Inaloterapia: tratamento das vias respiratórias por inalação, nasal ou oral, de vapores de água termal. Pulverização: tratamento por pulverização de um jacto de água termal, normalmente na garganta. Vaporização: tratamento de zonas específicas do corpo com vapor de água termal, em ambiente controlado.

«A presença de certas obras provoca em mim algo misterioso. Parecem simplesmente estar lá. Uma pessoa não lhes dá nenhuma atenção especial. E, no entanto, é quase impossível imaginar o lugar onde estão sem elas. Estas obras parecem estar firmemente ancoradas ao chão. Funcionam como parte integrante do seu espaço envolvente e parecem dizer: “Eu sou tal como tu me vês e daqui faço parte”.»

- Peter Zumthor, *Pensar a Arquitectura*

Capítulo 1. Introdução

A definição de nós próprios, dos nossos gostos, costumes e crenças, da nossa identidade, é influenciada por agentes que marcam a nossa vivência. Tanto as relações que criamos com aqueles que nos rodeiam como com o espaço que usamos, permitem-nos criar as memórias que moldam essas características, projectadas em elementos representativos para referência.

Desde um edifício isolado a um conjunto de construções, um espaço verde, como um parque, ou uma escultura, um traje ou uma dança. A projecção de variados elementos, materiais e imateriais, de igualmente variados valores, não surge apenas da nossa vontade em deixar uma marca no tempo e no espaço. O seu papel é preservar as características criadas, definidoras da Identidade, tanto da individual como da do grupo composto pelos indivíduos que habitam o mesmo espaço e vivem experiências semelhantes, com quem o Indivíduo – cada um de nós – se identifica. Os Elementos Representativos são o elo de ligação do Indivíduo às suas origens, ao seu grupo e ao seu local.

O Espaço é construído por todas as experiências que ocorreram desde a sua fundação: das propriedades do local, das necessidades, das características e dos elementos representativos, originados da relação entre o Indivíduo, o Grupo e o Local, a nível local, regional ou nacional, podendo abranger o mundial. São esses valores que determinam a Comunidade, o grupo com que nos identificamos, e, como habitantes nele e seu desenhador, o Lugar, o palco da nossa vivência e da criação de elos com os outros, que criados e nos manipula. A influência que uma Construção tem no Indivíduo, e em todos os factores e elementos afectados por ele, acaba por ser maior que a conscientemente percebida.

Conseguimos identificar a presença da Construção no nosso espaço identitário e do seu papel no nosso relacionamento com o Outro (indivíduo), e de que essa mesma obra é marcada pela evolução da Comunidade e do Lugar. Como vemos, sentimos e vivemos o Espaço determina a sua configuração e significação, e por associação, a sua funcionalidade e qualidade. Dada a conexão dos factores do Indivíduo, da Comunidade e do Lugar, a alteração da Construção, uma aparente fracção do conjunto, tem um impacto considerável no espaço identitário, em nós, e na nossa relação com o lugar e o grupo.

A modernização a que se assistiu neste último século orientou a Sociedade a uma vivência mais individualista. Esta mudança levou investigadores de diversas áreas a questionar não só os benefícios dos avanços tecnológicos, entre os quais se regista a melhoria do acesso à informação, transportes e conforto, como os seus malefícios e repercussões.

O desejo do Indivíduo em se isolar da sua envolvente atinge todos os elementos que manipula. Desde a configuração espacial, à comida e gostos, e às necessidades, todos os componentes influenciados pelo Indivíduo são orientados para priorizar as vontades pessoais. Tudo e todos são colocados na mesma categorização, são generalizados. As coisas parecem diferentes, mas na realidade são praticamente iguais, e o papel dos Elementos Representativos é resumido ao seu contributo disciplinar ou à estética.

«Tudo tem importância na organização do espaço – as formas em si, a relação entre elas, o espaço que as limita – e esta verdade que resulta de o espaço ser contínuo anda muito esquecida. Citemos, para exemplo, um caso frequente: projecta-se uma estrada, manifestação de organização do espaço

e factor de movimento, e em que é que se pensa unicamente? No seu comprido perfil longitudinal e na pequenez dos seus perfis transversais; todo o resto, todo o sistema de relações, quer paisagísticas, quer económicas e outras que o fenómeno implica, é esquecido como se possível fosse abstrair esse acontecimento de todo o espaço e de toda a circunstância que o envolve» (Távora, 2008, p. 18).

A necessidade de preservar os elementos existentes não impede a alteração do Espaço. A própria Identidade é evolutiva, tal como as necessidades mudam, moldadas pelo contínuo confronto com novos acontecimentos e conhecimentos. Seja a evolução identitária projectada em novos elementos representativos ou nos existentes, deve-se considerar o impacto nas propriedades, características e relações vigentes. A interacção entre a evolução e o existente é uma acção necessária, mas complexa.

Confrontado por essa realidade transformativa e de importância variada, o Património – os Elementos Representativos de valor reconhecido – representa características antigas, que se relacionam com as actuais e que se tentam projectar nas futuras. Para garantir a presença do legado na vivência e no espaço identitário, de que modo pode a sua preservação conjugar os seus valores com os factores mutáveis? Esta é a base da investigação realizada.

Numa época em que é preferida a individualização e se tende à generalização, questiona-se o papel do Património e a abordagem na sua preservação, assinalada por um passado e um presente distintos. Assumindo que ainda faça sentido mencionar Identidade e Património, a salvaguarda dos elementos representativos parte da análise dessas duas linhas temporais – a origem da obra e o tempo actual –, do confronto entre os factores que influenciaram a construção e os que influenciam a manutenção.

As questões abordadas são colocadas numa situação particular, marcada por uma tipologia característica e uma localidade de fundação excepcional.

O território português é pontuado por uma tipologia distinta, desenvolvida de um costume balnear – as Termas. O apogeu, entre os séculos XVIII e XIX, orientou a configuração em torno da rotina de tratamentos – para o corpo e para a mente, por razão de doença, relaxamento ou divertimento –, da qual emanava uma ambiência própria, influenciada por factores internos – as águas termais, as técnicas medicinais, os espaços de lazer e de recreio, construídos e naturais – e externos – o local de implantação. Algumas termas destacam-se no panorama termal como precursoras no desenvolvimento do costume.

A cidade de Caldas da Rainha foi estabelecida pela fundação da primeira instituição hospitalar termal no mundo. Motivo principal para o crescimento e fonte de rendimento, vivendo em torno do seu núcleo termal durante a maior parte da sua história, a ligação da localidade aos banhos em águas termais é um factor indispensável à Identidade do Lugar.

Com a queda do Termalismo, em meados do século XX, alguns dos equipamentos foram deixados ao abandono. Mas as oportunidades proporcionadas pela instituição caldense, das quais se destaca a presença de artistas, atraídos pela ambiência termal e pelas propriedades do lugar, permitiram a sustentação da localidade, desenvolvendo-se além das termas, material e imaterialmente.

A análise do caso aprofunda sobre a relação da Construção abandonada com a Comunidade e o Lugar. Perdida no espaço e no tempo, sem função específica e cuja história é desconhecida pelos habitantes, qual é a relação entre a Construção e a Comunidade? Continua projectada no espaço identitário? Como é que a evolução do contexto e os diferentes usos da Construção afectam a significação desta? A intervenção na obra abandonada tem algum impacto na envolvente, além da mudança de função e da espacialidade?

A investigação foi desenvolvida em duas partes, interligadas, expostas na sua estrutura. Reconhecendo-se a importância que a análise bibliográfica representa na abordagem projectual, numa primeira parte é apresentada a investigação da documentação existente sobre os conceitos abordados, desde investigações e visões de profissionais, principalmente noutras áreas, a cartas e legislações respectivas à salvaguarda patrimonial, de modo a melhor compreender a relação entre os conceitos essenciais para a definição de cada um de nós – da Identidade –, dos elementos representativos – do Património – e da tipologia analisada – das Termas –, e a sua aplicação na época que vivemos.

Sabendo o contexto actual dos conceitos abordados, na segunda parte é estudado o caso de estudo, da sua origem e dinâmica, à vivência e configuração actual, da escala do Lugar à construção termal abandonada. É elaborada uma proposta conceptual que visa demonstrar o papel da estratégia para uma preservação respeitadora do Património e do Lugar, e integrante do legado abandonado na vivência actual.

Capítulo 2. Identidade do Lugar

Lugar, *m.* Associado à Identidade, indica o espaço identitário definido pelas propriedades e características do local geográfico, da Comunidade, incluindo as suas necessidades, e dos elementos representativos da Identidade Colectiva.

A Identidade, conceito descrito como um conjunto de características que compõe um objecto, indivíduo ou local, distinguindo-o do outro, aquele que não é ele, é um valor complexo no qual a Memória comporta um papel basilar, tanto na sua construção como para a sua preservação. Esta desenvolve-se da escala do indivíduo – Memória Individual –, à escala da comunidade – Memória Colectiva –, à da nação – Memória Nacional –, cada uma construída de forma diferente, mas com a capacidade de se influenciarem umas às outras, sendo o ponto de partida a Memória Individual. Por esta razão, por a Individual se tratar de um tipo de memória facilmente influenciável, a Memória, e subsequentemente a Identidade, não é um factor imutável. Não é um disco onde se grava permanentemente um acontecimento e ao qual se pode aceder a qualquer momento.

A Memória encontra-se num processo constante de análise, influenciado por factores internos e externos. Os primeiros originam no Indivíduo, como as crenças e percepções que este tem na altura da lembrança, às quais a memória é adaptada, o simples decorrer do Tempo, com o qual se vão esquecendo detalhes, incluindo o quando e onde, como se a memória fosse comprimida ao essencial, e, relacionado com a anterior, a saúde do Indivíduo, em que doenças como a Demência e o Alzheimer alteram ou apagam memórias. Já os factores externos provêm da interacção do Indivíduo com o meio que o rodeia, principalmente o Outro (indivíduo) a quem é mais chegado, em quem confia, que completa, altera ou cria memórias.

Maurice Halbwachs¹ (1990) marca a Memória Infantil, o primeiro conjunto de acontecimentos guardados pelas pessoas, o início da memória, como a primeira influência externa, motivada pelos relatos dos nossos pais, familiares e amigos mais chegados e ilustrada pela nossa envolvente. Os meios de gravação produzidos no século XX – a fotografia e o vídeo – vieram auxiliar a construção, e também a preservação, dessas memórias longínquas das quais mal teríamos recordação se não fossem os factores externos.

«A primeira [lembrança] que acreditei durante muito tempo poder restabelecer foi nossa chegada a Paris. Eu tinha então dois anos e meio. Subíamos a escada à noite (o apartamento era no quarto andar), e nós, crianças, falávamos em voz alta que em Paris morava-se no sótão. Ora, que um de nós tinha feito essa observação, é possível. Mas era natural que nossos pais, que se divertiam, as tenham guardado e nos contado depois. Vejo ainda nossa escada clara: mas eu a vi muitas vezes depois» (Halbwachs, 1990, p. 38).

A socialização, a relação do Indivíduo com o Outro, tem mais importância que a imediatamente reconhecida. Ela permite o acesso a uma memória externa com a qual o Indivíduo compara a sua, seja para preencher vazios ou para confirmar memórias, contribuindo para a preservação da sua memória. Este apoio só é possível enquanto existirem elos em comum entre as memórias e relacionais entre os indivíduos.

1. Sociólogo e filósofo francês (1877-1945) reconhecido pela sua investigação sobre a Memória, gerando o conceito de Memória Colectiva.



01-03. Elementos representativos de uma Identidade Colectiva

O Espaço Construído – cidade iraniana de Yazd (ICHHTO, 2006); a Cultura – Khon, dança dramática mascarada tailandesa (Departamento de Promoção Cultural da Tailândia, 2014); e o Artesanato – arte croata da renda (Ministério da Cultura da Croácia, 2008).

Na perda de identificação com o Outro, as memórias que o Indivíduo partilha com este são alteradas, deixando de corresponder às do Outro, e passam a ser lembradas de uma perspectiva diferente, mesmo que se trate do mesmo acontecimento, reflectindo o distanciamento. É também da socialização que surgem outros tipos de memória, que classificaremos de Artificiais, memórias que, ao contrário dos casos anteriores, em que a Memória Individual é completada, provêm dos próprios factores externos, estando a memória dependente da confiança que o Indivíduo tem na fonte desta – a Memória Emprestada e a Memória Fictícia.

A Memória Emprestada, conceito definido por Halbwachs e também abordado por Michael Pollak² como «herdada» ou «vívada por tabela» (Pollak, 1992, p. 201), trata-se de uma memória transferida do Grupo a que o Indivíduo pertence para este. Uma memória que embora não tenha sido experienciada pelo próprio, como em acontecimentos ocorridos antes dele nascer, a confiança que o Indivíduo tem no Grupo levou à adopção dessa memória como sua, reforçando a sua pertença. Um exemplo deste tipo de Memória é a Memória Colectiva.

Para a Memória Fictícia, apresenta-se o estudo do Parque de Diversões de Disneyland, realizado por Elizabeth Loftus³ (2004), no qual foi pedida a opinião a um grupo de voluntários sobre cartazes publicitários para o Parque, alguns contendo Bugs Bunny e a possibilidade de o conhecer. Dos participantes expostos aos cartazes com a personagem, inicialmente 16% admitiu tê-la conhecido na sua ida ao Parque, alguns em grande detalhe, e a percentagem subiu com o prolongamento da exposição. No entanto, tal situação seria impossível, pois a personagem pertence ao grupo Warner Brothers, e não à Walt Disney. A memória (falsa) que os participantes tinham desse acontecimento foi implantada.

A diferença entre as Memórias Artificiais encontra-se na primeira se sustentar numa memória de grupo, construída da selecção das memórias dos membros desse grupo, que pode ser confirmada, seja na comparação com as memórias individuais ou pela pesquisa nos meios de gravação ou de literatura. Já a segunda, embora utilize memórias existentes para se estabelecer, como no exemplo dado, em que os participantes tinham realmente visitado o Parque na sua infância, não deixa de ser uma memória individual desconexa, que não pode ser confirmada.

É devido a esta facilidade em se criar uma memória falsa que a Memória Individual, que não é simplesmente individual, não é criada unicamente pelo Indivíduo, se torna questionável e o acesso à memória externa, tanto à do Outro que confia como à do Grupo, é relevante, por permitir a confirmação e, por consequente, a preservação da Memória.

Numa visão simplificada, pode-se dizer que apenas existem memórias individuais e que a junção dessas origina as memórias de grupo – a Colectiva e a Nacional. Não se trata de uma explicação falsa,

2. Sociólogo austríaco (1948-1992) que estudou, entre outros temas, o conflito entre os vários tipos de memórias e o seu impacto na sociedade, desde o Indivíduo à Nação.

3. Psicóloga americana (1944-) especializada na Memória. A sua investigação é focada na construção de memórias falsas.

visto a Memória Colectiva resultar da selecção das memórias dos vários indivíduos pertencentes ao Grupo, selecção feita pelos próprios, que marcaram e definiram este, estabelecendo as características identitárias que definem a Comunidade – as suas percepções, crenças e costumes. Porém, no conflito entre os elos em comum, que permitem ao Indivíduo relacionar a sua memória à Colectiva e assim confirmar a sua pertença na Comunidade, tal como se relaciona ao Outro, a Memória alterada para manter esses elos é a Individual (Halbwachs, 1990), ou seja, embora a Memória Colectiva seja um produto das individuais, ela é independente. Ela apenas sofre alterações em situações específicas, como na perda do relato em primeira pessoa, após o qual o acontecimento é lembrado através de suposições e relatos na terceira pessoa, circunstância que possibilita a perda parcial ou total de uma memória ou o surgimento de uma falsa, ou no confronto com novos conhecimentos que colocam a sua veracidade em causa.

A Memória Colectiva acaba por se compor de dois tempos: a Memória Social, uma memória situada num tempo próximo, preservada pela Oralidade, e a Memória Histórica, uma passagem que surge após a perda da anterior e que regista acontecimentos longínquos, considerados importantes para a Comunidade, permanentemente através da escrita, situando-os no tempo e no espaço (Halbwachs, 1990). Nota-se que a localização da Memória Individual num tempo e espaço deve-se ao seu sustento na Colectiva.

Mas mesmo que a Memória Histórica se trate de um facto, a ausência do relato pessoal torna-a susceptível a memórias falsas. Veja-se no caso de estudo desta investigação, mais concretamente os Pavilhões do Parque. A perda da memória social e a chegada tardia, e pouco popular, da memória histórica, levou à criação de uma memória colectiva fictícia de que este edificado funcionara como unidade hospitalar algures no seu tempo, função para a qual fora projectado, mas não realizou.

O processo de análise da Memória é necessário não pela integração de novos conhecimentos, embora estes sejam relevantes, mas para confirmar a memória existente, preservando as características desenvolvidas, razão pela qual a Memória Colectiva e a Nacional, ambas memórias de Grupo, entram em conflito.

Mesmo que a razão da sua construção seja a criação de uma memória colectiva da nação, a Memória Nacional surge de uma selecção das memórias de todas as comunidades presentes num território, isto é, das memórias que marcaram e definiram o Grupo a uma escala nacional, pelos Poderes Superiores, como o político e o religioso, e não por todos os membros. Esta origem possibilita a alteração dessas mesmas memórias para favorecimento dos Poderes, convertendo-a numa Memória Fictícia e iniciando o conflito com os outros tipos. Quando as memórias falsas são reveladas, a memória construída até então torna-se irreconhecível, e a Nação, ao não conseguir processar a nova realidade, como grupo unido, reanalisa e reescreve a Memória.

Pollak, no seu artigo de 1989, intitulado “Memória, Esquecimento e Silêncio”, exemplifica este processo com casos da 2ª Guerra Mundial, dos quais mencionamos dois, semelhantes, mas que apresentaram resultados diferentes:

1. a memória nacional de Estaline, uma memória criada do controlo total do povo e de uma imagem idealizada do líder político que foi reavaliada após a divulgação dos crimes que cometeu para implementar a sua visão. O processo originou o movimento de destalinização, que consistiu numa nova memória nacional e na destruição de todos os símbolos referentes a Estaline;
2. a memória nacional Nazi, que, tal como a anterior, foi forçada pelo Governo, mas, ao contrário dessa, tornou-se num tema tabu nos países directamente envolvidos, como na Alemanha, caindo no silêncio tanto dos sobreviventes dos campos de concentração como dos restantes habitantes e antigos apoiantes do partido, devido às memórias negativas associadas e à implicação que teria nas relações do grupo.

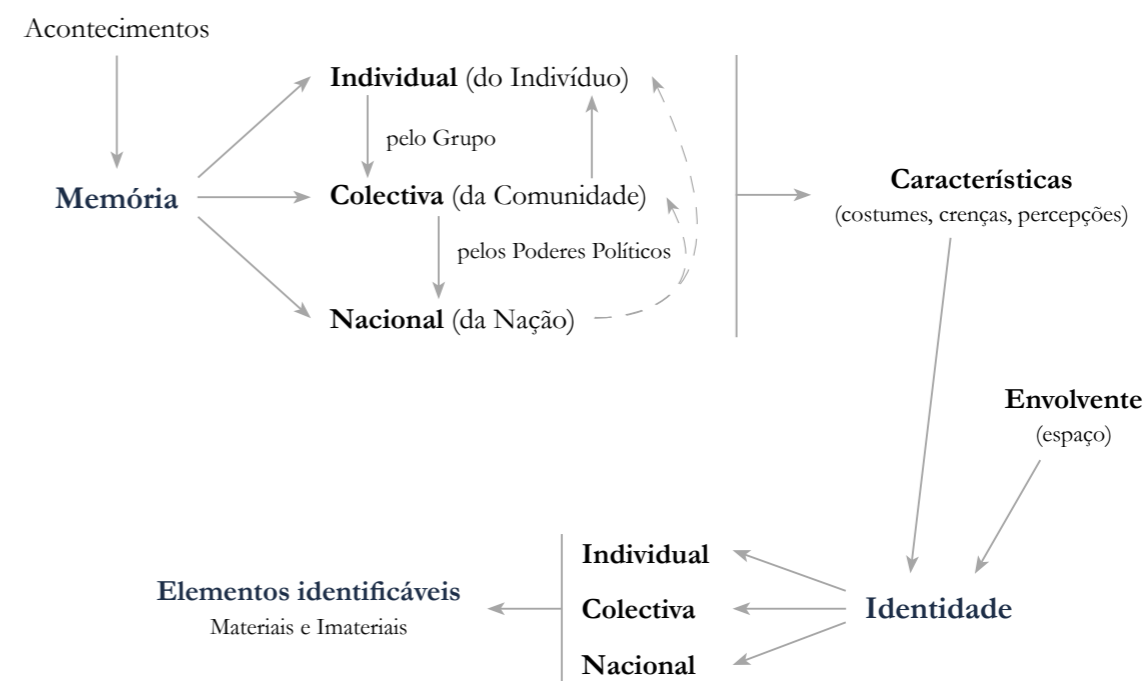
«A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre a coletividade de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respetivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreductíveis» (Pollak, 1989, p. 9).

A Memória encontra-se constantemente a ser confrontado pelos factores internos e externos, e com novos conhecimentos, ainda assim, a sua alteração, mesmo no conhecimento de informação contraditória, é uma acção facultativa, uma vez que interfere com as características desenvolvidas que definem o Elemento – Ser ou objecto –, lhe dão significado, conectam-no ao Grupo e o diferenciam do Outro. Esta é a essência da Identidade, um valor subjectivo, resultado da Memória e das relações do Elemento com a sua envolvente, que permite ao Indivíduo relacionar-se com a Comunidade e o Lugar, adaptando-se às novas características adoptadas no processo de análise da Memória.

A Identidade não se perde, ela evolui, seja definindo-se melhor ou alterando-se, projectando-se para o exterior, para o Mundo, em elementos, materiais e imateriais, representativos, como a linguagem, as tradições, a literatura, a indumentária ou as artes, que são esculpidos de acordo com ela e que, após a sua alteração, permitem a lembrança dessa identidade histórica nas gerações futuras.

Seja o local que habitamos ou visitamos, ele possui uma identidade, resultada de um conjunto de factores provindos do Indivíduo, da Comunidade, incluindo os elementos representativos, das propriedades físicas – topográficas, geológicas, meteorológicas, fauna, flora, etc. – do local e das relações, das quais advém a significação, entre a Construção, o Espaço, o Indivíduo e o Grupo. Um factor que permite a sua diferenciação dos outros locais e é transmitido para o Outro Exterior, aquele que não pertence à Comunidade (visitante), contribuindo para a construção da imagem que este cria desse Lugar.

«Isso significa que a nossa capacidade de identificar um lugar como um lugar é moldada pelo que os outros nos dizem sobre esse lugar, e filtrada pela nossa socialização, moldada pela classe, idade,



04. Esquema da relação entre a Memória, a Identidade e o Espaço
As indicações a tracejado indicam influências indirectas.

género, etnia, nacionalidade, educação, etc. Como comentou Rose (1995, p.88): ‘embora a percepção do lugar possa ser muito pessoal, não é apenas resultado das sensações e significações de um único indivíduo. É este processo de receber, reconstruir selectivamente, e depois voltar a comunicar a narrativa que constitui a identidade e transforma o espaço no lugar’» (Hague e Jenkins, 2005, em Sepe, 2016, p. 16) ⁴.

A Arquitectura é, assim, mais que a construção de um espaço funcional: é representativa das propriedades do Espaço, marco do Indivíduo, da identidade individual e da sua pertença no grupo, e marco da Comunidade e da identidade colectiva. Um elemento representativo histórico, cultural e característico, fundamental para a projecção e preservação da Identidade – das propriedades, características e necessidades de um período e espaço.

2.1. Identidade na Arquitectura

Tal como a Identidade, a projecção de um espaço é influenciada por um conjunto de factores internos – a sua função, a identidade do Arquitecto, construída ao longo do seu percurso profissional, e a do futuro Utilizador, e, no caso de pré-existência, a sua história –, que determinam questões técnicas, nas quais se enquadra a sua forma, e contribuem para a imagem da Construção, e externos – o local de implantação, a Comunidade e o Lugar, desde a história às propriedades e características, e a relação entre estes –, que influenciam os factores internos e contribuem para a atribuição de uma significação ao espaço.

Tenha a Construção sido desenhada com o intuito de representar uma identidade ou não, a sua configuração, desde a tipologia, à materialidade e detalhe, foi influenciada pela Identidade do Lugar na altura do projecto, originando uma construção exclusiva, transportadora de um valor cultural e histórico. A associação à Identidade Colectiva permite ao Utilizador criar uma percepção que relaciona o seu Ser, ligado à colectividade, com esse espaço, tornando-o num elemento característico de si (valor identitário). Das várias percepções individuais surge a relação entre a Construção e a Comunidade, que em conjunto com a sua relação com o Local, designa um valor colectivo (relacional) à Construção, posicionando-a no espaço identitário do grupo – o Lugar ⁵.

Existem visões opostas nesta linha de pensamento, de que uma Construção pode possuir uma identidade, contudo é possível encontrar diversas fontes que mencionam a existência de um valor no espaço, decorrente de factores intangíveis, e que reconhecem a importância da sua relação com o Indivíduo, a Comunidade e o Lugar. Essa significação não se trata de uma identidade individual da Construção, originada das suas propriedades, funções e história, embora também sejam fundamentais para a compreensão desta e da sua posição no conjunto – o Espaço Construído –, mas sim da projecção da Identidade Colectiva, que influenciou a sua configuração e permitiu a sua integração no Lugar característico do grupo, à qual se associa a sua relação com o Utilizador.

Um dos conceitos base desta visão é o *Genius Loci*, popularizado por Christian Norberg-Schulz (1979) na segunda metade do século XX, a crença romana de que a cada Elemento está associado um guardião espiritual que lhe dá vida e determina as suas propriedades, do qual se desenvolveu a terminologia moderna Espírito do Lugar – a ambiência do espaço gerada da relação entre o Indivíduo, a Comunidade e o Lugar. Trata-se da identidade do local que o Indivíduo não só conhece,

4. «This means that our capacity to identify a place as a place is shaped by what others tell us about the place, and filtered by our socialization, as shaped by class, age, gender, ethnicity, nationality, professional education, etc. As Rose (1995, p.88) commented: ‘although sense of place may be very personal, they are not entirely the result of one individual’s feelings and meanings. It is this process of receiving, selectively reconstructing, and then re-communicating a narrative that constitutes identity and transforms a space into a place’».

5. Utilizou-se a classificação de Lugar Antropológico de Marc Augé (2016) para explicar os tipos de valor identitário do Espaço.

Marc Augé (1935-) é um etnólogo francês, que abordou a Antropologia num contexto mundial e no panorama da nova época – a vida citadina e tecnológica.

altera e habita, mas que simboliza segurança e familiaridade, e contribui para a definição das suas características, demonstrando que a projecção de um espaço vai além da sua função e propriedades, é inter-relacional. A compreensão do Indivíduo e da Comunidade está interligada à leitura do seu Lugar e a qualidade deste à imagem que o Indivíduo e a Comunidade têm do Lugar, ao mapa mental criado da sua interacção e identificação com o espaço.

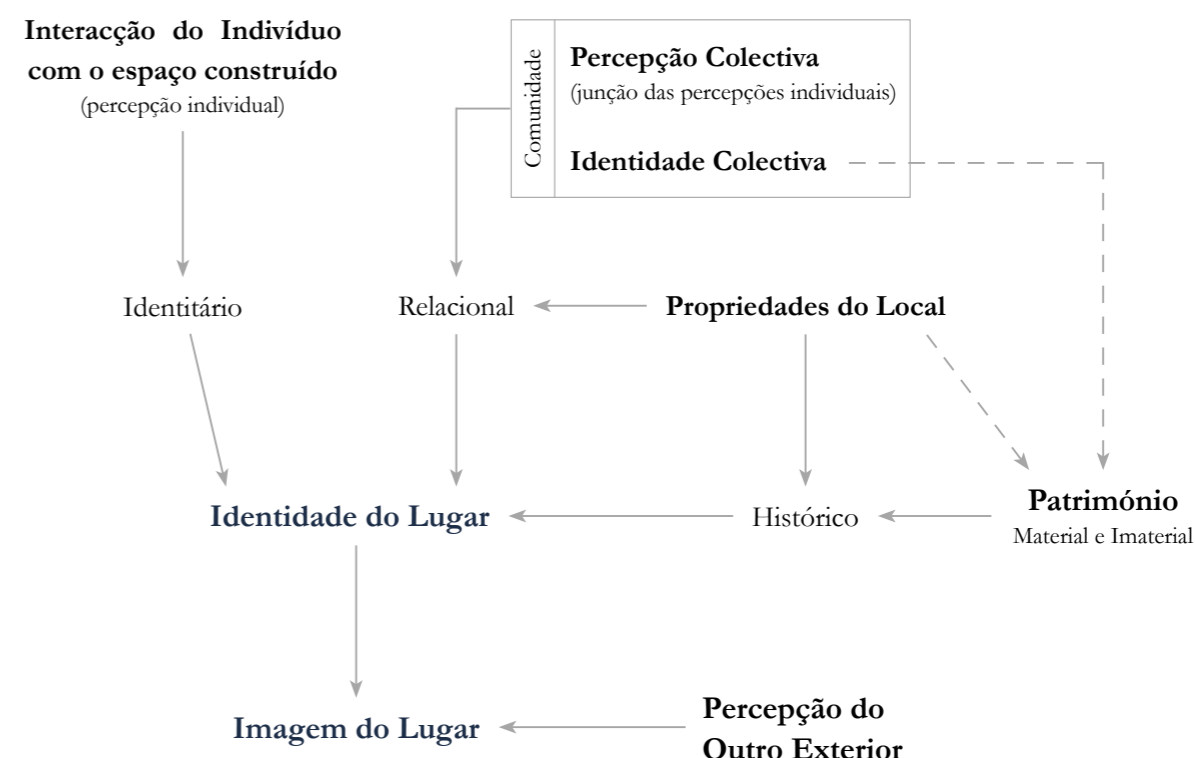
Esta relação entre a leitura e utilização do Espaço, o Indivíduo e a Comunidade, é abordada por outros autores num panorama mais específico e contemporâneo – a Cidade (Espaço Construído). Aldo Rossi (2001) aprofunda a importância que a Construção (fracção) tem na continuidade do Lugar (conjunto), reconhecendo o valor social da Construção, conectado à Identidade Colectiva, e a existência de outros factores externos na sua configuração além do local de implantação, da Comunidade e do Lugar – a influência económica e política. Kevin Lynch (2011) associa a qualidade do Espaço Construído ao mapa mental que o Indivíduo cria deste, no qual a ausência de pontos de referência – edifícios, bairros, espaços verdes, etc. –, ou a “ligação” destes com áreas vazias, comprova a desconexão do Indivíduo do espaço, resultando na sua desorientação, física e psicológica.

Explorando a teoria de Rossi, a individualidade da Construção encontra-se na sua forma, um dado adquirido, ao contrário da sua função, um factor mutável, na sua datação e localização, sendo que se a mesma fosse edificada noutra local ou período, a sua configuração não seria a mesma, tratando-se de um objecto particular que representa as necessidades e características de um período e local específicos. «Esse era o sentido com que os antigos consagravam um lugar, e isso pressupõe um tipo de análise muito mais profunda do que a análise simplificadora que nos é proporcionada por alguns testes psicológicos, relativos apenas à legibilidade das formas» (Rossi, 2001, p. 17).

A Cidade é o conjunto dessas construções que reflectem a Comunidade, expandindo a sua forma em resposta às novas necessidades e características, sob as outras influências externas. Este crescimento leva ao desenvolvimento de novas actividades, com as quais surgem novas necessidades e características, encontrando-se constantemente em evolução. Mesmo que da expansão resultem espaços estranhos ao Espaço Construído, a sua projecção tendo em consideração a relação com o Lugar, permite preservar os valores existentes, garantindo a qualidade do espaço. É um «artefacto engenheiro e arquitectónico» (Rossi, 2001, p. 13) que cresce no tempo, reflecte factores antigos, responde aos actuais e tenta abranger os futuros.

Desse modo, para perceber o Espaço Construído devem analisar-se todas as suas escalas, não na concepção de que esta é composta por um grupo de fracções que não se relacionam, variando a leitura de acordo com a escala, como um mapa mental composto por pontos isolados e áreas vazias, mas sim de um conjunto interligado pela história, necessidades, características, propriedades e relações entre a Construção, a Comunidade e o Lugar, e que essa análise permite a compreensão das fracções, dos seus factores antigos e actuais, e por conseguinte do conjunto, em que a alteração de uma parte influencia os valores construídos, a qualidade e o futuro do Espaço.

Já Voltaire ⁶ referia que cada construção deveria relacionar-se com a cidade, mencionando que a arquitectura da sua época, embora rica, era exagerada, os grandes detalhes que marcavam o exterior



05. Esquema da relação entre o Património, a Identidade e Imagem do Lugar
As indicações a tracejado indicam influências entre factores de um grupo noutra.

do edifício opunham-se ao seu interior ou à envolvente mais simplista, lutando consigo mesma e com o Lugar (Rossi, 2001).

É notório que as propriedades do Espaço têm influência sobre o Indivíduo, que adapta os seus hábitos à sua percepção desse espaço, um efeito que não é imediatamente reconhecido. Encontra-se um exemplo nos casos de estudo da obra de Lynch (2011), em que os habitantes de uma cidade densamente construída admitiram alterar o seu trajecto, mesmo que implicasse o seu prolongamento, para usufruir de uma paisagem mais natural, como o espaço verde de um parque, que detinha mais valor, em oposição à paisagem de betão dominante.

Da interacção, da construção de memórias e, subsequentemente, da atribuição de uma significação ao Espaço, origina-se a percepção individual deste, a partir da qual o Indivíduo constrói o tal Mapa Mental, organizado de acordo com as suas características e marcado por pontos de referência que o permitem navegar por ele.

Numa Sociedade em constante mudança, mudança necessária, é importante perceber como manter os elos entre a Imagem existente e a nova, ou seja, entre o Espaço Construído actual e a nova intervenção, de modo a preservar os mapas criados, seja no «conservar de uma velha árvore, o aspecto de uma rua ou de um carácter regional» (Lynch, 2011, p. 89), pois são os bairros, as zonas comerciais, os edifícios e seus detalhes, e tantos outros elementos materiais que ilustram o espaço urbano, que se tornam nos pontos de referência, em vez das ruas e suas toponímias.

Mesmo que este papel de referência tende a destacar os pontos do conjunto, papel paradoxal, visto que a leitura é da sua totalidade e não da soma de fracções seleccionadas, somente parte destes serve de referência visual, podendo ter essa particularidade e coexistir com o Lugar existente, em vez de lutar com ele.

A percepção colectiva do conjunto resulta das várias percepções individuais da Comunidade, da relação entre a Construção, o Indivíduo e a Comunidade, unificando a socialização ao Espaço e à Identidade do Lugar. Essa visão colectiva permite aos Planeadores Urbanos, profissionais que moldam o espaço da Comunidade, perceberem como ela vê, sente e vive o seu espaço – ler o Lugar. É necessária a participação do grupo, principalmente na resposta a novas necessidades e características, na definição do projecto, de modo a garantir um espaço funcional, com qualidade e significativo, conectado às percepções e mapas, e mantendo os relacionamentos criados.

Reconhecendo que o ser humano se encontra em constante evolução, acompanhando as novas tecnologias e conhecimentos, resultando na evolução da Identidade, com o surgimento de novas necessidades e na adaptação de novas características, à qual o Espaço Construído deve responder, espaço que também acompanha a evolução tecnológica, o abandono de uma Construção, presente no espaço relacional da Comunidade, afecta tanto a sua significação como os novos factores adoptados da evolução do Ser. Somente o seu isolamento do Lugar, como uma localização descentrada ou um



6. François Marie Arouet (1694-1778) foi um escritor francês.

06-08. Arquitectura vernacular

Casas Malaia, na Malásia (Tukang Kebun, 2010); Vila Warka, em Camarões (Arturo Vittori, s. d.); e Escola Primária Tanouan Ibi, em Mali (LEVS architecten, 2013).

Construções não especializadas caracterizadas pelo seu enquadramento no Lugar, influenciada pelas propriedades e características deste.

estado de ruína avançado, ou da Comunidade é que debilita o valor associado, restando apenas a ilustração caracterizante – a imagem. Secundarizar os valores seria separar a Identidade da Arquitectura e impedir a caracterização daquele que as define, do Indivíduo e do Grupo. Seria dificultar a evolução do ser humano.

A relação primordial entre a Memória, a Identidade, o Indivíduo, o Grupo e o Espaço começou a ser alterada pelas consequências da Revolução Industrial, época que mudou a qualidade de vida, deslocada dos campos agrícolas para a vida citadina, e expandiu o espaço, influenciando a sua configuração. Mas foram os eventos que marcaram o século XX que fortificaram essa transformação.

O novo movimento artístico, marcado pela perspectiva popularizada pelo Cubismo e pela Escola Bauhaus, depositou no Mundo uma nova visão – novas linhas, cores, materiais e espaços, mais modernos e simples, enquadrados num panorama global –, caracterizada pela originalidade e pela produção em massa. Aliado aos problemas de gestão do espaço urbano, resultantes da industrialização, e aos vazios deixados nos Lugares pelas Grandes Guerras, que fragilizaram as identidades, orientou o Planeamento Urbanístico para a standardização, florescendo livremente nos países que tinham os recursos, a visão e os poderes investidos na modernização do espaço, como os Estados Unidos da América e a União Soviética, e os países arrasados pelas guerras, como as Coreias e o Japão⁷, tornando-se nos protótipos.

O impacto que este movimento estava a provocar no espaço existente, sentido nos países com um vasto Património, principalmente nos que viram esse legado ameaçado, despontou uma nova geração de profissionais, que aliaram o Movimento Moderno à relação primordial, uma abordagem que se propagou para outras áreas artísticas.

A Península Ibérica seguiu, no geral, esta segunda vertente, onde a instabilidade política teve um papel crucial e os seus arquitectos, que contribuíram para a documentação da Arquitectura Popular – no estudo do Lugar, das propriedades, características e relações, e a sua expressão no espaço –, implementaram os conhecimentos ganhos nesse estudo nas suas obras, projectadas em correspondência com o Lugar, opondo-se aos projectos modelares e pré-fabricados da primeira vertente.

Intencionalmente ou não, o Movimento Moderno orientou a abordagem projectual, anteriormente desenvolvida em conjunto com a Identidade do Lugar, para uma nova arquitectura que pudesse albergar qualquer função e ser implantada em qualquer local, desenhada apenas para o Utilizador e despida de qualquer valor excepto o artístico.



7. Reconhece-se que a presença das grandes potências nos países asiáticos orientou a sua reconstrução na linha do novo movimento.

09-12. Impacto da modernização no espaço urbano

Toronto, Canadá – 1930's (s. a.) e 2021 (Huy Z); e Tóquio, Japão – 1945, após o bombardeamento da 2ª Guerra Mundial (s. a.), e em 2019 (Denys Nevozhai).

2.2. A (Não-)Identidade do século XXI

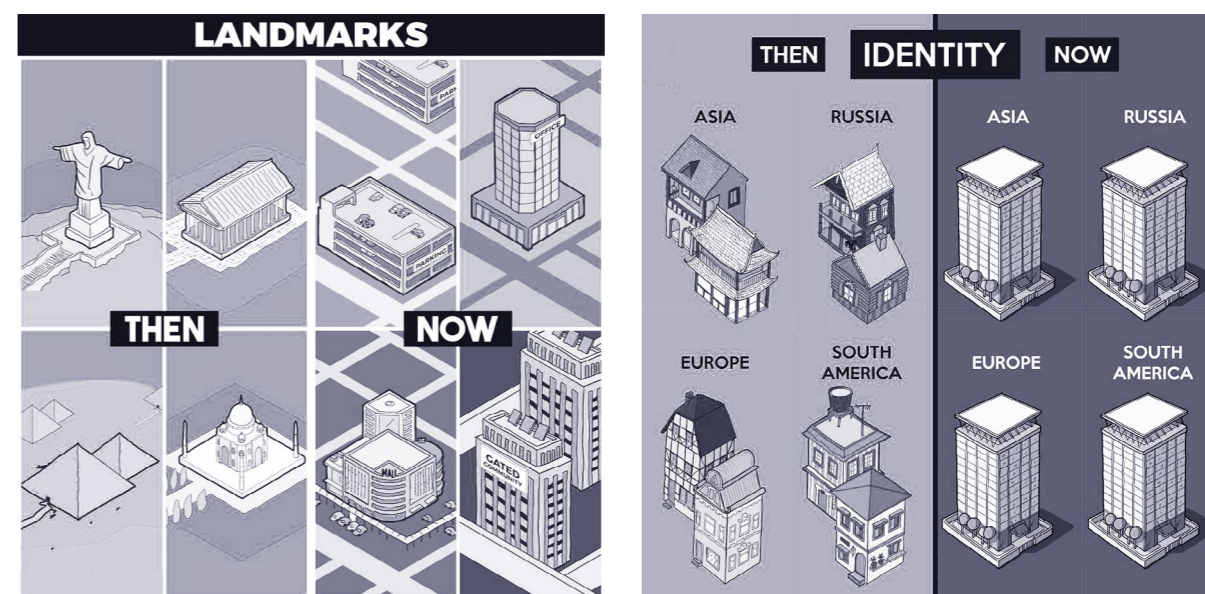
A Era Tecnológica que marca o século actual trouxe novos factores e necessidades que incitaram à reinterpretação do Indivíduo, desde os seus valores ao seu modo de viver. Transportado para um mundo virtual, proporcionado pela Máquina, é possível aceder, imediatamente, a recursos de qualquer ponto do Mundo, localizando o Aqui no mesmo sítio que o Além, o Agora no mesmo tempo que o Antes, e vulgarizando os acontecimentos.

Apesar da melhoria do estilo de vida ter proporcionado uma maior e melhor partilha da Memória, à qual está interligada a história, com o prolongamento da esperança média de vida, que permitiu uma interacção entre gerações mais diversificada, essa possibilidade e facilidade de saber tudo e de estar em qualquer lado amplificou a ambição do Indivíduo em se diferenciar e construir uma identidade excepcional. Ele começou a isolar-se do Outro, que é ao mesmo tempo quem aspira a ser e a superar, e a “socializar” com a Máquina, para ganhar conhecimento e apoiar a sua memória e identidade. A socialização entre indivíduos é reduzida a uma interacção profissional, de preferência rápida e indirecta, e a Identidade Colectiva passa a ser desconsiderada.

O novo período *sobremoderno*, terminologia de Augé, assinala-se pela redução do Mundo graças ao aumento da acessibilidade e velocidade dos transportes – Excesso de Espaço –, por uma gestão do tempo mais eficiente e, em associação ao excesso anterior, uma facilidade de acesso à informação, que provoca ao mesmo tempo uma sobrecarga de acontecimentos, acabando até os menos relevantes por serem reconhecidos para a história – Excesso de Tempo –, e pelo refúgio do Indivíduo do mundo real – Excesso de Individualização (Augé, 2016). Esta realidade de constante mudança e isolamento impossibilita a criação de fundações, na definição do Elemento, originando-se identidades frágeis que se encontram incessantemente à procura da sua “verdadeira” forma.

A ausência de significação reflecte-se no Espaço e na Sociedade, em que a memória, a gastronomia, as notícias, os costumes, os edifícios, a arte, e todos os elementos que destacam e diferenciam o Elemento se fundem. Os valores antigos confundem-se com os novos, a história transforma-se num espectáculo e o Lugar torna-se num destino turístico fantasioso e cenário para a nova arquitectura, cuja história, a identidade, e todas as características e elementos representativos são explorados exaustivamente, ao ponto de os apagar da existência (Koolhaas, 1994), tornando-os, ironicamente, insignificantes.

O espaço desgastado vai-se tornando a pouco e pouco em algo impessoal, composto por Não-Lugares – espaços genéricos pertencentes a todos e a ninguém ao mesmo tempo, sem história nem identidade, cuja beleza se encontra na contradição da sua definição. Mesmo encontrando-se num local diferente, onde a interacção reduzida não permite a sua relação com este, a homogeneização dos não-lugares permite ao Indivíduo navegar facilmente por estes, graças à sua familiaridade com o seu (não-)lugar de origem.



13-14. Espaço característico vs Espaço genérico
Os pontos de referência (Leewardists, 2017) e a identidade (Leewardists, 2017), expressos no espaço construído antes e agora.

A Construção genérica é desenhada em torno da sua função e na satisfação de um factor – o sentido da visão –, de modo a ser autónoma e a se isolar a si e ao seu Utilizador da envolvente, apresentando uma imagem perfeita e imortal, da qual nem a forma nem a materialidade devem de envelhecer, bloqueando a imaginação e a experiência do Indivíduo.

São as auto-estradas, os aeroportos, as linhas férreas – espaços de locomoção –, os centros comerciais, os supermercados, as estações de serviço – espaços de comércio –, a televisão, os jornais, a internet, os parques de diversão e temáticos – espaços de comunicação e entretenimento –, e tantos outros. Espaços que representam os excessos que marcam o quotidiano e invadem o Espaço Construído, alguns como versões evoluídas de espaços antigos, como a substituição das avenidas e das praças pelas auto-estradas e as vias rápidas (Augé, 2016; Sepe, 2013).

O novo Espaço Construído não apresenta quaisquer vestígios do seu progresso ou de qualquer outra característica identificável no Lugar, vistos como obstáculos para o seu desenvolvimento. Tal como se apresenta é a sua verdadeira e única configuração, vivida e lida apenas no seu contexto actual. Assinala-se por arranha-céus – de habitação, escritórios, hotelaria, comércio ou entretenimento –, que tipificam a paisagem urbana, desconectados e isolados da envolvente, cuja atmosfera é fabricada – quente, tropical, fria, tempestuosa, dia, noite, pôr-do-sol, etc. – pelos sistemas de climatização e iluminação artificiais, para garantir o conforto do Indivíduo. Um espaço estético sem significado, construído apenas para responder a uma necessidade generalizada.

«É grande o suficiente para todos. É fácil. Não precisa de manutenção. Se ficar pequena demais, expande-se. Se ficar velha demais, autodestrói-se e renova-se. É igualmente excitante – ou monótona – em todo o lado [...] Todas as Cidades Genéricas resultam da tabula rasa; se não havia nada, agora há; se havia algo, foi substituído. Tem de ser, caso contrário, seriam históricas» (Koolhaas, 1994, pp. 1249 e 1253)⁸.

A sua contradição encontra-se na presença de elementos identitários, nesse mesmo Não-Lugar que é celebrado pela sua homogeneização, demonstrando a difícil desassociação da envolvente e da significação: com a criação de um espaço atractivo quase semelhante ao Lugar, frequentado por turistas e vendedores de lembranças “padrão”, produto da apropriação das propriedades específicas do local, como uma frente marítima ou uma paisagem florestal, um espaço sem identidade marcado por objectos identitários; ou na atribuição de uma significação originada da relação de orientação do Outro Exterior com o Não-Lugar, possibilitada pelas características anónimas e familiares que o relacionam ao seu (Não-)Lugar.

A Identidade acaba por ser paradoxal, tanto permite a diferenciação de algo como a comparação a algo, sendo o Lugar e Não-Lugar conceitos opostos, ambíguos e relacionados entre si. Há não-lugares em lugares e lugares em não-lugares, podendo um transformar-se no outro devido ao atributo evolutivo da Identidade, não havendo um espaço que represente um dos conceitos na totalidade. Embora, teoricamente, na atribuição de um valor ao espaço genérico, este perde a sua razão ao ganhar essência, resultando na sua destruição, isso, mais uma vez, só demonstra a necessidade do Indivíduo em se relacionar, de atribuir uma significação à Construção e de definir a Comunidade e o Lugar.

8. «It is the city without history. It is big enough for everybody. It is easy. It does not need maintenance. If it gets too small it just expands. If it gets too old it just self-destructs and renews. It is equally exciting – or unexciting – everywhere. [...] All Generic Cities issue from the tabula rasa; if there was nothing, now they are there; if there was something, they have replaced it. They must, otherwise they would be historic».

2.3. O papel da Identidade

Numa época que se aspira à individualização, porque se generaliza a história, a cultura, a identidade, e todas as propriedades e características que nos diferenciam? Porque é que se idealiza a generalização do espaço, enquanto nos apegamos ao que nos rodeia ao ponto de nos ser difícil aceitar a sua mudança?

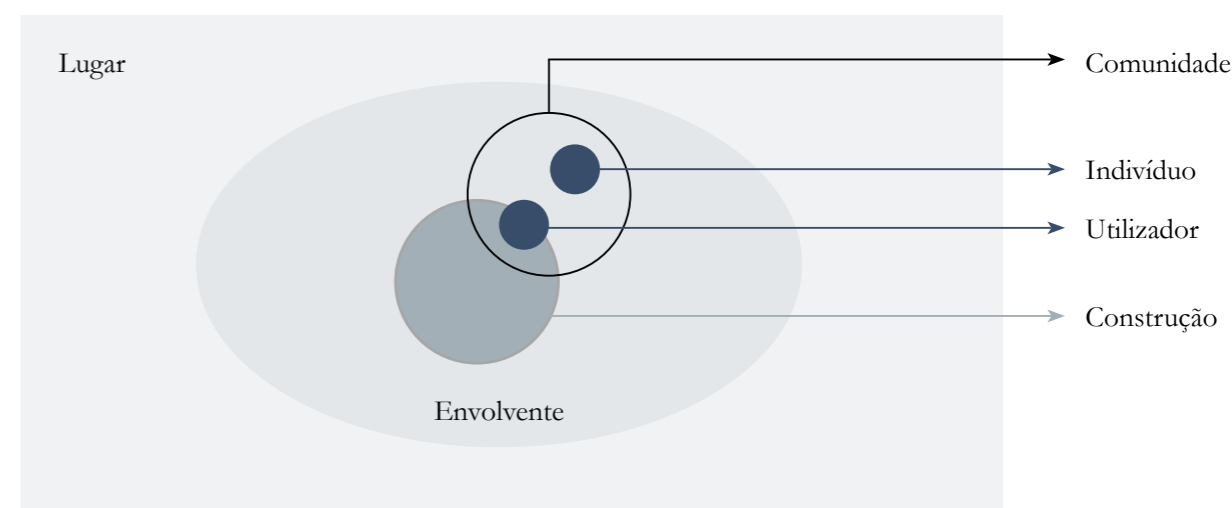
Halbwachs (1990) apontava a importância da estabilidade visual e espacial para a estabilidade do Indivíduo. O Espaço é o cenário onde o Indivíduo irá criar as suas relações com o Local que habita e com o Grupo com quem partilha esse espaço, onde se situaram muitas memórias que iram contribuir para a sua definição, identificando-se com este, onde se sente em casa e em segurança. Ele é uma reflexão do Indivíduo, de toda a sua história, das suas raízes e experiências, características que também contribuem para a configuração desse espaço, tal como este contribuiu para a definição do Indivíduo. Deste modo, a mudança espacial pode representar a perda de um valor, de uma parte do Indivíduo, da sua contribuição e dos seus elos com a Comunidade, da perda do seu lugar no Lugar.

Não significa que o Indivíduo não seja capaz de se adaptar à mudança e como tal o Espaço não pode ser alterado. Como referido, ele tem de ser alterado para poder acompanhar a evolução das características, das necessidades do Indivíduo e da Comunidade, «mas, enquanto o grupo evolui, a cidade, em seu aspecto exterior, muda mais lentamente. Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais» (Halbwachs, 1990, p. 136).

Embora a coesão do Espaço aparenta vir apenas da sua imagem, o verdadeiro factor advém da significação reflectida nas construções, resultante da formação do Indivíduo e do seu relacionamento com a Comunidade e o Lugar. E mesmo que esse valor não necessite de ser suportado num elemento representativo, a sua presença é reforçada por essa projecção, que também permite a sua preservação.

É certo que a ausência de uma identidade no Espaço facilita a sua exploração e evolução, mas esta ideologia perde-se com a necessidade do Indivíduo em se definir, em possuir uma identidade, em pertencer a um grupo e a um local. Nos tempos actuais, a citação de Norberg-Schulz faz cada vez mais sentido: «Começamos a perceber que a verdadeira liberdade pressupõe pertencimento, e que “habitar” significa pertencer a um lugar concreto» (Norberg-Schulz, 1979, p. 22) ⁹.

9. «Today we start to realize that true freedom presupposes belonging, and that “dwelling” means belonging to a concrete place».



15. Esquema da relação entre a Construção e o Lugar

O posicionamento da Construção dentro do espaço identitário da Comunidade demonstra a importância do seu relacionamento com estes.

A resposta à condição *sobremoderna* crucial para o Indivíduo pressupõe o posicionamento isolado da Construção, como se situasse num terreno específico, com as suas próprias propriedades, rodeado por um vazio infinito, apenas presente no mapa do seu Utilizador, sendo a forma o resultado da função que precisa albergar. Um tipo de intervenção baseada no pensamento do Movimento Moderno, sintetizado pela citação de Louis Sullivan – “A forma segue a função”¹⁰.

Uma visão irrealista por implicar a desconsideração dos factores externos – das propriedades do local, construído e natural, das características dos grupos e dos indivíduos presentes no espaço, e das relações e significações estabelecidas entre membros e espaço – que não só influenciaram a sua configuração como também o seu desempenho e a sua presença no espaço identitário.

Mesmo que o Indivíduo tente não se relacionar com o Outro, esse espaço continua posicionado no mapa de vários indivíduos, representando a identidade individual de cada um, um mapa colectivo inconsciente que influencia o papel da Construção.

No Património Arquitectónico, uma construção representativa de um valor evidente no mapa colectivo, o reconhecimento desses factores torna-se ainda mais indispensável. Mesmo na alteração da função inicial, a sua forma representa a Identidade do Lugar na altura da sua construção, dos valores, crenças, costumes, percepções e necessidades, projectados consciente ou inconscientemente. Um espaço representativo da história e cultura da Comunidade e do Lugar.

10. “Form follows function”.

Capítulo 3. Património do Lugar

Património, *m.* «bem, ou conjunto de bens, de natureza material ou imaterial, de reconhecido interesse (cultural, histórico, ambiental, etc.) para determinada região, país, etc.» (Dicionário infopédia, 2021).

O espaço que usamos e nos rodeia é desenhado por Elementos Representativos Materiais que nos relembram quem somos, pelo que passámos e onde pertencemos. Um legado histórico e cultural, alterado de acordo com a evolução da Comunidade e componente do Lugar. Embora relevante para a essência do Grupo e do Indivíduo, a sua classificação, protecção e valorização é uma acção não natural, um esforço analítico do próprio grupo e por todas as partes envolvidas na sua salvaguarda.

Seja por questões funcionais, económicas ou políticas, destruída lentamente pelo Tempo ou por intervenções restauradoras, nas quais se priorizam os ideais e a imagem desejados, o isolamento da Construção do seu contexto e envolvente resulta numa quebra da sua relação com a Comunidade e o Lugar, procedendo a uma perda dos valores projectados na obra ou característicos do local. Esta desagregação observa-se tanto nos Profissionais como no Indivíduo não especializado – o Cidadão, desconhecedor da área que trabalha o espaço que habita e que foi construído pelo grupo a que pertence, acabando por se ausentar do desenvolvimento dos projectos –, membros fundamentais para a preservação do Lugar.

Originalmente associado aos bens familiares herdados, o conceito de Património, popularizado na segunda metade do século XX, está associado à protecção desses Elementos, materiais e imateriais, representativos das características, acontecimentos, necessidades e propriedades que definiram a Comunidade e o Lugar. A disciplina complexa e multidisciplinar, definida recentemente e ainda em desenvolvimento, surgiu para garantir uma salvaguarda respeitadora dos Elementos, mantendo a representação do passado e integrando-os no tempo actual. Uma das acções indicativas dessa protecção é a classificação, desde a nível local ao internacional, autenticando a sua contínua significação para o grupo.

A salvaguarda do legado arquitectónico vai além da consolidação da configuração. Parte do reconhecimento dos factores internos e externos influentes – do estudo da história da obra, de todos os factores que a definiram no passado, da sua evolução e do estado actual, desde alterações na configuração à relação com a Comunidade e o Lugar –, materiais e imateriais, passados e presentes, sem esquecer o seu papel futuro. Uma análise mais extensa que o período específico e o valor primordial da Construção.

3.1. Definição da Disciplina

Consegue-se remontar os primeiros vestígios desta área de estudo ao século III a. C. e à cultura grega. É fundamental perceber que a salvaguarda de Elementos Representativos originou da apreciação da estética dos elementos materiais, mantidos apenas pelo interesse na sua qualidade e beleza.

A prática chegou dos Romanos¹¹, que propagaram um mercado de artes centrado na selecção de peças “estéticas”, consideradas portadoras, e por isso representativas, da essência do povo autor, essência essa que se desejava apropriar. Assim surgiu a primeira forma, vaga, inconsciente e restringida a peças móveis, da salvaguarda de Elementos Representativos – o Coleccionismo –, o repositório de peças, que eram denominadas de Antiguidades dada a semelhante datação, para colecção privada ou para serem reutilizadas em novas obras.

A ausência do reconhecimento da relação entre as propriedades e características dos Elementos Representativos, da Comunidade e do Lugar, incluindo a identificação de todos os factores que contribuíram, influenciam e influenciaram estes, adveio da proximidade temporal, que dificultou a identificação do valor histórico, do conhecimento e visão limitados do Ser, e do foco na cultura grega, que dominou o estudo de diversas áreas, principalmente das Artes.

Dado o destaque dos Elementos Móveis, os Imóveis não eram valorizados como uma unidade. Analisados como uma soma de partes, apenas as consideradas relevantes, como colunas ou frisos, eram preservadas, ao serem reduzidas a vestígios móveis, para integrar as colecções, tornando-se, em muitos casos, no único testemunho do conjunto. O resto da obra era transformada em pedra para alimentação para outros projectos ou para a produção de cal.

A presença dos vestígios em novas construções não derivava do intuito em relacionar os espaços ao passado ou em preservá-los para gerações futuras, mas sim em atribuir às obras um destaque artístico próprio, apropriado desses testemunhos. Em casos esporádicos, a Construção era adaptada para albergar outras funções, e mesmo que esta acção, na qual se inclui a transformação dos templos pagãos em igrejas católicas, tenha resultado na descaracterização do espaço, permitiu a chegada aos dias de hoje de elementos de civilizações antigas e de testemunhos de costumes esquecidos.

A salvaguarda dos edifícios como conjunto esteve condicionada, durante um longo período, a situações raras e aleatórias. Desde o começo que a salvaguarda dos Elementos Representativos depende de factores externos à Comunidade a que pertencem: de interesses políticos, económicos e pessoais, vítimas das guerras, dos períodos de instabilidade e de utopias.

11. Influenciados pelos Atálidas, um povo que governou Pérgamo entre os séculos III e II a. C. (Dicionário infopédia, 2021), determinado em tornar o seu território num exemplar da cultura grega.

A partir do século XIV, deram-se as primeiras mudanças que estabeleceram as fundações para a definição da Disciplina. Até então as áreas de estudo eram vistas como casos isolados, sem relação entre si. Com o seu cruzamento, ao qual acresceu o reconhecimento da História e da Arte como doutrinas, tornou-se possível a identificação do valor histórico e do artístico, e a associação dos Elementos à Literatura, aumentando o interesse nestes.

Esta ligação, no entanto, não derivou da valorização do próprio Elemento como testemunho de um acontecimento, tradição ou técnica, mas sim como visual da documentação considerada uma verdade absoluta. Uma representação material do relato de terceiros, cuja perda era irrelevante em comparação à dos livros. A situação limitativa – número reduzido de exemplares, difícil acesso, apenas disponível a um grupo restrito e num local específico – sustentava a incoerência entre a informação registada e os Elementos Representativos.

A primeira tentativa consciente de salvaguarda de Elementos Imóveis sucedeu-se sob a mão dos papas. A bula pontifícia de Pio II, publicada em 1462, destaca-se por diferenciar a denominação Monumento – elemento material simbólico, criado com o intuito de rememorar um evento, ou seja, representativo do valor memorial –, da de Antiguidade – obra datada do período histórico, interessante para a Literatura ou para as Artes –, e por reconhecer a importância dos Elementos Materiais para as gerações futuras, reforçando a proibição da sua destruição, independentemente do seu propósito. Mas a posição adoptada pelos papas era oposta pelo seu outro lado destruir dessas mesmas obras, que continuavam a ser fonte para as colecções e para as novas construções.

O reconhecimento como testemunho, do saber e valores constituintes da Comunidade, e do papel complementar dos registos literários ocorreu da sua associação às Artes. Foi esta percepção que impulsionou o estudo e inventariação das obras, independente do literário, e a expansão do espaço de exploração além do território grego e romano. A propagação territorial evidenciou os factores em comum entre as diversas nações, decorrentes de influências externas, e demonstrou as particularidades das internas, cunhando-se o termo Antiguidades Nacionais – «monumentos antigos erguidos ou produzidos nos diferentes países europeus antes, e principalmente depois, do colonato romano» (Choay, 2016, p. 70). Embora a presença das influências externas fosse saliente, eram as internas que dominavam a abordagem de salvaguarda tomada por cada nação.

No panorama inglês, devido à Reforma, a desafeição das igrejas católicas criou um distanciamento sentimental, e por paralelo temporal, levando ao estudo das construções como conjunto. A proclamação da Rainha Elizabeth I¹², datada de 1560, é testemunha dessa visão, com a qual se proibia alterações significativas nas obras, vistas como testemunhos memoriais, incluindo as provenientes de outras religiões ou costumes. Outro exemplo da diferenciação inglesa foi o reconhecimento do estilo Gótico. Ao contrário do que se assistia na maioria da Europa, onde ainda era comparado à mestria grega, negando-se a sua presença na disciplina artística, neste território, o Gótico era visto como um estilo nacional, admirando-se o seu contributo construtivo e artístico.

12. Rainha de Inglaterra e da Irlanda (1533-1603).

A predominância das influências internas, marcadas por longos períodos de guerras, e pela chegada tardia das externas, fundou no povo inglês uma mentalidade de valorização e salvaguarda dos Elementos Materiais Móveis e Imóveis, permitindo a identificação do seu valor e o lançamento do debate sobre a preservação.

Este papel das influências também se reflecte nas abordagens dos outros continentes, onde a tomada de consciência de salvaguarda foi introduzida pelos Europeus, a partir da segunda metade do século XIX. Enquanto nos Estados Unidos da América se iniciou pela protecção do Património Natural, e a China só se juntaria nos anos 70 do século XX e pelo Património Histórico, no Japão preferiu-se uma abordagem de destruição conservadora.

Possivelmente devido a um orgulho pela própria história e cultura, ou por um desenvolvimento espacial numa linha temporal contínua e intacta até ao século XX, e sem influências externas significativas, a abordagem japonesa foi a de manter as técnicas construtivas vivas e de documentar a Construção ao mínimo pormenor. Desse modo, na chegada do fim de vida da materialidade, a obra era substituída por uma réplica exacta, sendo o património preservado imaterial – a técnica, a história e os valores – e a associação da morte material da Construção um resultado sem impacto cultural.

Em finais do século XVII, orientava-se para uma definição de Monumento centrada no valor histórico, desconsiderando-se a significação presente e o impacto futuro. Quando o termo foi introduzido no Dicionário Francês, em 1694, voltava-se a citar o valor memorial presente, mas a descrição aludia mais ao componente estético: «Monumento ilustre, soberbo, magnífico, durável, glorioso» (Choay, 2016, p. 18).

A ponte à influência que a Construção tem no Lugar foi primeiramente indicada por Quatremère de Quincy, que considerava que qualquer Construção poderia obter a denominação de Monumento, independentemente das suas propriedades, sendo o seu valor derivado da sua presença no Espaço.

A instituição do Iluminismo e o crescente interesse pelas Artes gerou um novo método de inventariação dos Elementos – a ilustração –, permitindo uma análise da obra integrada no seu local, sem a necessidade do Estudioso se deslocar. Uma acção relevante para os Imóveis, como foi o caso do Pártenon, na Grécia. A facilidade de comparar obras de diversos locais permitiu uma datação e conhecimento mais coerentes. Esta medida não veio sem os seus problemas, que se encontrava na exactidão dessas representações.

A veracidade da ilustração dependia do Artista, do pensamento e da mão deste. «Os desenhadores e pintores não têm por hábito tirar as medidas exactas, negligenciam os detalhes, atribuem à falta de habilidade as decisões formais que ignoram, procuram melhorar os seus modelos, reconstituem-nos muitas vezes de memória ou, ainda, de acordo com o seu próprio estilo» (Choay, 2016, p. 80). O desenho do Arquitecto não era por isso mais exacto, pois este «não se contenta em idealizar ou normalizar os monumentos antigos que representa: inventa deliberadamente. Ou ele reconstitui, sem outro apoio que não o da sua imaginação (e a isto se chama então *restaurar*), as partes ausentes dos edifícios arruinados [...] ou então o arquitecto imagina edifícios que nunca viu pessoalmente»

(Choay, 2016, p. 81). Tornaram-se comuns dois tipos de ilustrações: por um lado, a Construção era detalhada ao mínimo pormenor, mas isolada do seu contexto; por outro, era situada no seu local, mas secundarizava-se o desenho técnico, preferindo-se uma representação idealizada, normalmente correspondente a um cenário de ruína.

Os eventos que se realizaram a partir do século XVIII estimularam a tomada de consciência sobre a amplitude dos Elementos Representativos: da sua imaterialidade, do seu papel como testemunho de um acontecimento, grupo ou disciplina, do seu impacto no Espaço e dos valores associados, consciente (projectação de origem) e inconscientemente (associados posteriormente). Embora ainda fosse preferida a salvaguarda literária, com o complemento ilustrativo, e a fragmentação das obras arquitectónicas, a definição da linha temporal num antes, que já não seria possível recriar, e num depois, composto por uma nova configuração, tornou consciente no Ser a possibilidade de perda de um legado, de uma parte de si, desencadeando o estudo exaustivo das obras e de metodologias de salvaguarda, auxiliado pelos avanços industriais.

Um testemunho insubstituível

Até ao século XIX, embora ainda escassa, registaram-se diversas tentativas de salvaguarda de Elementos Imóveis, desde a destruição de construções parasitas, à desobstrução da envolvente imediata, à consolidação das obras, para evitar a ruína. Contudo, foram casos marcados pelo conhecimento da época e pelo conflito entre as áreas envolvidas.

O debate lançado pelos Ingleses adveio de uma tentativa em responder às intervenções restauradoras, consideradas destruidoras, que se multiplicavam pelo país. Na França, o resultado da venda do património nacional foi o que levou o povo a defender uma salvaguarda garantida respeitadora do seu legado¹³.

Sublinha-se que esta visão defensora do Cidadão foi cimentada parcialmente, continuando-se a ausentar na salvaguarda.

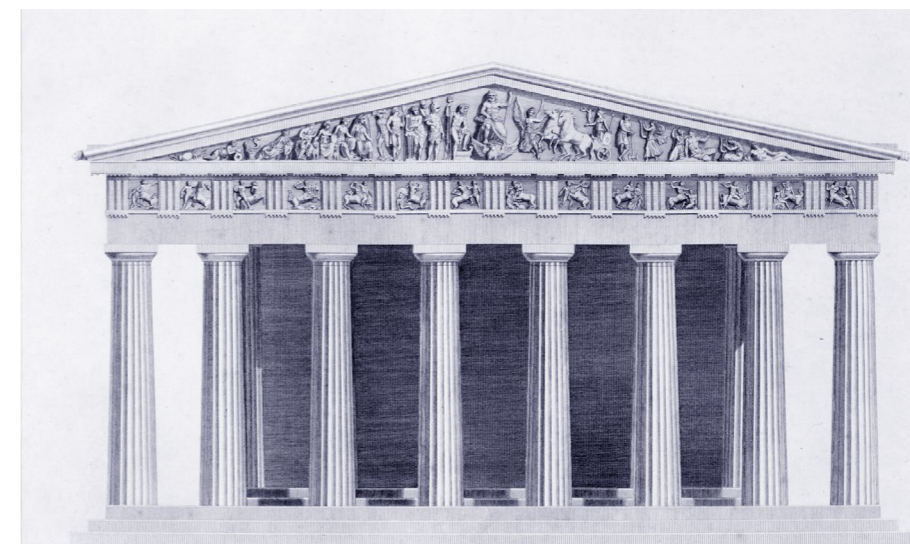
A partir de meados do século XIX, notava-se a definição da Disciplina. O quadro do legado edificado foi expandido, com a categorização proposta pela Comissão dos Monumentos Históricos Francesa, passando a reconhecer-se o valor da arquitectura menor¹⁴, da vernacular¹⁵ e da industrial¹⁶, e com ele o reconhecimento de Elementos contemporâneos e não monumentais.

13. Com a queda da Monarquia, em finais do século XVIII, os bens pertencentes à Coroa, Clero e emigrantes foram transferidos para a Nação. A Revolução despertou um desejo de salvaguarda do legado histórico.

As obras móveis foram transferidas para museus, com o intuito de instruir o povo. Já os imóveis, devido à instabilidade financeira e à necessidade de preservação, o Estado, a quem tinha sido inculcada a gestão do património, decidiu vender as obras a particulares, para financiarem a salvaguarda do património. No entanto, este investidor preferia demolir o legado para criar uma oportunidade de investimento, uma acção que revoltou o povo.

14. Conceito originado na Itália, corresponde a construções particulares não monumentais, normalmente de autoria popular.

15. Oriundo da Inglaterra, define as construções características de uma determinada região ou local.



16-17. Inventariação ilustrativa de Elementos Imóveis

O exemplo do Pártenon, na Grécia: a primeira gravura demonstra a abordagem idealista (Julien-David Le Roy, 1758), e a segunda a detalhada (James Stuart e Nicholas Revett, 1787).

Ainda prevalecendo o termo Monumento, e considerando-se Património os «bens pertencentes à nação e susceptíveis de um tipo de conservação» (Choay, 2016, p. 11), diversos estudiosos orientavam o seu foco para a relação entre a antiga arquitectura e a industrial, aprofundando o desenvolvimento da salvaguarda dos Imóveis. Destacando-se as abordagens inglesa e italiana, que incentivaram a reapropriação das construções, de modo a garantir a sua preservação e a impedir a sua transformação em espaços museológicos, desenvolveram-se essencialmente duas linhas de pensamento, opostas.

A primeira abordagem caracterizava-se pelo incentivo à intervenção, restituindo a construção ao seu estado original, destruindo qualquer adição e completando qualquer ausência. Em caso de dúvida, propunha-se uma configuração que se supunha corresponder melhor ao estilo da obra. A visão de Eugène Viollet-le-Duc resume esta acção, tida como exemplo. Numa procura por uma arquitectura mais moderna, sem interesse pelo passado ou pelos valores da obra, reduzindo-a à estética, o autor defendia que «restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento» (Viollet-le-Duc, 1854-1868, em Choay, 2016, p. 160).

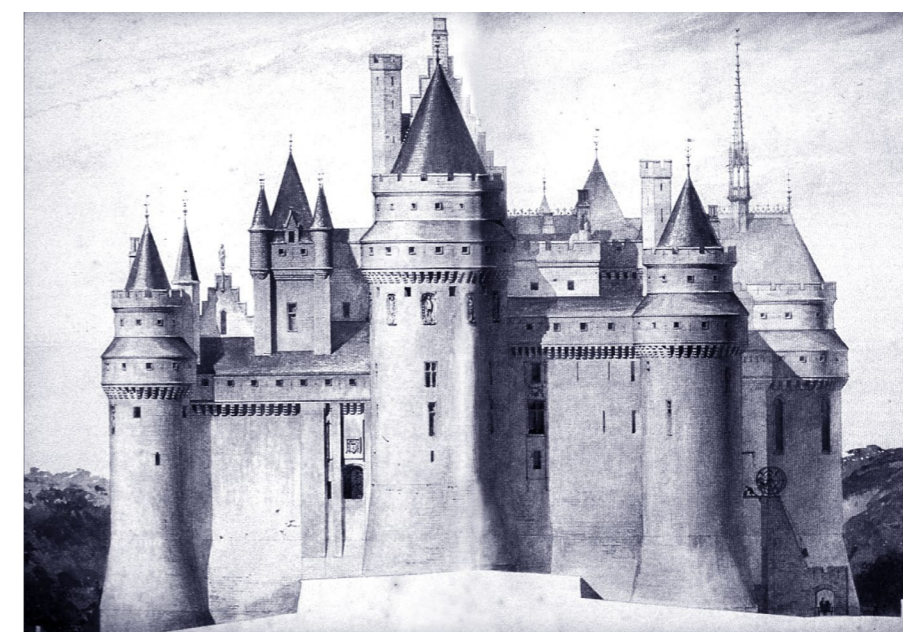
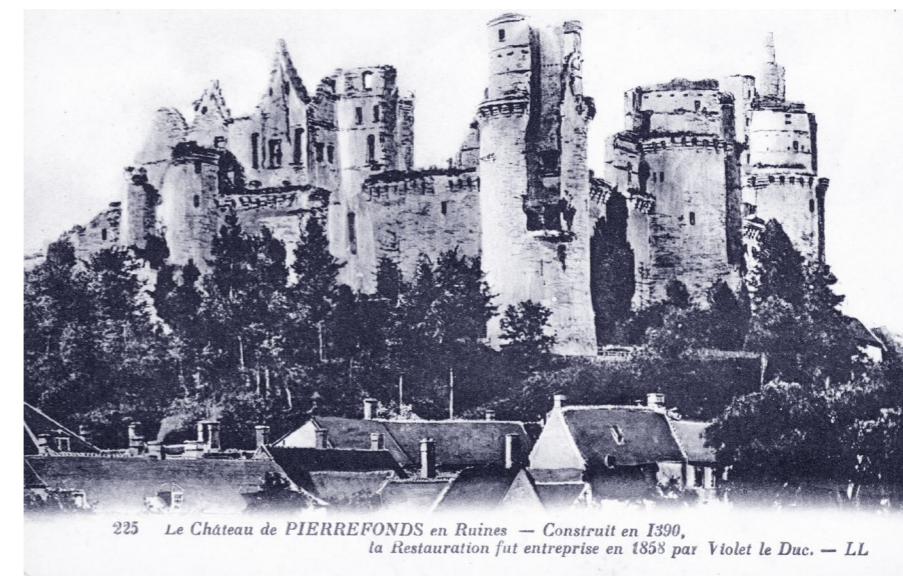
A segunda abordagem procurava não só consolidar a estrutura original como também o aspecto que a Construção ganhara com o tempo – a pátina –, visto pelos defensores como um valor da obra. Intervir o mínimo, como se não interviesse, apenas impedindo o desmoronamento. Um tratamento popular na Inglaterra, defendido e exemplificado por John Ruskin¹⁷, uma figura importante na introdução de novas ideologias para a salvaguarda de Elementos Imóveis. A defesa da qualidade histórica e artística, da leitura da cidade como conjunto e, como tal, da continuidade do tecido urbano, e a evidência do valor dos elementos a nível mundial foram alguns dos seus contributos.

Na prática, embora a preservação de obras arquitectónicas se tivesse resumido, até meados do século XX, a construções religiosas e civis monumentais e à abordagem de Viollet-le-Duc, o leque de possibilidades de intervenções em cada linha de pensamento levantava conflitos entre os defensores do mesmo lado. O aprofundamento do conhecimento não vinha de uma preocupação com o valor do legado, mas sim de uma tentativa em compreender conceitos antigos para projectá-los na nova arquitectura. Aliado à tendência de se analisar o Monumento como um objecto isolado, continuava-se a alimentar a destruição dos tecidos urbanos, em nome da modernização e do engrandecimento da obra.

O começo do novo século revelou uma alteração no entendimento intangível dos Elementos Representativos. Um dos teóricos que contribuiu para essa mudança foi Aloïs Riegl, que cruzou a análise da prática, aprofundada pelos seus predecessores, como Camillo Boito, à teórica, incentivando o estudo do Elemento e dos seus factores, especificamente, do papel do contexto e da Comunidade e a influência destes na obra e na abordagem projectual. Todas as obras portam um contributo artístico ou técnico e são testemunhas históricas, marcadas ao longo do tempo.

16. Como indica o nome, trata-se das obras erguidas após a Revolução Industrial.

17. Foi sob a sua proposta que foi criado, em 1895, o National Trust, na Inglaterra, a primeira associação, privada, para gestão do Património Histórico inglês.



18-19. A abordagem restauradora de Viollet-le-Duc

Intervenção do Castelo de Pierrefonds, na França – o estado de ruína (PI, 2018) e a proposta (Eugène Viollet-le-Duc, 1858).

Para Riegl, a diferença encontrava-se na fundamentação da construção, e com ela na da significação. O Monumento surgia da intenção em projectar um significado, ligado ao passado, provindo da Memória Colectiva. Já o Monumento Histórico era «constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amator, que o seleccionam de entre a massa dos edifícios existentes e de que os monumentos representam apenas uma pequena parte [... Ele] mantém uma relação diferente com a memória viva e com a duração. Ou é simplesmente constituído em objecto de saber e integrado numa concepção linear do tempo, e nesse caso, o seu valor cognitivo relega-o para a história em geral, ou para a história da arte em particular; ou então, pode também, enquanto obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso “desejo de arte” (*Kunstwollen*). Neste caso, torna-se parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história» (Choay, 2016, p. 25). O Monumento Histórico ganhava a significação pela associação à memória, à história, em geral ou da arte, à arte ou à técnica, após a sua concepção, podendo ser posicionada ou pertencer a uma temporalidade correspondente à sua datação, interesse ou significado.

A instituição desta visão intangível, abrangente à Envolvente e ao Grupo, veio com as marcas psicológicas e físicas provocadas pelas Guerras Mundiais. A nova realização permitiu admitir a materialidade e imaterialidade dos testemunhos e factores influentes, os valores passados e actuais associados, e todas as escalas – Construção, Envolvente, Lugar.

A primeira alteração adveio do estilo de vida e oportunidades que se desenvolveram com o progresso, e que levaram à associação do Património Arquitectónico ao Turismo, fortalecendo o interesse do Cidadão e criando uma fonte de financiamento para a preservação.

Em 1931, deu-se uma alteração significativa para a definição da disciplina de salvaguarda e preservação dos Elementos Representativos. Na 1ª Conferência Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizada em Atenas, na Grécia, foram delineadas as bases oficiais para a identificação, estudo, inventariação e preservação do Património. Intitulado Carta de Atenas, o documento identifica como uma das preocupações da acção as «dificuldades de conciliar o direito público e o direito dos particulares» (Carta de Atenas, ponto III), agravado pela diminuta colaboração entre os Profissionais.

Reforçando a necessidade de colaboração e instrução sobre esta área complexa, incluindo do Cidadão, clarifica que o valor da obra, classificado no documento de interesse histórico, artístico ou científico, engloba a sua envolvente, um contribuinte para o seu valor e configuração, considerando imprescindível a sua integração na salvaguarda. A ocupação da Construção, de uso compatível com o seu valor, auxilia a preservação, sendo a intervenção uma acção de urgência e o restauro um último recurso. Na necessidade de intervir, cada caso é particular, aconselhando o seu estudo, o respeito pelas intervenções realizadas até à data, vistas como testemunhos históricos, e o registo do estado actual e da obra a realizar, para análise futura.

A norma com maior impacto foi sobre a utilização de novos materiais, estes devendo ser distinguíveis dos originais, negando falsos-históricos. As intervenções inspiradas na ideologia de restauro de Viollet-le-Duc passaram a ser condenadas.

Da Materialidade ao Contexto

A devastação provocada pelas guerras reflectiu-se numa fragilização da Identidade Colectiva, trazendo à superfície emoções no Indivíduo que influenciaram o seu relacionamento e entendimento do Espaço. À consciência da perecibilidade e difícil replicação, foi acrescentada a sustentação da Identidade actual nos Elementos Representativos existentes. Tornou-se notória a importância dessas representações para também preservar um valor actual e o seu impacto no futuro. A salvaguarda permitia fortalecer uma identidade quase perdida e instaurar segurança no grupo. A importância das obras transcendeu o contributo disciplinar e o território local.

As instituições que se tinham vindo a formar, e tiveram as suas actividades contidas ou interrompidas pelo período conflituoso, viram os seus objectivos representados nas organizações internacionais criadas em resposta à Carta de Atenas e à urgente necessidade de preservar o legado.

Em 1945, foi fundada a primeira organização – a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). Trabalhando em prol da união e paz mundial, um dos sectores foca-se no estudo, salvaguarda e instrução sobre o Património, material e imaterial.

Onze anos depois, na 9ª Conferência Geral da UNESCO, foi criado o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Património Cultural (ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property) –, uma organização intergovernamental direccionada à conservação do Património, facultando recursos para os Profissionais e para a instrução do Cidadão.

Em 1962, as *Recomendações sobre a Salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios* expandiram o quadro patrimonial, com a inclusão dos Elementos Naturais. Reforçando o envolvimento da Comunidade e com a Envolvente, o documento aconselha a integração da salvaguarda nos planos de gestão territorial, para que o crescimento urbano não descaracterize a obra.

O 2º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em 1964, aprofundou as bases da intervenção em Património Arquitectónico, fundando o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS – International Council on Monuments and Sites), uma organização internacional não-governamental, parceira da UNESCO, centrada em «promover a teoria, a metodologia e a tecnologia aplicada à conservação, protecção e valorização» do legado edificado (ICOMOS, 2021). A *Carta Internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*, ou Carta de Veneza, verifica a salvaguarda como tangível e intangível, uma alusão à impossível separação das propriedades e características da obra da Comunidade e do Lugar. Ao definir o termo Monumento Histórico como «criação arquitectónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico» (Carta de Veneza, Artigo 1º), evidencia a projecção do valor consciente e inconscientemente na obra.

As guias propostas na *Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, em 1972, realçaram a ligação do Elemento com o desenvolvimento territorial. Especifica o quadro edificado, composto por Monumentos – obras arquitectónicas, arqueológicas, de escultura e pintura monumental, inscrições, grutas e grupos de elementos de interesse histórico, artístico ou científico –, por Conjuntos¹⁸ – grupos de construções isoladas ou de uma área, reconhecidos pela sua arquitectura ou relação com a paisagem, de interesse histórico, artístico ou científico –, e por Locais de Interesse – construções humanas ou conjugadas com a natureza, incluindo locais arqueológicos, de interesse histórico, estético, etnológico e antropológico; e o natural – formação, isolada ou conjunto, física e biológica de interesse estético ou científico, geológica e fisiográfica de habitat de interesse para a ciência e para a conservação, e locais de interesse naturais relevantes para a ciência, conservação ou beleza natural.

Os documentos internacionais lançados até ao início da segunda metade do século evidenciaram o impacto cultural, económico, educativo, espiritual, histórico e social da perda dos Elementos Representativos. Com a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, de 1975, que enfatiza a importância da salvaguarda dos valores para a sustentação do Ser, à qual se encontra interligada a coesão entre a Construção, a Envoltente e a nova arquitectura, a harmonia espacial tornou-se centro dos debates, numa tentativa em responder à generalização ameaçadora, que se tornava dominante.

As *Recomendações sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea*, ou Convenção de Nairobi, definidas em 1976, estenderam a valorização ao tecido urbano, completando o quadro do Espaço Construído, e reconheceram a importância da ambiência do Lugar – das actividades sociais e culturais, do modo de vida, das relações sociais e entre espaços, das redes de circulação e comunicação.

Como clarifica a *Carta Internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas*, ou Carta de Washington, de 1987, os espaços públicos e privados, as «relações entre os diferentes espaços urbanos: espaços construídos, espaços livres, espaços verdes; a forma e o aspecto dos edifícios (interiores e exteriores) definidos através da sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações entre a cidade e o ambiente envolvente natural ou criado pelo Homem; [e] as diferentes funções da cidade, adquiridas ao longo da sua história [são testemunhos dos valores evolutivos da Comunidade]. Qualquer agressão a estes valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica» (Carta de Washington, ponto 2) e das relações criadas.

Para finais do século, era notório que os valores associados ao Elemento também dependiam dos factores externos a este, desenvolvidos após a sua concepção.

No *Documento de Nara sobre a Autenticidade do Património Cultural*, de 1994, admitiu-se a evolução da Identidade Colectiva, a mutabilidade do contexto do Elemento e sua influência na obra. «Dependendo

18. O conceito foi introduzido nas *Recomendações sobre a preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas*, em 1968, na definição de Bens Culturais Imóveis.



20-21. Preservação de uma Identidade fragilizada

A reconstrução do centro histórico de Varsóvia (Polónia) (Wikimedia Commons, 2022), destruído na 2ª Guerra Mundial (s. a., 1945).

da natureza do monumento ou do sítio, do seu contexto cultural e da sua evolução no tempo, a avaliação sobre a autenticidade pode estar ligada a uma grande variedade de fontes de informação. Estas compreendem a forma e a conceção, os materiais e a substância, o uso e a função, as tradições e as técnicas, a localização e o seu enquadramento, o espírito e a expressão, o estado original e a evolução histórica. Estas fontes podem ser internas ou externas à obra, e permitem a descrição do património cultural nas suas dimensões artística, histórica, social e científica» (Documento de Nara, ponto 13).

Mas a leitura dos factores externos consegue ser conflituosa, como prossegue a *Declaração de San Antonio*, de 1996. Sendo a materialidade o comprovativo mais directo dos valores associados, a sua alteração, sem encontrar o equilíbrio entre as relações complexas entre o Elemento, a Comunidade e o Lugar, passadas, presentes e futuras, representa um risco tanto para a autenticidade da Construção, e da Envolvente, como para a continuidade da obra no espaço identitário do grupo.

A definição de Contexto, na *Declaração de Xi'An sobre a conservação do contexto dos monumentos, sítios e áreas de interesse cultural*, em 2005, desenvolve essa influência externa. O «meio, próximo ou distante, que participa e contribui para o seu significado e singularidade [...compreende aspectos físicos e visuais, a relação entre] o ambiente natural; com as práticas sociais ou espirituais do passado, ou presentes; com os costumes; com os saberes tradicionais; com os usos ou atividades, e outras formas ou expressões que integram o património cultural imaterial que criaram e conformaram o espaço e, ainda, com o meio, cultural, social e económico, atual e futuro» (Declaração de Xi'An, 2005, ponto 1).

Os *Princípios de La Valletta para a salvaguarda e gestão de cidades e conjuntos urbanos históricos*, adoptados em 2011, desenvolvem sobre o resultado das mudanças bruscas e desproporcionais aos factores internos e externos. Estas podem resultar na descaracterização do Lugar, podendo «levar ao deslocamento de comunidades e ao desaparecimento de práticas culturais, com a conseqüente perda de identidade e do carácter desses lugares abandonados. Tal pode resultar na transformação de cidades e áreas urbanas históricas em zonas monofuncionais dedicadas ao turismo e lazer, não apropriadas à vida quotidiana» (Princípios de La Valletta, 2011, ponto 2). Especificado aos elementos arquitectónicos contemporâneos, mas abrangente a qualquer alteração, defende que a adição de elementos «deve respeitar os valores do local e a sua configuração. Tal pode contribuir para o enriquecimento da cidade, mantendo vivo o valor da continuidade urbana» (Princípios de La Valletta, 2011, ponto 1). A harmonia abrange qualquer escala e factor tangível e intangível.

«O espírito do lugar é definido como o conjunto dos aspectos tangíveis e intangíveis, físicos e espirituais que conferem à zona a sua identidade, significado, emoção e mistério específicos. O espírito cria o espaço e, ao mesmo tempo, o espaço investe e estrutura este espírito» (Declaração de Québec, 2008, em Princípios de La Valletta, 2011, ponto 1).

O panorama português

Numa análise ao percurso da abordagem portuguesa, denota-se um esforço em reconhecer os Elementos Representativos. Mas tal como se assistiu nos restantes territórios, durante um longo período, foi resumida a construções monumentais ou de valor nacional reconhecido.

A primeira referência de salvaguarda consciente data das acções de D. João V. O seu Alvará de 1721 declarava sob protecção os «Monumentos antigos, que havia, e se podiam descobrir no Reino, dos tempos, em que nele dominaram os Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos, e Árabes» (ICOMOS, 2021), desde edificações, incluindo as em estado de ruína, a esculturas, letreiros, moedas, estas até ao reinado de D. Sebastião, essencialmente quaisquer obras e vestígios, móveis e imóveis, testemunhos desses tempos. O estudo, inventariação e classificação dos Elementos foram conferidos à Academia Real de História Portuguesa, em parceria com as Câmaras, responsáveis pela preservação¹⁹.

A partir de 1852, a preservação dos Monumentos tornou-se responsabilidade do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), mantendo-se até aos anos 20 do século seguinte²⁰.

Em 1901, o mesmo decreto que definiu as bases da classificação a Monumento Nacional, tornou o MOPCI, em conjunto com o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, responsável pela aprovação de projectos em Património, possibilitando um maior controlo nas abordagens tomadas. Nove anos depois, o território nacional contava com 468 bens classificados e reconhecia o valor artístico e histórico dos Elementos Móveis.

As medidas tomadas no panorama internacional ora se reflectiam no território português ora este confirmava a próxima visão.

Antes de 1931, decretou-se um conjunto de medidas que se encontrariam na Carta de Atenas. Em 1911, foi acrescentado o interesse arqueológico e autorizou-se um registo especial para imóveis de reconhecido interesse, histórico e artístico, não classificados. Em 1924, definiu-se a zona de protecção, de 50 metros, em redor do Monumento, que impedia alterações significativas nas construções localizadas nesse raio sem aprovação do Governo, reconhecendo a relação entre a Envolvente e a Construção, e foi criada a classificação de Imóvel de Interesse Público, para as obras que não apresentavam as condições necessárias para a classificação a Monumento Nacional. Em 1929, os serviços de preservação do Património Imóvel, disperso

19. Até finais do século XX, estas responsabilidades eram divididas entre uma entidade responsável pela salvaguarda (estudo, inventariação, classificação) e outra pela preservação (manutenção ou qualquer outra intervenção).

Para mais informação ver www.icomos.pt/recursos/legislacao-nacional.

20. Durante este período a salvaguarda do Património passou pela Real Biblioteca de Lisboa (1802-1870), pela Comissão dos Monumentos Nacionais (1870-1898), pelo Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (1898-1911) e pelos Conselhos de Arte e Arqueologia (1911-1932).

por diversas entidades, foram agregados num único organismo – a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

Em 1949, o Governo estendeu o dever de salvaguarda dos Elementos Representativos às Câmaras Municipais, responsáveis pelas obras de valor reconhecido pela sua comunidade, definindo a nova classificação de «Valor Concelhio», para obras de interesse arqueológico, artístico, histórico ou paisagístico.

A crescente divisão das responsabilidades a que se assistia, algumas com tarefas semelhantes ou relacionadas, pelos diversos departamentos governamentais, tornou-se conflituosa. Para solucionar este problema foi criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), em 1980. No mesmo ano, foram adoptadas as guias das cartas internacionais definidas até à data, como a integração do valor etnológico nos Monumentos, do valor sociocultural nos Conjuntos e do conceito de Sítios, medidas da Convenção de 1972, e de Enquadramento, da Convenção de Nairobi (1976).

Em meados da década de 80, observava-se a preocupação com os factores intangíveis do Património. Sendo a salvaguarda e preservação dos Elementos Representativos um direito e dever do Cidadão, e um encargo do Governo, era notória a associação à Identidade e à Memória Colectivas. A lei de 1985 relembra estas premissas e a incorporação da acção nos planos de gestão territorial. Definindo as bases de salvaguarda e preservação dos Elementos nacionais, colocou os bens em vias de classificação sob a mesma legislação dos bens classificados e sugeriu o arrendamento do Património, com o intuito de garantir o financiamento para a sua preservação.

Para finais do século XX, a expansão do quadro patrimonial e do número de encargos impostos no IPPC, levou a que a instituição secundarizasse a função para o qual foi concebida. Em 1992, foi criado o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), substituto do IPPC²¹, para a salvaguarda e preservação dos bens imóveis, partilhando encargos com a DGEMN. Na década seguinte, em 2006, estes organismos foram fundidos na Instituição de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), focada no património classificado ou em vias de classificação nacional, e que, desde 2007, passou a trabalhar em parceria com as Direcções Regionais de Cultura.

De momento, a salvaguarda e preservação dos Elementos Representativos no território português, materiais e imateriais, e de todos os factores influentes nestes, baseiam-se na legislação de 2001 e de 2009, apoiada pela Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) e pelas Direcções Regionais de Cultura.

A Lei n. 107/2001, de 8 de Setembro, «estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural –, desde a iniciativa para a abertura do procedimento, passando pelo estabelecimento da zona especial de protecção e culminando na elaboração do plano de pormenor de salvaguarda» (Decreto-Lei n. 309/2009 de 23 de Outubro do Ministério da Cultura, 2009).

Substituindo a lei de 1985, declara como Património Cultural os «testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, [que] devam ser objecto de especial protecção e valorização» (Lei n. 107/2011 de 8 de Setembro da Assembleia da República, 2001, Art. 2º, ponto 1), englobando os Elementos Materiais, móveis e imóveis, criados pelo Ser, em conjunto com ou apenas pela Natureza, os Imateriais, e respectivos contextos, que «possuem com aqueles uma relação interpretativa e informativa» (Lei n. 107/2011 de 8 de Setembro da Assembleia da República, 2001, Art. 2º, ponto 6).

A salvaguarda do Património encontra-se aliada ao acesso à cultura, permite «vivificar a identidade cultural comum; [...] promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local; [...] e] defender a qualidade ambiental e paisagística» (Lei n. 107/2011 de 8 de Setembro da Assembleia da República, 2001, Art. 12º, ponto 1).

O Decreto-Lei n. 309/2009, de 23 de Outubro, complementa a Lei de 2001, especificamente «o procedimento de classificação de bens culturais imóveis, o regime de zonas de protecção e o estabelecimento das regras para a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda» (Decreto-Lei n. 309/2009 de 23 de Outubro do Ministério da Cultura, 2009), este último definido pelas Câmaras Municipais, em conjunto com a DGPC, na altura IGESPAR, e a Direcção Regional de Cultura correspondente.

A DGPC foi criada em 2011, da união do IGESPAR com o Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., e outras entidades regionais, voltando a unir num único organismo a «gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional» (Decreto-Lei n. 126-A/2011 de 29 de Dezembro da Presidência do Conselho de Ministros, Art. 28º, ponto 1).

21. Em 1997, a Instituição dividiu-se em dois departamentos: o novo IPPAR, responsável pelo Património Arquitectónico, e o IPA – Instituto Português de Arqueologia, responsável pelo Património Arqueológico.

3.2. Metodologias de intervenção

A análise dos documentos contribuintes para a salvaguarda do Património, de estudos e teorias, a cartas e legislações, permite compreender os pontos fundamentais a considerar na abordagem projectual, determinantes para uma intervenção respeitadora, preservadora e funcional para o Património, a Comunidade e o Lugar.

A perspectiva de Gustavo Giovannoni reconhece e relaciona os valores do passado e do presente, resumindo a relação entre estes elementos essenciais para a intervenção no Espaço Construído e no Património:

- «Em primeiro lugar, qualquer fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano de ordenamento (*piano regolatore*) local, regional e territorial, que simboliza a sua relação com a vida presente. [Um trabalho que alia a configuração urbana aos valores antigos e actuais e às relações sociais.]
- De seguida, o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício singular no exterior do contexto edificado no qual se insere [... A cidade] resulta dessa dialéctica entre a «arquitectura maior» e a que a rodeia. É por isso que isolar ou «libertar» um monumento acaba por significar, a maior parte das vezes, mutilá-lo.
- Finalmente, preenchidas estas duas primeiras condições, os conjuntos urbanos antigos pedem procedimentos de preservação e de restauro análogos aos definidos por Boito para os monumentos²² [...] que têm por objectivo essencial respeitar a escala e morfologia desses conjuntos, preservar as relações originais que ligaram parcelas e vias de circulação» (Choay, 2016, p. 211).

Integrando em qualquer fase o estudo dos componentes materiais e imateriais, passados e presentes, a primeira etapa da abordagem projectual passa pelo estudo da escala alargada – do Lugar, construído e natural. No conhecimento das características do Grupo – dos costumes, das crenças e tradições, dos acontecimentos determinantes e das necessidades actuais –, do contexto – da projecção da Identidade Colectiva no espaço, nos hábitos de utilização e significação –, e da configuração – das marcas históricas, das propriedades inerentes do local, da sua aplicação nas obras, na relação entre a natureza e a urbanização, da forma, da materialidade, das cores e texturas, dos sons e cheiros, das infra-estruturas e acessibilidades.

22. Abordado na Escala Aproximada.

Esta informação exprime as condições actuais do espaço urbano e da envolvente da obra – o crescimento, a distribuição das funções, o equilíbrio entre os tipos e usos dos espaços, e as relações estabelecidas –, as condições que levaram à construção do Património e que cooperaram na sua configuração, e à sua posição no espaço identitário.

A integração da salvaguarda patrimonial nos planos de gestão territorial surgiu da tentativa de garantir esta coesão entre os factores das diversas escalas. A Convenção de Nairobi (1976) reforça o papel da «harmonia das alturas, cores, materiais e formas, constantes na composição das fachadas e dos telhados, relações de volumes construídos e dos espaços, bem como as suas proporções médias e a implantação dos edifícios» (Convenção de Nairobi, 1976, Art. 28º) para a preservação dos valores associados ao espaço e, por paralelo, da Identidade Colectiva.

Esclarece ainda que, se «existirem planos de salvaguarda, só poderão autorizar-se programas de requalificação urbana que prevejam a demolição de imóveis sem interesse arquitectónico ou histórico, ou demasiado degradados para serem conservados, ou ainda que tenham por objectivo remover acrescentos sem valor, ou que consistem em demolir edifícios recentes que colidam com a unidade do conjunto, quando estas acções não violarem as previsões dos mencionados planos» (Convenção de Nairobi, 1976, Art. 24º).

Na inexistência dos planos de gestão, a salvaguarda e preservação do Património devem-se reger pelos documentos respectivos e legislação em vigor.

O estudo da escala intermédia – da Envolvente da Construção –, que como indicado é iniciado na primeira fase, tem um elo forte com os planos de salvaguarda. A reorganização urbana, decorrente do seu desenvolvimento, – a aglomeração ou a transposição de certas funções, serviços essenciais e comércio para novos centros – pode resultar, resumidamente, em três acções prejudiciais à continuidade do espaço identitário. Do mesmo modo que a intervenção na Construção pode afectar a Envolvente e o Lugar, a intervenção na Envolvente, influenciada pela do Lugar, pode afectar a Construção.

O primeiro efeito é o abandono da área. A restrição da oferta, de qualquer natureza, torna a sustentabilidade do local insuficiente. Os pontos de interesse restantes não são capazes de manter a vivência do espaço, e com essa perda ocorre o termo da ambiência, da vida cultural e social. O Espaço perde o lugar no Mapa Mental, acabando por ser esquecido e facilitada a sua demolição, dado o afastamento emocional.

O segundo é a destruição pela modernização. As antigas construções, caracterizadas pelos factores do seu tempo, dando um visual próprio ao conjunto, são substituídas pelas novas construções genéricas, sem detalhes típicos. Embora a Envolvente consiga segurar a sua posição no Mapa, a razão para tal e a pormenorização decorre do uso e necessidade do Indivíduo para se orientar pelo espaço, e não pela significação.

Ainda relacionado com a alteração moderna, o planeamento e construção de vias de circulação automóvel, implicando o aumento de tráfego, e com ele de poluição, aceleração da deterioração

material e entrave à circulação pedonal, pode afectar directamente a Construção. Os planos de melhoramento dos sistemas de circulação da Cidade devem analisar o impacto da localização das vias no espaço existente.

A terceira causa está relacionada a uma acção também benéfica para o Lugar, a Envolvente e a Construção – o Turismo. A criação de postos de trabalho, o investimento financeiro e a divulgação cultural permitem a sustentação e o crescimento do Lugar. A preservação da Construção deriva da necessidade em responder a um programa. No entanto, a longo prazo, os efeitos inerentes da acção levam a uma exploração da ambiência, padronizando-a, à desagregação da vivência da Envolvente e à morte lenta da Construção. A transformação da Envolvente num espaço exclusivamente turístico, resulta na concentração de pessoas, não pertencentes à Comunidade, estas concentradas noutra área, atraídas por uma história ou costume distinto, que exploram até à exaustão. A Construção característica é desvirtuada, para corresponder à homogeneização da nova função. O resultado é semelhante ao efeito da modernização. Mantendo-se no Mapa, com função diferente, a posição significativa desaparece.

A velocidade do desenvolvimento – do acompanhamento da evolução tecnológica, das novas necessidades e características – é também fundamental para a salvaguarda do Património e do Lugar. Envolvendo a salvaguarda de valores passados e actuais, deve ser um processo demorado, analisando-se o impacto, para se detectar os efeitos nocivos numa fase inicial. Seguindo este processo, os planos podem ser reajustados ou então suspensos, e os problemas evitados no futuro.

A definição de zonas de protecção na classificação de Elementos Representativos é um método para controlar estas acções generalistas. Segundo a legislação portuguesa, é atribuído ao imóvel uma Zona Geral de Protecção de 50 metros, a contar dos limites externos²³. «As zonas de protecção são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cercas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios [ou alterações no interior com impacto arqueológico,] sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente» (Lei n. 107/2001 de 8 de Setembro da Assembleia da República, 2001, Art. 43º, ponto 4). Caso a Zona Geral de Protecção não seja suficiente, pode ser atribuída uma protecção extra – Zona Especial de Protecção –, com guias acrescidas²⁴.

O contributo da intervenção não é apenas a preservação de uma construção com valor para a Comunidade ou de interesse para uma disciplina. Ela deve incentivar a dinâmica do espaço, motivar situações económicas, sociais e culturais, de recreio, lazer e contemplação, melhorar a qualidade de

23. Esta protecção é declarada na abertura do procedimento de classificação, resultando na suspensão de licenças que impliquem alterações urbanísticas, como definido pelo artigo 42º da Lei n. 107/2001, de 8 de Setembro. A suspensão poderá ser levantada, após pedido de análise do projecto.

Caso a área de protecção atinja parte de uma construção, considera-se toda a obra abrangida.

24. Denominada Zona Especial de Protecção Provisória para bens em vias de classificação, a área é definida na parceria entre a DGPC, a Direcção Regional de Cultura correspondente e a Câmara Municipal, e pode incluir zonas *non aedificandi*.

vida e do ambiente, motivar o desenvolvimento, e respeitar e manter o existente, conservando os factores, tangíveis e intangíveis, dos espaços.

A escala aproximada foca-se na análise no elemento a intervir – na Construção –, na história, no significado, usos e alterações consequentes, configuração (espacialidade, materialidade e técnicas) e desempenho estrutural, no conhecimento da obra original, da sua evolução e factores directamente influentes. No cruzamento da informação obtida nas fases anteriores com a situação da obra, para que esta mantenha a sua essência e seja integrada no contexto actual, sem impedir o futuro.

Camillo Boito²⁵ propôs a distinção das intervenções em três tipos, acomodados ao contributo da obra: «Para os monumentos da Antiguidade sugere um restauro *arqueológico*, que se preocupe, antes de mais, com a exactidão científica e, em caso de reconstituição, considere apenas a massa e o volume, deixando de alguma forma em branco o tratamento das superfícies e da sua ornamentação. Para os monumentos góticos propôs um restauro *pitoresco*, que concentre o seu principal esforço no esqueleto (ossatura) do edifício e abandone as carnes (estatuário e decoração) à sua ruína. Finalmente, para os monumentos clássicos e barrocos é proposto um restauro *arquitectónico*, que leve em conta os edifícios na sua totalidade» (Choay, 2016, p. 169).

Por outro lado, Camillo Sitte via a encenação do monumento como uma expressão artística no espaço urbano. O uso de iluminação, estrategicamente posicionada, trata-se também de um tipo de encenação, que destaca a imagem da construção. «Rompendo a espessura da noite, o monumento, qual aparição de uma divindade em glória, parece resplandecer a eternidade [...] revela-lhe uma outra dimensão, poética ou transcendente» (Choay, 2016, p. 230).

Ao debater a abordagem projectual, a Declaração de San Antonio (1996) revela questões-chave para a salvaguarda material e imaterial tanto da Construção como do Lugar. A obra, vista como uma unidade, completa, incluindo os fragmentos e adições, deve reflectir o valor primordial e a sua história. Isso implica a identificação das alterações, caracterizantes das funções que albergou. Na análise da relação da Construção com a Envolvente e o Contexto, deve-se averiguar se os dois factores representam o estado inicial, da época de origem da obra, ou a outros períodos significativos, se as suas condições presentes valorizam ou desvalorizam a obra, e se a Comunidade se identifica com a Construção e qual o valor associado a esta (Declaração de San Antonio, 1996, Capítulo C, ponto 1).

A utilização do espaço revela a relação que o grupo tem com este e qual o impacto que uma alteração poderá ter na continuidade da Comunidade. As novas funções devem respeitar os usos e costumes existentes, que podem não corresponder à intenção inicial. «Antes de introduzir uma nova

25. Boito uniu as visões opositoras de Viollet-le-Duc e de Ruskin. O seu contributo mais marcante foi registado no III Congresso de Engenheiros e Arquitectos, realizado em 1883, do qual resultou a Primeira Carta de Restauro italiana (Prima Carta del Restauro).

As guias que propôs na reunião direccionavam-se para uma intervenção respeitadora da autenticidade da obra: a diferenciação entre novo e existente, do estilo à materialidade, incluindo a simplicidade de detalhes e ornamentos nas adições; exposição de vestígios da obra, instruindo os visitantes da sua história; e a documentação do processo de intervenção, com devido registo fotográfico, para futura análise.

actividade, é necessário considerar o número de utilizadores envolvidos, a duração da utilização, a compatibilidade com outras actividades existentes e o impacto sobre as práticas tradicionais locais» (Princípios de La Valletta, 2011, ponto 4). É aqui que pode surgir o primeiro conflito no desenvolvimento do projecto, antes da harmonia material: na incompatibilidade entre a função correspondente ao valor primordial da Construção, enquadrada no contexto envolvente da altura, a função necessária ou desejada, e a função compatível com o contexto actual.

O Fachadismo

«É tempo de recorrer a uma «última arma», discutível, sem dúvida, mas muito melhor que a demolição pura e simples: a da preservação da fachada, e/ou parte do edifício em causa, integrando-a na nova construção; são só vantagens: não impede a escavação para pisos subterrâneos (...); permite o acerto das cérceas, através dos andares, recuados ou não, de construção nova; permite ganhos térmicos consideráveis (...); e tem ainda por si o factor cultural de não se perder a ligação com um pedaço de história da cidade, que antes fica assim «embutida», a fazer parte de uma nova história... e tudo isto para além de vir ainda a prestigiar o edifício (...) tudo pelo preço de não demolir o plano da fachada, durante a construção» (José Manuel Fernandes, 1982, em Paula Melâneo, 2018). Esta é a definição da abordagem controversa do Fachadismo, popular no território português.

Pode-se considerar como a tomada de uma perspectiva moderna na preservação de Património Imóvel. É possível encontrar na arquitectura contemporânea exemplos de uma encenação consciente, em que o pano exterior da Construção é pensado e construído independente da estrutura interna. O papel de cenário da fachada é assumido. Mas em obras existentes, com valor associado, a questão torna-se mais complexa.

Apontado como a solução para a criação de novos desenvolvimentos ou para responder às exigências técnicas em vigor, incompatíveis com a estrutura antiga da Construção, é prometido um espaço moderno ao mesmo tempo que se salvaguarda um legado em risco. As funções que a Construção, geralmente, acaba por abrigar – residências de luxo ou temporárias, hotéis de luxo, escritórios ou espaços comerciais –, representantes da *sobremodernização*, demonstram a visão pretendida: espaço minimalista e genérico, desenhado para o Utilizador, membro de uma elite ou visitante. A importância em responder aos gostos e necessidades de um grupo variado não nativo, sobrepõe-se às propriedades, características e necessidade do Lugar e da Comunidade.

Uma tentativa de adaptar a Construção abandonada, cuja função anterior já não se aplica, a uma necessidade ajustada à configuração ou não. Embora a fachada, uma parte, incorpore a representação material das características das obras, a redução a essa parte impede a leitura do conjunto, da leitura dos factores materiais e imateriais da Construção.

Volta-se a aludir às medidas declaradas nos documentos oficiais sobre a salvaguarda e preservação do Património, de modo a mostrar a relação destas com a questão em causa. Mesmo não se referindo o conceito de Fachadismo, é clara a relação, que se pode resumir em três pontos: leitura como



22-23. Intervenção moderna de encenação da fachada

Kunsthau Bregenz, na Áustria, do Arq. Peter Zumthor – vista exterior (Wikimedia Commons, s. d.); e vista das escadas (Andrea Osti, 2013).

24. Intervenção de Fachadismo

Residência de Estudantes “New Hall”, da University College London, no Reino Unido (Gareth Gardner, s. d.).
A nova construção distancia 1 metro da fachada do antigo Armazém, datada do século XIX, com a qual não coincide os vãos.

conjunto, respeito pelo existente e harmonia com o novo, e continuidade da Construção e do espaço envolvente, material e imaterialmente.

Já na Carta de Atenas (1931) é declarado o respeito pela Envolvente e pela obra histórica e artística de todas as épocas representadas na configuração da Construção. Uma guia aprofundada na Carta de Veneza (1964), à qual associa a importância da continuidade funcional para a salvaguarda. Deve-se manter os valores históricos, respeitar a materialidade original e basear-se em documentação autêntica, «qualquer acrescento ou complemento, que se reconheça indispensável, por razões estéticas ou técnicas, deverá harmonizar-se arquitectonicamente com o existente e deixar clara a sua contemporaneidade» (Carta de Veneza, 1964, Art. 9º). «É dentro destes limites que se devem conceber, e que se podem autorizar, as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes» (Carta de Veneza, 1964, Art. 5º).

A Convenção de Nairobi (1976) une o impacto da função ao espaço envolvente, que também influencia a compatibilidade. «Os usos a dar às edificações terá de adaptar-se às necessidades sociais, culturais e económicas dos habitantes, sem desvirtuar o carácter específico do conjunto histórico» (Convenção de Nairobi, 1976, ponto 33),

A Carta de Burra (2013) é clara sobre a adaptação de uma obra existente, resumida na apresentação da ideia defendida: «faz o que for necessário para cuidar do lugar e torná-lo utilizável, mas altera o menos possível para manter o seu significado cultural» (Carta de Burra, 2013, Preâmbulo)²⁶. Trata-se da ocupação do imóvel com um uso útil, compatível com o seu valor cultural, contribuindo para a sua salvaguarda. As intervenções para a adaptação à nova função deverão respeitar o valor da Construção, o Lugar e a Comunidade. Pode envolver a introdução de novos espaços, materiais e soluções técnicas, como a melhoria do desempenho térmico ou acústico, desde que o impacto seja reduzido, preferencialmente nulo, nos valores. Se a intervenção afectar de algum modo os valores, deve-se optar pela sua reversibilidade, para não impedir a continuidade da obra.

A referência mais próxima do conceito e crítica do Fachadismo encontra-se nos *Princípios para análise, conservação e restauro de elementos estruturais do património arquitectónico*, ou Princípios de Zimbabué (2003). «O valor do património arquitectónico não se limita à sua aparência visual. Depende, também, da integridade de todas as partes que o compõem, pois é um produto único da tecnologia construtiva da sua época. Consequentemente, deve ser evitada a remoção dos elementos estruturais internos, para apenas manter as fachadas» (Princípios de Zimbabué, 2003, ponto 1.3).

A incoerência desta intervenção denota-se no risco de queda das fachadas, que despidas do seu suporte, eleva a probabilidade de desmoronamento das partes restantes. Nesta situação, escolhe-se a reconstrução da fachada à imagem da pré-existência, ou seja, é criado um falso-histórico em nome do valor cultural, perdido no momento em que se optou pelo Fachadismo, contribuindo apenas para a continuidade da imagem urbana.

26. «The Burra Charter advocates a cautious approach to change: do as much as necessary to care for the place and to make it usable, but otherwise change it as little as possible so that its cultural significance is retained».

Esta abordagem de encenação encontra-se relacionado à ausência da Construção do Mapa Mental, e com isso à desconexão relacional da Comunidade, ou à imposição da visão dos factores externos ao grupo, como os Poderes Superiores ou os investidores privados. Ao carece de significação, a mutilação da Construção não é questionada, vista como o único recurso de salvaguarda, preferível à perda material total. Não se lamenta a perda de um legado representativo de um valor, material e imaterial, mas sim de uma imagem, ou da continuidade desta. O Indivíduo lamenta a alteração visual brusca do seu espaço, um choque para o seu ser.

Reconhece-se o benefício da abordagem para casos cujo interior da estrutura se tornou insustentável de preservar e o seu exterior é mantido em memória. Neste caso, a fachada torna-se numa imagem parcial de uma época, e não da memória ou do valor na sua totalidade. O interesse do vestígio da obra resume-se ao contributo para uma disciplina.

Após todo o processo de salvaguarda do Património, assiste-se a uma abordagem semelhante aos tempos primórdios: a uma preservação de vestígios imóveis, transformados em máscaras para as novas construções, em respeito a um interesse (histórico, artístico, arqueológico, etc.), muito próxima do falso-histórico.

«E surge a questão, estamos a reabilitar e a fazer cidade para quem? Cidadãos locais, que não reconhecem a sua cidade nestas novas estruturas comprometidas e inacessíveis? Cidadãos temporários, que precisam apenas de um visto de residência e que pouco vêm usufruir da cidade? Visitantes, que supostamente procuram a autenticidade do local, perdida entre estas operações?» (Melâneo, 2018)

3.3. Uma intervenção em Património Arquitectónico

O valor dos Elementos Representativos não está restringido à sua delimitação e temporalidade. Eles carregam um valor passado, projectado na sua construção ou posteriormente, com a sua utilização, e um valor presente, desenvolvido da evolução das características, propriedades e necessidades da Comunidade e do Lugar.

Na intervenção numa construção antiga, o projecto implica sempre alterações, conforme as exigências técnicas actuais, quer mantenha a função ou proponha outra. A manutenção do estado presente é por vezes inviável, principalmente num estado avançado de deterioração, e reverter ao original corre-se o risco do falso-histórico.

A evolução deve e tem de existir, e a intervenção tem de trabalhar com as duas linhas temporais – preservar os valores primordiais, reflectidos na materialidade da obra, e a significação presente, e posicionar a Construção na vivência do Lugar.

A necessidade urgente de intervir no vasto legado patrimonial degradado e abandonado, presente no território português, e a falta de recursos financeiros para tal acção, levou as entidades responsáveis pela salvaguarda do Património a recorrerem a financiamentos privados. Dado o crescente interesse no desenvolvimento turístico, a defesa passou a estar associada a esta função.

Neste subcapítulo, é analisado um caso de reuso de Património Arquitectónico, para a vertente turística, cuja abordagem projectual foi influenciada pelo confronto entre testemunhos temporais distintos – novo, existente e histórico.

O Mosteiro de Santa Maria do Bouro ²⁷

Localizada em Bouro (Santa Maria), no município de Amares, distrito de Braga, a Pousada de Santa Maria do Bouro nasceu da iniciativa das Pousadas de Portugal ²⁸, mais concretamente da proposta “Pousadas Design Histórico”, que aliava a preservação de legado arquitectónico, ao alojamento turístico e à integração na vivência actual, segundo uma abordagem mais moderna. Para a pequena povoação, que conta com 659 habitantes (INE, 2021), a intervenção representa a preservação de um legado e a criação de um ponto turístico e de rendimento.

27. «A designação oficial da classificação refere-se ao imóvel como “Convento”, mas na verdade o mais correcto deveria ser “Mosteiro”, pois tanto a Ordem de São Bento e como a de Cister tinham votos monacais, com clausura e prática da vida contemplativa» (SIPA, 2020).

28. Proposto, em 1941, e gerido pelo Governo Português, desde 2003 que a iniciativa foi privatizada, orientada pelo Pestana Hotel Group (ENATUR, 2020).



25. O lugar de Bouro (Santa Maria)

O território é marcado maioritariamente por zona montanhosa, pontuado por habitações e vias de circulação. Selecção menor corresponde à Igreja e Mosteiro de Santa Maria do Bouro.



Implantada na encosta da Serra de São Mamede, as origens da construção religiosa estão rodeadas de misticismo. Segundo a lenda, uma luz terá iluminado o esconderijo de uma imagem da Virgem a dois monges da Ordem de São Bento, que edificaram uma ermida, dedicada a São Miguel, no local. As análises arqueológicas comprovam a datação da Igreja até ao século XII, altura que também é datada a primeira referência bibliográfica. Em 1148, D. Afonso Henriques doou o couto do Bouro aos beneditinos, que governaram até finais do século, passando posteriormente para a Ordem de Cister, que mudaram a invocação para Santa Maria.

«O mosteiro primitivo seria constituído provavelmente por uma igreja de três naves com cabeceira tripartida de planta rectangular, e os edifícios monacais organizavam-se à volta do claustro encostado à parede meridional da igreja» (SIPA, 2020), configuração que, em geral, manteve.

A partir do século XV, devido a problemas de gestão²⁹, o Conjunto entrou em degradação, começando a ser intervencionado no século seguinte. Foi neste período que a Igreja ganhou as propriedades maneiristas e o vestíbulo profundo, e o Mosteiro a configuração em planta U, com a expansão a Sul.

No início do século XVIII, com o aumento do número de monges³⁰, o Conjunto sofreu a maior intervenção até à que lhe daria novo intuito. A Igreja, além de melhorias decorativas³¹, foi ampliada com a introdução da Sacristia³² e a Sala do Capítulo. O Mosteiro adquiriu uma nova cozinha e refeitório, a Este, e uma nova ala, de planta de “L” invertido, a Oeste, para onde foi transferida a entrada principal, os lagares e as adegas, no piso térreo, e a biblioteca e os aposentos do Abade, no piso superior. Eventualmente, o Conjunto ganhou a configuração que chegou até ao século XX.

A Igreja, de planta rectangular e de nave única, apresentava uma igual variedade de materiais – granito, madeira, ferro, telha e azulejo – e de estilos – românico, maneirismo, barroco, rococó e neoclássico. A fachada principal, orientada a Oeste e marcada pela escadaria e pelo vestíbulo profundo, era encimada por frontão de volutas com o brasão da Ordem de Cister, o de Portugal e a cruz latina. Em cada extremo encontrava-se uma torre sineira, ambas de cobertura em cúpula bulbosa. As paredes eram pintadas de branco, excepto a fachada a Norte, que manteve o traçado românico, deixando-se a alvenaria de granito à vista.

O seu interior era decorado pelo pavimento em granito, as paredes a branco e o tecto em madeira, a imitar abóbadas nervuradas, e composto pelo coro alto, sob a entrada, a pia baptismal, à esquerda, a pia de água benta, à direita, as capelas laterais e o púlpito, acedido por um dos corredores das capelas. As capelas laterais, acedidas por arco de volta perfeita e sob colunas toscanas, eram intercomunicantes,

29. A gestão da Ordem e das propriedades correspondentes estavam sob a responsabilidade de um abade escolhido pelo Rei, contribuindo, essa administração parcial, para a decadência da Igreja e do Mosteiro, que se reflecte no registo de sete monges a viver nos aposentos precários, em 1533 (SIPA, 2020).

30. Em 1692, registou-se 34 monges (SIPA, 2020).

31. Na capela-mor, o cadeiral, introduzido no século XVI, foi remodelado e o retábulo dourado (SIPA, 2020).

32. A aplicação dos azulejos na Sacristia foi realizada em início do século, da autoria de Teotónio dos Santos (SIPA, 2020).



26. A envolvente da Igreja e do Mosteiro de Santa Maria do Bouro

Rodeado a Sul por campos verdes e de cultivo, e a Norte pela povoação, em geral, o desenvolvimento da localidade aparenta ter respeitado o carácter isolado do Conjunto.



27-30. A pré-existência de Santa Maria do Bouro

Vista Norte da Igreja (SIPA, 1974), onde é possível identificar a fachada românica; Fachadas principais da Igreja e do Mosteiro (SIPA, 1946); Fachada lateral Oeste e campos do Mosteiro (SIPA, 1962); e Vista interior da Igreja: entrada (SIPA, 1974).

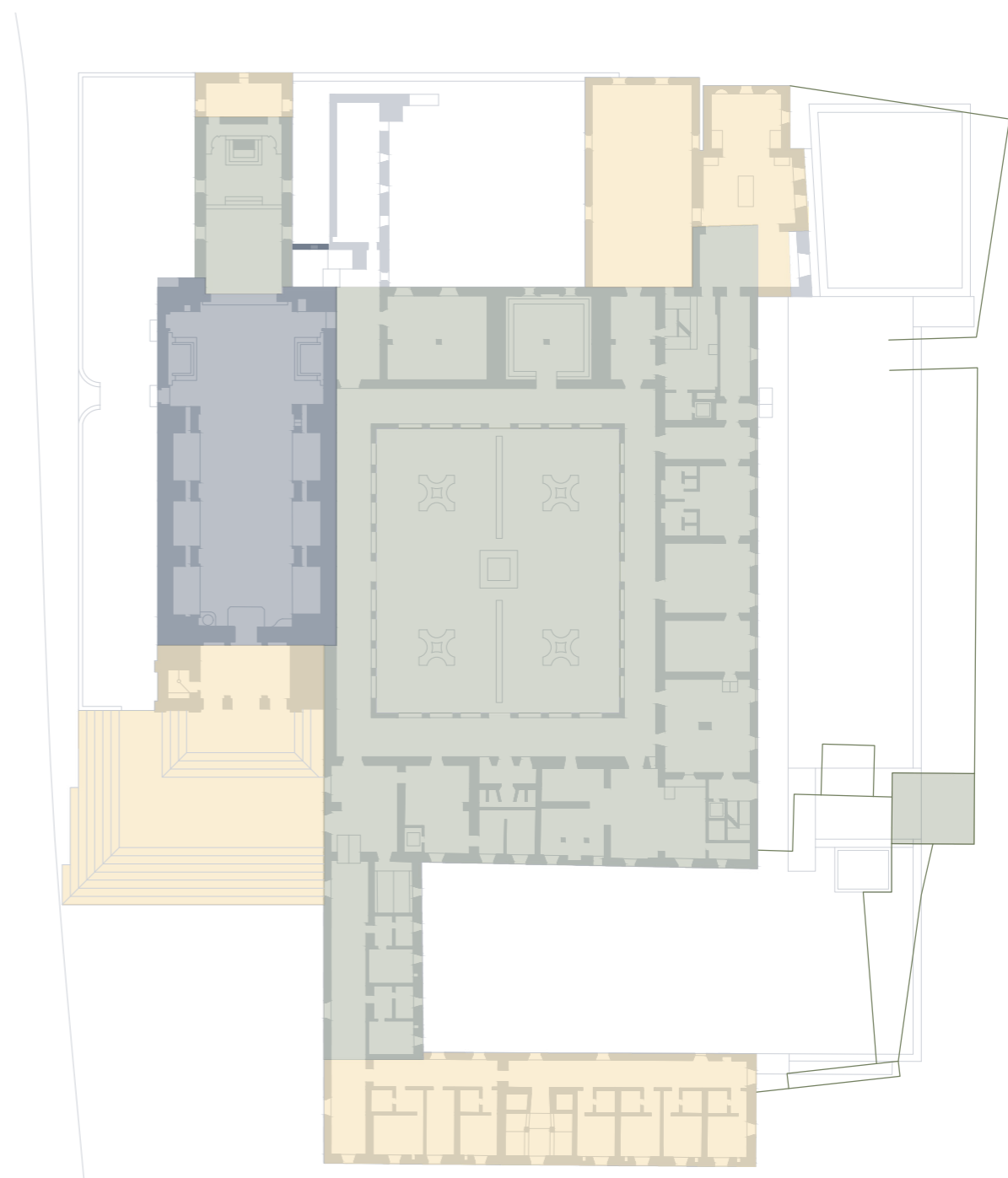
apresentando o tecto em abóbada nervurada, e paredes revestidas a azulejo e pinturas murais. O estilo neoclássico encontrava-se nos retábulos laterais e no cruzeiro, este com abóbada nervurada e sanefas dos arcos em estilo rococó. A capela-mor dispunha de uma abóboda de berço, feita em madeira pintada de azul, dois cadeirais laterais de talha dourada, de duas filas, a tribuna do órgão, sob o cadeiral esquerdo, e um retábulo-mor barroco joanino, também em talha dourada. Antes de chegar à Sacristia, encontrava-se um lavabo monumental, decorado com figuras da Ordem de São Bento. A Sacristia apresentava azulejos joaninos, tecto em caixotão de madeira e motivos barrocos (SIPA, 2020).

O Mosteiro desenvolvia-se a Sul da Igreja, crescendo no sentido Este-Oeste. Dado o declive do terreno, este adaptava-se ao terreno, crescendo verticalmente entre dois e três pisos. Construído também em granito, as fachadas apresentavam vãos de diversas dimensões e características – de verga recta, sacada, gradeadas, de peito ou em arco. A fachada principal, orientada a Norte, era composta por três vãos rectos de entrada, dois deles emoldurados por pilastras e frontão triangular, e janelas de sacada no último piso, intercaladas por cinco estátuas de personagens de destaque, para a Ordem ou para o País – a Sagrada Família, D. Afonso Henriques, D. Sebastião, Cardeal D. Henrique e D. João IV. O Claustro era composto por arcadas assentes em colunas dóricas, sobre murete, e, no primeiro piso, vãos rectos, que rodeavam o pátio, decorado por quatro canteiros e uma fonte. No corpo Este, a cozinha era composta por três áreas, separadas por arcos abatidos, duas de planta rectangular e outra quadrangular, onde estava instalada a chaminé. Na área central encontrava-se uma mesa e dois lavabos de pedra. A Norte, junto à Igreja, situava-se o corpo, de planta estreita rectangular, da residência paroquial. A Sul, localizavam-se os campos agrícolas, desenhados por patamares, devido ao terreno.

Com a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, o Mosteiro foi vendido em hasta pública a particular, ficando ao abandono.

Na segunda metade do século XX, voltou-se a registar interesse pela habitação religioso. Em 1958, foi classificado a Imóvel de Interesse Público³³. Quase três décadas depois, a Câmara Municipal de Amares adquiriu o imóvel, doando-o ao IPPC. Em finais do século, discutia-se a reabilitação do conjunto, para uma escola, biblioteca, ou pousada, um museu etnográfico, auditório municipal, Centro de Estudos de Restauro ou centro dos congressos.

Quando a proposta chegou aos arquitectos Eduardo Souto de Moura e Humberto Vieira, em 1989, o Mosteiro encontrava-se num estado avançado de ruína, marcado pela dominância da vegetação e da ausência de cobertura e vãos. Tendo a obras de conversão sido iniciadas em 1994, a Pousada abriu as portas em 1997.



31. Esquema das alterações no Conjunto

A azul – século XII; a verde – século XVI-XVII; e a amarelo – século XVIII, sob a configuração actual do Conjunto.



33. Em 2005, foi publicada uma Zona Especial de Protecção para a Igreja e o Mosteiro de Santa Maria do Bouro.

«Quando comecei percebi, juntamente com os arqueólogos, que o mosteiro era feito de sobreposições, comprovando que o património acaba sempre por ser feito por atentados ao património...A partir daí foi-me mais fácil materializar a ideia: fazer renascer o mosteiro como uma estrutura do século XX, no respeito pela História» (Souto Moura, s. d., em Portuguese Architecture, 2020).

Respeitando a história representada na configuração e materialidade, o projecto assume o estado de ruína como uma temporalidade definidora da construção. «Afinal de contas não estou a restaurar um mosteiro, estou a construir uma pousada com as pedras de um mosteiro» (Souto de Moura, 2001, em Sampaio, 2012, p. 67). O betão, o tijolo, o mármore, o aço corten e o gesso cartonado, entre outros detalhes, passaram a integrar o inventário de materiais, representando uma contemporaneidade que alude ao passado.

Condicionando-se aos limites das estruturas existentes, o exterior conjuga a simplicidade com uma ilusão de ruína controlada: a chaminé desmoronada foi completada com tijolo aparente; os vãos nas fachadas são compostos por vidro e caixilharia mínima de metal, preservando o aspecto de vazio; o espelho de água, a Este, junto ao bloco da antiga cozinha, contruído para abstrair a visão do cemitério, assumiu o verdete; as paredes do Claustro, que perderam a estrutura interna, foram mantidas incompletas, adoptando o papel cénico; a cobertura, anteriormente inexistente, foi desenhada plana, ao invés do telhado tradicional, e ajardinada; a vegetação, desde a conclusão do projecto, começou a tomar posse das paredes.

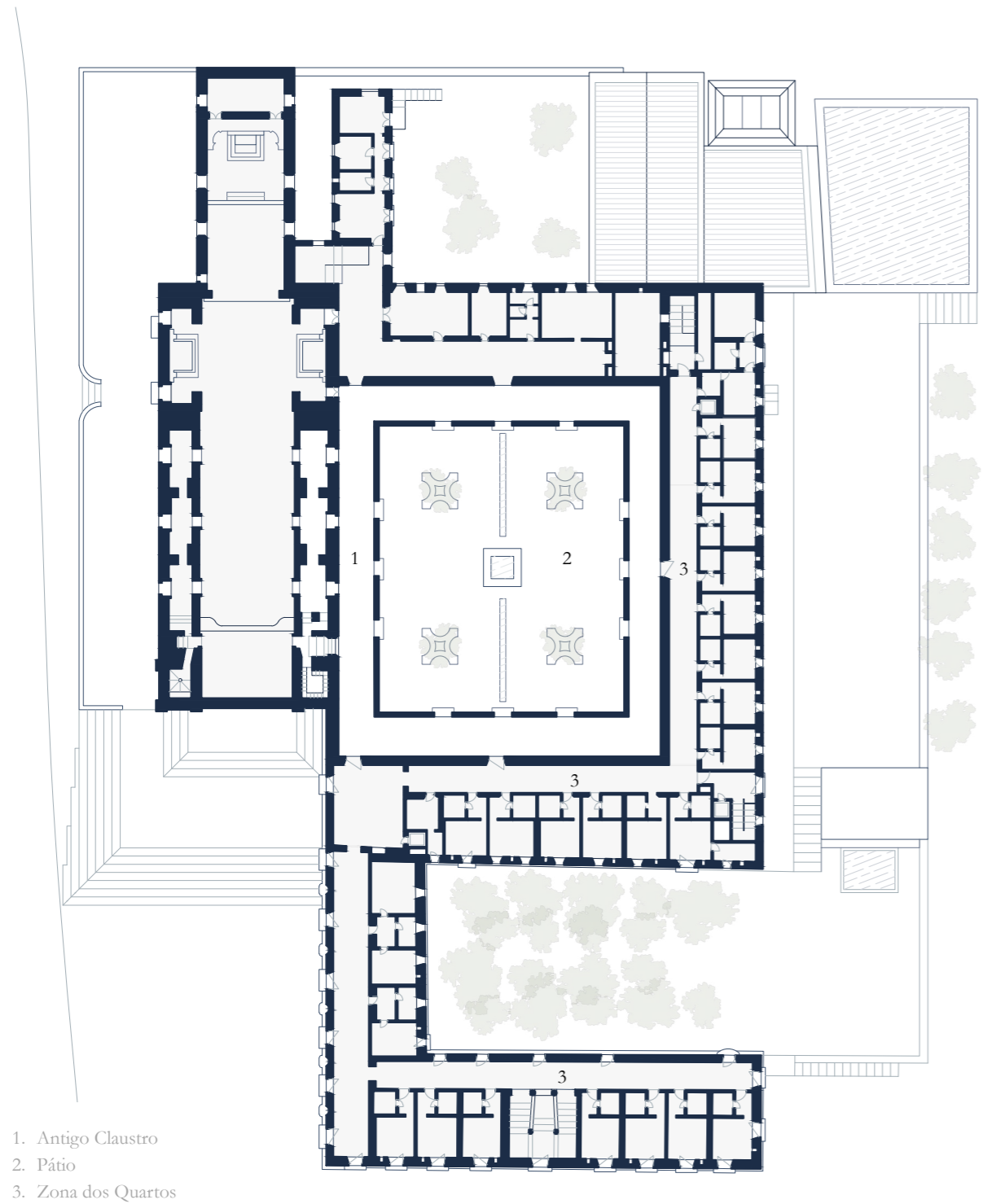
Os campos verdes a Sul são divididos em duas áreas: o recreio – composto pela piscina oval, o campo de ténis e jardins –, e os campos de cultivo – a horta, o laranjal, o olival e a vinha. Souto de Moura desejava que a piscina apresentasse a mesma imagem que o espelho de água, mas “achavam que parecia estar sempre suja e era considerado proibido por isso” (Souto de Moura, 2015, Mantova Architecture), optando por recorrer ao mármore branco.

O jardim do Claustro foi transformado numa zona de esplanada, com quatro laranjeiras e o sistema de circulação de água ao centro, reactivado, no qual está incluída a fonte.

Aliando a impossibilidade de construção de uma cave, devido às propriedades das fundações, ao muro de pedra que completava o lado Sul do Mosteiro, foi desenhado um novo “muro”, em betão – o volume de apoio hoteleiro (áreas técnicas, cozinha, lavandaria). Mantendo a estética, de fachada revestida a pedra e vãos rectangulares, o volume incorpora-se com o declive e o Mosteiro, situando-se abaixo do piso térreo e ligando-se a este por meio de túneis, configurados para encaixar nos vãos pré-existentes. A sua cobertura cria um espaço de lazer, dispondo de zona de esplanada, a Sul, e de um laranjal, a Oeste.

Outro problema, decorrente da adaptação de uma pré-existência a uma nova função, foi a instalação de climatização. Souto de Moura considerava que, graças à espessura das paredes exteriores, de dois metros, a instalação não era necessária. Contudo, esta era vista como indispensável para as unidades hoteleiras. A distribuição é feita a partir do volume de serviços, do qual parte a galeria



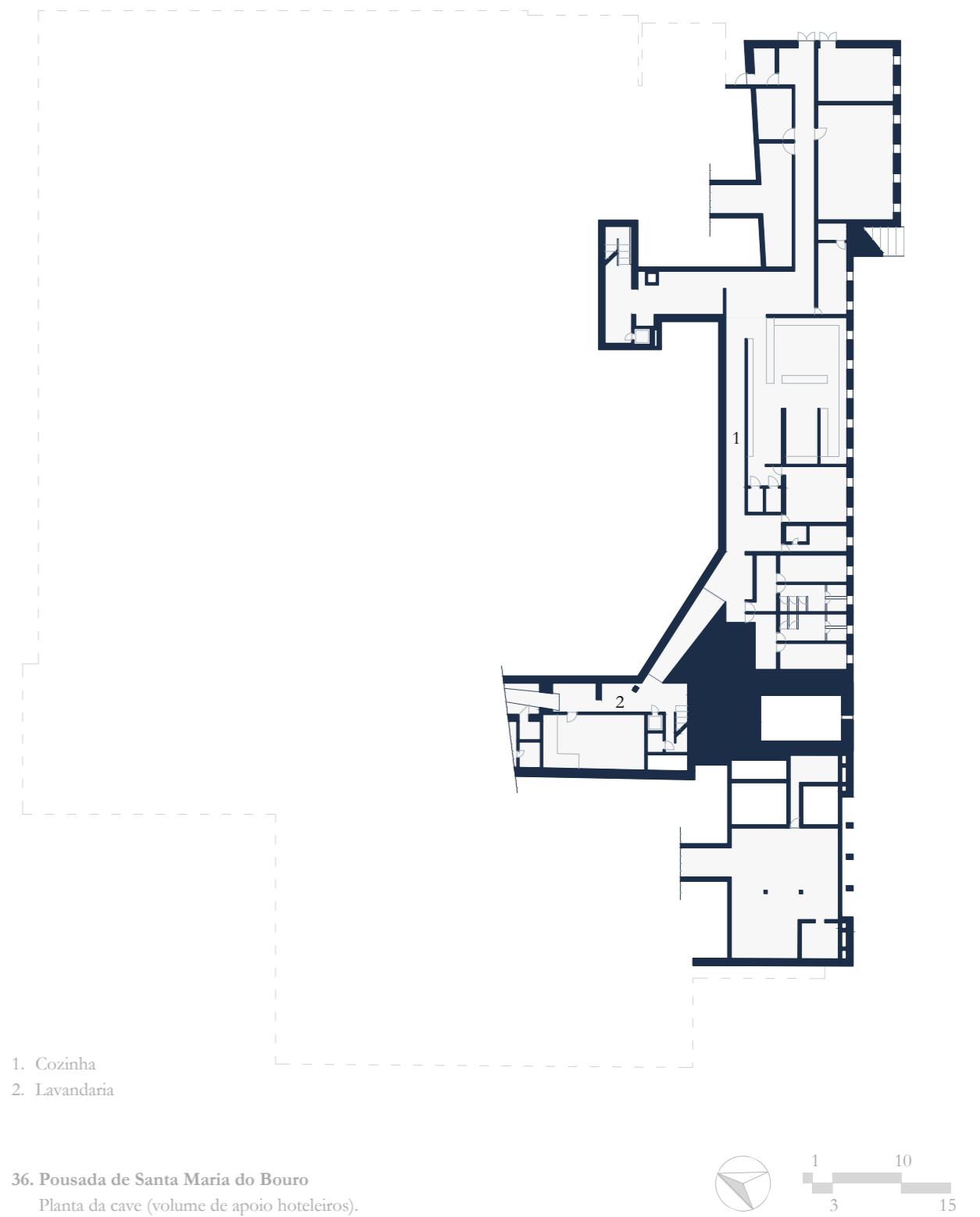
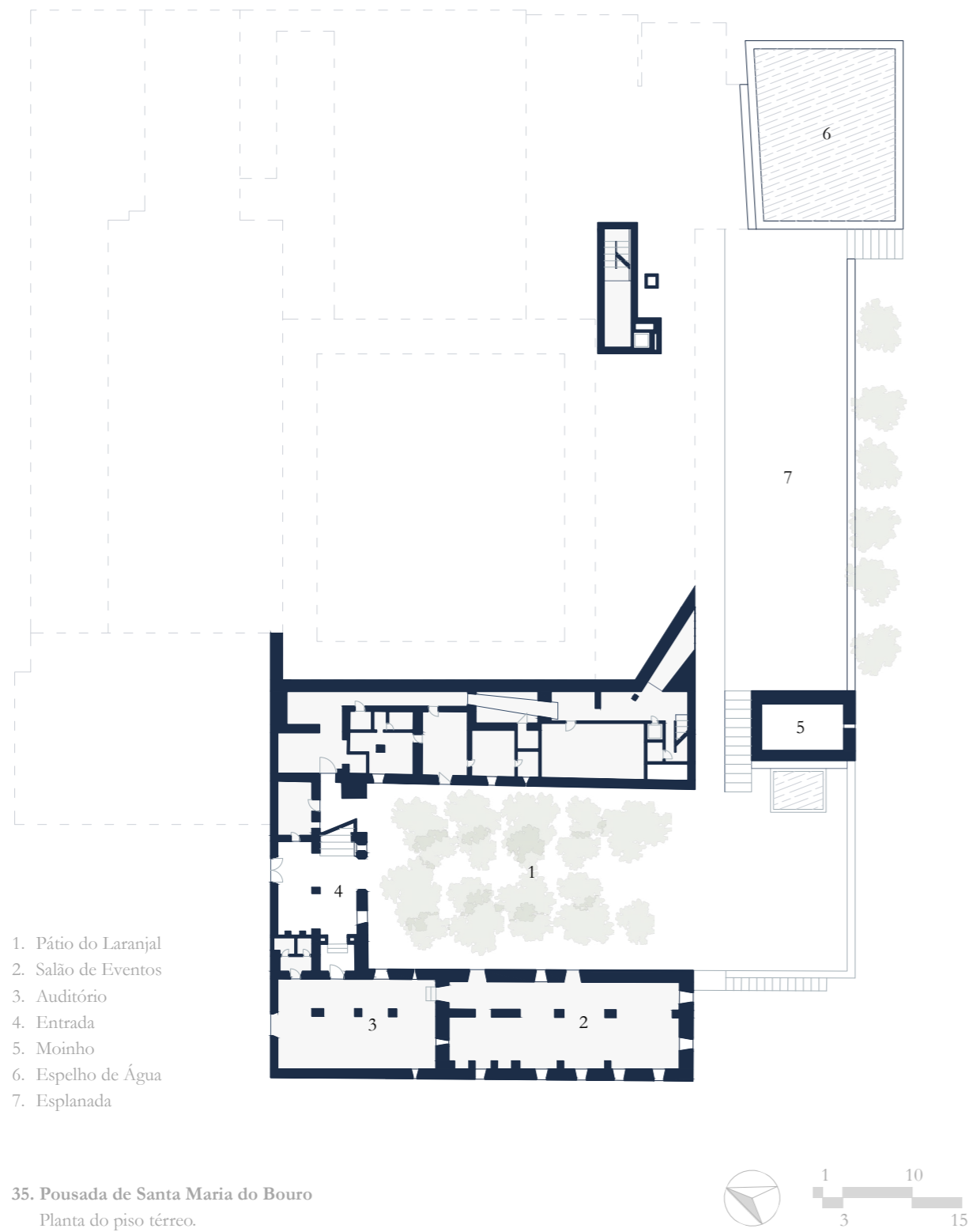


33. Pousada de Santa Maria do Bouro
 Planta do piso 2 da Pousada e do piso 1 da Igreja.



34. Pousada de Santa Maria do Bouro
 Planta do piso 1 da Pousada e do piso térreo da Igreja.





técnica para as grelhas metálicas recortadas nos vãos e nos blocos dos quartos. O laranjal, a Oeste, é construído sob essa galeria.

O traçado interior respeitou a configuração e utilização monástica, igualmente despojada de decoração, ficando «cozinha-cozinha, farmácia-bar, biblioteca-auditório, refeitório-restaurante, claustro-claustro, celas-quartos» (Souto de Moura, 2001, em Cátia Sampaio, 2012, p. 69). No piso térreo organiza-se o salão eventos e o auditório, a zona de entrada e a recepção. O primeiro piso tem o restaurante e a zona de refeições, a zona de entretenimento, com mesa de bilhar, sala de estar e quartos. O último piso dispõe apenas de quartos.

As reduzidas dimensões dos espaços interiores da pré-existência dificultaram a instalação da nova função. Os corredores foram redesenhados, ficando mais estreitos, para aumentar a área dos quartos, possibilitando a instalação das casas de banho. As zonas de circulação são decoradas com tectos de caixotão, em aço corten. Nalgumas divisões intercomunicantes foram retiradas as portas, dando continuidade ao espaço, sendo parte aproveitadas como elemento decorativo.

Os quartos, de planta rectangular, são decorados pelo pavimento em madeira, tecto falso, e uma peça mobiliário, na qual são reunidas as funções complementares – roupeiro, zona técnica e casa de banho –, desenhada de modo a manter a percepção dimensional do espaço.

A questão que se coloca é de que modo a intervenção de Eduardo Souto de Moura e de Humberto Vieira, no Mosteiro de Santa Maria do Bouro, harmoniza e respeita o legado material e imaterial? Será um falso-histórico ou um atentado aos valores do património?

O projecto recebeu críticas mistas. Por um lado, foi premiado com o 1º Lugar na I Bienal Ibero Americana, em 1998, e uma menção honrosa na “Pedra na Arquitectura”, no ano seguinte. Por outro, era visto como um desrespeito ao Património, por manter a aparência de ruína.

Concluiu-se que, mesmo ausente de significação, a posição da Construção no espaço identitário da Comunidade contribui para a continuidade da relação do grupo com o espaço que habita. A sua importância advém da sua existência material, associada ao Mapa Mental. Dado o carácter privativo da função original, única até ao reuso, essa significação material será, possivelmente, a do Mosteiro.

Pelos poucos registos fotográficos do estado de ruína, do século XX, as dependências aparentavam estar, maioritariamente, incompletas ou ausentes de estrutura interna, encontrando-se apenas as fachadas em condição viável. A acção de Fachadismo, que a mão humana tenta forçar no Património, foi aplicada, neste caso, pela Natureza. Mesmo que a reconstrução da estrutura interna não resultasse num falso-histórico, as exigências não se enquadravam com a realidade. Era preciso conjugar duas funções diferentes, de tempos diferentes.

A semelhança dos materiais existentes e modernos, difíceis de distinguir, uma acção intencional dos Arquitectos, pode incutir ao falso-histórico. Souto de Moura justifica a acção: “o projecto previa pôr o antigo [pavimento] ao lado do novo, separado por uma junta. Mas, depois, fiz os novos iguais aos antigos e tornou-se mais vulgar, mais normal. Afinal de contas, ninguém vai verificar o que é antigo e o que é novo” (Souto de Moura, 2001, em Sampaio, 2012, p. 69).



37-44. Pousada de Santa Maria do Bouro

Pátio do Laranjal (Chia Hsien Liao, 2011); Vista do espelho de água e da antiga cozinha (Chia Hsien Liao, 2011); Fachada Sul, vista da piscina (Luís Ferreira Alves, s. d.); Detalhe do vão e da grelha de climatização (Luís Ferreira Alves, s. d.); Sala de refeições (antiga cozinha) (s. a., s. d.); Claustro (s. a., s. d.); Corredor (Luís Ferreira Alves, s. d.); e Quarto (Chia Hsien Liao, 2011).

As referências ao estado original continuam: os tectos falsos de aço corten assemelham-se em cor e desenho aos antigos tectos de madeira; e o circuito de água foi reactivado³⁴, devolvendo a presença visual e auditiva da água que outrora marcou o Mosteiro.

Decerto que a abordagem tomada no exterior manifesta a encenação, mas, como citado pelos Arquitectos, o projecto reconhece toda a história do conjunto, desde a origem até à decadência, distinguindo-se e trabalhando os dois tempos passados e o actual.

No fim ambos os estados são autênticos da Construção. A ruína não pode ser simplesmente apagada da história ou da memória das pessoas. A imagem mental, fortalecida pelo registo fotográfico, permanece.

Poder-se-ia ter seguido a abordagem de David Chipperfield, em colaboração com Julian Harrap, para o restauro do Museu Neues, em Berlim, na Alemanha³⁵. Datado de meados do século XIX, a pré-existência foi danificada pelos ataques na Segunda Guerra Mundial, resultando na sua destruição parcial. Decorrendo de 1997 a 2009, o projecto restitui a configuração original e preserva as marcas de dano, recorrendo ao cimento branco, ao mármore e ao tijolo para os elementos novos, inspirados no passado, ou para completar as partes em falta. Ou se optou por uma tonalidade do novo material semelhante à existência, mas ausente de ornamentação, ou se restaurou a parte em falta, detalhada, mas num material diferente, destacando-se. As adições entram em harmonia com o pré-existente, ao mesmo tempo que se destacam. Os acabamentos da pré-existência, como os rebocos e murais, foram também deixados inacabados, conservando o seu aspecto após as acções da guerra e do tempo.

No caso da Pousada de Santa Maria do Bouro, embora a função primordial já não se aplicasse, o carácter privado e habitacional foi mantido, direccionado para um novo Utilizador. O conflito não aparenta surgir da incompatibilidade entre os valores imateriais, entre a história e o contexto actual, mas sim entre os materiais. Entre valorizar o estado de ruína, em vez do período religioso, também ele marcado pela degradação, e pela difícil distinção entre novo e pré-existente.

Esta imagem – de um imóvel sem cobertura ou vãos, dominado pela força da Natureza – esteve presente no espaço identitário durante um período prolongado, o suficiente para se tornar no único estado conhecido, e como tal na associação do valor da obra a essa imagem. Ela é tomada como a forma presente, e a oposição artística entre o período religioso e de ruína permite identificar o moderno do histórico. Considera-se que o projecto de Eduardo Souto de Moura e Humberto Vieira reposicionou o Mosteiro na vivência do Lugar, e contribuiu para a dinâmica e valorização destes.

34. A água vem da Serra para a antiga cozinha, passa pelo Claustro, onde alimenta a fonte, segue para o Moinho, e, por fim, para os campos agrícolas, que rega.

35. O projecto ganhou o RIBA European Awards, em 2010, o European Union Prize for Architecture e o Prémio Mies Van der Rohe, no ano seguinte.



45-50. Museu Neues

Fachada principal (s. a., 1930); Estado de ruína (s. a., s. d.); Escadaria monumental original (s. a., 1910); Nova torre (David Chipperfield Architects, s. d.); Nova escadaria (David Chipperfield Architects, s. d.); e Detalhes restaurados (David Chipperfield Architects, s. d.), onde é possível identificar o restauro de um capitel.

3.4. O papel do Património

A relevância do Património é intrínseca à da Identidade. Trata-se da disciplina que contribui para a identificação, o registo e a preservação dos Elementos Representativos da Identidade Colectiva, fundamental para a definição do Indivíduo. Numa época em que se prefere a individualização e a generalização, a salvaguarda desses testemunhos das origens do Indivíduo é indispensável.

Iniciando por peças e vestígios móveis coleccionados pela sua beleza, actualmente reconhece-se o valor testemunhal dos Elementos Representativos, materiais e imateriais, de uma comunidade, de uma disciplina ou de um acontecimento, no panorama local, nacional ou internacional, à escala da obra, da envolvente e do lugar. Do seu contributo arqueológico, arquitectónico, artístico, científico, documental, etnográfico, histórico, industrial, linguístico, paleontológico, social ou técnico, valorizado pela antiguidade, autenticidade, exemplaridade, memória, originalidade, raridade ou singularidade. São monumentos, conjuntos e sítios, cidades e espaços verdes históricos, áreas e paisagens urbanas, paisagens e formações naturais, no panorama imóvel.

Esses elementos, que compõem o espaço que habitamos, originaram de um longo processo de negociação entre diversos factores, internos e externos à Construção, à Comunidade e ao Lugar, influenciados pelo decorrer da vida – pelos gostos e costumes, pelas necessidades e funções, pelas propriedades do local e pelas características do grupo, pelo conhecimento e técnicas, pelas marcas históricas e pelo desenvolvimento territorial, pelos Poderes Superiores e pela economia.

A devastação de grande parte do legado pelas Guerras Mundiais, que já era ameaçado pela Revolução Industrial, despertou a tomada de consciência do papel do Património para a sustentação do Ser. As recomendações de salvaguarda foram desenvolvidas com o intuito de garantir uma intervenção que preserve o legado na linha temporal, espacial e relacional, respeitando as características e propriedades da Construção e da sua envolvente. Com o aprofundamento da disciplina, identificou-se o papel da Comunidade para o Património além da sua criação. Mesmo que as guias patrimoniais sejam uma decisão acordada entre as várias nações, as características da Comunidade e do Lugar, continuam a ser determinantes para a aplicação destas.

O grupo é indispensável para a identificação e salvaguarda dos elementos representativos da essência de um determinado período. Não só cabe à Comunidade a identificação dos Elementos da Identidade Colectiva e da significação projectada, como também da posição no Mapa Mental e dos efeitos da evolução a que foi sujeita no Património.

Considerando a alteração do contexto, da configuração à orientação, a intervenção em Património torna-se complicada pelo confronto de duas temporalidades diferentes. Por um lado, a preservação do estado original seria uma acção utópica. Além do encargo em adaptar a obra às exigências construtivas em vigor, estaria a congelar-se o legado no tempo, isolando-o da Comunidade e do Lugar. As adaptações aos novos tempos e necessidades devem existir. Os factores que influenciaram a

Construção e que continuam a influenciá-la não são estáticos. A evolução da Identidade é projectada para o exterior, afectando, de algum modo, a Construção existente. Por outro lado, a alteração para albergar uma nova função, despindo a obra até à sua casca, seria desvalorizá-la.

A intervenção deve partir do estudo e compreensão do Lugar, da Comunidade e do Património, dos seus tempos passados e actuais, e contribuir para a sua valorização. A Declaração de San Antonio (1996) comprovou a identificação do valor da Construção na sua materialidade, talvez pelo análise visual, tornando-se no comprovativo principal deste. Um testemunho histórico da origem, popularmente escolhido para representar os valores da Construção, esquecendo-se a relação actual com a Comunidade e o Lugar.

No caso de uma Construção cujo valor primordial não corresponda à Identidade actual, o estudo destes factores é fundamental. Apesar da construção existente representar características históricas, a sua envolvente não é estática, devendo o projecto, tal como a nova função se deve adaptar à forma existente, de resultar da análise de todas as condições, direccionando-o para uma abordagem que concilia os valores presentes na obra aos novos projectados. Um projecto que respeita o Património Arquitectónico, impedindo a descaracterização da sua imagem, composta pela materialidade e espacialidade testemunhas de um período, e o Lugar actual, reforçando a sua presença no espaço identitário e adicionando valor. Nem qualquer função se enquadra ao Património Arquitectónico, à Comunidade e ao Lugar.

Partindo desta premissa, como é que a vivência do Lugar altera os valores de uma construção abandonada, testemunha de uma tipologia específica?

Entre o século XVIII e XIX, uma prática associada à prevenção da saúde apoderou-se dos costumes das classes privilegiadas – o Termalismo. Visto como solução à pressão das vidas caóticas das cidades, decoradas por ares menos puros, a preferência pela recreação e pelo lazer tomou as Termas. O local dedicado aos banhos em águas termais foi expandido às ofertas turísticas, alargando a sua escala territorial além do Balneário. As propriedades e características presentes nestes espaços temporários, resultantes do costume, do Freqüentador e do Lugar, davam-lhe uma imagem e ambiência própria.

Os edifícios projectados distinguiam-se pela sua configuração. Motivados pelas especificações dos tratamentos, pelos modelos médicos e equipamentos técnicos, e pelos hábitos e necessidades do Freqüentador, foram os dedicados aos nobres e à Realeza que se tornaram nos arquétipos. Estes eram os factores principais do desenho do espaço termal, mas não únicos.

Localizados longe da povoação, dada a localização das nascentes de água termal, as propriedades e características do Lugar contribuíam na mesma para os equipamentos, tornando as construções termais exclusivas ao seu local de implantação.

Em meados do século XX, as mudanças das prioridades e hábitos do Ser levaram ao encerramento das Termas. Os equipamentos foram deixados ao abandono, perdendo-se alguns com as acções da Natureza e outros pelas do Homem.

A compreensão do papel testemunhal dos Elementos Representativos, levou a uma rápida valorização dos equipamentos termais, após o seu declínio. Quando o hábito dos banhos termais voltou a surgir, primeiro, em finais do século XX, focado na vertente médica, e depois na turística, o foco actual, tentou-se integrar os equipamentos existentes na nova situação e no novo contexto, com novas exigências técnicas e culturais.

Capítulo 4. Uma Arquitectura das Águas

Termalismo, *m.* «(...) uso da água mineral natural e outros meios complementares para fins de prevenção, terapêutica, reabilitação e bem-estar» (Associação das Termas de Portugal, s. d., p. 31).

Registado desde a Antiguidade, o costume dos banhos originou uma tipologia arquitectónica influenciada tanto pelo elemento principal – a água –, suas propriedades – simples, salgada ou com propriedades específicas –, método de aplicação – quente ou fria –, e de utilização – desde banhos de imersão, secos ou a vapor, a inalação ou ingestão, entre outros –, como pelas propriedades do local em que se insere, pelas características do Utilizador e da época. Existe um vasto espólio desta arquitectura das águas, cuja variação dos factores a torna única a cada local, desde os *Hammam*, aos *Onsen*, às Saunas e às Termas.

O território português é marcado pela Arquitectura Termal, originada do cruzamento dos tratamentos com água mineral natural, ou água termal – uma água com composição físico-química distinta, adquirida das propriedades da região em que se insere, tornando-a benéfica para a saúde – com outras práticas, como de prazer, negócio e culto.

Envolvendo diversas áreas profissionais, desde a Medicina, à Geologia, Arquitectura e o Turismo, atingiu o seu apogeu com o sistema da Estância Termal – um espaço que apresentava todas as estruturas para os tratamentos termais e «as condições ambientais e infra-estruturas necessárias à instalação de empreendimentos turísticos e à satisfação das necessidades de cultura, recreio, lazer activo, recuperação física e psíquica» (Associação das Termas de Portugal, s. d., p. 18). Um espaço de estadia temporária, com uma ambiência e hábitos próprios – um microcosmo termal.

Em meados do século XX, a instabilidade política e económica que se instalou mundialmente, levou ao abandono da exploração termal, suspendendo a evolução da tipologia. Apenas permaneceram as memórias e os elementos representativos materiais, estes últimos deixados à mercê da natureza e da expansão urbana.

As práticas de bem-estar instauradas no século corrente, possibilitaram o relançamento da prática, associada à vertente turística. Conciliando a visão de salvaguarda de um testemunho, histórico, cultural, artístico e técnico, tem-se assistido à reabilitação ou ao reuso dos equipamentos existentes, em conformidade com as novas exigências, técnicas e culturais.

Tratando-se de uma tipologia fortemente caracterizada pela função e pelas necessidades técnicas e culturais, a intervenção em Património Termal, independentemente da abordagem, implica a identificação dos elementos componentes, dos factores que contribuíram para o seu desenvolvimento e da sua composição actual, causas externas ao Lugar. A análise do percurso termal determina os factores internos do Termalismo, correspondente aos da Construção.



51-54. Arquitecturas influenciadas pela Água

Hammam, na Turquia (Ayasofya Hürrem Sultem Hamami, s. d.); *Onsen* de Goshono-Yu, no Japão (s. a., s. d.); Sauna, na Finlândia (Café Kuusijärvi, s. d.); e Termas Romanas de Bath, no Reino Unido (s. a., s. d.).

4.1. Desenvolvimento da tipologia

Os banhos termais estabeleceram-se como costume com os Gregos, que viam as águas, usadas por razões de higiene, como um elemento ligado aos Deuses e às grandes figuras históricas, como descrito na sua literatura. Os banhos públicos – *Balanea* –, de água fria, quente ou a vapor, localizavam-se perto dos ginásios e dos templos, tendo eventualmente se desenvolvido como templos de cura – *Asclepias* –, em dedicação ao deus da medicina e da cura Asklepiós.

Estes espaços de tratamento eram implantados perto das nascentes termais, envoltos de uma ambiência que conciliava os banhos e a alimentação, ao culto, ao exercício físico e recreio, e, mais tarde, à socialização³⁶. A conexão com a saúde foi introduzida por Hipócrates II³⁷, inspirando os Romanos, que adoptaram o costume e o propagaram pelo território conquistado, dando início ao Termalismo.

Uma influência romana

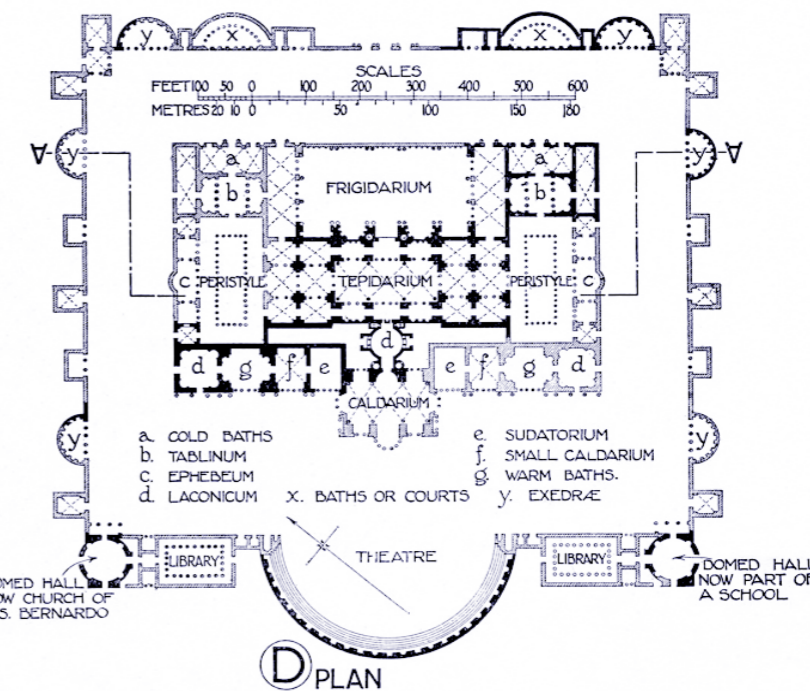
As Termas Romanas, das quais a *Thermae*³⁸ é representativa, eram centros sociais frequentados por todas as classes, desenhados de acordo com o ritual composto pelos banhos e por espaços culturais, desde bibliotecas, a ginásios, lojas, jardins e o templo. Os espaços para o povo apresentavam dimensões mais reduzidas e modestas, enquanto as mais exuberantes e grandiosas eram para a classe alta. Independentemente, as termas tanto eram distribuídas de acordo com o género, em que na impossibilidade espacial para tal era dividido o horário, como eram mistas, sendo condenadas pela Igreja Católica como um pecado de luxúria.

O ritual realizava-se ao longo de diversas salas com temperaturas diferentes – aumentadas gradualmente, atingindo-se a temperatura máxima a meio do ritual, enquanto a mais baixa terminava – e de aplicações variadas. Era fundamental a presença de um *apodyterium* (vestiário), um *frigidarium* (banhos frios), um *tepidarium* (banhos mornos) e um *caldarium* (banhos quentes)³⁹. O equipamento dispunha de um sistema de captação e distribuição de águas, esgotos, e de aquecimento das salas e das águas, originando um clima interno⁴⁰.

36. Esta associação foi instaurada pelos populares e pelos escolares, que discutiam diversos temas enquanto relaxavam nos banhos.

37. Físico grego (460-370 BC), relevante na história da Medicina. Um dos seus contributos foi a caracterização da água de acordo com a sua temperatura e composição básica – potável, salina, na qual estão incluídas as águas termais, ou salgada.

38. Existiam dois tipos de termas romanas: públicas (*thermae*) e privadas (*balineum*), estas últimas construídas nas residências das famílias nobres.



55. Termas romanas

Termas de Diocleciano, em Itália (Banister Fletcher, 1921), construídas em finais do século III e início do seguinte e encerradas no século VI.

56. Ruínas de termas romanas em Portugal

Termas de São Pedro do Sul (CM São Pedro do Sul, s. d.).

«Em geral, a técnica era em regra a seguinte: o doente dirigia-se para o *apodyterium*, onde se despia; entrava no *unctorium*, afim de ser untado com óleo perfumado; fazia exercícios no *sphaeristerium*; seguia para o *laconicum*, estufa de ar quente; depois, coberto de suor, lançava-se no *caldarium*, ampla banheira, cuja água era bastante quente; passava ao *tepidarium*, com água de temperatura inferior àquela; antes e depois deste era friccionado no *dstrictarium*, e, depois de enxuto e perfumado, seguia para o *apodyterium*, onde se vestia» (Mangorrinha, 2002, p. 16).

A proximidade das termas a vias de circulação importantes impulsionou o desenvolvimento de localidades em torno do costume, que ganhavam a denominação de *Aquae*, águas em latim, como *Aquae Aureliae* (Baden-Baden), na Alemanha, *Aquae Sulis* (Bath), no Reino Unido, e, em Portugal, *Aquae Flaviae* (Chaves).

Com a queda do Império Romano, no século V d. C., perdeu-se a rotina termal, e as subsequentes invasões bárbaras destruíram grande parte das construções romanas, seguindo-se um longo período sem incentivo nesta área. No entanto, os conhecimentos foram preservados no saber popular, ressurgindo mais tarde, nos territórios conquistados pelos Árabes – os *Hammam* –, que inseriram o banho a vapor no ritual romano, e, nos restantes territórios, como em Portugal, os banhos em “águas santas”. Esta denominação advinha da crença de que às águas termais eram portadoras de poderes misteriosos, aplicados apenas por questões de saúde, desde um membro partido, a alergias ou problemas de coração, estômago ou de fertilidade.

Ao contrário das Termas da Antiguidade e dos *Hammam*, os banhos em “águas santas” eram apenas poças de águas, criadas naturalmente ou por mão humana, protegidas por mantos, por estruturas precárias, construídas por quem as utilizava ou as apoiava, ou pelo aproveitamento das ruínas romanas, popularizando-se entre a classe mais desfavorecida. Dada a natural implantação isolada e a classe que os frequentava, tornou-se habitual encontrar, nas proximidades, albergarias, hospícios e gafarias.

Quando as propriedades das águas termais voltaram a ser reconhecidas, a prática espalhou-se pelas instituições hospitalares, pelas classes nobres⁴¹ e pelas congregações religiosas. Estes dois últimos eram as únicas fontes de financiamento, seja na edificação de estruturas de apoio ou na contribuição à assistência aos banhistas.

39. Outros espaços que podiam compor as termas romanas: *unctorium* ou *dstrictarium* (sala dos óleos); *palaestra* (jardim ou espaço de exercício físico); *sphaeristerium* (espaço de exercício frequentado pelo banhista após ser untado); *peristyle* (galeria coberta, caracterizada por colunas); *epbebeum* (grande sala na *palaestra*, com zonas de descanso); *exedrae* (espaço exterior resguardado, com zonas de descanso, para socialização ou lazer); *laconium* ou *sudatorium* (estufa de ar quente, de temperatura mais elevada que o *caldarium*); *natatio* (piscina); *tabernae* (comércio).

40. O *hypocaustum* (sistema de aquecimento) realizava-se pela distribuição de água aquecida e do seu vapor pelas paredes e pelo pavimento.

41. Derivado de indicação médica.

Foi o caso de Karlovy Vary⁴², na República Checa, uma localidade com várias nascentes termais que se desenvolveu, a partir de 1370, em torno das suas águas, após o rei Karl IV⁴³ ter reconhecido as suas propriedades curativas e concedido privilégios.

Em Portugal, os primeiros apoios documentados datam do século XII: D. Afonso Henriques, após se banhar em Caldas Lafonenses (São Pedro do Sul), local a que concedera foral poucos anos antes, mandou construir uma capela consagrada a S. Martinho; sua mulher, D. Mafalda, mandou edificar uma albergaria em Aregos (Caldas de Aregos); as águas de Longroiva foram cedidas à Ordem dos Templários.

Foi também em território nacional que se ergueu, no século XV, a primeira instituição hospitalar termal no Mundo – o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo (Hospital Termal) –, em *caldas de Óbidos* (Caldas da Rainha), pela mão de D. Leonor, mulher de D. João II. Até então apenas se documentaram pequenas unidades hospitalares, nas imediações dos banhos, sem equipa médica, como em Caldas de Montbui, em Espanha, e em Plombières, na França, e a primeira hospedaria relacionada à prática em Baden-Baden, na Alemanha. O caso português destaca-se pelo foco medicinal neste tipo de águas e pela criação de uma localidade em torno dos banhos em “águas santas”.

À semelhança da denominação romana, em Portugal, as localidades que se desenvolveram da exploração termal adquiriam a denominação de Caldas.

O (re-)estabelecimento do costume na Idade Média foi impedido pela condenação da prática pela Igreja Católica, pelo desaconselhamento da lavagem do corpo pelos Físicos, justificando ser prejudicial à saúde, e pelas pragas que se instalaram, como a Peste Negra. Apenas a partir do século XVII é que se assistiu a uma mudança ideológica: a Igreja começou a aceitar a prática; realizaram-se as primeiras análises químicas às águas termais, marcando o envolvimento entre a Medicina e o Termalismo⁴⁴; e a Realeza tornou-se numa presença assídua, instigando as restantes classes.

As novas visões levaram ao desenvolvimento de uma ambiência em torno da rotina de tratamentos, complementada por uma boa alimentação e repouso, realizada no Balneário – o estabelecimento central, projectado sobre as nascentes para preservar as suas propriedades – e do Culto – o espaço para “tratamento do espírito”. O impulso dado pela Coroa e o crescente interesse pela nova ambiência, acrescido à instituição do “passeio das águas” em Setecentos – um tratamento que associava os banhos ao exercício físico, já formado pelos Gregos e os Romanos, e ao bem-estar psicológico –, direccionou o progresso termal para o lazer e a recreação, desencadeando uma nova Era Termal.

42. Parte do “Triângulo Termal da Boémia Ocidental” (West Bohemian Spa Triangle), juntamente com Mariánské Lázně e Františkovy Lázně (além de Jáchymov e Lázně Kynžvart, que se encontram nas proximidades), a região em que esta localidade se encontra apresenta um rico sistema termal subterrâneo do qual emergem cerca de 100 nascentes (EHITA, 2020).

43. Imperador Romano-Germânico (1316-1378), rei de Boémia e de Itália.

44. Em 1726, foi lançado o primeiro inventário das águas portuguesas – *Aquilegio Medicinal* –, da autoria do Dr. Francisco da Fonseca Henriques

O auge e a queda do Termalismo

As Termas Oitocentistas assinalaram-se pela procura da tipologia arquitectónica ideal, inspirada nas Termas da Antiguidade, das quais adoptou as dimensões majestosas, as colunatas e os pórticos, e cuja materialidade e decoração reflectiam a classe social a quem os equipamentos se destinavam. Os de 1ª e 2ª Classe eram ícones dignos de postais e cartazes publicitários, projectados para agradar o novo frequentador – o Aquista –, que, ao contrário do Doente, que utilizava as águas termais para tratar e preservar a sua saúde, via as termas como um refúgio da vida quotidiana, o local de férias ideal. Ramalho Ortigão denominou este novo costume social de «ir a banhos».

Dada a origem abastada do novo utilizador, os Equipamentos de Alojamento, preferencialmente de carácter mais privado, como o aluguer de residências ou os hotéis, e de Entretenimento, como os clubes e os casinos, tornaram-se no novo centro termal, secundarizando o Balneário.

«A exuberância também está patente no pormenor: colunas e pilastras decoradas, capitéis de todas as ordens clássicas, fechos de abóbada de muitas cores, mosaicos dourados, chaminés excessivas, variada policromia nos materiais que também completam o catálogo (pedra, tijolo, madeira, grés, faiança, ferro e estuque)» (Pinto e Mangorrinha, 2009, p. 22).

Os avanços nas técnicas construtivas, possibilitaram a instalação de canalização e o aumento do fluxo de água termal sem colocar em risco a sua composição, permitindo a deslocação do Balneário para um ponto mais oportuno. A configuração baseava-se nas ideias preconizadas para as unidades hospitalares, focadas na higienização. Passou a dispor de áreas maiores, iluminadas e ventiladas naturalmente, de uma materialidade mais duradoura e resistente às agressões das águas⁴⁵, como o mármore, o granito, a cerâmica, a madeira, o ferro, o mosaico e o azulejo, selecção que se estendeu aos outros equipamentos. A vivência no Balneário centrava-se no átrio, um espaço amplo e fortemente decorado, onde se encontrava a fonte termal, concebida para os tratamentos de ingestão, e de onde seguiam os corredores para a zona dos tratamentos. O programa expandiu dos banhos de imersão em piscina para em banheira, populares com o Aquista, dado o seu carácter mais privado, o duche, os banhos a vapor, a pulverização e a inalação.

Dado o posicionamento central da fonte, rapidamente se tornou no ponto de encontro para os frequentadores se juntarem e meterem a conversa em dia, enquanto “passeavam as águas”.

A teoria da Cidade-Jardim, de Ebenezer Howard, fortaleceu a importância dos espaços verdes, considerados essenciais na preservação da qualidade do ar e das águas, e na eficácia dos tratamentos, deslocando-se o “passeio” para o exterior. O equilíbrio entre os espaços verdes e os edificados passou a ser essencial.

Os grandes espaços ajardinados, como os parques e as florestas, cuja flora era pensada de modo a favorecer a saúde do Frequentador, dispunham de diversas zonas de lazer e entretenimento,



57-60. Equipamentos Termais

Balneários Termais de 1ª e 2ª classe do Gerês, em Portugal (PI, 1896); *Palace* Hotel das Termas da Curia, em Portugal (PI, s. d.); Sala de Jogo do Casino das Termas de Vichy, na França (PI, s. d.).

45. As propriedades das águas termais são principalmente agressivas para os metais, acelerando a sua corrosão.

igualmente decoradas. Era possível encontrar na sua configuração alamedas, grutas, galerias, campos de ténis, pista de bicicleta, rinquê de patinagem, croquet, golfe, pavilhões, quiosques e coretos, lagos, estátuas, fontes e bebedouros. A *buvette*, a fonte termal de desenho mais escultórico, saiu do Balneário e ligou-se às galerias e aos Pavilhões de Nascente, implantados junto ou no espaço verde.

Os Pavilhões de Nascente também funcionavam como Fábricas de Engarrafamento da água termal, vendida em estabelecimentos pela região, pelo país e até no estrangeiro.

Helena Gonçalves Pinto e Jorge Mangorrinha (2009, p. 90) classificam os espaços verdes presentes nas termas portuguesas em cinco categorias:

1. Aglutinados, ou seja, da adição de vários espaços verdes: Pedras Salgadas, Melgaço, Caldas da Rainha, Vidago, S. Vicente, Entre-os-Rios, Curia, Carvalhos, Monte Real e Furnas;
2. Jardins públicos:
 - a. Exteriores às termas: Caldas de Vizela e Caldas de Aregos;
 - b. Contíguos às termas: Moura e Amieira;
3. Quintas: Quinta dos Ourives, Eirogo, Cucos, Piedade e Moledo;
4. Espaços florestais ou montanhosos: Caldas da Cavaca;
5. Distantes das termas: Caldas do Gerês.

O progresso ferroviário trouxe um maior fluxo de frequentadores, e com isso a expansão da malha termal, marcada por avenidas de ligação ao centro, caracterizadas pela vegetação e pelos equipamentos instalados ao longo destas, principalmente os hoteleiros. O *Palace* Hotel era o arquétipo – um espaço composto de «fachadas imponentes, dos majestosos pés-direitos, das elegantes galerias e dos extensos salões» (Pinto e Mangorrinha, 2009, p. 92), formado por uma restauração de requinte, alguns tratamentos termais, salas de jogo e lojas.

Os salões de chá, o restaurante, o teatro e o cinema, os clubes, a biblioteca, os quiosques e as lojas também faziam parte da oferta que compunham a Estância Termal, a tipologia de excelência projectada para fortalecer as propriedades das águas e a ser auto-suficiente, dispondo de todas as comodidades – transporte, alojamento, restauração, comércio, entretenimento e lazer – para uma longa estadia agradável e entretida. Um microcosmo dirigido à Saúde e ao Lazer.

As visitas de estudo às estâncias modelares, como as termas francesas de Vichy e as alemãs de Baden-Baden, pelos gerentes e directores dos estabelecimentos termais, eram realizadas para conhecer as novas modas e avanços tecnológicos, visando instituí-las na sua estância, para também a tornar numa de renome. O microcosmo desenvolvido desta tipologia, associado ao Turismo, tornou algumas estâncias na fonte de rendimento principal, desencadeando o desenvolvimento das localidades circundantes.

No panorama termal português, a primeira legislação surgiu em 1892, para regulamentar a concessão e exploração das águas termais. Dois anos depois, reconheceu-se a ligação entre o programa médico e a Arquitectura Termal, definindo-se o conceito de Microcosmo Termal.

A primeira metade do século XX manteve-se, no geral, estável para o Termalismo, com a instalação das tecnologias mais recentes, como a electricidade, o telégrafo e o telefone, e a aposta nos estudos às águas e aos tratamentos, na formação do pessoal e na contratação de Urbanistas para o planeamento das estâncias. Mesmo após o surgimento de um outro costume balnear – a praia –, o termal manteve a popularidade. Algumas termas associaram-se às praias circundantes, oferecendo tratamentos com água salgada simples ou mista (com água termal).

O declínio deu-se a partir da 1ª Guerra Mundial. Tal como voltaria a acontecer na 2ª Guerra, os equipamentos termais, principalmente o Balneário, foram usados como campos de refugiados ou hospitais militares, alterando a ambiência e o tipo de frequentadores. A crise económica que se instalou a partir dos anos 30 alterou profundamente o quotidiano das pessoas, e com isso os seus costumes, obrigando os gestores das Termas a procurar financiamento.

A grande mudança que influenciaria, negativamente, o futuro do termalismo português deu-se a 5 de Outubro de 1910. A queda da Monarquia representou um grande golpe nos fundos das estâncias, que perderam um dos maiores investidores e publicitários. Contudo, o desenvolvimento manteve-se consistente até às Guerras, após as quais o Governo teve um papel importante em assegurar o termalismo nacional, que começou a estagnar.

Os projectos que se continuavam a propor, agora uma nova materialidade, que permitia uma maior liberdade de desenho – o betão –, apenas seriam realizados parcialmente. O progresso da Estância Termal foi substituído pela manutenção dos equipamentos existentes, principalmente do Balneário.

Durante este período incerto, a legislação termal portuguesa continuou a crescer. Em 1928, foi decretado o regulamento para os estabelecimentos termais. A partir de 1937, DGEMN passou a estar envolvida nos projectos, incluindo na sua aprovação. Foram definidas novas exigências técnicas, elementares para o funcionamento, preservação e segurança dos equipamentos, que se mantiveram até aos tempos actuais: uso de uma materialidade resistente à função destinada, principalmente no combate à corrosão provocada pelas águas termais; divisão das zonas de acordo com o programa, incluindo entre tratamentos secos e húmidos; e proximidade ou ligação do Balneário aos Equipamento de Alojamento. Nos anos 50, os tratamentos termais passaram a ser participados.

Embora houvesse o incentivo, a constante diminuição do número de frequentadores, somando com a falta de financiamento, além das razões mencionadas anteriormente, agravou a crise portuguesa nos anos 50. Nas décadas seguintes, a maioria dos equipamentos encontravam-se ao abandono, condenando-os à degradação e ao esquecimento.

As Termas, antes centrais para o desenvolvimento local, foram secundarizadas nos planos de gestão territorial, colocando em risco o seu recurso principal, o seu legado e o equilíbrio entre espaços

edificados e natural. O Termalismo recuou no tempo: o Balneário voltou a ser o equipamento central, frequentado por quem procurava aliviar as suas maleitas.

As Termas do século XXI

O excesso de acontecimentos proveniente da Era Tecnológica voltou a instigar a necessidade do Indivíduo em fugir e se isolar para relaxar. A divulgação dos tratamentos de Bem-Estar nos Estabelecimentos Hoteleiros despertaram o interesse da população jovem, afectada pelos excessos. Englobando todas as faixas etárias, é desta nova associação que se iniciou a época termal do século XXI.

As Termas modernas associam as águas termais ao relaxamento e à beleza – Bem-estar ou Spa –, serviços que, «podendo comportar fins de prevenção da doença, estão ligados à estética, beleza e relaxamento e, paralelamente, que são suscetíveis de comportar a aplicação de técnicas termais, com possibilidade de utilização de água mineral natural, podendo ser prestados no estabelecimento termal ou em área funcional e fisicamente distinta deste» (Associação das Termas de Portugal, s. d., p. 30) ⁴⁶.

Dado o vasto espólio arquitectónico, seguiram-se duas metodologias de intervenção – nova construção ou reabilitação/reuso –, marcadas por novas materialidades, e pela relação entre o existente e o novo. A Estância Termal foi reduzida ao Equipamento Hoteleiro, cujo programa passou a incluir os tratamentos de Bem-Estar, ao Balneário Termal, este interligado ou fundido com o anterior, e aos espaços verdes, que mantiveram a sua função de complemento dos tratamentos e de lazer.

Independentemente da abordagem, as exigências técnicas e culturais vigentes implicam um investimento elevado, acabando por ser suportado pelo sector turístico, o novo foco, resultando na privatização de termas.

Outras fontes de investimento surgiram em programas termais, como o Projecto Thermaios, em 1997. Financiado pela Comissão Europeia, visou impulsionar o desenvolvimento de estâncias termais e salvaguardar o seu património, contando com Caldas de Reyes e Caldes d'Estrac, em Espanha, Lagadas, na Grécia, e em Portugal, Caldelas, Gerês e Eirogo.

Em 2010, foi criada a Rede Europeia das Cidades Históricas Termais (EHTTA – European Route of Historical Thermal Towns), uma organização sem fins lucrativos, direccionada ao estudo, protecção e divulgação das estâncias europeias e do seu património, através da elaboração de uma rota de locais que se desenvolveram das suas águas e apresentam uma rica herança termal. Actualmente conta como membros a Alemanha, a Áustria, o Azerbaijão, a Bélgica, a Croácia, a Espanha, a Estónia, a França, a Geórgia, a Grécia, a Hungria, a Itália, o Luxemburgo, a Polónia, o Reino Unido, a República Checa, a Turquia e Portugal – Caldas da Rainha, Chaves, Luso, Monchique, São Pedro do Sul e Vidago.

46. Contrário à definição portuguesa, o termo Spa refere-se tanto a termas como a tratamentos de relaxamento e beleza, recorrendo ou não a água termal.



61-62. Novos Complexos Termais

Termas de Vals, na Suíça (Andrea Ceriani, s. d.); e Termas do Cró, em Portugal (Cró Hotel Rural, s. d.).

Em Portugal, as legislações aprovadas neste último período foram fundamentais para garantir tanto a preservação das águas termais como do património termal imóvel.

O Decreto-Lei n. 90/90, de 16 de Março de 1990, estipulou os Perímetros de Protecção – Zona Imediata, Intermédia e Alargada – das águas termais exploradas, decretando:

- No Artigo 42º, a proibição da utilização de produtos químicos, adubos, despejos e quaisquer trabalhos, incluindo construções e linhas de esgoto, que mexam no solo e subterrâneo na Zona Imediata de protecção, excepto respeitante ao recurso termal, à alteração da flora e à demolição de construções, neste caso necessitando de aprovação por entidade competente;
- No Artigo 43º, as proibições do artigo anterior estendem-se para a Zona Intermédia, podendo-se, no entanto, realizar trabalhos, com devida aprovação da entidade competente, que não afectem ou coloquem em risco o recurso ou a exploração;
- O artigo seguinte coloca a possibilidade de se proibir o estipulado no Artigo 42º na Zona Alargada quando o recurso ou a exploração são colocados em risco.

O Decreto-Lei n. 142/2004, de 11 de Junho de 2004, actualizou o decreto de 1928, definindo o Termalismo de Bem-Estar e Lazer, e os serviços prestados pelos estabelecimentos termais:

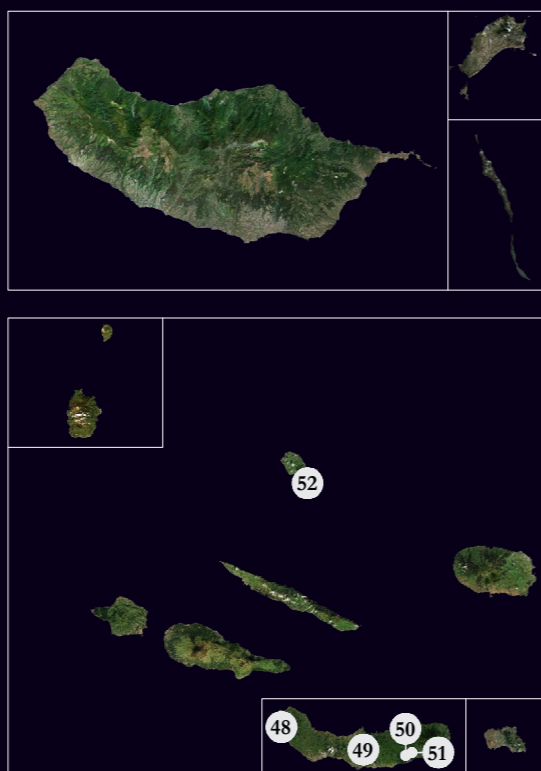
- a. «Serviços fundamentais que são prestados mediante técnicas termais para fins de prevenção de doenças, terapêuticos, de reabilitação e de manutenção da saúde;
- b. Serviços complementares que utilizam técnicas complementares e que contribuem para o aumento da eficácia dos serviços fundamentais;
- c. Serviços acrescentados ou colaterais que são independentes dos serviços fundamentais e complementares ministrados, integrando os serviços de bem-estar termal que, pelas características próprias do estabelecimento termal e zona envolvente, podem ser ministrados com recurso à utilização da água mineral natural e técnicas termais» (Decreto-Lei n. 142/2004 de 11 de Junho do Ministério da Saúde, 2004, Art. 4º).

De momento, regista-se mais de metade das termas portuguesas em funcionamento ⁴⁷, a maioria sob exploração privada, umas conservando a sua imagem e actualizando o seu programa, outras procurando uma nova direcção. Das termas encerradas, em que se assinala a contaminação das águas ou a falta de fundos como as causas principais, a maioria encontra-se ao abandono, outras perderam-se no tempo ou foram relançadas noutra mercado, como o caso de Carvalhelhos, focada em águas de mesa, e de Canaveses, em produtos de higiene pessoal.

Mesmo após períodos devastadores e a adopção de novos costumes, o Termalismo é considerado como um luxo acessível a qualquer idade da classe média, apresentando uma variedade de características derivadas do elemento principal, do local e do utilizador: uma grande variedade de nascentes de água mineral natural, superior ao de águas exploradas; de aplicações, produto das propriedades das águas; ofertas para a saúde, o corpo e a mente, o lazer, o entretenimento, cultural e social; de planos de desenvolvimento e de equipamentos, influenciados pelas propriedades do Lugar, pelas necessidades e características da Comunidade e do Freqüentador, e pelos factores tecnológicos, financeiros, políticos e sociais ao longo do tempo. Uma tipologia característica do costume, do Utilizador, da Comunidade, do Lugar e do tempo.

47. Em Anexo, pp. 234-246, encontra-se a investigação realizada sobre o estado actual das Termas Portuguesas.

1. Termas de Monção
2. Termas de Melgaço Medical Spa
3. Termas de Gerês
4. Termas da Moimenta
5. Termas do Caldelas
6. Taipas Termal
7. Termas de Vizela
8. Chaves - Termas & Spa
9. Termas de Vidago - Vidago Palace e Balneário Pedagógico de Vidago
10. Pedras Salgadas - Spa & Nature Park
11. Caldas de Carlão
12. Termas de Vimioso
13. Caldas de S. Lourenço
14. Caldas da Saúde
15. Termas de Amarante
16. Termas de São Vicente - Palace Hotel & Spa
17. Inatel Entre-os-Rios
18. Termas de São Jorge
19. Termas da Curia
20. Termas de Vale da Mó
21. Termas de Luso
22. Termas de Caldas de Aregos
23. Termas do Carvalhal
24. Termas de São Pedro do Sul
25. Termas de Alcafache
26. Termas de Sangemil
27. Termas da Felgueira - Grande Hotel das Caldas da Felgueira
28. Termas de Longroiva
29. Caldas da Cavaca
30. Termas de Almeida - Fonte Santa
31. Termas de São Miguel - Palace Hotel & Spa
32. Inatel Manteigas
33. Termas do Cró
34. Termas do Bicanho - Palace Hotel & Spa
35. Caldas de São Paulo - Aqua Village Health Resort & Spa
36. Termas de Unhais da Serra - Aquadome
37. Termas de Águas - Penamacor
38. Termas de Monfortinho
39. Termas de Monte Real
40. Termas da Piedade - Your Hotel & Spa Alcobaça
41. Termas das Caldas da Rainha
42. Hotel Golf Mar Vimeiro
43. Termas de Ladeira de Envendos
44. Termas da Fadagosa de Nisa
45. Termas da Sulfúrea
46. Termas de Moura
47. Villa Termas Caldas de Monchique - Spa Resort
48. Termas da Ferraria
49. Termas das Caldeiras
50. Poça da Dona Beija
51. Furnas Boutique - Hotel Thermal & Spa
52. Termas do Carapacho

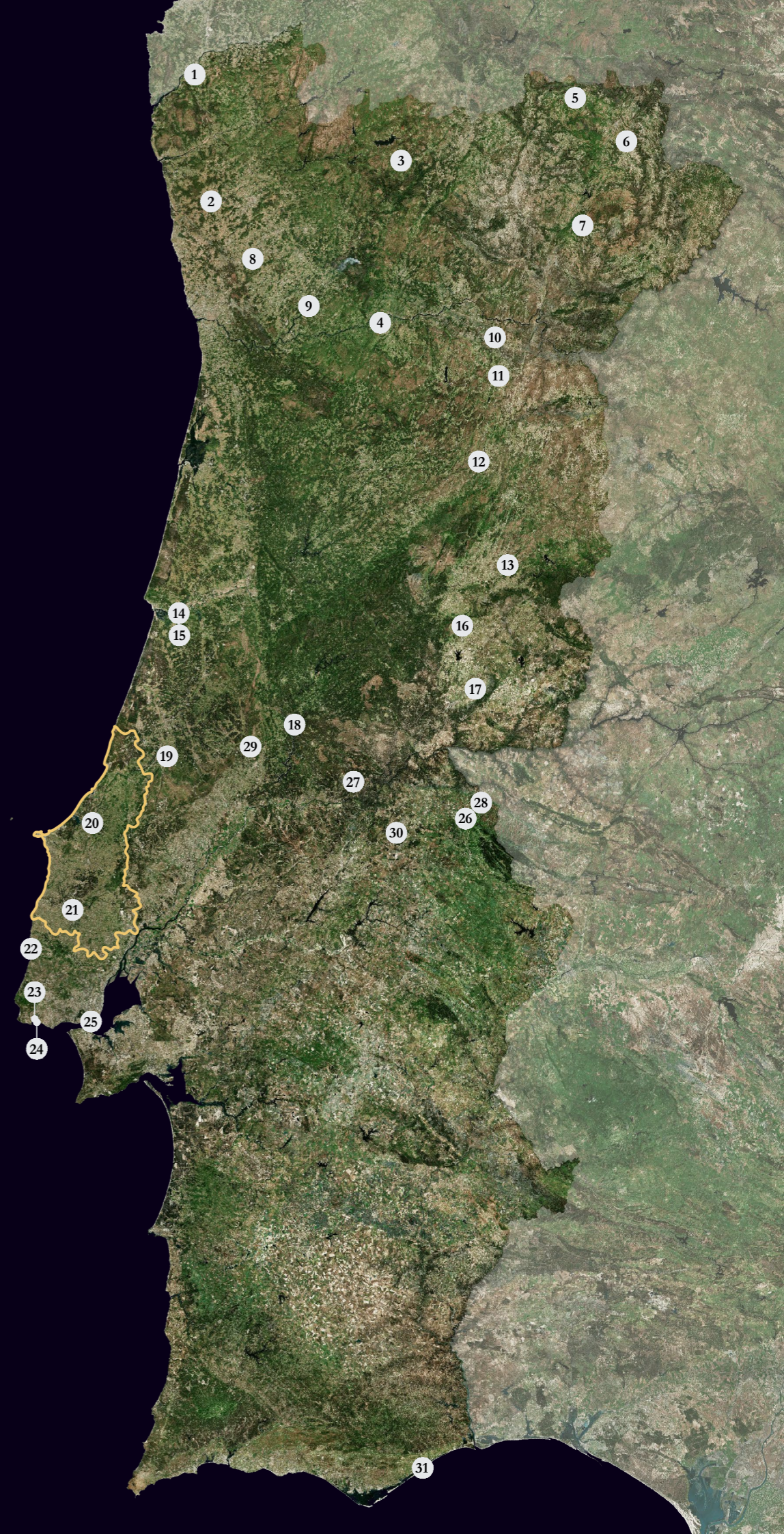


1. São Pedro da Torre
2. Termas do Eirogo
3. Termas de Carvalhelhos
4. Caldas de Moledo
5. Banhos de Santa Cruz
6. Banhos de Alfaião
7. Banhos da Abelheira
8. Amieiro Galego
9. Caldas de Canaveses
10. Lagarteira
11. Banhos de Areola
12. Banhos de Santo António
13. Águas Radium
14. Termas da Amieira
15. Termas da Azenha
16. Termas da Touca
17. Termas da Granja de São Luís
18. Termas da Sertã
19. Salgadas da Batalha
20. Águas Santas
21. Termas dos Cucos
22. Águas de Santa Marta
23. Termas do Estoril
24. Banhos da Poça
25. Banhos de São Paulo
26. Praia Fluvial do Agroal
27. Fadagosa de Mação
28. Fadagosa de Marvão
29. Termas de Castelo de Vide
30. Termas do Monte da Pedra
31. Termas da Atalaia
32. Ladeira Velha
33. Termas do Varadouro



64. Mapa das Termas encerradas em Portugal

— Região Oeste



4.2. Uma intervenção em Património Termal

O quadro de Elementos Representativos Imóveis, deixados pela exploração termal, é extenso. A tipologia arquitectónica foi pensada de modo a tirar o máximo partido das propriedades das águas e a oferecer um bom ambiente aos seus frequentadores. Um microcosmo termal cujo desenvolvimento urbano salientou a sua presença no território.

Com a perda do costume, o esquecimento e a falta de protecção das termas encerradas, especialmente anterior ao emprego da legislação de 1990, colocou os equipamentos numa posição ameaçada pelo desenvolvimento da Envolvente. Foi o caso das Termas de Eirogo, cujas águas foram contaminadas pelas fábricas industriais construídas nas proximidades da estância, e das Águas de Santa Marta, demolidas para a construção de um parque.

Actualmente, o incentivo financeiro para a exploração termal é limitado, focado no novo costume de Bem-Estar, funcionando preferencialmente num único equipamento – o hotel com balneário –, para o qual o património existente tem de ser adaptado.

Em Portugal, a maioria dos estabelecimentos em funcionamento são equipamentos remodelados para albergar as novas exigências e ampliados para responder aos novos programas. Outros recebem obras de melhoria de infra-estruturas. Os casos de apropriação para uma nova função são reduzidos.

Neste capítulo, é analisada uma intervenção de relançamento de uma estância termal portuguesa. O estudo ocorre do entendimento da fundamentação do projecto – da conjugação do panorama termal actual com os equipamentos existentes, o contexto em que se dá, o papel da história da estância e da envolvente, da relevância do valor associado à Construção e das relações criados desde o encerramento do equipamento.

As Termas de Pedras Salgadas

Situado em Bornes de Aguiar, concelho de Vila Pouca de Aguiar, distrito de Vila Real, os atributos do complexo termal de Pedras Salgadas são produto da região em que se insere. As propriedades do terreno, marcado por montanhas altas e vales profundos, que a água termal percorre, atribuem-lhe a composição natural gasocarbónica pelo qual é conhecida⁴⁸.

48. Brotando a 15° C, as águas são indicadas para o aparelho digestivo, respiratório, metabólico-endócrinas, reumáticas e músculo-esqueléticas.



65. O lugar de Bornes de Aguiar

A freguesia, que conta com 1933 habitantes (INE, 2021), é composta pelas povoações de Bornes de Aguiar, Pedras Salgadas, Rebordochão, Lago Bom e Vila Meã no vale a Este, e Lagoa, Tinhela de Cima, Tinhela de Baixo e Valugas a Oeste da montanha.

A marcação menor corresponde ao Pedras Salgadas Spa & Nature Park.



A configuração dentro do Parque Termal, privativo e descentrada da povoação, já fundada, e o começo da exploração no mercado de águas termais engarrafadas, fundadora da Água das Pedras, e durante o auge do Termalismo, marcaram profundamente o desenvolvimento desta estância.

Achados arqueológicos colocam os Romanos nesta zona, supondo-se ter existido exploração termal por estes, mas o período de descoberta das nascentes em Pedras Salgadas é desconhecido, registando-se a primeira referência bibliográfica em inícios do século XIX.

O começo da exploração é concedido aos contributos de dois médicos. Foi o reconhecimento das propriedades curativas das águas, pelas análises realizadas pelo médico do reino José Júlio Rodrigues, que motivou o Dr. Henrique Manuel Ferreira Botelho a comprar os terrenos que continham a nascente do Penedo. Em 1871, as águas termais foram lançadas no mercado, pela empresa Saraiva & Botelho. A distinção no concurso da Exposição Internacional de Viena de Áustria, dois anos depois, promoveu o progresso.

Em 1875, ano em que foi fundada a Companhia das Águas de Pedras Salgadas, o local contava com três nascentes de água termal, protegidas por um Pavilhão – José Júlio Rodrigues, Grande Alcalina e Penedo.

Em 1879, o Grande Hotel, construído para albergar 100 hóspedes, foi inaugurado em reposta à abertura dos tratamentos termais, no mesmo ano, e do Balneário, no ano seguinte. Projectado pelo engenheiro Manuel do Couto Guimarães, o primeiro balneário de Pedras Salgadas desenvolvia-se num piso, ao longo do qual estavam distribuídos os tratamentos de duche, pulverização, inalação, aeroterapia e ginásio.

Em finais do século, as Termas assumiram o seu papel como estância termal. A Fábrica de Engarrafamento e o Balneário eram apoiados por mais cinco nascentes – Rio, Rebordechão, Nova, Saraiva e Botelho, e Preciosa – e dois hotéis – Hotel Avelames e Hotel do Norte. Em 1894, começaram os trabalhos de construção dos espaços verdes, que tornaram Pedras Salgadas nas primeiras termas portuguesas instaladas dentro de um parque.

Rapidamente se notou a popularidade das águas, com o registo de pessoas célebres. Destaca-se a presença de D. Maria Pia, o infante D. Augusto e D. Fernando II, em 1884, cuja visita foi celebrada com o baptismo da Fonte Rio para D. Fernando e da Rebordechão para Gruta D. Maria Pia; e do rei D. Carlos I, um visitante assíduo das termas, em 1906.

A primeira metade do século XX manteve-se bem-sucedida. A inauguração da linha de comboio, em 1907, aumentou o fluxo de frequentadores e motivou o crescimento territorial. A Avenida Lopes de Oliveira ligava a estação ao parque termal, construindo-se, ao longo desta, diversos equipamentos hoteleiros. Entre 1908 e 1916, a oferta diversificou-se, com a realização de obras de manutenção pelo Parque, gradeado em 1914, Hotéis e Pavilhões de Nascente, e com a introdução de novos equipamentos – Balneário, transformando-se o antigo numa Casa de Chá, e Casino. Opondo-se à proibição da exploração de jogos de azar, o Casino, inaugurado em 1910, dispunha de salão de festas, de baile e de jogos. Foi também neste período que se contruiu a Capela.



66. A envolvente de Pedras Salgadas Spa & Nature Park

Integrado na povoação de Pedras Salgadas, o Parque é delimitado a Oeste por Lago Bom e Rebordechão, a Sul por Vila Meã e a Sudeste por Bornes de Aguiar.



Nos anos 20, a exploração das Termas de Pedras Salgadas foi agregada à das Termas de Vidago e à das Termas de Melgaço, com a criação da empresa Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas.

Até finais da década de 40, estas termas continuaram a ser procuradas, registando-se um conjunto de intervenções, especificamente, na ampliação do corpo central do Balneário, em 1929, construção de Campo de Golfe e de Gabinete de Cinematografia, em 1932, e remodelações, como da ala feminina no Balneário, em 1940, e da masculina, três anos depois, estes dois da autoria do arquitecto António Jancira.

O Termalismo, na segunda metade do século XX, tornou-se instável, e Pedras Salgadas não foi excepção. Continuaram-se a realizar propostas de expansão termal e remodelação dos equipamentos, algumas realizadas, mas o declínio do costume era evidente, sendo a exploração da Água das Pedras, que ganhou novas instalações em 1994, o único sustento. Até ao encerramento do Balneário, em 1999, assistiu-se à inauguração da piscina exterior, em 1967, e à renovação do Hotel Avelames, na última década, o único alojamento no Parque aberto.

Em 2000, os tratamentos termais voltaram a estar disponíveis, em instalações temporárias. A mudança de concessão para a Unicer, em 2002, mostrava a intenção em relançar esta estância termal. A primeira fase passava por equipar o complexo com um Balneário que integrasse a nova vertente de bem-estar, que começava a dominar o panorama termal. Em 2006, o projecto foi entregue ao arquitecto Álvaro Siza Vieira, autor da reabilitação e expansão do Balneário de Pedras Salgadas, e da nova piscina exterior e respectivos apoios, inaugurados em 2009.

O projecto no Balneário, de planta longitudinal, tentou respeitar as propriedades características da construção, datada do século anterior. A entrada principal, orientada a Oeste, foi mantida, conservando-se a escadaria de acesso à antecâmara do átrio. Foi criada uma segunda entrada, lateral e no piso inferior, situada no novo volume, para quem se deslocasse por veículo, fazendo ligação ao parque de estacionamento. Ambas direccionam o Freqüentador para o átrio, o ponto inicial do percurso termal.

Elemento caracterizante, o átrio, decorado por pavimento em mosaico e rodapé em mármore, trabalhos de estuque e pintura nas paredes, portadas de madeira, e clarabóia de vitrais, foi restaurado. Não sendo mais necessária a divisão entre géneros, as alas laterais foram adaptadas para as novas funções, verificando-se a mudança nas materialidades. A ala feminina tornou-se na Zona Seca, para tratamentos de beleza e bem-estar, desenhada em tons neutros, destacando-se o pavimento em madeira. A ala masculina passou a ser a área de tratamentos termais, ou Zona Húmida, compondo-se por paredes revestidas a azulejo, com rodapé e pavimento em cimento.

O novo volume, para o qual foi demolido um edifício nas proximidades, estende o corpo central para Este e alberga a piscina aquecida. Construído em betão e tijolo, adopta o traçado exterior da pré-existência, desde o desenho das coberturas das alas laterais, de águas e com diferença de 25 centímetros do corpo central pré-existente, à dimensão e posicionamento dos vãos, e pintura. Preservando a harmonia visual entre novo e existente, diferencia-se pela ausência de detalhes em pedra na fachada.



67-74. Balneário de Pedras Salgadas

Fachada principal (Fernando Guerra, s. d.); Vista do novo volume com o conjunto (Hisao Suzuki, s. d.); Átrio (Fernando Guerra, s. d.); Corredor da Zona Seca (Hisao Suzuki, s. d.); Corredor da Zona Húmida (Hisao Suzuki, s. d.); Sauna (Hisao Suzuki, s. d.); Duche (Hisao Suzuki, s. d.); e Piscina (Fernando Guerra, s. d.).

O interior é de planta livre e de dimensões semelhantes ao corpo central pré-existente. A relação do Balneário com o Parque é aprofundada pelo grande vão único, enquadrado entre as duas colunas que sustentam a cobertura assimétrica, alongando o campo de visão para o exterior.

O Balneário de Pedras Salgadas dispõe de 14 salas de tratamentos, das quais cinco são para hidroterapia, duas salas duplas, piscina interior aquecida, sauna, *hammam*, hidromassagem, duche a jacto e de Vichy, e duas salas de relaxamento.

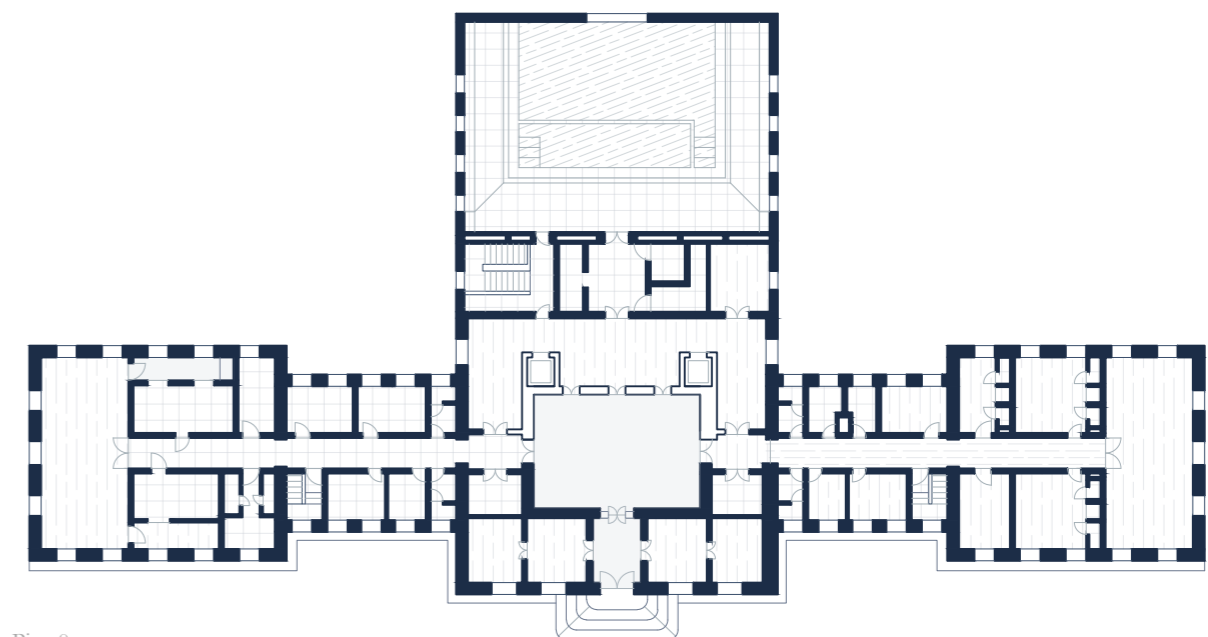
A nova piscina exterior, com piscina de adultos e de crianças, a Norte do Parque, encontra-se implantada entre o Pavilhão de Nascente Preciosa, a norte, a estrada municipal, a este, e o Lago, a sul. Dada a configuração da área, o edifício desenvolve-se para Oeste, por quatro volumes de traçado moderno, em betão e madeira. Três deles convergem no átrio de recepção, acedido por um pátio triangular, a Este, que liga ao percurso do Parque. O pátio triangular é desenhado pelos volumes, de planta rectangular, dos vestiários masculino e feminino. O outro pátio, mais rectilíneo e virado para as piscinas, é delimitado pelo vestiário feminino e pelo café. Apresentando planta em T, este terceiro volume agrega o bar, a cozinha, a dispensa e instalações do pessoal. A esplanada coberta pela pérgula, a Oeste, estende a área interior do café. O volume isolado, perto do vestiário masculino, são as instalações do nadador-salvador e de primeiros socorros.

A segunda fase de relançamento, realizada entre 2012 e 2015, pelo atelier Rebelo de Andrade, aliou a ideia dos parques termais oitocentistas à nova imagem de espaço turístico natural e de spa. Ao longo dos 20 hectares do Parque, foram elaboradas diversas intervenções, algumas novas, como a construção de dois conjuntos de alojamento modelar, com materiais naturais e adaptados à disposição do espaço e da vegetação – Eco-house e Tree-house –, outras reabilitações de equipamentos termais.

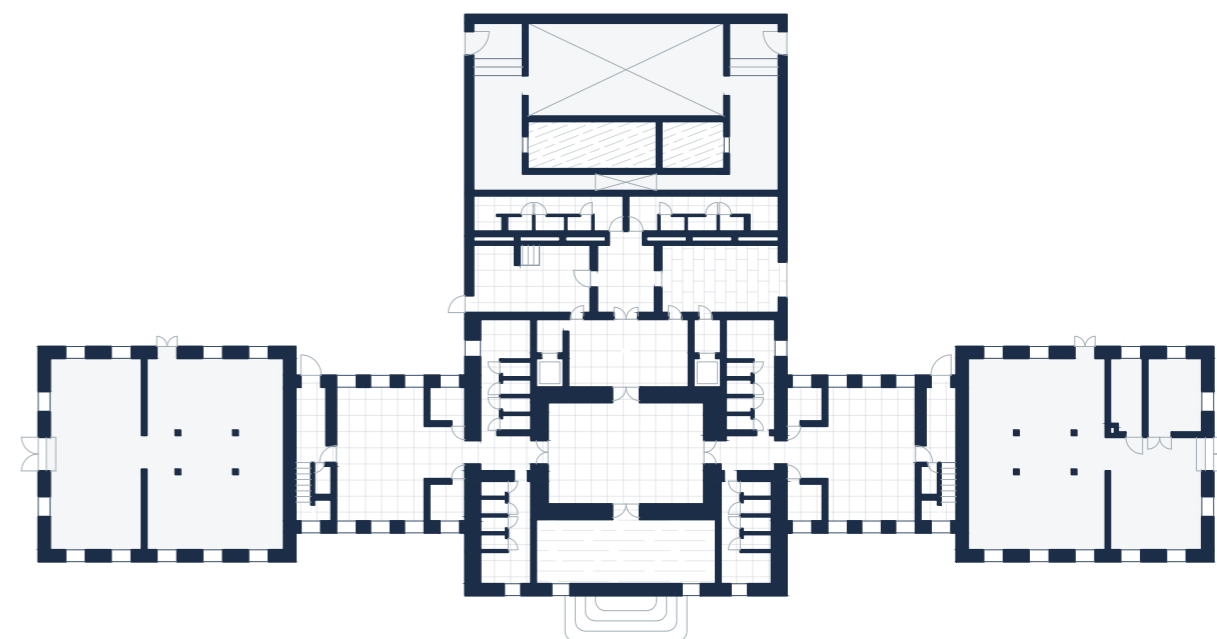
As Garagens, junto ao portão Norte, foram remodelados, para se tornarem num bilhete de visita. O Hotel Avelames, que se encontrava abandonado, foi demolido, e no seu local foi construído uma unidade de apoio ao Parque, camuflada na Natureza. A Capela foi alvo de uma intervenção mínima, que lhe restituiu a configuração original. A Casa do Chá foi renovada para restaurante, continuando com a mesma função. O projecto no Casino tentou respeitar a função original, adaptando-a ao panorama actual, como sala de eventos.

O Pedras Salgadas Spa & Nature Park, uma unidade turística de 4 estrelas, dispõe de 8 km de caminhos pelos seus jardins românticos, ao longo dos quais se pode encontrar os equipamentos termais históricos – quatro fontes, abertas ao consumo, protegidas por Pavilhões de Nascente ou Gruta (Pedras Salgadas, Grande Alcalina, D. Fernando e D. Maria Pia), Balneário, Casa de Chá, antigo Grande Hotel (encerrado), Casino, Observatório, Capela, Lago e Garagens –, perto de construções históricas – Chalé, Vila Adriano e Museu⁴⁹ – e modernas – Eco-house, Tree-house, Bar Avelames, nova ala do Balneário e Piscina Exterior –, e de actividades de recreio – parque infantil, arborismo, ténis, percurso de bicicletas e pedestres, passeio de barco e salas de jogo –, todos implantados dentro do Parque Termal. Um microcosmo do século XXI.

Numa primeira análise, o projecto do relançamento termal de Pedras Salgadas trata-se de uma intervenção à escala aproximada. O território de intervenção, embora amplo e atribuído de



Piso 0



Piso -1

-  Água
-  Zonas Secca
-  Zonas Húmida

75-76. Balneário de Pedras Salgadas
Planta do piso térreo e do piso -1.



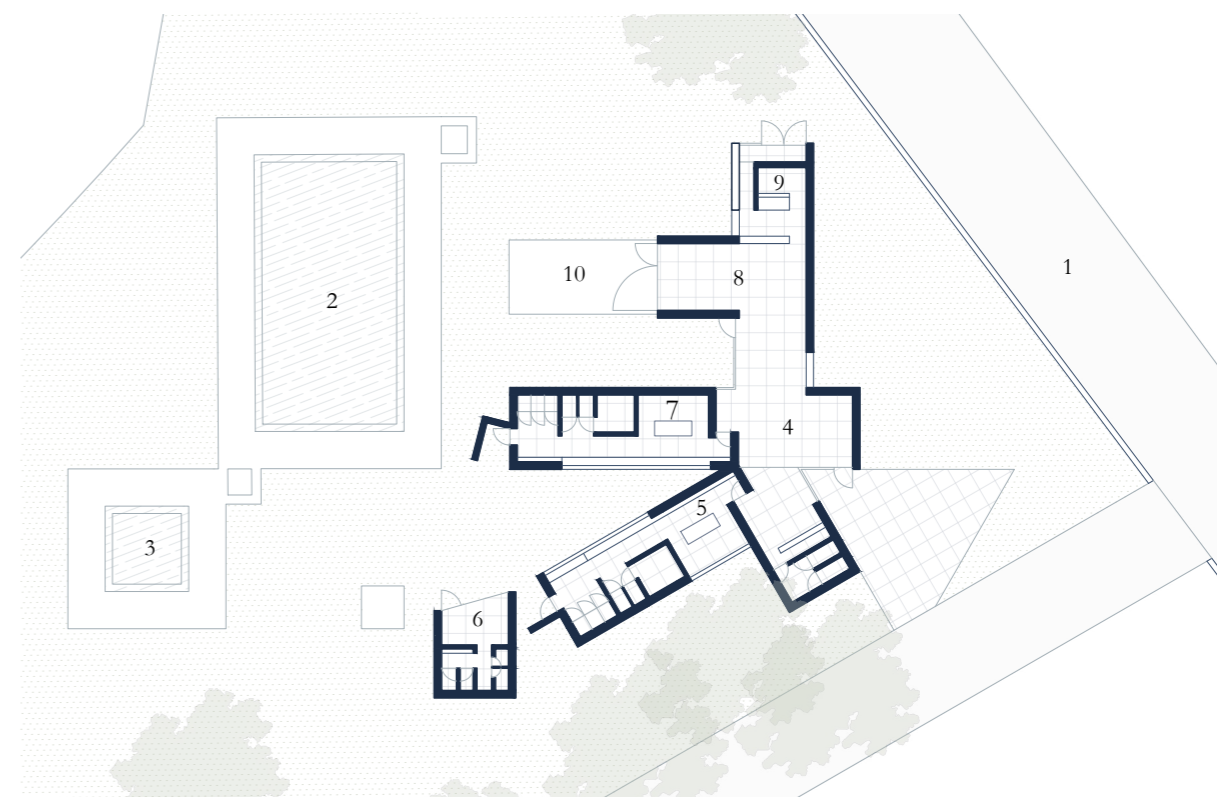
denominação de povoação, enquadra apenas a Estância Termal, uma morada temporária. No entanto, considerando a influência da exploração termal na Envolve, as intervenções em Termas acabam por envolver a escala intermédia.

Esteja a estância implantada nas proximidades ou longe de um núcleo urbano, ela contribui para o desenvolvimento da localidade, dadas as oportunidades que proporciona, sejam turísticas ou culturais, tal como esse desenvolvimento interfere com a estância, como referido no subcapítulo anterior.

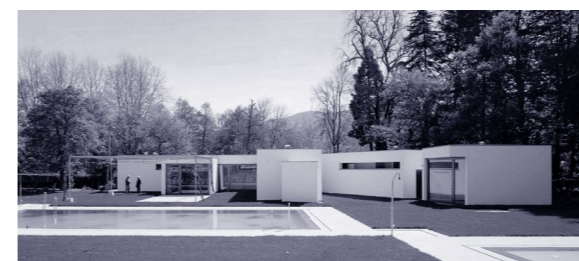
No caso em questão, apontam-se duas situações em que a exploração de Pedras Salgadas contribuiu para a Envolve – a primeira advém da oportunidade económica e cultural com a fundação da empresa de Água das Pedras; a segunda da relação com a gestão territorial, demonstrada pela requalificação da margem do rio Avelames.

Situado a Este do complexo, sob a mão do atelier Rebelo de Andrade, realizado no mesmo período das intervenções na estância, o projecto assume-se como integrante do Parque que o rio “contorna, confere forma e fronteira, e abraça” (Rebelo de Andrade, 2021), expandindo o espaço verde, de recreio e lazer, para fora dos seus muros.

A abordagem projectual tomada em Pedras Salgadas baseou-se no respeito pelas propriedades e características da estância termal, ajustando-a às novas visões e funções, necessidades do Utilizador e exigências técnicas. O novo panorama temporal e termal harmoniza com as pré-existências, preservando a continuidade espacial termal e urbana.



- | | |
|------------------------|--|
| 1. Estrada Municipal | 6. Nadador-Salvador e Primeiros Socorros |
| 2. Piscina de Adultos | 7. Balneário Feminino |
| 3. Piscina de Crianças | 8. Café |
| 4. Átrio de Recepção | 9. Bar, Cozinha e apoios |
| 5. Balneário Masculino | 10. Esplanada |



49. Pedras Experience, inaugurado 2018 numa pré-existência, é «um espaço museológico interativo e sensorial, onde podes viajar no tempo e descobrir todos os pormenores da História de Pedras» (Águas das Pedras, 2021).

77-80. Piscina exterior de Pedras Salgadas
Planta; Conjunto (Hisao Suzuki, s. d.); Bar (Hisao Suzuki, s. d.); e Vestiário (Hisao Suzuki, s. d.).

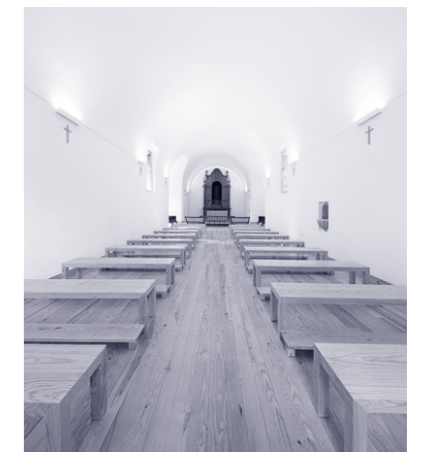


1. Entrada principal
2. Chalé
3. Jardim do Roseiral
4. Parque Infantil
5. Fonte D. Maria Pia
6. Fonte D. Fernando
7. Vila Adriano
8. Eco-Houses
9. Tree-Houses
10. Spa Termal
11. Museu
12. Fonte Alcalina
13. Minigolf
14. Casa do Chá
15. Antigo Grande Hotel
16. Casino
17. Observatório
18. Capela
19. Campo de ténis
20. Fonte Pedras Salgadas
21. Lago
22. Garagens
23. Entrada Norte
24. Balneário e Piscinas exteriores



81-84. Pedras Salgadas Spa & Nature Park

Planta do Parque; Margem do rio Avelames (Fernando Guerra, s. d.); Vista do Parque (Fernando Guerra, s. d.); e Garagens (Fernando Guerra, s. d.).



85-90. Pedras Salgadas Spa & Nature Park

Eco-house (Fernando Guerra, s. d.); Tree-house (Fernando Guerra, s. d.); Casino (s. a., s. d.); Salão do Casino (Fernando Guerra, s. d.); e Capela - exterior e interior (Fernando Guerra, s. d.).

4.3. Uma tipologia identitária

De uma prática de banhos em águas com propriedades medicinais nasceu um microcosmo, organizado em torno de uma rotina de tratamentos, para o corpo e a mente, e dos gostos e necessidades do seu grupo – o Freqüentador. Reflectindo sobre a denominação de Não-lugar e as propriedades das Termas, esta tipologia característica, sejam as estâncias termais oitocentistas ou os retiros naturais contemporâneos, numa primeira análise, aparenta ser uma configuração generalista, desenhada para o mesmo intuito e replicada em cada território.

São os hábitos elaborados pelo costume, influenciados pela cultura de cada frequentador, as relações criadas entre membros, da equipa técnica e dos frequentadores, a ambiência e vivência que domina o espaço termal, reconhecido pela sua configuração, sons e cheiros, que acabam por tornar esse não-lugar num Lugar. Num espaço com que o Freqüentador se relaciona, onde e com o qual cria laços, com o Espaço e o Outro, onde socializa e cria memória, contribuindo para a definição do Indivíduo e de uma “micro-Comunidade” termal.

Esses elementos representativos criados do quotidiano de um período limitado estendem-se da Medicina à Arquitectura, do Utilizador à Comunidade, da nascente ao território. A Envolvente é influenciada pela vivência e ambiência que a prática termal proporciona, pelas oportunidades turísticas, comerciais, económicas e culturais. O microcosmo termal não se limita às margens dos seus equipamentos, agindo também no espaço envolvente, na (s) localidade (s) circundante (s), dando-lhe uma nova vida durante a época balnear e proporcionando o desenvolvimento territorial. Marcas temporárias que se tornam permanentes, pelos costumes criados em resposta às Termas e pelas práticas incentivadas pelas oportunidades.

É criada uma prática. Nasce um espaço para servir essa Prática. O Grupo molda-a e com a Prática. A Prática torna-se num Costume. O Espaço expande-se além das suas fronteiras, atingindo territórios e comunidades circundantes. Novas práticas são criadas graças às oportunidades disponibilizadas pelo Costume, que também poderão se tornar em costumes. Mesmo quando o primeiro Costume é perdido, independente da causa, a sua presença na memória e na história é mantida. A Prática que contribuiu para a definição do Espaço, do Grupo, do Território, da Comunidade e de outras práticas, que marcou material e imaterialmente a sua envolvente, faz parte da essência destes elementos.

Com a queda do Termalismo e do retorno da visão dos banhos para prevenção da saúde, o legado arquitectónico deixado tornou-se na representação mais directa da influência da exploração termal para a Identidade do Lugar. Nos anos 70, do século XX, a salvaguarda do Património foi alargada ao Património Termal, ameaçado pelas forças da Natureza e do Ser Humano. A classificação parece realizar-se, em geral, a nível local, seja de um equipamento isolado ou do conjunto, sendo também o Município quem incentiva uma classificação mais abrangente.

No cenário português, regista-se como Monumento Nacional vestígios da exploração romana – as Termas Mediciniais Romanas de Chaves e a Piscina de D. Afonso Henriques em São Pedro do Sul –, ambos localizados em estâncias em funcionamento. Nas outras classificações encontra-se um quadro mais alargado, na tipologia e temporalidade, notando-se como Monumento de Interesse Público – o Parque Termal de Melgaço, a Estância Termal de Vale dos Cucos, o Balneário Romano de São Vicente do Pinheiro (Termas de São Vicente) e os Banhos de São Paulo (Lisboa). O número de Termas em vias de classificação, em estudo ou cujo processo caducou é ainda maior.

A classificação a nível Mundial foi marcada em 1987, com o reconhecimento da cidade de Bath, no Reino Unido, uma localidade que se desenvolveu da exploração romana e cujo valor cultural, principalmente da sua arquitectura oitocentista, é reconhecido⁵⁰. Em 2021, o quadro foi expandido, com o reconhecimento da proposta “As Grandes Cidades Termais da Europa” (Great Spas of Europe), na qual integram estâncias que ainda são consideradas relevantes para o desenvolvimento da localidade e cujos equipamentos encontram-se conservados, desempenhando a função original ou outra, testemunhos do desenvolvimento da Cidade Termal⁵¹.

O reconhecimento do valor e da história do legado termal, proporcionou uma preservação que considerasse esses factores característicos que originaram os espaços, nos planos de reabertura dos equipamentos termais melhorados, em resposta ao novo panorama termal ou a uma nova função.

Mas o que acontece quando um Lugar, cujas termas foram cruciais para a sua fundação, cresceu além do Costume? Não esquecendo esse elemento identitário, mas fazendo-o evoluir consigo. Cujo contributo encontra-se nas marcas urbanas, e nas práticas que disponibilizou e se tornaram costume e parte da Identidade do Lugar. Qual a significação de uma Construção projectada em resposta ao programa termal, de tratamento ou recreio, mas que a sua relação com a Comunidade advém de funções posteriores?

Caldas da Rainha é conhecida, a nível nacional e na história do Termalismo, como uma localidade originada da fundação de uma instituição termal num local apenas constituído por vegetação e nascentes de água termal. O investimento proporcionou o seu desenvolvimento territorial até meados do século XX, identificando-se o contributo deste costume para a Identidade do Lugar. Mesmo com o encerramento dos equipamentos, a influência da exploração termal encontra-se na configuração urbana e nos costumes característicos da comunidade caldense. O seu património material e imaterial está relacionado com as Termas.

50. Para mais informação ver: www.whc.unesco.org/en/list/428.

51. Submetida em 2014, fazem parte as Termas de Bad Ems, Baden-Baden, Bad Kissingen (Alemanha), Baden bei Wien (Áustria), Spa (Bélgica), Vichy (França), Montecatini Terme (Itália), Bath (Reino Unido), Františkovy Lázně, Karlovy Vary e Marienský Lázně (República Checa).

Para mais informação ver: www.greatspatownsofeurope.eu ou www.whc.unesco.org/en/list/1613.

Ao contrário de muitos casos, em que as termas estão descentradas da povoação, seja na periferia ou deslocadas, o espaço urbano de Caldas da Rainha cresceu em torno do seu núcleo termal. Uma condição por um lado prejudicial para termas, para as quais o equilíbrio entre espaço verde e construído, e considerando o cenário termal actual, é fundamental; por outro benéfico, preservando o relacionamento do Património Termal com a Comunidade e a sua posição no Lugar.

Após o encerramento das termas, a Cidade continuou a crescer, transformando a sua identidade. Os equipamentos exclusivos à exploração termal, que apenas funcionavam durante a época balnear, foram integrados na vivência do Lugar, pela sua utilização ou imagem na paisagem.

Reflectindo sobre a evolução da Identidade e dessa influência no Espaço criado, de que modo foram afectadas as relações e significação do Património Termal abandonado, e qual a sua conjugação com o panorama termal actual e o do Lugar?

Capítulo 5.

Preservar os valores do Património e do Lugar

Nascida das águas. Assim é descrita a cidade das Caldas da Rainha. Situada no distrito de Leiria, na região Centro, a actual sede de município originou, no século XV, da obra caridosa da rainha D. Leonor, mulher de D. João II, com a implantação da primeira instituição hospitalar focada em tratamentos com água termal – o Hospital Termal. Um caso excepcional no panorama termal português, e até mesmo mundial.

Impulsionado pela proximidade com as vias para Lisboa e Leiria, e das localidades de Óbidos, Alcobaça e Batalha, o desenvolvimento e enriquecimento da povoação decorreu, durante um longo período, da exploração termal. O espaço urbano, as tradições e costumes, a vivência e ambiência foram definidos pelas termas. Após a perda da fonte de origem e de rendimento principal, o seu crescimento não foi impedido. Os ofícios adoptados, proporcionados pela exploração, permitiram o sustento da localidade, desenvolvendo-se no espaço criado pela exploração termal e além dele.

Assumindo a evolução da Identidade e a manutenção da memória histórica, projectada nos elementos representativos, reconhece-se o papel central e catalisador do costume para a Identidade do Lugar das Caldas da Rainha, não só definidor dos primeiros valores, mas também como incentivo para os posteriores. O problema surge no confronto entre o património deste contexto particular, cuja preservação é imperativa, com o contexto actual e a sua compatibilidade com o novo panorama termal. Na compreensão da significação de uma construção abandonada, edificada para uma função específica, e num dos casos que nunca chegou a realizar, e apropriada para outras necessidades, e da sua posição no espaço identitário da Comunidade.

A análise histórica e espacial, da materialidade e da imaterialidade que compõem os elementos, a definição de uma estratégia de intervenção, seguindo as linhas orientadoras apontadas nos capítulos anteriores, permite tomar uma abordagem que corresponda às propriedades, características e necessidades da Construção, da Comunidade e do Lugar, dos Valores Culturais e da Identidade Colectiva. Incentivante de uma preservação do legado termal que respeite os valores culturais, definidos não apenas na sua origem, mas também ao longo do tempo, e integrante deste no contexto do Lugar.

Projecta-se para o futuro, mas responde-se a necessidades e valores presentes, influenciados pelo passado.

5.1. Escala alargada - o Lugar

A peculiaridade das Estâncias Termais encontra-se na orientação do seu desenvolvimento. Os diversos equipamentos estavam interligados pelo desenho de um espaço amplo, unido e polivalente. Estando o impulso das Caldas da Rainha ligado à criação deste tipo de espaço, o estudo do Lugar, da escala alargada à envolvente (intermédia), na intervenção em Património Termal é indispensável e indissociável. Uma questão que esta análise irá permitir responder é sobre a Identidade do Lugar – o que a compõe e qual o papel das termas nesta.

Um factor determinante para a construção da instituição termal, que originou a localidade, nesta parte do território nacional, foi as propriedades do local. A posição sob uma «faixa mesozoica e terciária enquadrada no vale tifónico» (Mangorrinha, 2000, p. 43) proporcionou uma concentração de diversas nascentes de água termal na sub-região do Oeste. «As águas termais das Caldas provêm de águas meteóricas que primitivamente se infiltraram na Serra dos Candeeiros. Percorreram depois um circuito subterrâneo para Ocidente, em direcção ao vale tifónico das Caldas da Rainha. Desceram a profundidades entre os 1400 e os 2100 metros, na parte central da bacia, atingindo então temperaturas da ordem dos 75°C e sendo submetidas a pressões igualmente elevadas. Os produtos resultantes da acção da temperatura e das pressões são oxidados na trajectória ascensional, quando o fluxo se aproxima da área de descarga» (Museu do Hospital e das Caldas, s. d.), brotando a uma temperatura superior a 35°C. As propriedades que as águas vão absorvendo ao longo do percurso, que dura, aproximadamente 425 anos, tornam-na indicada para problemas do aparelho respiratório, reumáticas e músculo-esqueléticas.

A implantação num vale próximo da costa marítima, atribui à zona um microclima, assinalado por Invernos não muito frios e por Verões não muito quentes, moderados pela brisa e pontuados pela nébula do mar.

Investigando bibliografia referente a este tema na região, suspeita-se que, devido aos efeitos do aquecimento global, esta particularidade equilibrada do clima, se tenha vindo a perder. É habitual ouvir os habitantes comentarem sobre a imprevisibilidade do tempo. Analisando a vivência do Lugar, confirma-se que, embora os dias sejam maioritariamente ventosos, baixando as temperaturas, tanto os habitantes como os visitantes adaptam-se bem. Os estudos sobre Termas, e em especial sobre o relançamento das termas caldenses, não aparentam identificar esta mudança como problemática.

5.1.1. A fundação

Pouco se sabe sobre a história deste local antes da obra da Rainha. As terras onde se encontravam as poças de água termal pertenciam ao couto de Óbidos, que fazia parte dos bens da Casa das Rainhas desde 1281, altura que foi doado a D. Isabel de Aragão, mulher de D. Dinis. Supõe-se que os Romanos tivessem explorado estas águas dadas as descrições sobre esta região e pelos vestígios de uma povoação romana encontrados nos arredores, mais concretamente a cidade romana de *Eburobrittium*, localizada nos limites de Óbidos com Torres Vedras, na qual é possível identificar as suas termas⁵², embora no local onde se implantou Caldas da Rainha nunca foram encontrados vestígios que suportassem esta teoria.

As primeiras referências conhecidas datam de 1222, quando D. Zouido, proprietário das terras de Cornaga, que correspondem actualmente a Tornada, doou os seus bens a *caldas de Óbidos*, nome pelo qual era designado o local onde se viria a implantar Caldas da Rainha. É possível confirmar por esta referência que nesta altura existia uma albergaria, a Ermida de S. Silvestre, e a confraria e Ermida do Espírito Santo, situadas entre os banhos e a zona actualmente denominada por Largo João de Deus⁵³. No ano seguinte, a Gafaria de Santarém prescreveu a doentes, principalmente leprosos, tratamentos nestas águas.

Decerto que as propriedades curativas das águas caldenses já eram conhecidas, supondo-se que a Ordem de Santa Maria de Rocamador, responsável pela Ermida do Espírito Santo, desse assistência a quem frequentasse os banhos, que não passavam de poças e tanques precários. Sabe-se também que, em 1474, D. Afonso V tentou implantar um núcleo habitacional nas *caldas* para apoio aos banhos e à produção agrícola da região, visto que, com a extinção da Ordem, pelo próprio, os banhos encontravam-se sem assistência, sendo concedidos privilégios a quem aí se instalasse, no entanto, esta fundação não se realizou. Seria D. Leonor, sua nora, que faria florescer uma localidade das nascentes de água termal, nomeada em sua homenagem.

Nascida das águas

Não se sabe ao certo como a Rainha teve conhecimento dos banhos de *caldas de Óbidos*. Segundo a lenda, esta seguia rumo à Batalha quando se deparou com um grupo de pessoas a banharem-se em poças de água com um cheiro peculiar. Indignada com esta imagem, não sendo comum a prática do banho, procurou informar-se ao que lhe foi respondido que as águas tinham poderes curativos.

52. Para mais informações ver: www.patrimoniocultural.gov.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70506.

53. Tabela com as toponímias das ruas principais em Anexos, pp. 249-250.



91. Ilustração do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, de *caldas de Óbidos* (PI, 1912)

92-93. Vestígios do conjunto hospitalar da Rainha D. Leonor
Fachada Norte da Igreja (2017); e Piscina das Mulheres (2017).

Diz-se que a Rainha, também padecendo de uma doença ⁵⁴, banhou-se nas águas e ficou curada, confirmando a veracidade da informação. Teria sido este evento que levou D. Leonor a mandar edificar uma instituição hospitalar focada em tratamentos com águas termais e a implantar um núcleo habitacional para assistência, constituindo-se inicialmente de 30 habitantes ⁵⁵.

A localização da Instituição foi preferida pelo médico pessoal da Rainha que, após analisar as várias nascentes e de fazer o reconhecimento do terreno, concluiu que o melhor local era a zona de convergência das nascentes com fortes propriedades, curativas e caudal, com a ligação às vias de Lisboa e Leiria. A construção do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo iniciou em 1485, sobre a responsabilidade do Mestre Mateus Fernandes, e foi concluída em 1503 ⁵⁶, embora tivesse começado a receber os primeiros doentes dois anos após o início dos trabalhos, estando a funcionar em plena capacidade em 1490. O Hospital regia-se por um documento definido pela Rainha em conjunto com uma equipa médica e D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha, assinado em Março de 1512, denominado Livro do Compromisso. Este estipulava o funcionamento e gestão da Instituição, referindo o processo de selecção da administração, a cargo da Casa Real, a função do pessoal, a rotina dos tratamentos, classificados como gratuitos a quem apresentasse um Atestado de Pobreza, e a época de funcionamento, que decorria de 1 de Abril a 30 de Setembro.

«Nenhum banhista podia ser admitido na dita instituição sem cumprir o ritual de confessar-se e comungar, tomar um primeiro banho higiénico, despojar-se das suas roupas e durante o tratamento usar unicamente roupa pertencente ao hospital» (Rézio, 2012, p. 105).

A construção da Capela de Nossa Senhora do Pópulo, que se supõe pelo mesmo Mestre, destinada ao culto do Hospital, decorreu num período de treze anos, iniciado em 1495, tendo o edifício da Capela sido concluído em 1500, como inscrito na moldura da porta da Sacristia, e terminado em 1508, com a construção da torre sineira. Este ritual era considerado essencial para os tratamentos, como descrito no Livro, estando a Capela interligada ao piso das enfermarias, para os acamados puderem assistir ao culto.

Do restante conjunto leonorino apenas se sabe o encontrado em descrições sobre a Instituição, principalmente da autoria do Provedor Frei Jorge de S. Paulo ⁵⁷, e uma representação feita antes da sua demolição no século XVIII, intitulada “Frontaria do Hospital das Caldas como se achava em 28 de Março de 1747”. Nesta é possível identificar a Praça defronte do conjunto (Largo Rainha D. Leonor); à esquerda o “Casão Hospitalar”, a “Enfermaria dos Pobres” e a “Casa dos Peregrinos”; ao centro a entrada do Hospital, com a torre sineira ao fundo, a “Casa do Coche” e a “Casa d’abafo d’El-Rei”, estas últimas construídas em 1711, e o edifício da Câmara e da Cadeia, edificado no século XVII

54. Existem várias versões sobre o que seria, se é que padecia de alguma.

55. Destes, 20 eram homiziados cujos crimes foram perdoados (excepto traição).

56. Segundo relato do Provedor Frei Jorge de S. Paulo.

57. Provedor do Hospital de 1653 a 1655 e de 1662 até ao seu falecimento, no ano seguinte.

58. Até então estas funções eram geridas pela administração da Instituição.

⁵⁸; e à direita um tanque, que seria o bebedouro para os animais, junto a um muro e possivelmente o arranque de uma rua para a zona do Largo João de Deus.

Das construções primitivas, chegou aos dias de hoje a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo e três piscinas do Hospital, localizadas no actual piso subterrâneo, – a Piscina da Rainha, onde supostamente D. Leonor se banharia, a Piscina das Mulheres e a Piscina dos Homens –, além das primeiras ruas da localidade, que irradiam do centro termal para Sul (Largo João de Deus).

A rápida importância que esta terra adquiriu, reforçada pelo seu papel, dada a localização, em impedir o avanço das fronteiras de Alcobaça sobre Óbidos, denotou-se quase três décadas após a sua fundação. A Capela de Nossa Senhora do Pópulo foi denominada Igreja Matriz em 1510, em preparação para a consagração da terra a Vila no ano seguinte. Os terrenos tinham sido separados dos domínios de Óbidos em 1488.

A Vila crescia em torno do núcleo termal, onde também se encontrava a Câmara, a Cadeia e a Praça Nova, espaço onde se realizava o mercado diário, centrando-se o quotidiano neste local. As duas primeiras artérias da nova localidade foram a Rua Nova (Rua Rafael Bordalo Pinheiro) – limitada por habitações pertencentes a pessoal do Hospital e com ligação ao Rossio das Vacas (Largo João de Deus), onde se localizava a Ermida do Espírito Santo, e à via para Óbidos – e, do lado oposto, a Rua Direita (Rua da Liberdade), que ligava ao descampado onde viria a ser o Rossio (Praça da República). O segundo desenvolvimento deu-se em torno do Rossio e da Ribeira das Águas Quentes (Rua de Camões), nome dado pela instalação dos escoamentos da água termal nesta até às Águas Quentes (Largo Conde de Fontalva), onde vazavam nos terrenos.

Em 1532, a gestão do Hospital foi entregue à Congregação de S. João Evangelista ⁵⁹, sob a supervisão da Mesa da Consciência de Ordens, um grupo pertencente ao Reino, responsável pelas decisões principais do Hospital, como a eleição do Provedor. Foi durante esta gestão, mais concretamente em 1550, que se começaram a receber os primeiros pacientes que pagavam pelos tratamentos termais, provenientes de classes mais abastadas. A chegada dos novos frequentadores, que normalmente se faziam acompanhar pelos seus familiares e, potencialmente, pela sua comitiva, incluindo os seus criados, levou à construção de mais dois edifícios religiosos – a Ermida de S. Sebastião e a Ermida de Nossa Senhora do Rosário ⁶⁰ –, ambos localizados no topo do Rossio.

Embora as termas fossem a actividade económica principal da Vila, a expansão desta, aliada à riqueza do solo da região, possibilitou o desenvolvimento de novos ofícios. O investimento na Agricultura, já reconhecido por D. Afonso V, surgiu da necessidade de apoiar o Hospital, no qual a alimentação era fundamental para os tratamentos. Agricultores de terras circundantes deslocavam-se para participar no seu mercado diário. A Cerâmica começou a ganhar destaque a partir do século XVII, despertando o interesse de artistas por esta região.

59. Comumente designados de Lóios, também receberam a gestão dos hospitais de Coimbra, Todos-os-Santos, Santarém e Évora.

60. Demolida na reforma do Rossio de 1834, juntamente com o Pelourinho.

No século XVIII, as Caldas eram o destino predilecto da Corte, mas a decadência do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo e a incapacidade de acompanhar o aumento do número de frequentadores levantava inquietações. O novo impulso termal veio com a visita de D. João V para se tratar nestas águas termais, para a qual foi realizado o levantamento topográfico, em 1742, tratando-se do primeiro documento que ilustra a Vila das Caldas, e uma reforma termal e local.

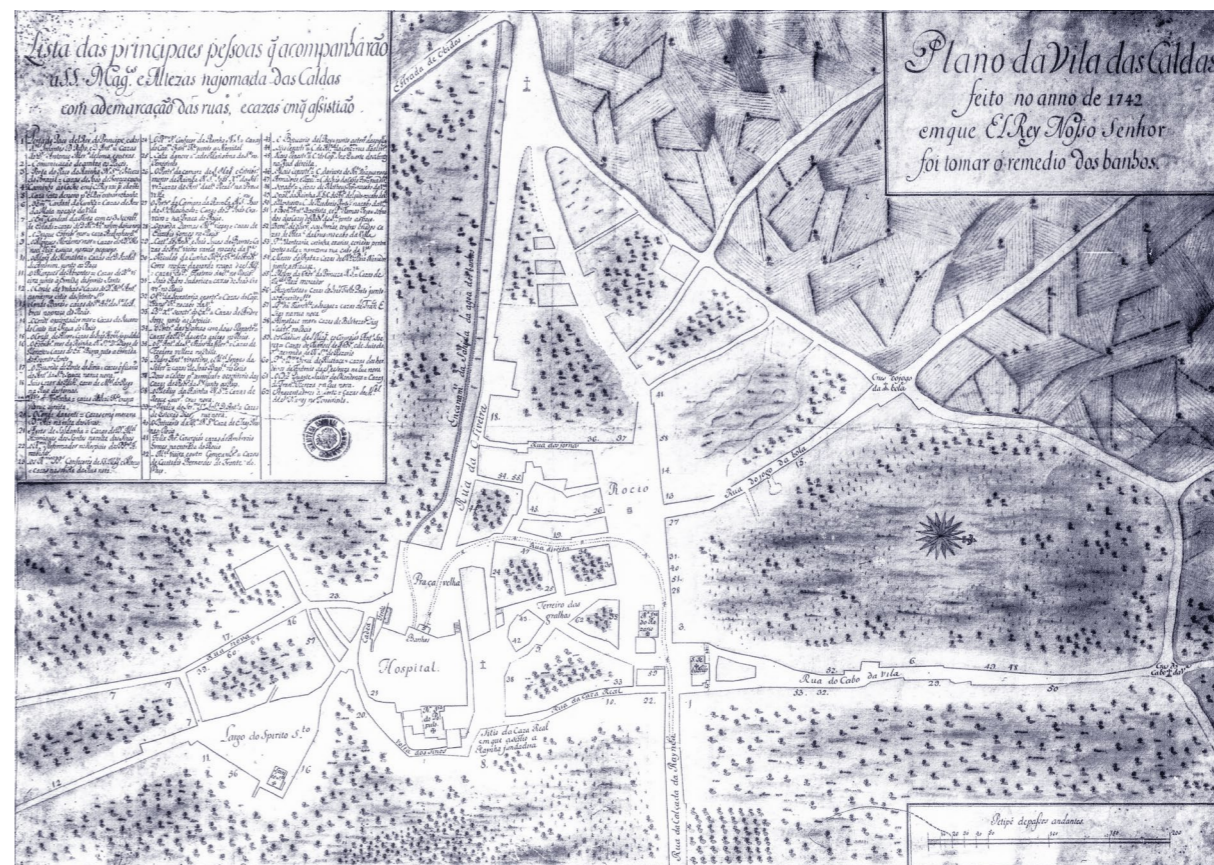
Coordenada por Manuel da Maia, em conjunto com Eugénio dos Santos, a reforma decorreu durante três anos, iniciando-se em 1747 no Hospital. Devido ao seu estado avançado de deterioração, a construção primitiva foi demolida e substituída por um edifício de maiores dimensões, que passaria a ser denominado Hospital Real. Para tal, foram comprados terrenos circundantes de modo a permitir uma expansão desafogada. Dada a nova configuração, a praça defronte do conjunto, renomeada Praça Velha com a criação do novo centro cívico, foi também redesenhada com uma configuração mais rectilínea.

A Vila passou a dispor de um sistema de abastecimento de água, reforçando a simbologia que esta representava, composto por três chafarizes: um no largo a sul do Hospital (Largo D. Manuel I), outro na Praça Velha, à esquerda do Hospital, que em 1905 foi movido para a Rua de Vitorino Fróis, e o Chafariz das Cinco Bicas, na Calçada da Rainha (Rua Diário de Notícias), que se destaca, sendo ainda hoje uma das fontes mais imponentes da Cidade; e um aqueduto, provindo da Mata e que ligava ao Chafariz das Cinco Bicas. Infelizmente grande parte do aqueduto foi destruído, mais propriamente desde os limites da Mata Rainha D. Leonor até ao Chafariz, sendo esta área, que até meados do século XX se tratava de campos agrícolas da Mata, transformada em parque de estacionamento, função que ainda possui.

A Reforma Joanina firmou o desenvolvimento da Vila em torno do centro termal, que continuava a ser o principal, e do centro cívico – o Rossio –, onde se passou a localizar o edifício da Câmara, da Cadeia e dos Açougues, mandado edificar por D. Maria Ana da Áustria, mulher de D. João V, e o mercado diário, com foco nas artérias de ligação entre os centros: Rua do Hospício (Rua do Provedor Frei Jorge de São Paulo), Rua Direita (Rua da Liberdade), Rua dos Fornos (Rua do Parque) e Rua do Olival de Baixo (Rua de Camões). O novo centro, escolhido como zona habitacional para a Nobreza, começou por ser delimitado a sul pelas habitações senhoriais e a este por duas novas artérias, que teriam o seu desenvolvimento no século seguinte com a chegada da modernização – Rua do Jogo da Bola (Rua Almirante Cândido dos Reis) e Rua do Cabo da Vila (Rua do Capitão Filipe de Sousa).

A Sul e a Este da Vila encontravam-se um bloqueio natural à expansão urbana – espaços verdes, compostos essencialmente de mato e campos de cultivo, pertencentes ao Hospital –, que persistiu por muito tempo. Mesmo assim, foi nesta altura que se ergueu o primeiro núcleo habitacional além termas, a Sul, numa zona de terras agrícolas, perto da via de ligação Óbidos–Alcobaça, denominado Avenal.

Com a morte do último Provedor Lóio em 1772, o então Juiz de Fora das Vilas de Óbidos e Caldas, Joaquim Barros de Almeida, decidiu assumir o cargo da administração do Hospital Real, terminando a gestão religiosa na Instituição.



94. Planta da Vila das Caldas, em 1742
(s. a., 1742)

A época marcada pela intervenção da Coroa concluiu com a intervenção do Marquês de Pombal, que implementou um novo regulamento para o Hospital – o Novo Regimento –, assinado pelo próprio e por D. José. Este estipulava uma nova época termal, a decorrer de 15 de Maio a 31 de Outubro, e atribuía a responsabilidade da Instituição a uma nova entidade – à Secretaria do Estado de Negócios do Reino. Das alterações efectuadas no plano de tratamentos destaca-se a fixação dos banhos comuns – as piscinas – gratuitos para todos, sendo a divisão de classes feita pela separação do horário de tratamentos: os pobres tomariam banho até madrugada, antes da abertura ao público.

Uma estância termal e de veraneio

A partir do século XIX as Termas tornaram-se numa fuga ao quotidiano, para descanso do corpo e da mente, convertendo-se no destino preferido pelas classes mais altas. A Instituição Termal, criada para acolher as necessidades dos mais desfavorecidos e daqueles que frequentavam os banhos por questões de saúde, começava a ganhar uma configuração que pretendia responder às exigências do novo público.

Em 1799, António Gomes da Silva Pinheiro foi nomeado o novo administrador do Hospital Real, ocupando o cargo até 1833. Realizou um conjunto de obras nas propriedades do Hospital e na Vila, que se resumem na preservação de estruturas, como nos chafarizes joaninos e na Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, e melhorias, com o aumento da capacidade de internamento do Hospital, inaugurando uma nova enfermaria com 50 camas. A sua administração destaca-se pela construção de um novo edifício hospitalar direccionado à recuperação dos doentes, acção primeiramente debatida na época do Marquês de Pombal, e, associado a este, de um espaço exterior para complemento dos tratamentos e, eventualmente, recreação. Nasceram assim a Casa da Convalescença, concluída em 1855, que rematava a Praça Velha a sul, e, dos campos de horta e vinha do Hospital, o Passeio da Copa, a sudoeste, terminado em 1810. Juntamente com a Mata, localizada a este do Hospital, as termas passaram a dispor de dois espaços verdes para lazer.

«Há dois passeios lindíssimos: o da Copa, onde os doentes passeiam ordinariamente as águas á sombra de velhos plátanos e faias seculares, e o da Matta, que é ao fim da tarde o logar aprasado ao encontro de todos os banhistas» (Ramalho Ortigão, 1875, em Mangorrinha, 2000, p. 175).

A diversidade cultural dos frequentadores aumentava, registando-se maioritariamente espanhóis, no entanto, foi para o Brasil que se exportou pela primeira vez, em 1820, a água termal engarrafada das Caldas. Ao contrário dos banhos, este método não se viria a popularizar, devido às más condições de preservação da água, causada pela falta de qualidade das rolhas e pelo longo período de transporte.

A localidade, que contava com seis freguesias – Alvorinha, Coto, Nossa Senhora do Pópulo, Santa Catarina, Tornada e Vidais –, foi eleita sede de concelho em 1836. As termas, a paisagem e o clima atraíam pintores, escultores e tantos outros artistas, enriquecendo a Vila. No ano seguinte, em resposta a esta nova realidade, foi inaugurado o Clube de Recreio, entre a Praça Velha e o Passeio da Copa, com sala de jogos, como xadrez, damas e cartas, biblioteca e sala de leitura, para entreter destes intelectuais.

A oferta termal aumentou com a descoberta de uma nova nascente em Ribeira dos Moinhos, a 2 km para Oeste, que começou a ser explorada pela Câmara das Caldas em 1853. Denominada Águas Santas, era indicada sobretudo para doenças da pele, compondo-se, inicialmente, por um balneário modesto em madeira, com oito tinas do mesmo material encastradas no chão. Dois anos depois, foram adicionados albergues para responder ao aumento de frequentadores que se assistia a estes novos banhos, maioritariamente pertencentes à classe baixa. Na mesma altura, os registos de frequentadores do Hospital Real começavam a demonstrar uma discrepância entre o número de Doentes e de Aquistas.

Numa estatística sobre a época termal de 1876, registou-se 3950 frequentadores, dos quais 2447 eram Aquistas e 1503 eram Doentes. Normalmente as enfermarias eram destinadas àqueles que frequentavam por questões de saúde, pois apresentavam as condições ideais para os tratamentos e a estadia continuava a ser gratuita com o Atestado de Pobreza, tornando-se os aquistas o público-alvo para o aluguer de quartos na Vila. O investimento na Hotelaria apareceu em meados do século XIX, quando o alojamento começou a ser insuficiente. Dos diversos equipamentos hoteleiros que foram construídos, destaca-se o Hotel Lisbonense, um hotel de requinte inaugurado em 1870, na estrada para Óbidos, cuja localização, junto às Águas Quentes, transformou a via numa das novas Portas da Vila.

Tal como no alojamento, o aumento exponencial de frequentadores levou à insuficiência na oferta termal. Das intervenções realizadas no início da segunda metade do século, apenas se destaca, da administração de Manuel Ginioux de Campos (1860-1862), cujo plano de modernização das termas foi interrompido com o seu falecimento, a inauguração do novo Hospital Civil da Vila – o Hospital de Santo Isidoro –, em 1860, junto ao Hospital Real, destinado para tratamentos de doenças comuns, tornando a Instituição exclusiva a tratamentos termais; e, da administração de Francisco Resende (1862-1877), a instalação de tinas de mármore, em 1865, para os banhos de imersão individuais, populares entre a classe alta.

Foi Francisco Pimentel, administrador de 1877 a 1888, que direccionou o crescimento das termas. A intervenção no Hospital envolveu a introdução de uma rede de distribuição de água potável, incluindo um reservatório, e a melhoria das condições dos tratamentos, com a instalação de mais tinas, a modernização dos duches e a instituição de novos tratamentos – Vaporização, Inalação e Pulverização. Em Agosto de 1884, organizou a reunião, que contou com a presença de membros do Governo, alguns engenheiros e médicos de Lisboa e os próprios médicos do Hospital⁶¹, onde foi traçado um plano para orientar as administrações futuras. Este plano era centrado na transformação das termas numa Estância Termal e de Veraneio, propondo a separação física das unidades de tratamentos e enfermarias, de modo a tornar o Hospital exclusivo a tratamentos, a realocação do

61. Respectivamente, o Governador Civil Afonso de Castro, o Ministro da Marinha Manuel Pinheiro Chagas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros José Vicente Barbosa du Bocage, os doutores José Filipe de Andrade Rebelo e José Vítor Carril Barbosa, e Francisco Pimentel (Pinto e Mangorrinha, in Aires-Barros, 2005, p. 163).

Hospital Civil para outro ponto da Vila, a construção de um Posto Meteorológico, a reinstituição dos pagamentos para os banhos comuns a quem não apresentasse Atestado e o estudo das estâncias estrangeiras.

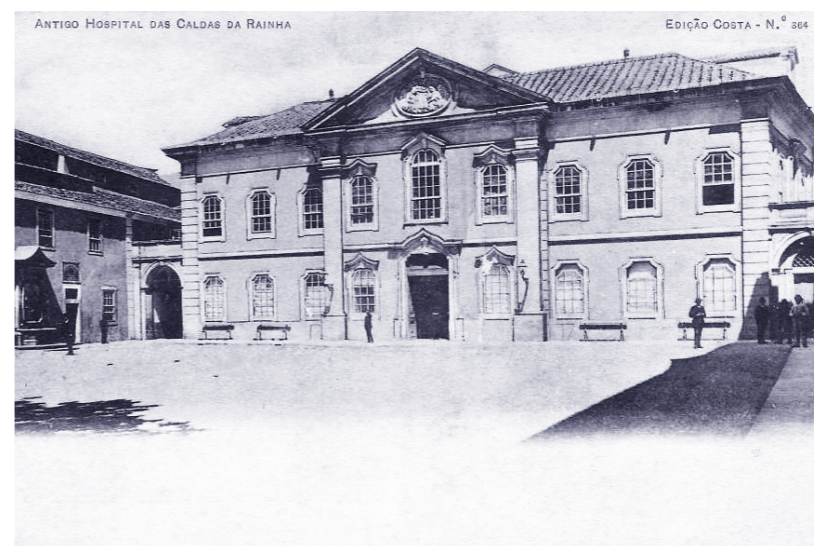
Na Vila, em 1883, o Rossio, que passaria a denominar-se Praça D. Maria Pia, sofreu remodelações que levaram à separação do mercado de produtos agrícolas, que se manteria no mesmo local, do de produtos variados, como animais e ferramentas, transferido para um novo espaço – a Praça Nova (Praça 5 de Outubro) –, a oeste do Rossio. A Norte, foi inaugurado o primeiro espaço de recreio e não termal na Vila – a Praça de Touros. No ano seguinte, a Indústria Cerâmica foi marcada pela inauguração da Fábrica das Faianças, localizada a Sul. A direcção de Rafael Bordalo Pinheiro, artista de Lisboa, tornou os produtos da fábrica reconhecidos além-fronteiras.

A modernização chegou à Vila em 1887, com a inauguração da linha de caminho-de-ferro, e com ela uma maior afluência de Aquistas, tornando-se eminente a realização do novo plano das termas, e para tal a escolha de um novo administrador que o pudesse realizar.

Marcado até então por administradores especializados na área da Medicina, o Hospital Real recebeu pela primeira vez, em 1888, alguém ligado à Arquitectura – Rodrigo Berquó –, e experiente em espaços termais, tendo projectado e coordenado a construção do novo balneário de Caldas de Felgueira. Berquó partilhava a visão da gestão anterior em transformar a Vila numa Estância Termal de renome, atractiva para as classes sociais mais altas, e para tal a realização de um conjunto de obras para acompanhar o desenvolvimento que ocorria nas estâncias estrangeiras. Foi possivelmente a reforma mais ambiciosa desde as intervenções da Coroa, e com efeito a mais agitada, assinalada pela relação atribulada com a Câmara, por causa da falta de consenso em relacionar o desenvolvimento da localidade com o das termas, sentida desde administrações anteriores, e com a imprensa local, que satirizava as administrações.

A sua chegada foi marcada com um obstáculo à realização do primeiro ponto da reforma – a transformação do Passeio da Copa –, com a submissão de um pedido de venda dos terrenos circundantes, pertencentes ao Hospital Real, a dois particulares, para urbanização destes. O pedido foi rejeitado pelo Ministério do Reino, após parecer do Administrador e do corpo médico do Hospital a defender a importância dos espaços verdes para as termas. Surgiu assim, em 1891, um «parque arbóreo com um grande lago que servirá não só para o divertimento dos banhistas, podendo andar embarcados em pequenas canoas que se alugarão» (Rodrigo Berquó, 1889, em Mangorrinha, 1996, p. 55). O Parque D. Carlos I, em homenagem ao rei, apresentava longas alamedas arborizadas e uma flora diversificada, com um coreto onde bandas tocavam com regularidade, e vários campos de jogos, como de ténis, croquet, malha, jogo da bola e rинque de patinagem. Berquó acreditava que a criação deste novo espaço era chave para atrair mais Aquistas. Ainda durante as obras do Parque, reformulou a espacialidade do Clube de Recreio, ampliando-o e adicionando novos programas – a sala de baile e sala de chá –, e da Mata, redesenhando os caminhos para algo mais aprazível para o Aquista.

Em 1889, surgiu a oportunidade de aliar os poderes do Hospital e da Câmara com a eleição de Rodrigo Berquó à Presidência, para o período de 1890-1892, ocupando os dois cargos simultaneamente



95-98. Os equipamentos termais ao longo do tempo

Clube de Recreio, visto do Largo da Copa (PI, s. d.); *Buvette* na Copa (PI, s. d.); Configuração da fachada joanina (PI, s. d.); e Sala de Inalações (PI, s. d.).

⁶², no entanto apenas permaneceria no posto por um ano. Durante este período, além de tornar o licenciamento de obras, novas ou pré-existências, obrigatório, conseguiu dar início à próxima fase da sua reforma termal, que implicava a deslocação dos edifícios com funções civis das imediações do Hospital Real para a periferia da Vila, mais concretamente do Hospital Civil de Santo Isidoro e do Matadouro.

O Hospital Civil foi transferido para novas instalações no Pinhal do Amigo, uma zona florestal junto à via para Óbidos, da autoria de Rodrigo Berquó. Tal como muitos dos seus projectos para estas termas, demonstrava as influências arquitectónicas que o Administrador adquiriu nas suas deslocações às estâncias termais estrangeiras, principalmente francesas e alemãs. Inaugurado em Março de 1893, o novo Hospital Civil dispunha de uma tipologia pavilhonar, idealizada na época para os espaços de funções hospitalares, composta por oito pavilhões, de dois a três pisos, dos quais sete se encontravam dispostos longitudinalmente, interligados por passagens cobertas e por um terraço, e elevados 1,50 metros do solo, sob os quais se situavam duas caves, uma delas a morgue. As funções gerais, como a recepção, o consultório médico e os quartos para o pessoal, funcionavam no pavilhão central, as enfermarias seriam nos dois pavilhões de maiores dimensões, uma para cada género, de seguida os quartos particulares e os últimos pavilhões eram as instalações sanitárias. O oitavo pavilhão, isolado do conjunto, apresentava «planta em T duplo, destinado às doenças infecciosas, com 8 camas e latrinas» (Pinto, 2015, p. 132). Construído em alvenaria de pedra e tijolo, com estruturas metálicas, e pavimento e mobiliário em madeira, tratava-se de um projecto inovador devido ao sistema de ventilação – orientação na direcção do vento, paredes duplas com caixa-de-ar, aberturas nas paredes e ao nível do pavimento, lanternins e janelas altas –, e de desinfeção, através de fogo – podendo ser realizada no conjunto ou individualmente. Para esta acção, primeiro eram retirados todos os materiais combustíveis e frágeis, e depois incendiavam os pavilhões, finalizando o processo com a limpeza, pintura e montagem das partes retiradas (Pinto, 2015, pp. 131-132).

O Matadouro, que funcionava numa propriedade do Hospital arrendada à Câmara, foi realocado para a Estrada da Foz (Rua de Vitorino Fróis) após a saída de Berquó da Presidência da Câmara, sendo inaugurado em 1894, também com projecto do Administrador. Apresentando um desenho mais simples que o Hospital Civil, compunha-se de uma tipologia pavilhonar de cinco blocos de apenas um piso, dos quais dois, localizados ao fundo do lote, foram posicionados perpendicularmente aos restantes, marcados por uma fachada ritmada de vãos altos, demonstrando a constante preocupação com a salubridade.

A presença regular da Coroa orientou a fase seguinte: a remodelação do Palácio Real, para voltar a alojar a Família Real, que na altura funcionava como Casa dos Administradores do Hospital Real. Sabe-se que Berquó pretendia expandir a pré-existência, introduzindo um novo volume a Este, formado por três pisos, planta rectangular de dimensões semelhantes ao Palácio, pé direito monumental e a

característica fachada, mas desconhece-se a sua disposição funcional. A Casa dos Administradores passou para uma nova edificação localizada nas traseiras do Palácio Real, a uma cota mais elevada, também de planta rectangular e fachada ritmada, com as divisões dispostas ao longo do corredor.

As intervenções mais criticadas da reforma foram as que envolveram a expansão do Hospital Real e a construção do novo equipamento hospitalar. Entre 1892 e 1893 iniciaram-se as obras no Hospital, para o qual estava previsto a adição de mais um piso, num traçado semelhante ao existente, onde seriam instaladas mais salas de tratamentos, em resposta à focalização do edifício nos tratamentos termais. Esta mudança implicava a proposta de um novo equipamento para albergar as enfermarias e os restantes serviços, que, dada a função, deveria se situar nas proximidades do Hospital Real, sendo escolhidos os terrenos nas traseiras da Casa da Convalescência e no limite do Parque D. Carlos I. Após um dificultado processo de expropriação dos respectivos terrenos e da demolição das construções presentes nestes, em Março de 1893 foi lançada a primeira pedra, na presença de D. Carlos I.

A obstrução do centro termal pelas obras provocou um profundo descontentamento na população, que considerava desnecessária a expansão termal. Apontando o local do novo equipamento como «húmido e em zona de recreio para os banhistas» (Mangorrinha, 196, p. 60), a frustração advinha maioritariamente do aumento da capacidade das enfermarias, concorrendo com um dos sustentos principais da Vila – o aluguer de quartos. Possivelmente a designação que Berquó utilizara – Hotel ⁶³ – não apaziguou as preocupações.

O projecto inicial do Hospital D. Carlos I (Pavilhões do Parque) apresentava um desenho mais compacto e fechado, que acabou por ser reformulado após a conclusão do Parque D. Carlos I, para um conjunto mais aberto para o espaço verde, caracterizado pelo estilo do Administrador: uma tipologia pavilhonar, com pés direitos altos e fachada ritmada, em alvenaria de pedra e tijolo, e madeira. O projecto propunha oito pavilhões, dos quais cinco eram destinados para enfermarias, um como galeria de distribuição entre estas, outro, de dimensões mais reduzidas, para as instalações sanitárias e, isolado do conjunto, o pavilhão do Observatório Meteorológico. Tendo ligação com o Parque, relacionando a convalescência ao veraneio, a sua entrada principal seria na Casa da Convalescência, de modo a beneficiar da ligação com o Largo da Copa. Para tal, era proposto a sua remodelação e a adição de um terceiro piso, tal como no Hospital, no qual seriam instaladas enfermarias e a ligação com o novo equipamento, feita por um passadiço «com cobertura em ferro galvanizado canelado, pavimento em madeira e paredes envidraçada» (Pinto, 2015, p. 137).

Haveria um outro passadiço, de características semelhantes, que ligaria a Convalescência ao Hospital Real, mais concretamente a uma nova torre, de planta hexagonal, construída no canto este deste, onde também seriam instalados os elevadores, e, assim, fechando a circulação interna entre equipamentos de tratamentos e convalescência. Porém, estas últimas intervenções não viriam a ser concluídas.

62. Nas decisões entre a Câmara e o Hospital, o seu lugar na Presidência seria ocupado por um representante.

63. Termo utilizado em carta datada de 21 de Março de 1889 (Pinto, 2015).

A administração de Rodrigo Berquó foi abruptamente interrompida com o seu falecimento em 1896, ficando por realizar as obras na Casa da Convalescência, o Observatório Meteorológico e a nova via de circulação em torno do centro termal, que visava tornar o Largo da Copa exclusivo à circulação pedonal, e deixando por concluir a expansão do Palácio Real e do Hospital Real, e a construção do novo Hospital D. Carlos I. Terminava assim a última reforma que marcou significativamente as termas caldenses.

O desenvolvimento da Vila continuou a dar-se em torno do centro termal e do cívico. A chegada do comboio criou um eixo de desenvolvimento urbano entre a estação e os centros, caracterizado por «quarteirões rectangulares que respeitam a estrutura geral radiocêntrica, ao mesmo tempo que se prolonga também pelas principais saídas da Vila e pelo campo da feira» (Mangorrinha, 2000, p. 231). O comércio direccionava-se para a Doçaria, da qual se tornaram representativas as Cavacas e os Beijinhos, e a Cerâmica. Mesmo que a localidade começasse a crescer além-termas, ela carecia de oferta cultural. Tanto os espaços de jogos como os bailes eram organizados pelas e para as termas, funcionando durante a época termal e tendo como público-alvo as classes mais abastadas. Tanto para as classes mais baixas como no restante período do ano, havia apenas o Parque e a Mata, lamentando-se a falta de mais actividades.

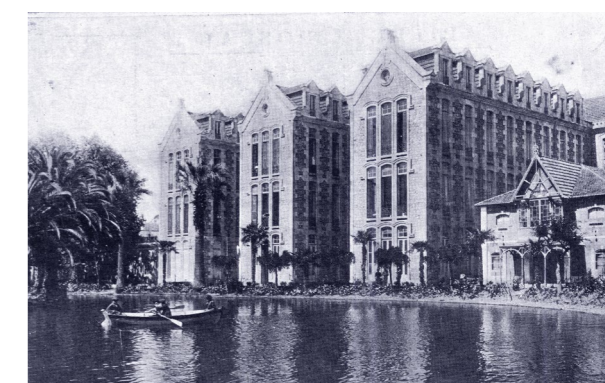
«[...] as Caldas atravessa um período de transição que pode ser-lhe fatal. Se essa transição se não acompanhar pouco a pouco, com a criação de outros atractivos que não sejam os oferecidos pelo estabelecimento termal, a Vila dará margem a outros que se preparam a olhos vistos para desviar daqui, em proveito próprio, a grande concorrência» (Mangorrinha, 2000, pp. 187-188) ⁶⁴.

O Dr. José Fillipe d'Andrade Rebello, um dos médicos do Hospital Real, foi o sucessor de Berquó, ocupando o cargo até 1903. Os vários empréstimos contraídos à Caixa Geral de Depósitos e os projectos inacabados da reforma incompleta impediam a realização normal da época termal e a sustentação da Instituição, que se encontrava sem fundos, fragilizando a posição de Rebello na administração. Não sendo possível acabar todas as obras em andamento e sendo prioritária a abertura da época termal, as verbas restantes foram redireccionadas para a conclusão do Hospital Real e interrompeu-se a construção do novo hospital, condenando-o a um estado inacabado.

Das Termas às Artes

A nova época iniciou-se com a inauguração de um espaço cultural, o primeiro na localidade construído propositadamente para a sua função – o Teatro Pinheiro Chagas –, em 1901, a sul da Praça Nova (Praça 5 de Outubro). Este fora transferido da Rua do Olival de Baixo (Rua de Camões), especificamente de um imóvel situado em terrenos para o futuro Parque D. Carlos I, a pedido de Rodrigo Berquó. A Vila continuava a ganhar uma vida social e cultural própria, ainda tendo as suas termas como principal fonte de rendimento, mas o século XX não seria promissor para as águas.

64. Excerto do periódico *Cavacos das Caldas*, a 15 de Junho de 1896.



99-102. Os equipamentos termais ao longo do tempo

Casa da Convalescência (João Rodrigues da Silva, 1883-84); Praça D. Maria Pia (PI, finais do século XIX); Parque D. Carlos I (PI, s. d.); e Hospital D. Carlos I e o Salão Ibéria (PI, s. d.).

Começava-se a assistir aos primeiros sinais da crise termal no País, reforçada pelo surgimento de um novo costume associado ao veraneio e ao lazer – as praias. A proximidade à localidade de Foz do Arelho, onde se situa a praia da Lagoa de Óbidos, possibilitou a Caldas a conjugação dos dois costumes balneares, introduzindo, nos anos 70, os tratamentos de água salgada. O reduzido orçamento do Hospital continuava a impossibilitar a expansão termal, e, com isso, o acompanhamento do panorama internacional. Numa tentativa de aliviar o buraco económico, a Administração analisou a possibilidade de arrendar alguns dos equipamentos, como o Parque D. Carlos I, o Hospital D. Carlos I e o Clube de Recreio, dispendiosos e cujas receitas pouco ou nada contribuíam, a fim de os tornarem lucrativos, mas sem frutos.

Em 1903, Augusto Cymbron tornou-se no novo administrador, ocupando o cargo até 1914. A sua gestão centrou-se na melhoria dos tratamentos termais e de seus equipamentos, criando, em 1904, uma nova época termal – a época de Inverno –, que funcionava de Janeiro a Março, para aqueles que se dirigiam às termas por questões de saúde e cuja época normal era insuficiente, e inaugurando dois espaços de recreio – um velódromo no Parque D. Carlos I e um hipódromo na Mata. Durante esta época excepcional, dado o número reduzido de frequentadores, apenas se encontravam em funcionamento os edifícios para tratamentos.

A Implantação da República, em 1910, não se demonstrou assoladora para as termas caldenses, tendo a gestão passado para as Comissões Administrativas, mas a abolição de todos os privilégios atribuídos pelo Reino fez com que se perdesse um dos poucos e mais importante rendimento, representando um golpe ainda maior nos fundos. Mesmo com um número de frequentadores estável, as Termas das Caldas entravam em estagnação, tendo-se transferido, em 1920, a exploração da nascente de Águas Santas a particulares, que a mantiveram em funcionamento até aos anos 60. Já a localidade continuava a crescer além da sua origem.

A 16 de Junho de 1910 foi dado o primeiro passo para a salvaguarda do Património das Caldas, com a classificação da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pópulo a Monumento Nacional. O Cinema chegou por iniciativa de Jacob Levy, que realizava sessões de projecção de filmes, primeiramente, no Casino Ibéria, na Rua de Camões, depois no edifício anexo, que se tratava da sua habitação, de seguida numa das alas do Hospital D. Carlos I até à construção de edifício próprio – o Salão Ibéria. Implantado nos terrenos anexos aos Pavilhões, onde anteriormente funcionara o Carreiro de Tiro, esteve em funcionamento até um incêndio danificar o edifício, que ruiu nos anos 70. Mais tarde, nos anos 30, a localidade obteve um segundo cinema com a remodelação do Teatro, que passou a ser denominado Cine-Teatro Pinheiro Chagas, função que manteve até encerrar em 1974, sendo demolido em 1992.

A 26 de Agosto de 1927, Caldas da Rainha foi elevada a Cidade. O rápido e descontrolado crescimento populacional urgia à elaboração de uma estratégia que orientasse a expansão urbana em resposta a esse surto, acabando a Câmara Municipal por encomendar um projecto de desenvolvimento ao arquitecto Paulino Montez, que apresentou o “Anteplano de Urbanização da Cidade das Caldas da Rainha”, aprovado em 1953. A proposta previa, essencialmente, a expansão da cidade além do



103-105. Desenvolvimento das Caldas da Rainha no século XX

Praça 5 de Outubro (PI, primeira década do século XX); Avenida da Estação Ferroviária (PI, início da segunda década do século XX); e “Anteplano de Urbanização da Cidade das Caldas da Rainha” (Paulino Montez, 1953).

seu centro histórico, principalmente para Norte e Oeste, com bairros inspirados no plano da Cidade-Jardim, nos quais os espaços verdes acompanhavam o aumento do espaço edificado, preservando o equilíbrio espacial para as termas. Embora não se tenha concretizado, foi realizada a sugestão de realocação do centro cívico para a Cerca do Borlão, perto da estação ferroviária, onde se passou a localizar a Câmara Municipal, o Tribunal de Comarca e a nova Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Em 1940, após seis anos na Casa dos Barcos, no Parque D. Carlos I, foi inaugurado, no mesmo espaço verde, o Museu Provincial de José Malhoa, o primeiro edifício no país projectado para fins museológicos⁶⁵. Sete anos depois, foi inaugurada mais uma fábrica dedicada à cerâmica – a SECLA – Sociedade de Exportação e Cerâmica, Lda. –, que se tornaria na segunda empresa caldense a ganhar reconhecimento internacional⁶⁶, fortalecendo o papel que as Artes, incentivado pela presença termal, começavam a representar na localidade.

Em meados do século a crise termal era notável. Tal como em muitas termas, o Hospital Termal funcionou como hospital militar e abrigo para os refugiados durante as Grandes Guerras. Em 1930, a Casa da Convalescência, que já não albergava a função para que tinha sido projectada, foi substituída por um novo equipamento de Balneoterapia e Inaloterapia – o Balneário Novo. Em 1941, definiu-se o perímetro de protecção das captações de água termal, delimitado pelas Águas Quentes, Praça da República, Rua Diário de Notícias, em torno da Mata, seguindo até ao Largo do Espírito Santo, Rua Nova e Largo da Copa (Pinto e Mangorrinha, em Aires-Barros, 2005)⁶⁷. A constante diminuição do número de frequentadores, aliado ao baixo orçamento e à mudança de costumes, eventualmente, resultou nas termas a deixarem de ser a actividade principal das Caldas da Rainha, sucedida pela Agricultura e pela Indústria Cerâmica.

O crescimento urbano tornara o Hospital Civil de Santo Isidoro, que também já não conseguia acompanhar os avanços médicos, insuficiente, como tal ergueu-se um novo edifício. Um projecto que se tornou polémico devido à sua implantação num dos pulmões da cidade e essencial para as termas – a Mata Rainha D. Leonor. O Hospital Sub-Regional das Caldas da Rainha (actualmente CHO) foi inaugurado em 1967 e tornou-se, em 1971, na nova organização responsável pela administração das Termas das Caldas da Rainha, passando alguns equipamentos termais a albergarem funções complementares ao hospital civil.

Os primeiros sinais de contaminação das águas termais, que se viria a descobrir ocorrerem da degradação da canalização antiga ao longo da rede de distribuição das captações aos equipamentos, provocada pela composição química das águas, surgiram nos anos 60, tendo o primeiro período de encerramento prolongado decorrido de Janeiro de 1997 a Agosto de 2000. Seguiram-se vários períodos

65. Classificado Imóvel de Interesse Público em 2002.

66. Encerrada desde 2008 devido a problemas financeiros, os edifícios localizados dentro da Cidade foram demolidos, em 2020, para dar lugar a dois supermercados e a um hotel. A entrada principal da primeira fábrica, vista como uma imagem simbólica, foi conservada com o intuito de lembrar o seu legado.

67. Ilustração com o esquema do Perímetro de Protecção em Anexos, pp. 251-252.



106-109. Os centros das Caldas da Rainha

Centro Termal e Histórico – Largo Rainha D. Leonor (2020); Centro Comercial – Praça da República (2019); Centro Social – Praça 5 de Outubro (2020); e Centro Civil – Praça 25 de Abril (2020).

de encerramento e reabertura, entre os quais eram realizadas reparações que resolviam o problema temporariamente. Esta seria uma longa e árdua luta que levaria eventualmente ao encerramento das Termas das Caldas da Rainha.

Nos anos 80, a Cidade voltaria a ver parte do seu património reconhecido com a classificação dos Chafarizes Joaninos, em 1982, do antigo Paços de Concelho, da Ermida do Espírito Santo e da Ermida de S. Sebastião, em 1984, como Imóveis de Interesse Público. Na década seguinte, foi inaugurado o Mercado do Peixe, agora em espaço fechado, na Rua Dr. Leonel Sotto Mayor, perto do Chafariz das Cinco Bicas. Em 1990, após um período de abandono desde o seu encerramento, o antigo edifício do Hospital Civil de Santo Isidoro foi reabilitado para integrar a nova escola de ensino superior ligada às Artes – a Escola de Artes e Design das Caldas da Rainha (ESAD-IPL) –, da autoria do arquitecto Vítor Figueiredo⁶⁸. O século encerrou com a reabilitação do Palácio Real para albergar o Museu do Hospital e das Caldas, um museu dedicado à história destas termas e onde se encontra exposto e catalogado parte do seu espólio.

Tendo começado de poças de águas de cheiro estranho, 30 habitantes e uma área correspondente ao espaço entre o Hospital Termal e o Largo João de Deus, o desenvolvimento impulsionado pela exploração termal em Caldas da Rainha tornou a localidade num pólo turístico, agrícola e artístico, actualmente composto por 12 freguesias⁶⁹, habitadas por 50 898 pessoas (INE, 2021), ao longo de 256 km² (CM Caldas da Rainha, 2021).

No início do século XXI, iniciou-se a batalha sobre a tutela das termas entre o CHO e a Câmara Municipal, que intencionava restabelecer a estância e classificar a localidade como Cidade Termal – «um ecossistema cujo modelo de desenvolvimento se suporta num recurso essencial – a água mineral natural –, que é simultaneamente produto primário, competitivo e marca identitária [...ao qual se associa] outros desempenhos estratégicos que a cidade foi ganhando, com benefício mútuo para o microcosmo termal e a cidade global» (Mangorrinha, 2012a, p. 1). Seguindo este intuito, a Câmara assinou a primeira parceria com outras cidades termais, com Poços de Caldas, no Brasil, em 2001, e lançou a candidatura para a classificação do património termal, em 2002. Mas a falta de consenso, mesmo na conservação dos equipamentos, tornou evidente a separação entre o desenvolvimento da localidade e a exploração termal, confirmada em 2013, quando a localidade nascida das águas viu as suas termas encerrarem por tempo indeterminado.

A 2 de Dezembro de 2015, no mesmo ano em que Caldas da Rainha aderiu à EHTTA, ressurgiu uma oportunidade de voltar a aliar estes elementos com a cedência da gestão das termas à Câmara,

68. O projecto ganhou o Prémio Secil de Arquitectura em 1998.

69. Posicionando a União de Freguesias de N^a Sra. do Pópulo, Coto e São Gregório, que se desenvolve para Sudeste, no centro do espaço urbano, situa-se, a Norte, a União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto, a Noroeste, a União de Santo Onofre e Serra do Bouro, mais a Oeste, Foz do Arelho e Nadadouro, a Sudeste, A-dos-Francos e Landal, seguindo para Este, Vidais e Alvorninha, e a Nordeste, Salir de Matos, Carvalhal Benfeito e Santa Catarina, da mais perto para a mais distante.

tornando-se responsável pelo Hospital Termal e restante património edificado por um período de 70 anos, e pelo Parque D. Carlos I e pela Mata Rainha D. Leonor por 50 anos. As obras de revitalização foram iniciadas no ano seguinte, começando pelo Parque, de seguida pela substituição da canalização da rede de distribuição de água termal e pela intervenção no Balneário Novo.

No ano seguinte, os Pavilhões do Parque integraram o programa do Estado – o REVIVE – focado na reabilitação de património para desenvolvimento turístico, concessionado a particulares⁷⁰, sendo, em Fevereiro de 2017, lançado o concurso para a sua concessão e reabilitação para um hotel de cinco estrelas, na qual também estava integrado o Clube de Recreio, ganho pelo Grupo Visabeira, o sócio maioritário da Bordallo Pinheiro⁷¹. Ainda em 2016, foi assinado outro acordo de geminação, com a cidade termal de Santo Amaro da Imperatriz, no Brasil.

O ano de 2019 foi um ano frutuoso para a identidade das Caldas da Rainha. A 15 de Maio retomou-se um costume antigo – a abertura da época termal –, com a (re)inauguração do Balneário Novo, que, embora apenas possuísse tratamentos de inalação, foi visto como o primeiro passo para o relançamento das termas. No fim do ano, a Cidade passou a integrar a Rede de “Cidades Criativas da UNESCO”, no Artesanato e Artes Populares.

Volvido mais de meio século, o futuro das Termas das Caldas da Rainha e do seu património é atribulado. Enquanto os terrenos da nascente das Águas Santas foram cedidos para albergar o novo edifício da Unidade Rainha D. Leonor do Centro de Saúde, inaugurado em Maio de 2021, a incapacidade de acompanhar o desenvolvimento tecnológico, científico, técnico e social tornou os restantes edifícios, situados no cento histórico, inadequados. Possivelmente seria mais vantajosa a construção de um novo equipamento termal que responda às necessidades e exigências técnicas actuais, numa área mais desafogada. Uma proposta que implicaria o estudo da linha de água termal e a viabilidade do seu transporte.

No entanto, embora Caldas da Rainha seja uma localidade artística, agrícola, turística e também conhecida pela sua doçaria, é primordialmente termal, e o valor cultural que o conjunto primitivo representa é significativo. Marcos de um desejo caridoso de uma Rainha, de um defensor do Património, da ambição de um sonhador e da Identidade de um Lugar, que devem ser preservados e reintegrados na vida do Lugar.

70. Numa parceria entre os Ministérios da Cultura, da Economia e das Finanças, no momento da investigação faziam parte do programa 49 imóveis, dos quais dois já tinham sido inaugurados, como hotéis de quatro estrelas.

71. A compra das acções da Fábrica, em 2009, impediu o encerramento de mais uma fábrica de cerâmica histórica.

5.1.2. O contexto actual

O crescimento das Caldas da Rainha deu-se nas duas representações – material (configuração) e imaterialmente (vivência). Uma acção que reflecte a direcção do investimento, associado à Identidade do Lugar.

Embora o declínio do Termalismo não tivesse impedido a sustentação da localidade, a perda do factor identitário, determinante da orientação da Comunidade, influenciou o seu desenvolvimento. Para esta que vivera para e do costume toda a sua existência, não eram evidentes as ferramentas adoptadas e o seu crescimento além da sua origem. Nos primeiros anos, registou-se o esforço em preservar os equipamentos de tratamentos termais, ambicionando uma reabertura próxima. A realização da demora para a concretização de tal acção levou a uma quebra na Identidade do Lugar, identificável na decrescente oferta recreativa e na deterioração do espaço urbano, principalmente do termal, subsequente.

Não se consegue pontuar ao certo a altura da mudança de visão. Se decorreu da realização do potencial turístico, aliado aos testemunhos históricos, do artístico, reforçado pelo esforço dos Profissionais e pela crescente popularidade do instituto politécnico da ESAD, ou da realização da ligação destes factores ao valor primordial. É certo que, os poderes administrativos tiveram um papel importante em expor os atributos adoptados.

Desde a década passada, que o desenvolvimento das Caldas da Rainha decorre de um costume proporcionado pelas propriedades do local e pela exploração termal, dos testemunhos históricos e das visitas frequentes de Artistas – do Turismo e das Artes –, numa organização espacial consistente e representativa das funções primordiais. Não se declara, que o Espaço foi congelado no tempo, preservando os usos iniciais das construções. Confirma-se, sim, a ligação das termas aos valores e elementos representativos actuais, na sua contribuição para a evolução da Identidade.

O espaço urbano aumentou significativamente em comparação aos tempos áureos. Observando a configuração em grande plano do espaço construído principal, dispersado do centro termal, é possível identificar uma divisão geral em três manchas – duas construídas, separadas por uma natural.

O núcleo urbano, habitado por mais de 30 mil pessoas (INE, 2021) e composto pelas antigas freguesias de Nossa Senhora do Pópulo e de Santo Onofre, agrega todos os serviços fundamentais – civis, saúde, educação, comércio – e uma variedade de espaços recreativos e de lazer, distribuídos organizadamente pela malha. A densidade de construção é sobreposta pelo centro histórico, correspondendo à área termal. As construções, caracterizadas pelo quinto alçado em telha, perdem-se no pulmão da cidade, composto pelos pinheiros mansos, carvalhos, plátanos e acácias do Parque D. Carlos I, a oeste, da Mata Rainha D. Leonor, a norte, e da Quinta da Boneca, a sul, pela única mancha verde dentro da cidade. A Zona Industrial, situada a Noroeste, entre Caldas e Foz do Arelho,

desagrega as indústrias de diversos sectores, importantes para a localidade, do conjunto – cerâmica, alimentar, metalúrgica, automóvel, velas, etc.

A via de ligação entre estas duas áreas construídas, que também se regista nas de ligação às localidades circundantes, é pontuada por subúrbios, correspondentes às restantes divisões administrativas, e, a uma escala maior, por campos agrícolas e florestais. A das duas áreas pelos espaços verdes demonstra a ligação da localidade à Natureza e à Indústria Agrícola.

Tratando-se de uma das fontes de rendimento, remonta-se o contributo da Agricultura aos tempos da fundação do Lugar. O investimento nesta exploração adveio da necessidade em sustentar a Instituição Termal e, nos períodos de encerramento da época termal, a povoação. O seu papel para o desenvolvimento do Lugar é representado nas obras dos artistas inspirados pela localidade, marcadas por elementos naturais, como frutas e legumes, e lembrado pelo cheiro que domina o ar nos dias de temperaturas mais elevadas, ventos em direcção Noroeste-Sudeste e de fertilização dos campos. Para uma povoação fundada de um costume com um recurso de aroma caracterizante, este elemento que distingue uma memória do Lugar é determinante para o contexto.

Numa análise mais aproximada, as fases principais de crescimento denotam-se pelo desenho dos quarteirões, e das vias de circulação, pedonais e rodoviárias, e pelo contraste entre alturas e fachadas, detalhes e materialidades.

As zonas antigas, perto do Centro Termal e a Este da linha do comboio, são desenhadas por construções com cinco pisos, no máximo. Esta indicação refere obras realizadas a partir do século XX, sendo a média de dois a três pisos, dependendo da datação e proximidade à zona histórica. A intensidade do crescimento urbano para norte, comprova o impedimento do Pulmão Verde na expansão para sul. A periferia é composta, maioritariamente, por áreas habitacionais unifamiliares, algumas geminadas, em média de dois pisos, que continua a expandir. A Oeste, o desenvolvimento do século XX à primeira década do século XXI é separado pela linha de comboio, também ele composto por diversas tipologias. Ainda dominando as construções de três pisos, observa-se um conjunto de habitações de um piso além e perto da linha, sobre as quais se impõem os quarteirões modernos circundantes, com os seus seis a dez pisos.

Uma condição que se manteve consistente, independentemente da época, foi o estabelecimento do piso térreo para comércio ou serviços. Ocasionalmente encontram-se escritórios neste andar, mas a maioria é posicionada no primeiro andar ou nos blocos projectados para tal função, localizados, em geral, na Avenida da Liberdade (da Estação). Os restantes pisos são ocupados por habitação, ou, dado o novo panorama turístico, por alojamento.

O rápido crescimento e vasta dimensão a que o espaço urbano foi alvo, identificável na presença de fábricas dentro da malha, poderia ter resultado num desequilíbrio na utilização do espaço, agravado pelo abandono do centro termal. A decisão tomada, talvez inconscientemente, durante o auge e que continuou, em preservar uma função ou elemento de interesse em cada ponto de desenvolvimento, marcando a malha com diversos centros de actividade e representativos dos contributos para o Lugar, garantiu uma dispersão equilibrada da vivência.

A primeira praça da povoação, o Largo Rainha D. Leonor, passou de pólo termal e comercial a pólo histórico e cultural, representativo das características termais. A Praça da República manteve a sua particularidade comercial, aliada à agricultura, sendo hoje em dia um dos pontos atractivos. A Praça 5 de Outubro, que funcionou primeiro como complemento ao Rossio, tornou-se no século XX num espaço cultural, com a construção do Teatro. A prática da socialização disponibilizada pela frequência a um evento destes, justifica a posição deste local como pólo social e artístico. A Praça 25 de Abril manteve o seu foco principal de centro cívico.

A comparação da história dos quatro centros que compõe Caldas da Rainha ao seu contexto actual, demonstra a adaptação dos elementos representativos existentes às novas características e necessidades da Comunidade. Outro exemplo encontra-se na preservação de parte do Património abordado no subcapítulo anterior.

A Ermida de S. Sebastião é um espaço museológico e de exposições temporárias. O imóvel da antiga Câmara alberga a Junta da União de Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório. O Casino Ibéria desempenha funções civis – a Delegação Sub-Regional do Oeste (CCDRLVT) e a Unidade de Apoio ao Centro Local do Oeste da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). O Hotel Lisbonense, encerrado na década de 1970, foi recuperado e inaugurado em 2011, também como hotel, de quatro estrelas – o SANA Silver Coast. O antigo Matadouro funciona, desde 2004, como Centro da Juventude, e tem vindo a sofrer alterações em resposta ao programa. A antiga casa da Administração do Hospital Real, titulada “Casa Rodrigo Berquó”, continua na posse do CHO, contendo a Administração deste.

A atribuição da causa da Identidade do Lugar a uma das indústrias – termal, agrícola, artística, da cerâmica ao artesanato, dos bordados da Rainha ao Teatro da Rainha, ou da doçaria, das cavacas aos beijinhos – seria uma decisão parcial, que poderia levar à perda dos outros valores e testemunhos materiais. Tal como as adições na Construção são representações históricas que contribuem para o seu valor, assim são os contributos destas funções para o Lugar, para a composição e utilização, para os valores da Comunidade, e as relações com os outros e os espaços.

Mesmo que os objectivos nestes últimos anos tenham vindo a orientar o desenvolvimento das Caldas da Rainha, e a focar a sua identidade, para as Artes, em especial para a cerâmica, reconhecido pela Comunidade e confirmado pela inclusão na lista de Cidades Criativas da UNESCO, a revitalização da imagem e das condições dos Espaços, na reabilitação de construções e de espaços públicos, e no aumento da oferta recreativa e cultural, tem incentivado a dinâmica da cidade, a sua sustentação e desenvolvimento. O contexto do Lugar acaba por ser um ciclo. O incentivo de um objectivo – de um elemento identitário – possibilita a criação de oportunidades para investimento em outros objectivos.

«Os sítios culturais dinâmicos, tais como as cidades e as paisagens históricas, podem ser considerados como sendo o produto de muitos autores ao longo de um grande período de tempo, cujo processo de criação ainda hoje continua. Esta adaptação constante às necessidades humanas pode contribuir activamente para a manutenção da continuidade entre a vida passada, presente e futura das nossas comunidades. Através deles, as nossas tradições são mantidas ao evoluírem para

- a. Centro Termal - Largo Rainha D. Leonor (“Termal”)
- b. Centro Comercial – Praça da República (“Praça da Fruta”)
- c. Centro Social – Praça 5 de Outubro (“Antiga Praça do Peixe” ou “Praça dos Bares”)
- d. Centro Cívico – Praça 25 de Abril

1. Zona Industrial
2. Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor – Centro de Actividades Ocupacionais
3. Expoeste
4. Centro de Saúde – USF Bordalo Pinheiro
5. Estabelecimento Prisional
6. GNR
7. Bombeiros Voluntários
8. PSP
9. CENCAL – Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica
10. Centro de Saúde – USF Rainha D. Leonor
11. Pavilhão Rainha D. Leonor
12. Skate Park
13. Escola de Hotelaria e Turismo
14. Universidade Sénior
15. Biblioteca Municipal
16. ETEO – Escola Técnica Empresarial do Oeste
17. Centro da Juventude
18. Estação Ferroviária
19. Tribunal de Comarca
20. Igreja de N.ª Sra. da Conceição
21. Câmara Municipal
22. Praça de Touros
23. Montepio Rainha D. Leonor
24. Estação Rodoviária
25. Silos Contentor Criativo
26. CCC – Centro Cultural e de Congressos das Caldas da Rainha
27. Mercado do Peixe
28. Ermida de S. Sebastião
29. Mercado da Fruta
30. Junta de União de Freguesias de N.ª Sra. do Pópulo, Coto e São Gregório
31. Museu do Ciclismo
32. Casa Rodrigo Berquó – Administração do CHO
33. CHO – Centro Hospitalar do Oeste – Unidade de Caldas da Rainha
34. Ermida do Espírito Santo
35. Campo da Mata do Caldas Sport Club
36. Bordallo Pinheiro
37. Antiga SECLA – Sociedade de Exportação e Cerâmica, SA
38. Museu da Cerâmica
39. Centro de Artes: Museu Barata Feyo, Atelier-Museu António Duarte, Atelier-Museu João Fragoso, Museu Leopoldo de Almeida e Espaço da Concas
40. Hospital Montepio Rainha D. Leonor
41. ESAD – Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha
42. Quartel Militar

110. Área urbana da cidade das Caldas da Rainha
Composta pelas freguesias de Nossa Senhora do Pópulo e de Santo Onofre.

— Património Termal das Caldas da Rainha



responderem às necessidades da sociedade. Esta evolução é normal e forma uma parte intrínseca do nosso património. Algumas alterações físicas associadas com a manutenção de padrões tradicionais de uso comunitário não diminuem necessariamente o seu significado e podem, na verdade, valorizá-lo ainda mais. Assim, tais alterações materiais podem ser aceitáveis como parte da evolução actualmente em curso» (Declaração de San Antonio, 1996, ponto 5).

5.2. Escala intermédia - a Envolvente

O estudo da Envolvente, dada a proximidade ao conjunto a intervir, inicia-se pelo reconhecimento das legislações aplicadas em especial ao local. Numa envolvente de um núcleo termal, a primeira reflexão decorre da análise das possibilidades de intervenção. A proximidade a uma linha de água termal, elemento sensível a acções externas, pode impedir algumas intervenções, em especial as que impliquem alterações no solo. A publicação de um plano de pormenor demonstra-se crucial nesta situação, ausente no caso em particular. O Plano Director Municipal é o único documento orientador das intervenções na envolvente histórica e no centro termal das Caldas da Rainha, que se resume a indicações sobre a configuração exterior e estética da obra ⁷².

A maioria da escala intermédia está integrada na área urbana do Centro Histórico, no qual é permitida a manutenção, conservação e restauro de construções, apenas autorizando-se a demolição, parcial ou total, em casos de avançado estado de degradação estrutural, considerada como fissuras profundas instáveis e «sinais evidentes de apodrecimento ou de ataque generalizado de xilófagos» (Resolução do Conselho de Ministros n. 101/2002 de 18 de Junho da Presidência do Conselho de Ministros, 2002, Art. 15º, ponto 3) em pavimentos, escadas e coberturas de madeira. Na integração de novos elementos para substituição dos demolidos, deve «manter-se os materiais de acabamento das fachadas, as guarnições dos vãos, as caixilharias e os elementos de controlo luminoso, os socos e as cornijas, os beirados e as telhas» (Resolução do Conselho de Ministros n. 101/2002 de 18 de Junho da Presidência do Conselho de Ministros, 2002, Art. 15º, ponto 4).

A Mata Rainha D. Leonor, em conjunto com a Quinta da Boneca e campos de cultivo a este, é o único equipamento termal englobado na Área Termal. Devido às captações de água termal no espaço, a legislação é mais rigorosa, proibindo qualquer nova intervenção. «Apenas são permitidas instalações provisórias e amovíveis de apoio aos espaços verdes ou de lazer» (Resolução do Conselho de Ministros n. 101/2002 de 18 de Junho da Presidência do Conselho de Ministros, 2002, Art. 10º, ponto 1), não habitacionais, com cêrcea máxima de 3 metros, área impermeabilizada até 100 m², área total construída de 10 m² e que conciliam com o local. Os edifícios existentes só podem albergar habitação, funções turísticas e termais. O Artigo 26º, do mesmo documento, aprofunda sobre a expansão nesta área protegida, associada ao desenvolvimento termal, limitando o número de pisos a dois e a cêrcea a 7 metros, entre outras especificações ⁷³.

72. Plantas de Ordenamento do Território em Anexos, pp. 253-256.

73. Também limita os edifícios turísticos a 0,13 de Índice de Construção Bruta (ICb) e a 0,078 de Índice de Implantação (Ii), e os habitacionais a 0,078 ICb e Ii e 6 fogos/hectare de Densidade Bruta.

A segunda reflexão parte da identificação do Património classificado e dos respectivos perímetros de protecção. No caso em análise, existe património classificado nas proximidades, mas é a publicação do Anúncio n. 13439/2012, da DGPC ⁷⁴ (2012), que determina o estado “Em Vias de Classificação” de parte do Património Termal – Hospital Termal Rainha D. Leonor, Balneário Novo, Parque D. Carlos I, Pavilhões do Parque e Clube de Recreio –, que atribuí uma zona geral de protecção, de 50 metros, que engloba a envolvente, incluindo o Palácio Real.

A ligação das várias escalas de intervenção, fortificada pelo tipo de desenvolvimento a que Caldas da Rainha foi sujeita, volta-se a notar na necessidade em cruzar as análises, para entendimento do contexto da Envolvente. Tal como no caso do Mosteiro de Santa Maria do Bouro e ao contrário de Pedras Salgadas, Caldas da Rainha é marcada por dois tempos distintos, provocados pelo declínio do Termalismo. O impacto do contexto na Construção, expresso de maneira diferente em cada equipamento, resume-se à evolução da relação da Comunidade com o Património Termal Natural.

74. Ilustração das propostas de classificação em Anexos, pp. 257-258.

- Civil
- ▨ Educação
- ▬ Antigos espaços para Educação
- Religião
- Saúde (como hospital, clínicas, análises)
- ▨ Serviços (como bancos, veterinário, luz)
- ▨ Desporto
- Parque Infantil
- Multifunções
- Museus
- Alojamento
- ▨ Indústria
- Comércio
- Escritórios

111. A Envolvente da zona de intervenção



5.3. Escala aproximada - a Construção

A particularidade do caso de estudo encontra-se na origem da relação da Comunidade com o Património Termal e do seu contributo para o contexto actual. Numa situação comum, a Construção é criada em resposta a uma função, e a utilização integra-a na vivência do Lugar, já definido. A sua posição no espaço identitário é garantida pela capacidade da obra em responder às necessidades da Comunidade, às quais adapta a sua função e configuração.

No caso das Caldas da Rainha, foi a Construção que definiu a Comunidade e o Lugar. Da micro-comunidade termal que normalmente se desenvolve nas estâncias termais, surgiu a comunidade caldense. Até à queda do costume, o contexto era orientado pelas actividades da época termal, realizadas dentro dos equipamentos, limitando os períodos dinâmicos da povoação. As Termas eram o Lugar, mas a Construção que pertencia à Comunidade, da qual nascera e para a qual vivia, que impulsionou o desenvolvimento do seu espaço identitário, era isolada pelos distanciadores espaciais e temporais da função – o carácter privativo e a sazonalidade. Para a Comunidade, essa relação próxima, mas distante, era normal.

Sem dúvida, que o declínio do Termalismo contribuiu para a alteração da relação do Património Termal com a Comunidade, e com isso para a influência desta na sua função. Com a perda da fonte de rendimento principal, a Comunidade teve de tomar uma nova direcção, que garantisse o sustento e desenvolvimento do Lugar, encontrando novos impulsos para a vivência. A mudança de visão e a tomada de posse de todo o espaço construído, aliada à tentativa em unir o espaço identitário e em salvaguardar um legado contribuinte para a Identidade Colectiva, resultou na repartição do espaço termal.

Os equipamentos anteriormente unidos pela função privada que desempenhavam para as termas, viram o contexto da sua função mudar para o sector público. A integração dos espaços naturais das termas na vivência da cidade, da transformação do parque das termas para o parque urbano, quebrou a barreira que existia entre os equipamentos termais e a envolvente. Ao analisar-se a história de cada equipamento termal, é possível identificar quais os que passaram a integrar a Comunidade e quais preservaram a função privativa termal. A própria posição dos edifícios varia de acordo com a sua associação à memória colectiva, que acaba por se tratar de uma memória histórica. Dependendo da geração, alguns preservam a sua posição no mapa mental apenas pela sua referência visual e da intenção em salvaguardar um legado identitário.

O papel da Construção na paisagem e na vivência do Lugar depende do contexto que se situa, não coincidente com o primordial. A actual relação dos equipamentos termais com a Comunidade advém do seu valor cultural e social, e não funcional.

«Os sítios culturais estáticos incluem valores tais como a obra concluída de um autor em particular, ou de um grupo de autores, cujas mensagens originais e iniciais não foram transformadas. Eles são apreciados pelo seu valor estético e pelo seu significado na comemoração de pessoas e de eventos importantes para a história da comunidade, da nação, ou do mundo. Nesses sítios, que são frequentemente reconhecidos como estruturas monumentais, a fábrica física requer o mais elevado nível de conservação para se limitarem quaisquer alterações no seu carácter» (Declaração de San Antonio, 1996, ponto 5).

- a. Mata Rainha D. Leonor
 - 1. Pavilhão da Mata
 - 2. Zona de equipamentos de exercício físico
 - 3. Campo da Mata
 - 4. Parque das Merendas
 - 5. Jardim
- b. Palácio Real
 - 6. Museu do Hospital e das Caldas
 - 7. Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental (CHO)
 - 8. Anfiteatro
- c. Igreja de Nossa Senhora do Pópulo
- d. Hospital Termal
 - 9. Casa das Caldeiras
- e. Balneário Novo
 - 10. Ligação interior com o Hospital Termal
- f. Pavilhões do Parque
 - 11. Edifício Inacabado
- g. Clube de Recreio (“Céu de Vidro”, “Casino”, “Antiga Casa da Cultura”)
- h. Parque D. Carlos I
 - 12. Coreto
 - 13. Restaurante-Café
 - 14. Zona de equipamentos de exercício físico
 - 15. Parque infantil
 - 16. Clube de Ténis e Café
 - 17. Campos de Ténis
 - 18. Casa dos Barcos
 - 19. Ilha
 - 20. Antiga Estufa do Hospital Termal (campo de cultivo)
 - 21. Pavilhão e Armazéns
 - 22. Armazéns
 - 23. Estacionamento da Parada
 - 24. Museu José Malhoa
 - 25. Jardim das Rosas
 - 26. Parque das Merendas
 - 27. Pinhal



5.3.1. Património Termal Natural

«[...] desde a origem da fundação das Caldas da Rainha houve não só a percepção, mas também a preocupação de criar e manter espaços verdes que cumprissem a tripla função de protecção (das águas), de provimento (das gentes locais) e de lazer (dos aquistas)» (Aires-Barros, 2005, p. 21).

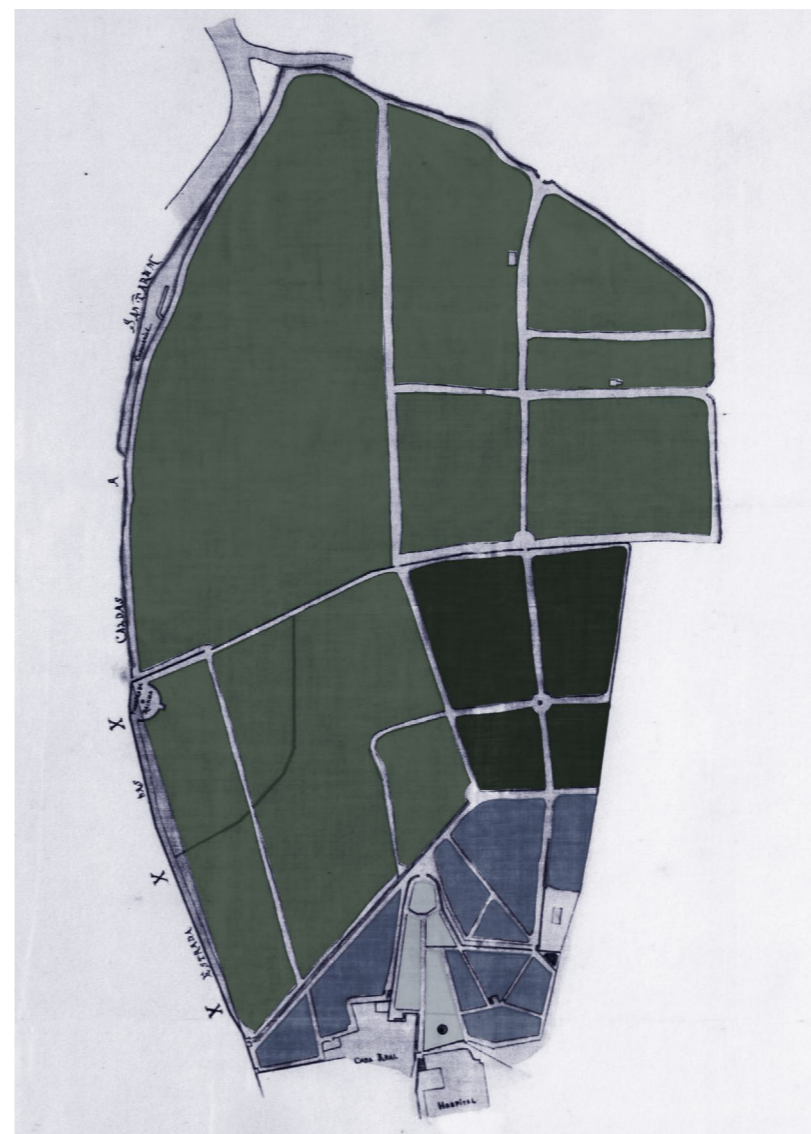
Mata Rainha D. Leonor

O primeiro espaço verde das Termas das Caldas da Rainha encontra-se presente desde a fundação do Hospital Termal no século XV. Embora se desconheça a sua configuração inicial, este é descrito como tendo uma flora e fauna diversificadas, composto por espaços de horta, vinha e árvores de fruto, por entre os quais se desenhavam os caminhos para o passeio. A construção da *Casa Real* (Palácio Real), a Oeste, no século XV, veio fortificar a sua utilização como espaço de veraneio.

Até ao século XIX sofreu alterações mais a nível paisagístico, em correspondência com os gostos das épocas, como o projecto de Rodrigo Berquó, que desenhou um percurso mais natural e com mais espaços de estada para os Aquistas. É também nesta altura que surgiu a primeira planta da Mata. «Um especial destaque foi dado ao terreno envolvente da Casa Real, criando e regularizando as placas ajardinadas, agora em desenho curvilíneo, em detrimento dos canteiros existentes de forma triangular, quadrangular e trapezoidal. As ruas de acesso ao grande terraço da horta seriam regularizadas, fazendo desaparecer os socalcos existentes e criando uma colina pouco acentuada» (Aires-Barros, 2005, p. 206).

A configuração que chegou aos dias de hoje adveio das intervenções que se realizaram no século XX, tendo uma delas fortalecido a relação da Mata com as termas – a realização de captações de água termal, tornando-se na fonte principal –, enquanto outras colocaram em risco o seu papel como equipamento termal e espaço verde. Em 1903, na administração de Augusto Cymbron (1903-1914), foi construído o primeiro equipamento recreativo – o hipódromo –, transformado em 1933 num campo de futebol, para o Caldas Sport Club, sendo ainda hoje o campo principal da equipa. Nos anos 60, a sua área foi reduzida significativamente para a construção do CHO. Em 1975, contruiu-se outro equipamento desportivo – um pavilhão gimnodesportivo –, perto do campo de futebol, inaugurado em 1981. Houve outras propostas ameaçadoras a este espaço, como a construção de um parque de campismo, em 1960, o atravessamento de uma via rodoviária pela Mata, em 1979, e mais recentemente, a proposta de abate de árvores e mudança de muros exteriores para alargamento das vias circundantes, em 2016, que, felizmente, não se realizaram.

Nas primeiras décadas do século XXI, a Mata Rainha D. Leonor perdeu a sua importância como espaço termal e espaço verde, encontrando-se praticamente ao abandono e apenas frequentada pelos seus equipamentos desportivos. Com a passagem da gestão para a Câmara Municipal das



113-115. Mata Rainha D. Leonor

Planta como se achava no século XIX (Original de Rodrigo Berquó, 1890), identificando as várias áreas: a verde a zona da vinha, a verde-escuro a mata, a azul a zona da horta e a azul-claro, entre os campos da horta, o jardim (sem escala); Alameda principal (2020); e Jardim (2017).

Caldas da Rainha, em 2015, e após várias intervenções não só de limpeza do espaço, mas também de revitalização da flora e da fauna, tem vindo a ser devolvida aos seus habitantes, que usufruem para veraneio e exercício físico, em conjunto com o Parque D. Carlos I, e à paisagem urbana.

Embora apresente uma área mais reduzida e uma fronteira frágil com o Centro Hospitalar do Oeste, marcada pelos vestígios preservados do aqueduto, que aparentam ter uma função de limite entre estes espaços, e ameaçada pela expansão deste, mostrado pela proposta mais recente em que se considerou deduzir mais hectares à Mata, projecto contestado, acabando as obras por avançar dentro dos limites existentes, a sua preservação é essencial tanto para as Termas, como protectora das linhas de água, abastecedora da água termal e espaço de veraneio, como para a Cidade, como elemento do único pulmão verde desta.

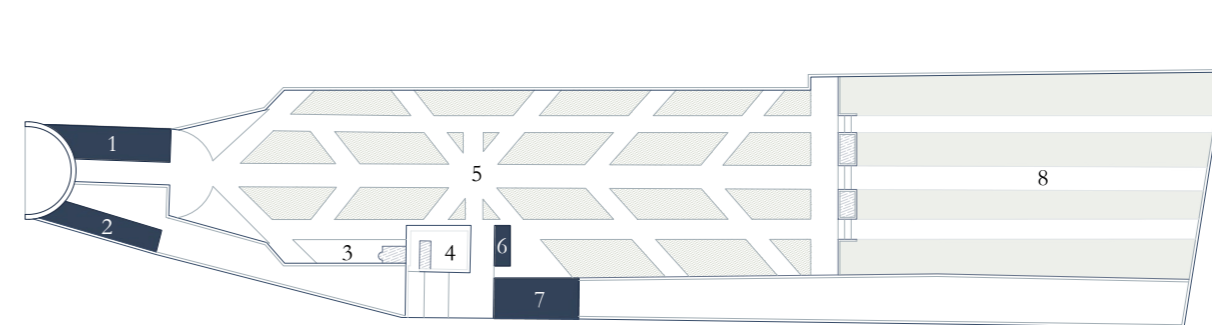
Parque D. Carlos I

O segundo espaço verde surgiu em 1810, na administração de António Pinheiro (1799-1833), em terrenos pertencentes aos Hospital Termal, que, tal como a Mata, se tratava de campos de cultivo. Denominado Passeio da Copa, seguia a ideologia preconizada no século anterior em “passar as águas” em espaços verdes como complemento aos tratamentos termais, razão pela qual foi projectado em conjunto e implantado junto à Casa da Convalescência (Balneário Novo).

A entrada era feita por uma estrutura semicircular no Largo da Copa, que incorporava duas construções pré-existentes – um armazém e uma albergaria –, também pertencentes à Instituição. O jardim, de inspiração barroca, era composto por placas geométricas ajardinadas por variadas espécies, como plátanos, faias, choupos e ulmeiros, que delimitavam o percurso, feito essencialmente por três caminhos, finalizado numa horta, acedida por três escadarias intercaladas por tanques de água. A meio do Passeio, junto à Ribeira das Águas Quentes, encontravam-se três construções de apoio ao Hospital: o Armazém das Madeiras, o Moinho, que usava as águas termais para moer os cereais, e o Banho dos Cavalos.

Em 1878, durante a administração de Francisco Pimentel (1877-1888), foi adicionada a alameda Rua Andrade, um caminho composto de árvores e sebes que ligava ao espaço verde do Pinhal, situado a Sul. No final do século, a reforma de Rodrigo Berquó (1888-1896) atribuiu ao jardim das termas as delimitações que chegaram essencialmente aos dias de hoje, ao transformar o Passeio da Copa no Parque D. Carlos I.

O novo espaço verde era composto por percursos mais fluídos, grandes espaços ajardinados, um lago artificial com uma ilha, a que se podia aceder pela ponte ou por barco, e várias zonas com entreténs para os frequentadores e seus acompanhantes, como o passeio de barco, o coreto, onde bandas tocavam com regularidade, campos de jogos, desde tiro à setter, tiro de pistola, jogo da bola, malha, croquet e ténis, que acompanhavam os gostos das épocas, tendo sido introduzido um velódromo em 1903, que funcionou durante cinco anos, o carreiro de tiro, junto ao Hospital D. Carlos I (Pavilhões do Parque), em 1905, e, nos anos 20, o cinema Salão Ibéria.



- | | | | |
|---------------|----------------------|-----------|-------------------------|
| 1. Armazém | 3. Fonte | 5. Jardim | 7. Armazém das Madeiras |
| 2. Albergaria | 4. Banho dos Cavalos | 6. Moinho | 8. Horta |



116-117. Parque D. Carlos I
Planta do Passeio da Copa; e Planta do Parque D. Carlos I (Berquó, 1891).



A primeira alteração ao perímetro do Parque realizou-se em finais dos anos 20, do século XX, resultada do “Plano de Requalificação do Parque”, encomendado em 1927 ao arquitecto Paulino Montez, que também se encontrava a desenvolver o plano de urbanização da Cidade. Deste projecto realizou-se o reposicionamento da vedação desde a Rua D. Manuel Freire da Câmara à Rua de Camões, de Oeste a Noroeste, para alargamento destas vias, a criação de uma nova entrada, direccionada ao Largo Conde de Fontalva (“Rotunda da Rainha”), e a construção de um novo espaço ajardinado por várias espécies florais e uma pérgula, junto ao local de implantação do Museu José Malhoa.

Em 1948, foi contratado o arquitecto paisagista Francisco Caldeira Cabral para realizar um estudo para a ampliação do Museu, projectada por Montez, e para a construção da Biblioteca Municipal no Parque, da autoria do arquitecto Vasco de Moraes Palmeiro, sendo que este último não se realizou, acabando por desenvolver o “Anteprojecto do Parque D. Carlos I”. Nascido da preocupação com o estado de grande parte da vegetação existente, «quase todas com mais de 50 anos e algumas com mais de 100 anos (plantadas no antigo Passeio da Copa desde 1799)» (Cabral, em Aires-Barros, 2005, p. 228), como esclarece o Arquitecto. Visionava tornar o Parque num espaço mais natural, propondo o aumento dos espaços relvados e a substituição da flora para uma mais apropriada ao local e clima, enquadrava o projecto da Biblioteca no eixo da Rua Andrade com a entrada no Pinhal, e propunha a expansão dos campos de ténis, equipados com uma área sombreada naturalmente pelas árvores. Embora o plano tenha sido bem recebido, a oposição de Paulino Montez à proposta para a zona do Museu, que considerava ser «reduzidora no enquadramento do edifício» (Cabral, em Aires-Barros, 2005, p. 230), acabando ele próprio por projectar os espaços verdes circundantes a este, levou a que apenas se realizasse parte da proposta para o lago, que se resumiu à substituição da flora.

Na mesma altura, surgiu o Pavilhão-Restaurante, projectado por José Pereira da Silva, implantado na antiga alameda do Passeio e virado para a Rua de Camões. A sua localização tornou o restaurante num elemento caracterizante, tendo-se criado posteriormente uma outra entrada para o Parque junto a este.

Em meados do século, com a necessidade de equipar a Cidade com um parque de campismo e a exclusão da Mata como possível localização, foram cedidos os terrenos do Pinhal à Orbitur, companhia de exploração de Parques de Campismo, que inaugurou o espaço em 1963, funcionando até 1997, altura que passou para a Foz do Arelho. Ainda que o Pinhal tenha sido devolvido, ele foi deixado ao abandono, como o resto do Parque viria a ficar. Na segunda década do século XXI, o segundo espaço verde termal apresentava uma flora sem energia nem cor, ou ofertas de recreio, necessitando de ser revitalizado.

Desde a passagem para a Câmara, o Parque D. Carlos I tem vindo a refortalecer a sua importância no quotidiano da Cidade: como espaço natural na paisagem urbana, de flora e fauna diversificadas, existindo parcerias com o Jardim Zoológico de Lisboa; pulmão verde e espaço de recreio e veraneio, com o tradicional passeio de barcos e o Museu José Malhoa, o parque infantil, o parque de merendas, o clube e os campos de ténis, dois estabelecimentos comerciais – um café-restaurant e um café –, vários espaços de estada oferecidos pelo mobiliário e pelas extensas zonas relvadas, espaço para



118-119. Parque D. Carlos I
Lago (2017); e Alameda (2020).

exercício físico, em conjunto com a Mata Rainha D. Leonor, e os ocasionais eventos lúdicos que tornam o Parque num palco social e cultural, como concertos, a Feira das Velharias, que ocorre todos os meses, o Festival do Cavalo Lusitano do Oeste, em Abril ou Maio, e o Frutos – Feira Nacional de Hortofruticultura, em Agosto.

5.3.2. Património Termal Arquitectónico

Hospital Termal

O primeiro equipamento termal que impulsionou o lugar das Caldas da Rainha surgiu em 1485, tratando-se, segundo as palavras da Rainha D. Leonor, de «um rico e sumptuoso templo de maravilhosa estrutura, e obra admirável de soberbos mármore e pórfidos; o tecto todo de abóbadas de formosas laçarias assentadas com tanto primor e cuidado [...], a qualidade de pedra é de tal fortaleza e tão dura que, sendo passados mais de 170 anos de sua idade, e o mesmo ferro se gastar com o ar das águas, permanece com a mesma graça sem deter coisa alguma às injúrias de tão largos tempos» (Pinto e Mangorrinha, 2009, p. 100).

O Hospital de Nossa Senhora do Pópulo era uma construção densa formada por um aglomerado de edifícios resultante da necessidade de expandir a Instituição, caracterizado por um jogo de varandas e arcadas que se desenvolvia ao longo de quatro pisos, sendo o primeiro o subterrâneo, onde se encontravam as três piscinas – a da Rainha, a das Mulheres e a dos Homens –, e as galerias, de tijolo burro, para despejo da água termal, e o último piso um miradouro sobre a paisagem. «Ambos [os banhos, pensados para receber 30 pessoas, incluindo os membros da equipa técnica,] tinham assentos laterais e comunicavam com compartimentos que serviam tanto para vestiários como para banhos secos, através da atmosfera sulfurosa. A cobertura abobadada, que se mantém, abre-se em clarabóias centrais para a saída dos fumos» (Mangorrinha, 2000, p. 65). No piso térreo encontrava-se a Botica, a copa e a cozinha, a Enfermaria dos Entravados e uma sala conectada à Igreja, esta a uma cota mais elevada, para os acamados poderem assistir ao culto. As enfermarias localizavam-se no piso térreo e no 1º andar, algumas com um pequeno altar dedicado ao santo a que eram consagradas, totalizando-se 100 camas. Os Doentes eram separados de acordo com o seu género, classe social e gravidade da doença.

No século XVIII, o aglomerado foi substituído pela construção cuja configuração chegou essencialmente aos dias de hoje. Supondo-se ter sido aproveitada parte da estrutura primitiva, principalmente na zona das piscinas, possivelmente para protecção das águas⁷⁵, o hospital joanino apresentava uma planta oblonga, com a fachada principal num dos lados de menor dimensão, composta por pilastras e cornijas salientes e ombreiras em pedra trabalhada, uma zona central avançada, encimada por um frontão com um medalhão a representar a Anunciação, e janelas de guilhotina. À esquerda encontrava-se a passagem para a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, em arco de volta perfeita.

75. Ver Luís Rodrigues, Mário Tavares e João B. Serra (1993), e Miguel Duarte (2008).

Duarte (p. 244) apresenta uma planta do piso térreo do Hospital Termal com as pressupostas pré-existências destacadas.

O edifício desenvolvia-se em três pisos, sendo o piso térreo, que passou a estar quase à mesma cota da Igreja, dividido em duas zonas: o átrio, onde se encontrava a Botica, as escadas para o piso superior, a Capela de Nossa Senhora da Graça, a casa do porteiro e anexos; e a Casa da Copa, local onde eram servidas as refeições, com um poço ao centro – o Pocinho –, de onde era extraída a água termal para ingestão, à direita a lápide de comemoração do novo hospital, o balneário masculino e acesso à piscina respectiva, à esquerda a cozinha, o balneário feminino e o acesso à piscina feminina e à da Rainha, e ao fundo enfermarias e o quarto do Rei. «O primeiro andar foi construído sobre fortes abóbadas cilíndricas e de aresta, por arcos e vigas, com lajes sólidas em tijolo e revestidas com tabuado de madeira. Nas enfermarias, foram utilizados os tectos de caixotão revestidos a madeira» (Pinto e Mangorrinha, em Aires-Barros, 2005, pp. 146-147). As camas encontravam-se encostadas à parede de modo a formar um corredor central rematado pelo posto do enfermeiro e o altar. Ainda neste piso, situava-se a enfermaria dos religiosos, com capela particular e dois refeitórios, quartos privados e uma cozinha privada, oferecendo no total 143 camas e 44 quartos privados.

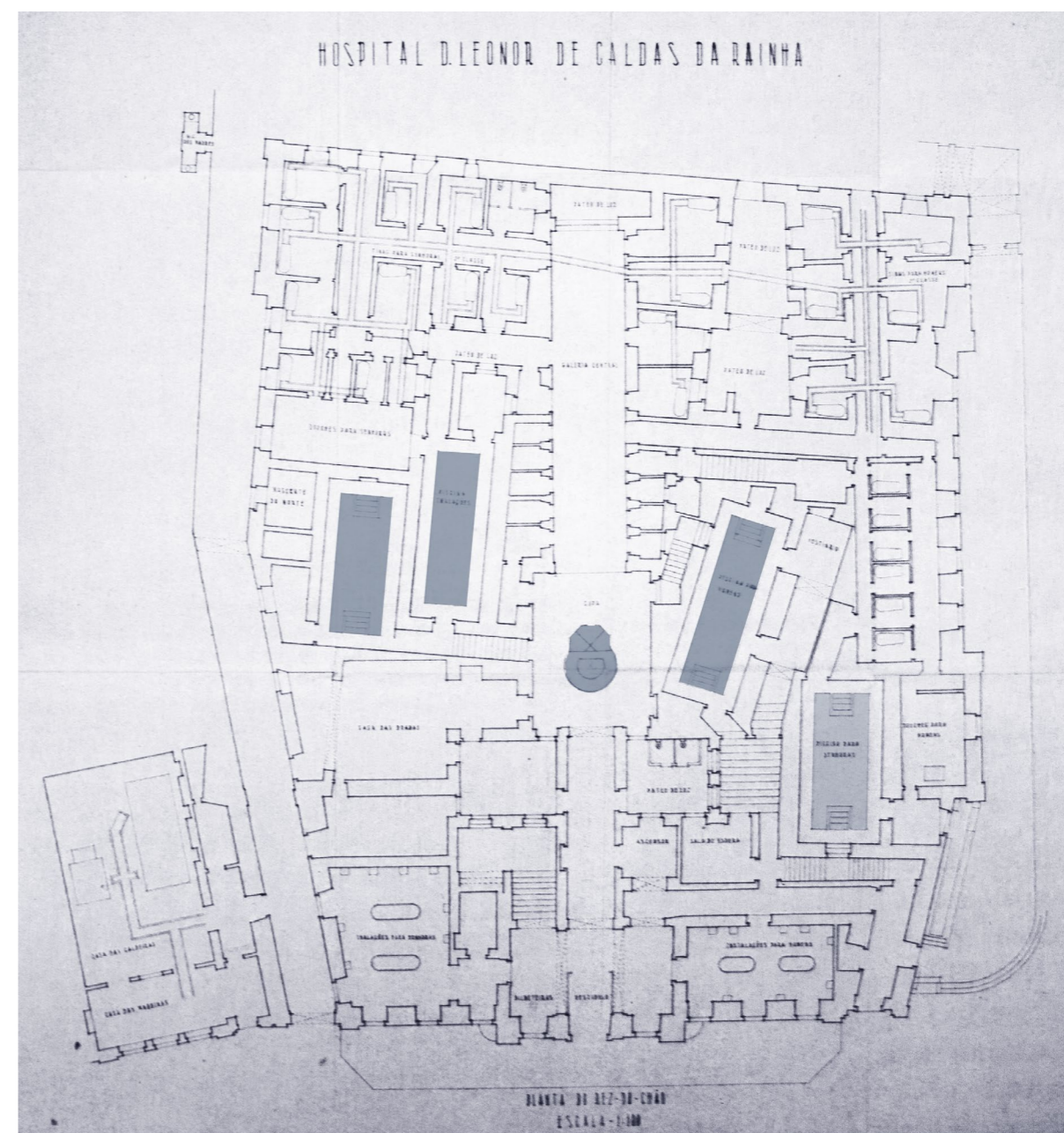
Em 1826, o Pocinho foi substituído pela nova fonte termal, composta por um sistema mecânico para extracção da água ⁷⁶.

O terceiro piso, projectado para salas de tratamentos, mas que acabou por ser enfermarias, foi adicionado em finais do século XIX, com um desenho semelhante ao existente, tendo se reposicionado o frontão da fachada principal. «Os tectos abobadados dão lugar a pavimento em grilhagem de vigas de ferro em I (com 8,90 metros de comprimento por 22 centímetros de altura) e abobadilhas de tijolo, preferidos pela resistência e elasticidade para grandes cargas. / No piso térreo, Berquó aumentou a extensão horizontal, unindo a ala do Banho dos Homens e o sector de duches masculinos (anulando o corredor e o saguão), rasgou a parede de fundo na Casa da Copa para abrir um pórtico que deu origem à grande galeria de passeio, que atravessa o edifício em toda a sua longitude e coloca a buvette no eixo central do edifício» (Pinto e Mangorrinha, Aires-Barros, 2005, p. 174).

As últimas grandes alterações decorreram a partir dos anos 20 do século XX. Entre 1926 e 1934, o edifício onde funcionava a Casa de Engarrafamento, a Enfermaria de Santo Isidoro e a Rouparia, situado à esquerda do Hospital, foi substituído pela Casa das Caldeiras. Em 1928, a Piscina das Mulheres foi transformada em Piscina de Inalações. Em 1959, a sala de descanso no primeiro andar foi transformada num espaço para ocasiões especiais, passando a denominar-se Salão Nobre, e em 1994, construiu-se um túnel subterrâneo de ligação com o Balneário Novo.

Antes do seu encerramento em 2013, o Hospital Termal funcionava principalmente como apoio ao CHO, sendo o piso térreo «ocupado por parte museológica [um programa do Museu do Hospital e das Caldas, que ainda se mantém,] e de tratamentos, onde se encontram as nascentes de água sulfurosa. O primeiro piso possui um espaço polivalente de tratamento e atendimento de termalistas [o gabinete médico e a divisão administrativa]. No segundo andar encontra-se o espaço reservado de

76. Parte da fonte que se encontra actualmente no Hospital Termal é uma réplica, estando o original no Museu do Hospital e das Caldas.



120. Hospital Termal Rainha D. Leonor
Planta do piso subterrâneo (piscinas) e térreo (s. a., 1959), com a marcação das piscinas e da buvette.

quartos particulares [utilizado como extensão do internamento do CHO] e um ginásio de fisioterapia. Correspondendo o terceiro piso ao que vulgarmente se designa de sótão» (Rézio, 2012, p. 212).

Apresentando sinais notáveis de deterioração, as obras no Hospital Termal Rainha D. Leonor iniciaram-se em finais do primeiro trimestre de 2021, sendo a sua reabertura uma das últimas fases do projecto de reabilitação das termas caldenses. Ainda assim, o seu marco como origem da exploração termal e da implantação da localidade das Caldas da Rainha torna-o num elemento identitário com uma história inesquecível, indispensável na paisagem urbana.

Igreja de Nossa Senhora do Pópulo

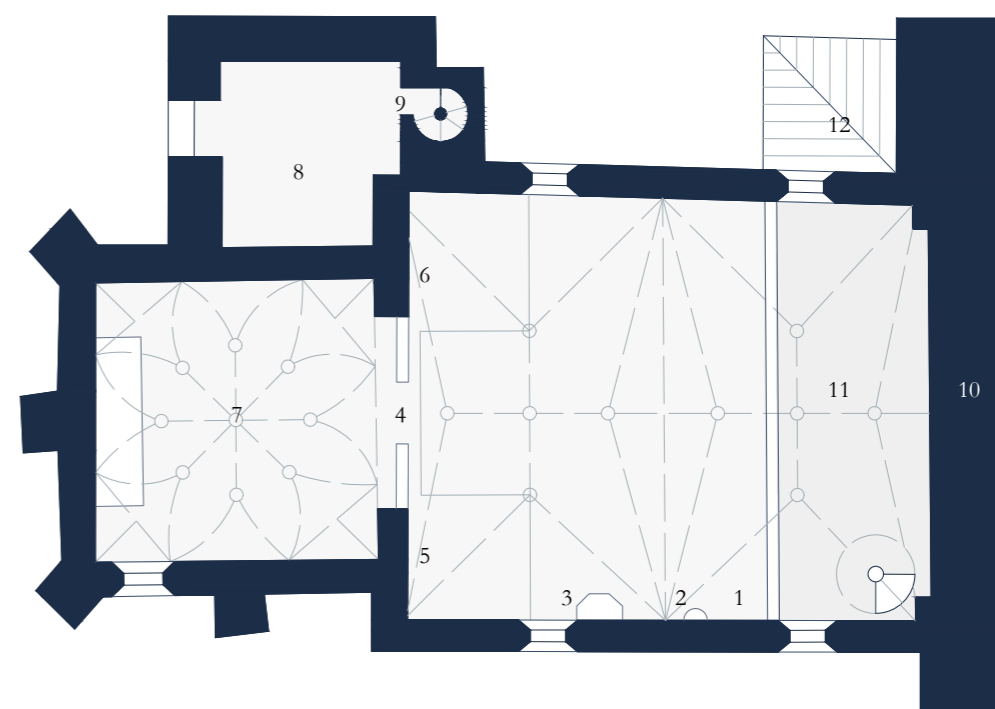
O único edifício do conjunto quinhentista que chegou aos dias de hoje, construído entre 1495 e 1508, foi projectado como capela privativa do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo (Hospital Termal), função que se reflecte nas suas dimensões modestas e na ausência do frontispício. As características do local de implantação, marcado por um desnível significativo e sobre nascentes termais, originou um edifício tardo-gótico e manuelino de estrutura autoportante, em alvenaria de pedra e tijolo, apresentando contrafortes apenas na cabeceira. A fachada a Oeste, onde seria a fachada principal, foi unida ao Hospital de modo a permitir uma circulação protegida entre ambos os equipamentos, transportando-se a entrada para Norte, desenhada em arco de volta perfeita recortado em onze arcos com volutas de estilo mudéjar. «Pequenas pilastras que servem de suporte às gárgulas [antropomórficas, vegetalistas e zoomórficas] ornam-se com mísulas de trabalho complexo em que se destaca o uso de meias esferas e de um cordão» (Rodrigues, Tavares e Serra, 1993, p. 81).

Muitas das adições e alterações realizadas ao longo do tempo, como a construção do Cartório junto à cabeceira, foram removidas nas obras de conservação do imóvel em 1968, que tinha o intuito de restituir a configuração inicial.

O corpo principal é composto por um rectângulo – a nave –, iluminado por quatro janelas em arco de volta perfeita, duas delas no coro, e com tecto em abóbada nervurada, suportada por mísulas, com os brasões de D. João II e D. Leonor ao centro, e um quadrado – a capela-mor –, com duas janelas em arco de volta perfeita, uma de cada lado, ambos com paredes revestidas a azulejo, de cor branco, azul e amarelo, operação realizada em 1658-59, e pavimento em pedra.

Do lado da fachada principal, junto à entrada, encontram-se a pia de água benta, esculpida em pedra, com taça decorada e pilarete hexagonal, e o púlpito semi-hexagonal, também em pedra, com base em pirâmide invertida e apoiado numa mísula. De cada lado do arco triunfal situam-se dois altares com retábulo revestido a talha dourada, datados de meados do século XVIII, com a imagem de Santo Amaro, à esquerda, e a de S. Silvestre, à direita. O arco triunfal é policêntrico em efeito de cortina, encimado por um tríptico datado do século XVI, que se supõe ser originalmente do altar, a representar a crucificação de Cristo, com o brasão nacional no topo.

A capela-mor, construída sobre uma nascente, dispõe de tecto abobadado cujas nervuras, unidas com alcachofras, desenhavam uma flor de oito pétalas centrada pelo brasão do Infante D. Fernando, pai



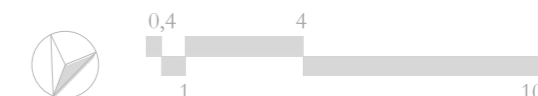
- | | | | |
|----------------------|--------------------------|-------------------------------|---------------------|
| 1. Entrada | 4. Arco triunfal | 7. Capela-Mor | 10. Hospital Termal |
| 2. Pia de água benta | 5. Altar de Santo Amaro | 8. Sacristia | 11. Coro Alto |
| 3. Púlpito | 6. Altar de S. Silvestre | 9. Escadaria da Torre Sincera | 12. Baptistério |

121. Hospital Termal Rainha D. Leonor

Fachada frontal actual (2020).

122-123. Igreja de Nossa Senhora do Pópulo

Capela-mor (2017), com o arco triunfal e o tríptico; e Planta.



de D. Leonor, um altar trabalhado em pedra calcária e, à direita, a porta em arco, gravada e emoldurada pela inscrição da inauguração da Capela, de acesso à Sacristia, também de planta quadrangular.

Do lado oposto da nave encontra-se as duas ligações ao Hospital Termal, separadas por um vão rectangular, e, acedido por uma escada de ferro em caracol, o coro alto, construído no século XVI, apoiado por uma coluna e duas pilastras, no qual se encontra o órgão de tubos datado do século XIX. À direita fica o Baptistério, com planta quadrangular, tecto em cúpula pintada com a pomba do Espírito Santo, pia baptismal trabalhada em pedra em forma de cálice e uma janela rectangular.

Devido à localização, a torre sineira foi implantada sobre a Sacristia, «rematada por um coruchéu piramidal de oito lados, sendo a passagem do quadrado ao octógono operada através de chanfros em papos de rola» (Aires-Barros, 2005, p. 105), decorada com elementos naturalistas e um relógio de cada lado. O lado Oeste apresenta o desenho mais minimalista, possivelmente dada o posicionamento da escadaria de acesso ao topo e a sua orientação para o Hospital, apresentando apenas uma sineira de moldura trabalhada. A Norte encontra-se o medalhão de Nossa Senhora do Pópulo, abaixo do relógio, dois sinos dispostos verticalmente em vão único e as estátuas gótico-manuelinas da Virgem e do Anjo S. Gabriel, trazidas da construção hospitalar leonorina na sua demolição. O lado Este também dispõe de uma decoração simplista marcada por duas sineiras trabalhadas. A Sul, os vãos trabalhados dos dois sinos são encimados pelos símbolos de D. João II e de D. Leonor – o pelicano e o camaroeiro, respectivamente –, e o brasão nacional.

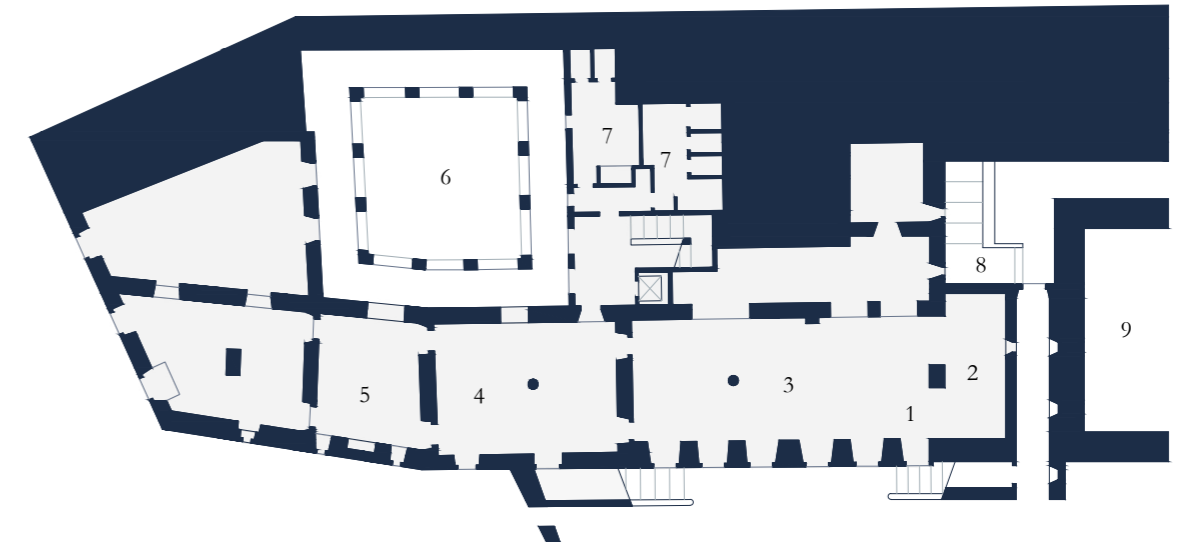
Actualmente, a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo serve de espaço museológico, frequentada ocasionalmente para cultos, cerimónias e outros eventos especiais.

Palácio Real

Implantado entre o núcleo termal, espaço de tratamento físico e espiritual, e a Mata, espaço complementar aos tratamentos físicos e psicológicos, o imóvel de planta longitudinal, composto por dois edifícios, onde funcionam actualmente o Museu do Hospital e das Caldas e o Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental do CHO, surgiu de várias intervenções feitas à *Caza Real*, uma construção primitiva datada do século XV que servia de local de hospedagem da Família Real nas suas deslocações às termas. No século XVIII, tornou-se na residência dos Administradores da Instituição, até, em 1894, Rodrigo Berquó lhe restituir a função.

Após a queda da monarquia em 1910, albergou o Tribunal de Comarca até 1959, oficinas do Hospital Termal e uma escola primária. Em 1992, o CHO adquiriu o imóvel e financiou a sua reabilitação, projectada em conjunto com o Instituto Português de Museus, o Património Histórico – Grupo de Estudos, o Museu José Malhoa, o Museu da Cerâmica e a Fundação Calouste Gulbenkian, para albergar o museu termal, inaugurado em 1999.

O edifício do Museu desenvolve-se em dois e três pisos, de pés direitos variados, que distinguem as diferentes intervenções de que foi alvo, embora apresente uma leitura coesa, reforçada pela pintura em tom rosa. A Oeste encontra-se a parte do edifício com o pé direito mais baixo e desenho mais



- | | | |
|---------------------------|--|---------------------------|
| 1. Recepção | 4. Exposições "Antes da Fundação" e "A Rainha D. Leonor" | 7. Instalações Sanitárias |
| 2. Bengaleiro | 5. Exposição "A Fundação do Hospital e das Caldas" | 8. Acesso ao Jardim |
| 3. Exposições Temporárias | 6. Claustro | 9. Núcleo do CHO |



124-126. Palácio Real

Planta do piso térreo do Museu do Hospital e das Caldas; Fachada caracterizante (2020); e Vista parcial do Conjunto, do jardim (2021).



simplista e de planta irregular, possivelmente correspondente ao traçado original, apresentando apenas vãos nas fachadas viradas para a rua, compostas por duas portas e janelas de batente duplo na fachada lateral e a fachada Sul, ou frontal, por janelas gradeadas de duas dimensões no piso térreo e de avental no piso superior.

A parte caracterizante do imóvel, pertencente à fachada frontal e resultante da intervenção do engenheiro Pedro José Pézerat, em 1861, encontra-se dentro do pátio, este assinalado com uma saída de fumos das águas termais e decorado com uma fonte, inactiva, e um pequeno espaço ajardinado. A fachada, decorada com o brasão nacional no frontão, cuja coroa foi retirada com a queda do reinado, apresenta um jogo simétrico de portadas e janelas de avental, e dupla escadaria, cada uma com um vão de volta perfeita no piso térreo, em que o do lado esquerdo dá acesso ao interior e o da direita à escadaria de acesso ao jardim, este à cota do primeiro andar.

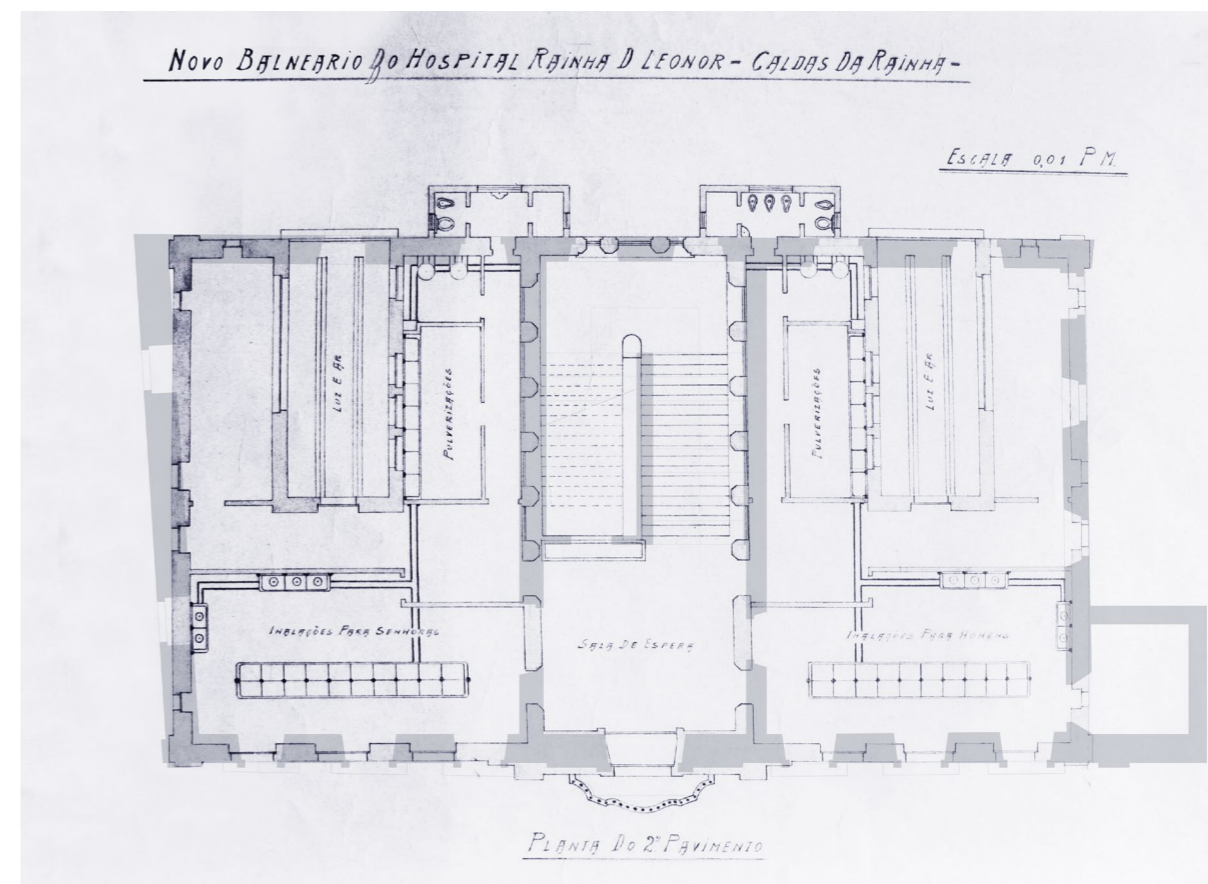
A fachada anterior é desenhada, essencialmente, por janelas de batente duplo no piso superior, e no piso térreo por portadas e um alpendre, à cota zero do imóvel, ao longo do claustro. O espaço ajardinado dispõe de um pequeno anfiteatro.

No seu interior, o piso térreo apresenta uma disposição desafogada, onde se encontra a recepção, a área de exposições temporárias e o início da exposição permanente, estando o claustro e a maioria da ala a Oeste fechadas ao público. A exposição continua no piso seguinte, onde também se encontra o arquivo, de aspecto mais nobre, com tectos de caixotão e piso de madeira, e no último piso, que corresponde apenas a uma parte do edifício e com características semelhantes ao andar inferior, fica a Administração do Museu.

O edifício mandado edificar por Rodrigo Berquó, cuja intenção da sua construção é desconhecida, sabendo-se apenas que chegou a albergar a lavandaria do Hospital Termal, apresenta três pisos de um pé direito grandioso e uma fachada ritmada de vãos altos, particularidade do Arquitecto. É possível notar a interrupção da sua construção pelos vãos tapados e terminados com molduras simples de pedra, em contraste aos originais de vergas arqueadas.

Balneário Novo

O primeiro equipamento dedicado à convalescença dos Doentes surgiu em finais do século XVIII, da autoria do arquitecto Rodrigo Franco, embora só tenha sido concluído em 1855. Albergou as primeiras funções ainda durante a sua construção, denominando-se o imóvel incompleto de “Hospital dos Inválidos”. A Casa da Convalescença apresentava uma planta rectangular, que se desenvolvia em dois pisos, desenhados em torno do átrio centrado, funcionando no piso térreo a enfermaria masculina e a feminina no primeiro piso. A fachada principal era composta por um núcleo central revestido em pedra, onde se situava a entrada em arco abatido e, no primeiro andar, uma janela de sacada em arco de volta perfeita, e vãos de cada lado deste, seis nomeadamente, os do primeiro andar também de sacada.



127. Balneário Novo

Planta do Balneário sobreposta pela configuração da Casa da Convalescença (Original de Francisco Mathias, 1928).

A partir do século XX, albergou outras funções não correspondentes à função original, muitas complementares ao Hospital Termal, como a cozinha, a Casa da Forja e a Casa da Cal, o Animatógrafo e, na altura da sua demolição, em finais dos anos 20, a Farmácia, a Oficina de Serralharia, a garagem, e, no primeiro andar, a sede do 2º Quartel de Ciclistas.

Em 1930, a Convalescência foi substituída pelo novo equipamento que iria expandir o programa de tratamentos termais – o Balneário Novo –, edifício que chegou aos dias de hoje. O projecto inicial é da autoria do arquitecto Álvaro Machado, no entanto a versão final, e aprovada pela DGEMN, desenvolvida após várias alterações ao projecto de Machado, é do arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade. Inaugurado em 1939, o novo equipamento apresenta um desenho semelhante à pré-existência: uma planta rectangular simétrica, de dois pisos, fachada principal combinada com o núcleo preservado da antiga construção e o mesmo número de vãos, em arco de volta perfeita e moldura de pedra trabalhada de forma semelhante ao Hospital Termal. O programa desenvolvia-se em torno do átrio, centrado na planta, que servia de sala de espera em ambos os pisos. No piso térreo encontrava-se as salas de duche e banhos de 1ª classe, uma para cada género, com os respectivos vestiários e arrecadações, e no primeiro andar as salas de inalações e pulverizações, as femininas à esquerda e as masculinas à direita.

A primeira remodelação realizou-se no final do século XX e a mais recente em 2016, esta última correspondendo ao início da reabertura das termas caldenses em 2019. De momento, o Balneário Novo alberga a área de Inaloterapia, formada por tratamentos de inalação, pulverização, irrigação, nebulização, aerossóis e duches bocais, estando também previsto, numa segunda fase, a área de Balneoterapia, com banhos e duches individuais.

Clube de Recreio

A entrada mais elaborada do Parque D. Carlos I, orientada para o Largo D. Leonor, e correspondente à entrada do antigo Passeio da Copa, é desenhada pela fachada côncava do antigo Clube de Recreio, o equipamento privado criado para a recreação dos Aquistas, inaugurado em 1837. Inicialmente ocupava o edifício do armazém, composto de planta poligonal de um piso, onde funcionava a biblioteca, a sala de leitura, a sala de jogo, passando posteriormente para o edifício oposto – a albergaria –, transformado em Casa de Bilhar, também de planta poligonal, de dois pisos, possibilitado pela diferença de cotas entre a Rua do Olival de Baixo (Rua de Camões) e o Passeio.

A unificação do imóvel realizou-se em 1886, em resposta ao crescimento do número de membros, com a construção de um *salão-entre*, um espaço interior que dada a sua transparência e as fachadas das pré-existências aparenta ser exterior, marcado, em cada extremidade, pela paisagem do Largo da Copa e do Passeio da Copa, e cuja característica cobertura em arco de volta perfeita de ferro e vidro originou a denominação popular de “Céu de Vidro”.

Em 1891, o espaço foi reformulado por Rodrigo Berquó, que adicionou duas salas rectangulares ao primeiro edifício – a sala do baile e a sala do chá –, respeitando as características das fachadas



128. Balneário Novo

Equipamento actualmente (2017).

129-131. Clube de Recreio

Fachada do Largo Rainha D. Leonor (2017); Céu de Vidro (2019); e Fachada vista do Parque, para a Sala de Baile (2021).

existentes – desenho geométrico e sóbrio –, tendo os vãos das fachadas viradas para o Parque D. Carlos I e para o “Céu de Vidro” sido completados com molduras de pedra trabalhada.

Após o 25 de Abril, em 1975, o edifício passou a albergar o que seria a sua última função – a Casa da Cultura –, até aos anos 90, encontrando-se desde então ao abandono.

Popularmente denominado “Céu de Vidro”, “antiga Casa da Cultura” ou “Casino”, o edifício do Clube de Recreio foi conservado na no início do século XXI para impedir a sua ruína, tendo-se reconstruído a cobertura característica, reabrindo a ligação do Largo com o Parque, e a configuração geral da Casa de Bilhar, e consolidado as paredes mestras e demolido a cobertura do primeiro bloco, ficando o imóvel com um aspecto inacabado, mas que permite a sua utilização ocasional para eventos culturais, como no Caldas Late Night, evento artístico anual promovido pela ESAD, recreativos, como o *Baile do Casino* montado no Carnaval, ou cerimónias, como casamentos.

Pavilhões do Parque

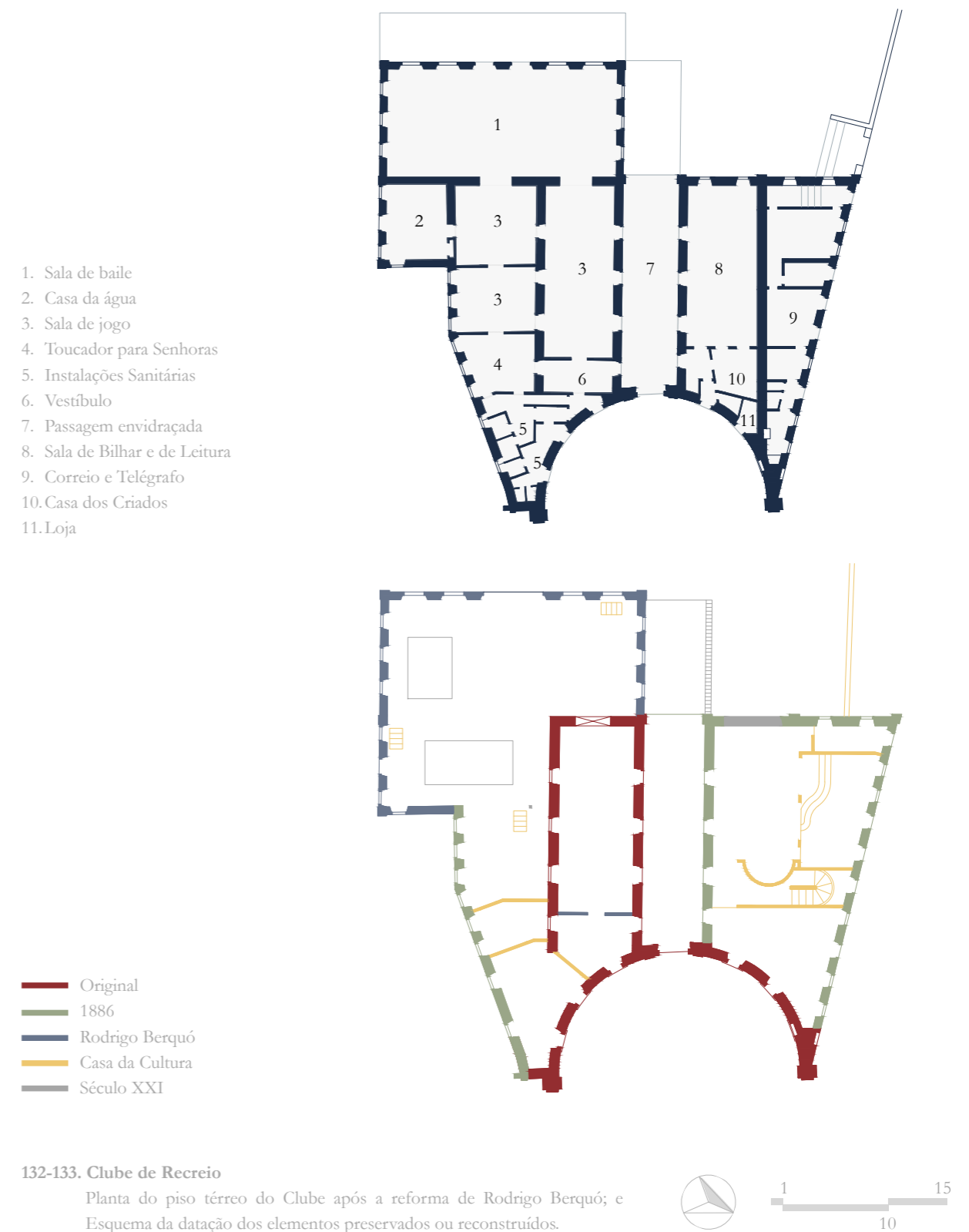
Construído entre 1893 e 1896, da autoria de Rodrigo Berquó, o Hospital D. Carlos I foi o último equipamento termal a ser edificado e o único a nunca desempenhar a sua função. Planeado para albergar as enfermarias das termas e serviços administrativos, o imóvel foi influenciado pelo Parque D. Carlos I, tendo o projecto aprovado sofrido alterações após a conclusão deste, na qual ganhou mais um piso⁷⁷, e pela tipologia hospitalar preconizada na época.

O Conjunto, com estrutura em alvenaria de pedra e tijolo, laje com vigas de ferro e soalho de madeira, apresenta uma disposição longitudinal pavilhonar, da qual resultou a sua denominação popular. Desenvolve-se ao longo de quatro pisos, sendo apenas três destinados às enfermarias, compostos por amplas salas com 6 metros de pé direito. A circulação entre alas é realizada pela galeria central de circulação, com 55 metros de comprimento, e a entre pisos pela escadaria situada no pavilhão mais a Norte, reconstruída no século XX, num estilo mais industrial que contrasta com a pré-existência.

O seu desenho foi pensado ao mínimo pormenor para a função destinada, que exigia uma boa higienização do espaço, possibilitada pela sua implantação, situada num espaço verde e com orientação Este-Oeste, pela fachada ritmada de vãos altos, incluindo no último piso, que permite um bom arejamento e iluminação natural das alas, e pelo sistema de ventilação interior, constituído por aberturas ao nível do pavimento e do tecto, prevendo-se a renovação do ar a cada 2 minutos e 48 segundos.

O toque romântico, que se supõe ser inspirado na Arquitectura Termal francesa e alemã, locais visitados pelo Administrador, resulta das fachadas em alvenaria de pedra irregular à vista, dos vãos

77. Nota-se que se desconhece os desenhos finais. Possivelmente tratava-se de um projecto que ia sofrendo alterações de acordo com a sua construção.



emoldurados em pedra e com gradeamentos trabalhados, e dos óculos no piso das mansardas, posicionados em cada extremidade dos pavilhões. Aliado à tipologia e à implantação, gera-se uma atmosfera fantástica dos Pavilhões, que os destacam na paisagem, em que a imagem do Conjunto reflectido no lago tornou-se numa ilustração descritiva das Caldas da Rainha.

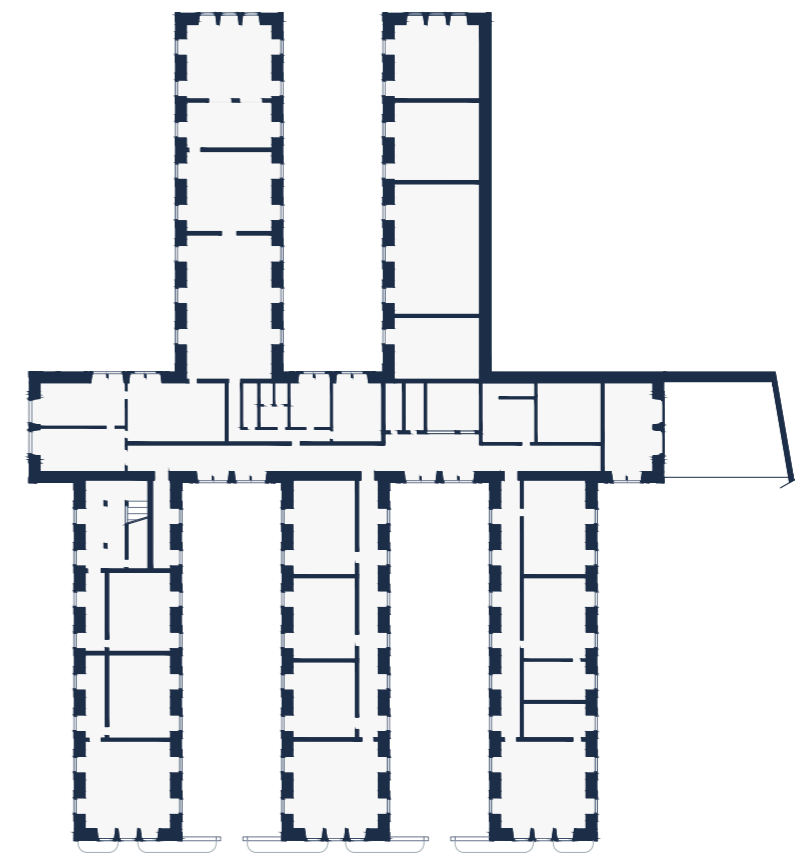
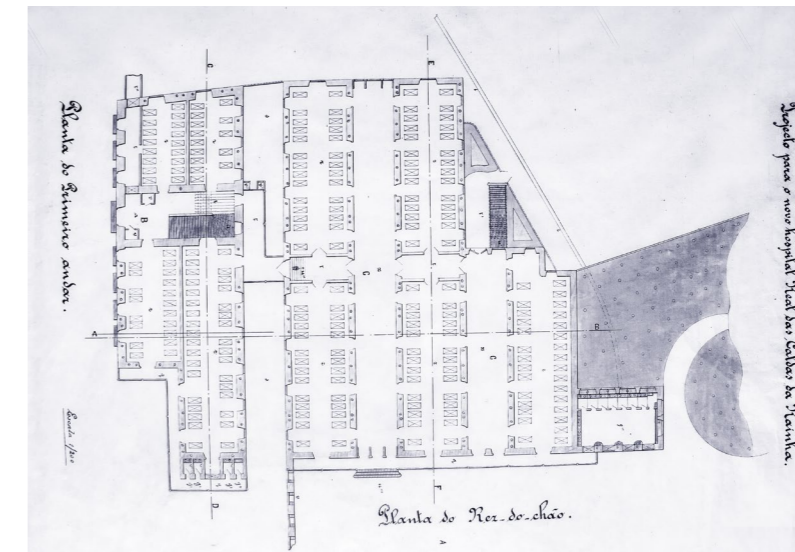
A interrupção da sua construção condenou o edifício a um estado inacabado e sem função específica, albergando várias funções ao longo do tempo, a maioria de âmbito social, que alteraram a espacialidade planeada, apresentando salas de diversas dimensões que fragmentam as alas.

A primeira utilização ocorreu no início do século XX, entre 1901 e 1902, como alojamento aos refugiados da Guerra Anglo-Bóer, na África do Sul⁷⁸, e escola para as crianças refugiadas. Ainda na mesma década serviu de Animatógrafo, depósito da colecção escultórica de Manuel Bordalo Pinheiro, filho de Rafael Bordalo Pinheiro, e, depois, como local expositivo e de venda de peças da Fábrica das Faianças. Em 1918, enquanto uma ala servia de Cinematógrafo, sessões realizadas pela família Levy até à inauguração do Salão Ibéria, no terreno adjacente, o restante imóvel era ocupado pelo Regimento de Infantaria n. 5, que se manteve no local até 1950, tendo-se instalado entre 1926 e 1927 temporariamente no Castelo de S. Jorge, em Lisboa. Em 1924, albergou o Posto de Turismo e no ano seguinte a sede do jornal *Gazeta das Caldas*. De 1962 a 1997, foi Biblioteca Municipal, funcionando, a partir de 1969, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, até à inauguração de edifício próprio, na Rua de Vitorino Fróis. A Escola Técnica Empresarial do Oeste (ETEO) ocupou o imóvel de 1990 a 2005 até à sua passagem para o novo edifício, perto da Biblioteca.

Os Pavilhões do Parque albergaram ainda sedes de associações, como a Banda do Comércio e Indústria e a Liga dos Combatentes, esta sendo uma das últimas funções que albergou, lojas de artesanato, exposições, como a I Exposição Agrícola das Caldas da Rainha em 1920, e armazém do CHO, para depósito de arquivos e equipamento médico desusado, outra função que desempenhou até recentemente.

O Edifício Inacabado, implantado na cota ao nível do segundo piso e no que se pode considerar ser as traseiras do Conjunto, supõe-se ter sido destinado para instalações sanitárias. Apresenta um desenho que se assemelha ao dos Pavilhões, formado por dois pisos de planta rectangular, fachada em alvenaria de pedra irregular aparente e vãos altos com molduras de pedra. Dada a ausência de cobertura e estudando os desenhos do projecto, possivelmente o edifício teria um terceiro piso, um sótão, igualando a cota dos Pavilhões.

78. Chegados à Vila em Março de 1901, estiveram alojados no Hospital Termal até à abertura das termas em Maio, passando então para os Pavilhões do Parque.



134-135. Pavilhões do Parque

Planta da 1ª versão do Hospital D. Carlos I: 1º andar da Convalescenção e rés-do-chão do Hospital (Rodrigo Berquó, 1981); e Planta do estado actual.



1 10
1,8 15

5.4. Um espaço identitário integrado no Lugar

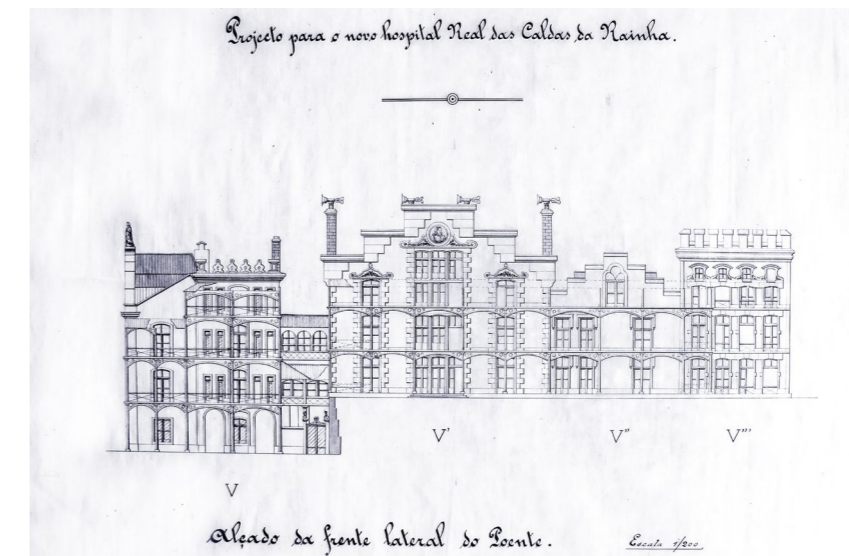
O crescimento urbano em torno das termas, interrompeu o equilíbrio entre espaços construídos e naturais, um elemento fundamental para a exploração termal, e ainda relevante no panorama actual. As novas termas são caracterizadas pelos tratamentos de bem-estar, pela ligação à natureza e ao turismo, pela valorização da privacidade e do isolamento do quotidiano.

Mesmo que as edificações termais tenham desempenhado outras funções desde o encerramento dos tratamentos, a sua ligação ao panorama termal manteve-se viva na memória colectiva. Chega-se a questionar como é que um edifício de que ninguém conhece a origem, inacabado, abandonado e sem função definitiva, tem tanta presença no Lugar? Será uma ilusão? Talvez. Ou é devido à imagem fantasiosa, na qual é identificável a tipologia termal? É deveras curioso este apego dos equipamentos à identidade termal secundarizada, demonstrativo da continua presença de factores contribuintes para a definição dos valores actuais e da evolução da Identidade. A memória colectiva, confirmada pelos elementos representativos materiais, aparenta ser o único factor contribuinte para a manutenção deste conhecimento.

Mas para um património que apresenta ter uma igual presença identitária como visual, seria de esperar que a sua origem e história fossem conhecidas. Esse é um comprovativo do sustento da memória caldense em relatos de terceiros e do seu esquecimento com o tempo. A presença visual do património no espaço identitário, reforçada pela recente interacção de apropriação e a adaptação de alguns dos equipamentos, preserva os poucos componentes que constituem essa memória longínqua, por vezes lembrada pelos registos literários, prolongado a sua participação.

Ainda conservando as suas águas termais, e tendo a possibilidade de relançamento dos tratamentos, reconhece-se o contributo que esta acção teria para o lugar de Caldas da Rainha, material e imaterialmente. O problema em adaptar os equipamentos termais existentes, incluindo dos abandonados, ao novo panorama, recai mais sobre a capacidade em estes responderem ao programa e às exigências, técnica e funcionais, nas alterações que iria implicar na configuração e na sua conjugação com o contexto envolvente, abrangente à escala alargada.

No caso dos Pavilhões do Parque, a relação torna-se mais complexa. Definido pela sua imagem imponente num espaço verde, tal como no caso do Clube de Recreio, que é lembrado como Casa da Cultura ou Casino, as últimas funções que albergou, o quartel, a biblioteca e a escola são funções do conjunto que permanecem na memória dos locais, caracterizando este. A sua relação com as termas advém apenas da sua intenção de construção, representada na sua configuração e preservada na memória colectiva. Deixado ao abandono, apresentando períodos de utilização, das mais variadas fontes, a linha entre um edifício de valor reconhecido e um cenário do Parque é muito ténue.



136-142. Pavilhões do Parque

Alçado lateral oeste, lado do Parque D. Carlos I: 1ª versão (Rodrigo Berquó, 1981); Vista dos Pavilhões do Lago (2020); Edifício Inacabado (2020); e Interior do Conjunto – uma das alas; corredor, sala de arquivo e uma das alas do sótão (2015).

Embora a sua construção tenha sido contestada, vista como um obstáculo, mais económico que espacial, e a sua utilização incerta, os Pavilhões são reconhecidos como um marco indispensável no Espaço. Mais que a estância termal, este assume a sua pertença na paisagem urbana, como cartão de visita, tal como o Clube de Recreio como imagem da entrada do Parque. Testemunhos da fundação da localidade e de tempos áureos passados, tornaram-se elementos do centro verde social e recreativo da Cidade.

Considerando a função pretendida para este imóvel – enfermarias –, a reabilitação dos Pavilhões do Parque, em encontro à motivação do relançamento das termas caldenses, parece ser a abordagem mais apropriada. A incompatibilidade da configuração do conjunto com as exigências actuais acaba por se resumir em diversas investigações realizadas sobre o tema, que resultam na posição da unidade hoteleira neste conjunto, propondo um novo volume, adjacente, para os tratamentos termais ou de bem-estar, e pela tomada do Fachadismo. Numa análise da envolvente, do impacto que a intervenção teria nesta, e de um dos factores imprescindíveis da exploração hoteleira – a privacidade –, mesmo sem recorrer à destruição do interior, característico das unidades hospitalares e termais oitocentistas, evidente que a localização dos Pavilhões, desde a sua imagem à sua relação com o espaço público do Parque, é um impasse para a preservação destes dois factores. Conhecendo o resultado de casos semelhantes, de apropriação de espaços públicos para privados, o equipamento prejudicado seria o Parque D. Carlos I.

O foco principal do desenvolvimento da localidade tem sido o incentivo das ofertas recreativas e turísticas, associadas às Artes. As últimas intervenções no centro histórico visaram melhorar as condições de circulação e a qualidade da paisagem, destacando-se o conforto da circulação pedestre, com o alargamento das vias. O aumento de tráfego, de qualquer origem, pode resultar na aceleração da degradação do Espaço. Não se sabe ao certo se as entidades responsáveis estudaram o impacto desta acção, a nível material e monetário, mas identifica-se o prolongamento destas para vias de circulação pela Cidade, incentivando a dispersão, compostas pelas rotas artísticas criadas, como a Rota Bordaliana e a Arte Urbana.

Dada a posição dos equipamentos termais, o impacto da intervenção na envolvente, a evolução do contexto de alguns dos equipamentos e o foco da Lugar, considera-se que a preservação dos equipamentos termais situados dentro do Parque D. Carlos I, o antigo parque termal, deve ser orientada à integração do património abandonado na vivência, implicando a transformação destes espaços estáticos em dinâmicos. Propõe-se a conjugação da direcção que se tem vindo a tomar com a dinamização do Parque D. Carlos I, iniciada com a inauguração do Museu José Malhoa, cujo espólio se estende do interior do museu para o interior do Parque⁷⁹, ao interesse da salvaguarda do património termal e relançamento das termas, à Cidade Criativa, à Agricultura e à Doçaria, incentivando a união e apropriação do espaço pela Comunidade.

79. Esta organização decorre da criação de um museu ao ar livre, unido à temática naturalista do Pintor.

Propondo a transformação do conjunto edificado num espaço multifuncional, que se estende a Este do Parque, vê-se o potencial para a criação de um centro cultural atractivo para todas as idades, experienciado ao longo do dia, baseado nas funções que estes equipamentos desempenharam ao longo da sua história. A criação de parcerias é importante para a sustentação do pólo, identificando-se o contributo do Museu do Ciclismo, cujo responsável, o Sr. Mário Lino, tem em sua posse um espólio magnífico representativo do desenvolvimento da localidade, do Museu do Hospital e das Caldas, do CENCAL, da ESAD, dos Bordados da Rainha, do Teatro da Rainha, e da Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste, para nomear alguns.

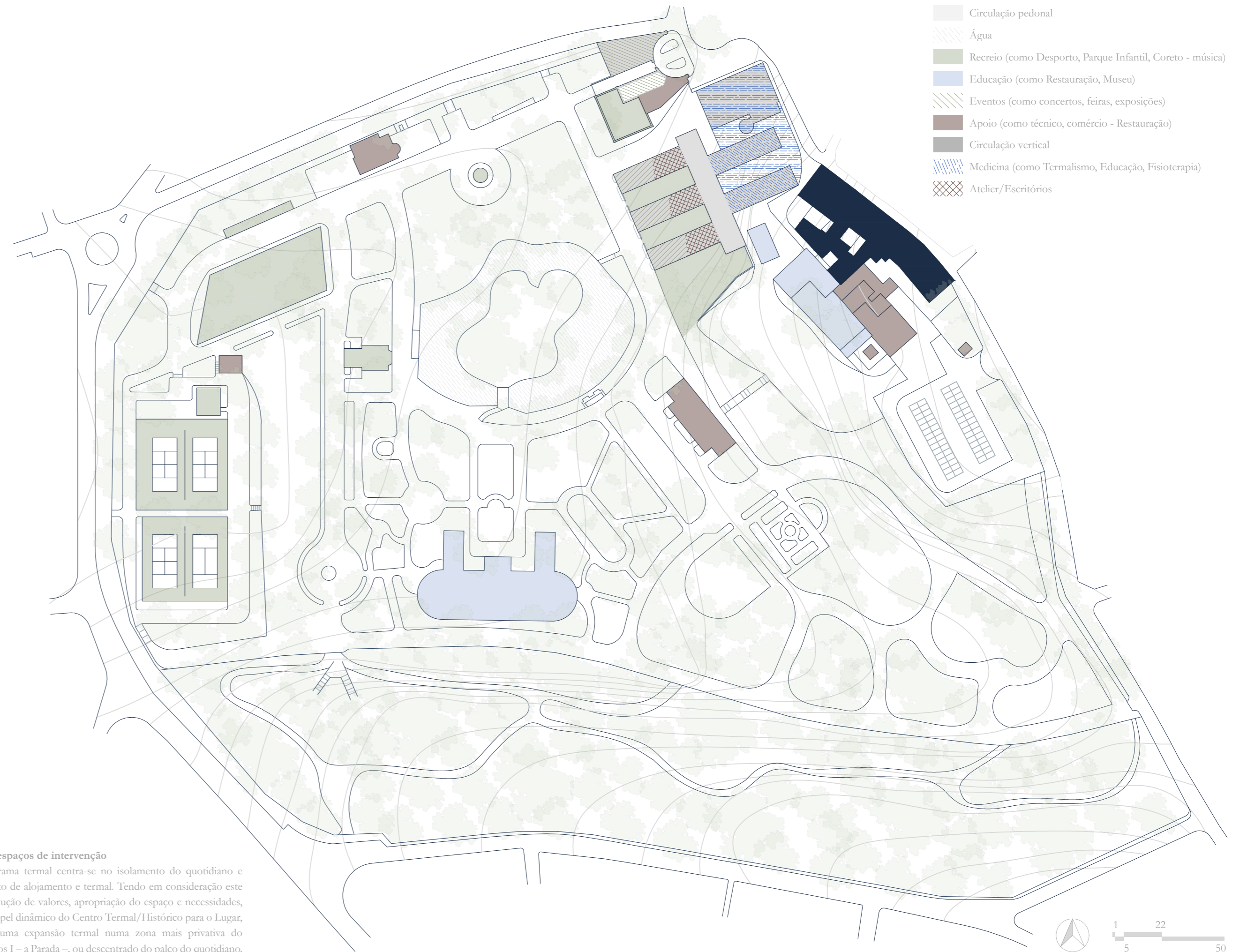
Começando pela entrada imponente do espaço verde, o Clube de Recreio, considera-se que a configuração actual permite uma maior versatilidade de usos, como espaço para eventos, de festas e casamentos, exposições, salas de jogos e de baile, para a sua expressão como bilhete de convite. Reconfigurando a intervenção de cimento que foi aplicada na consolidação do imóvel, incentiva-se a abertura da construção fronteira à Rua de Camões, mantendo a sua cobertura, e a conservação da antiga sala de baile, do lado oposto, apenas composta pelos seus limites, preservando a amplitude desse espaço para concerto.

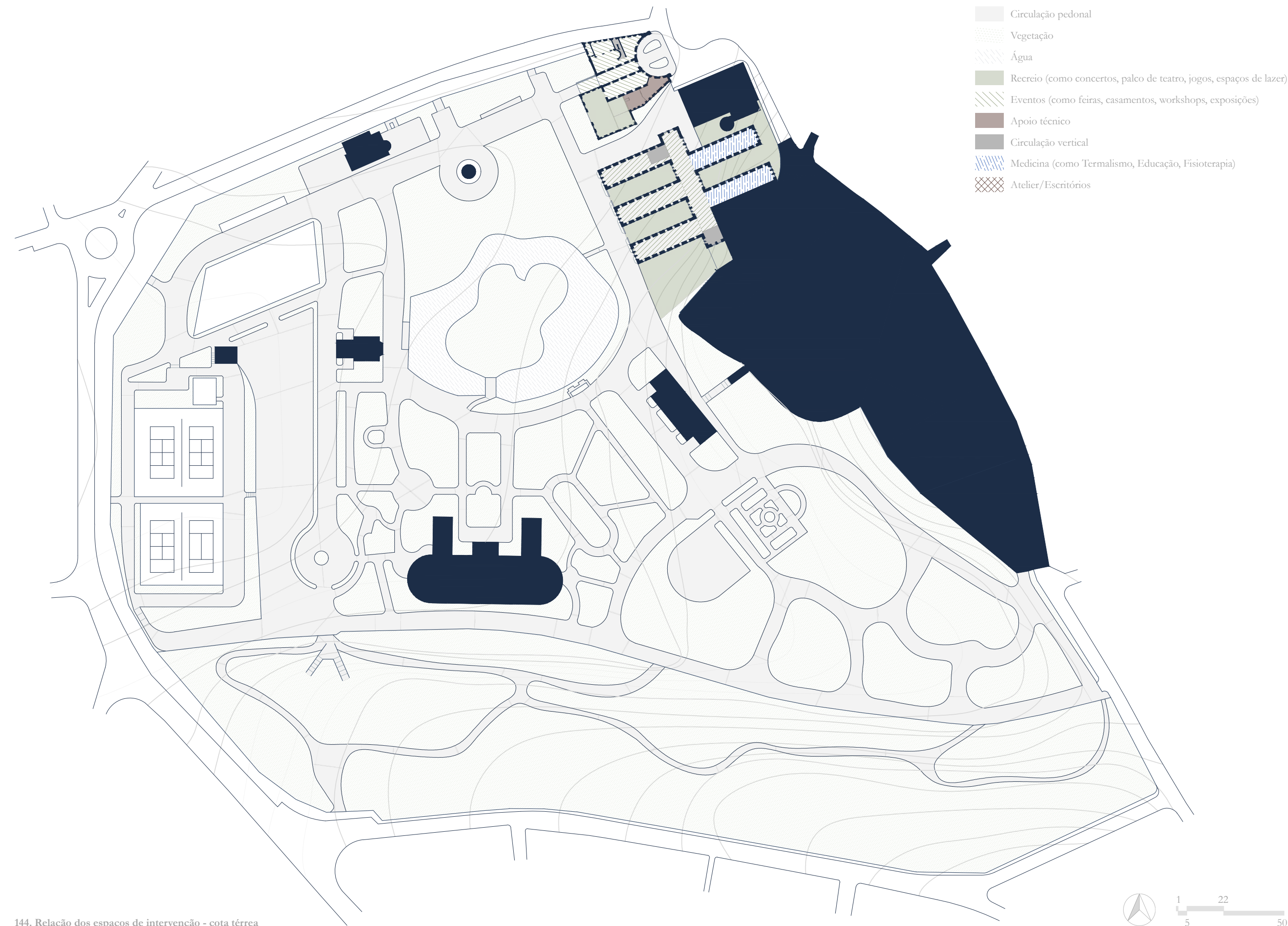
A área de maior dimensão compreende os Pavilhões do Parque. A orientação do conjunto, a ligação a diferentes cotas e a configuração das suas fronteiras, aparente criar uma divisão natural das alas e de circulação pelo espaço. Preservando a função destinada à galeria central, de circulação, pela qual é feita a ligação das duas cotas e a distribuição pelos diversos pisos, considera-se que as alas viradas para o Largo do Chafariz, para as traseiras do conjunto, compreendem um carácter mais privativo. Aproveitando proximidade ao Balneário Novo e à ligação subterrânea com o Hospital Termal, idealiza-se a adaptação de toda a sua espacialidade para um programa medicinal ou termal – escola de termalismo, área de investigação, laboratório de produtos termais, extensão de tratamentos de bem-estar (secos), de reabilitação ou de fisioterapia, conjugando com as indicações das águas termais.

Para as alas viradas para o Parque, com o qual têm relação directa, dando-lhe um carácter mais público, propõe-se a concentração de actividades culturais, tornando o piso térreo numa continuidade do percurso exterior em área coberta, um *open-space* para o qual se estendem as actividades do Parque – de comércio e exposições, a feiras e workshops –, limitado a sul por um descampado com potencial como espaço de lazer, composto por pontos de estada, e de recreio, de mesas de xadrez, cartas e malha, e pequeno palco para Teatro e concertos ao ar livre, e os restantes pisos, que ganham mais privacidade, como espaços para instalação de ateliers e sedes de associações e grupos. A amplitude das alas seria reintegrada, mantendo a noção de dimensão do espaço, e a divisão realizada por painéis modelares, conjugados de acordo com as necessidades, desenvolvidos em parceria com a ESAD.

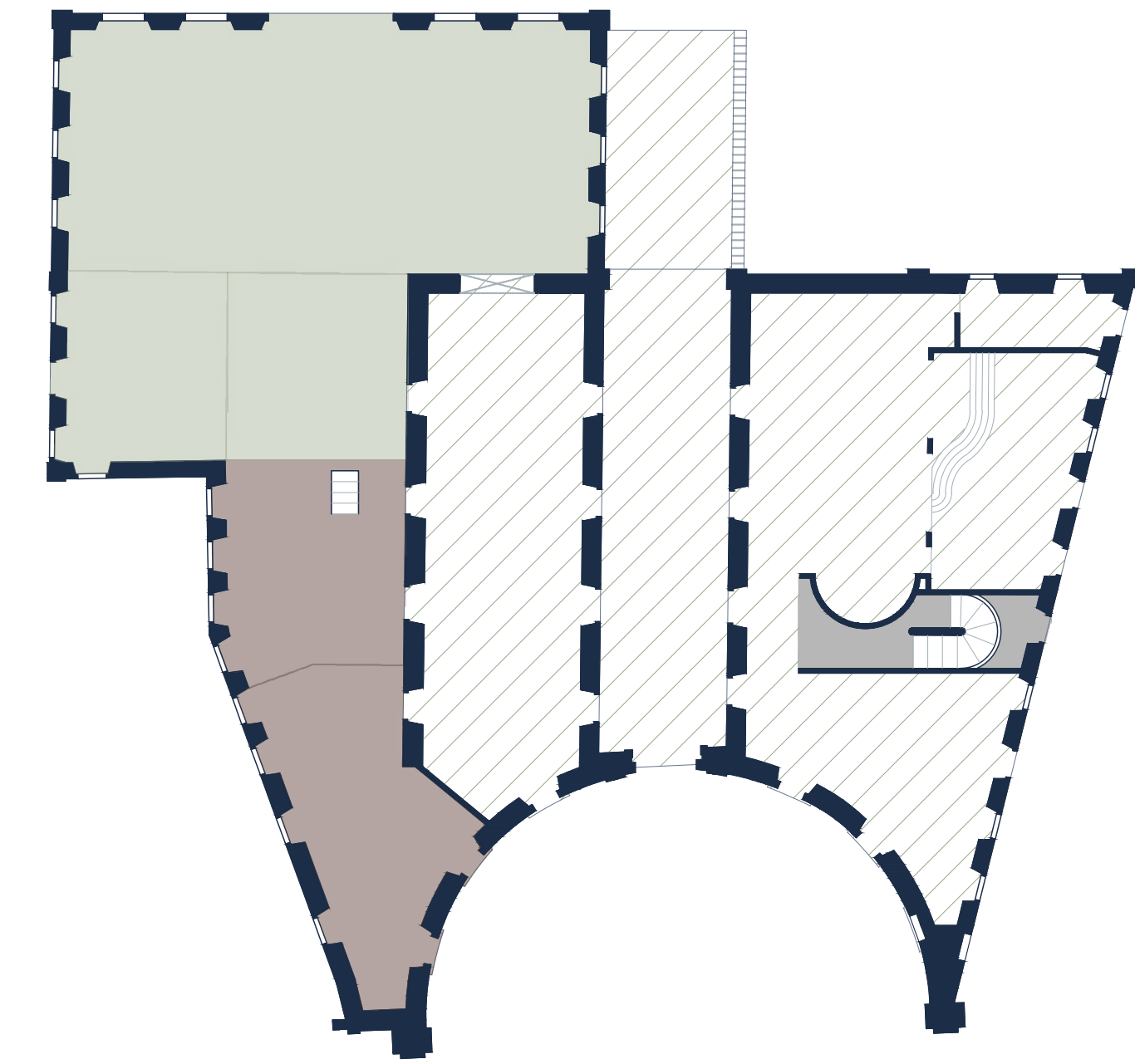
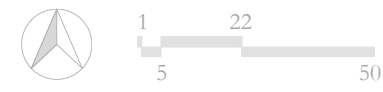
Para o Edifício Inacabado, próximo da antiga Estufa do Hospital Termal, ainda em utilização, e de uma construção marcado por arcadas, imagina-se a instalação de uma cozinha para apoio ao núcleo e aos workshops.

A zona a Sudeste, mais resguardada do conjunto, a uma cota mais elevada das zonas de circulação mais frequentadas do Parque e com disposição de entrada própria, correspondente à antiga Parada do Quartel, aparenta apresentar as condições ideais para a construção de um novo edifício termal, estendendo o programa do Hospital Termal e do Balneário Novo, em encontro ao novo panorama, com uma configuração correspondente à envolvente, mantendo a sua localização no centro termal e num espaço verde.





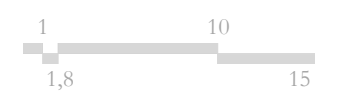
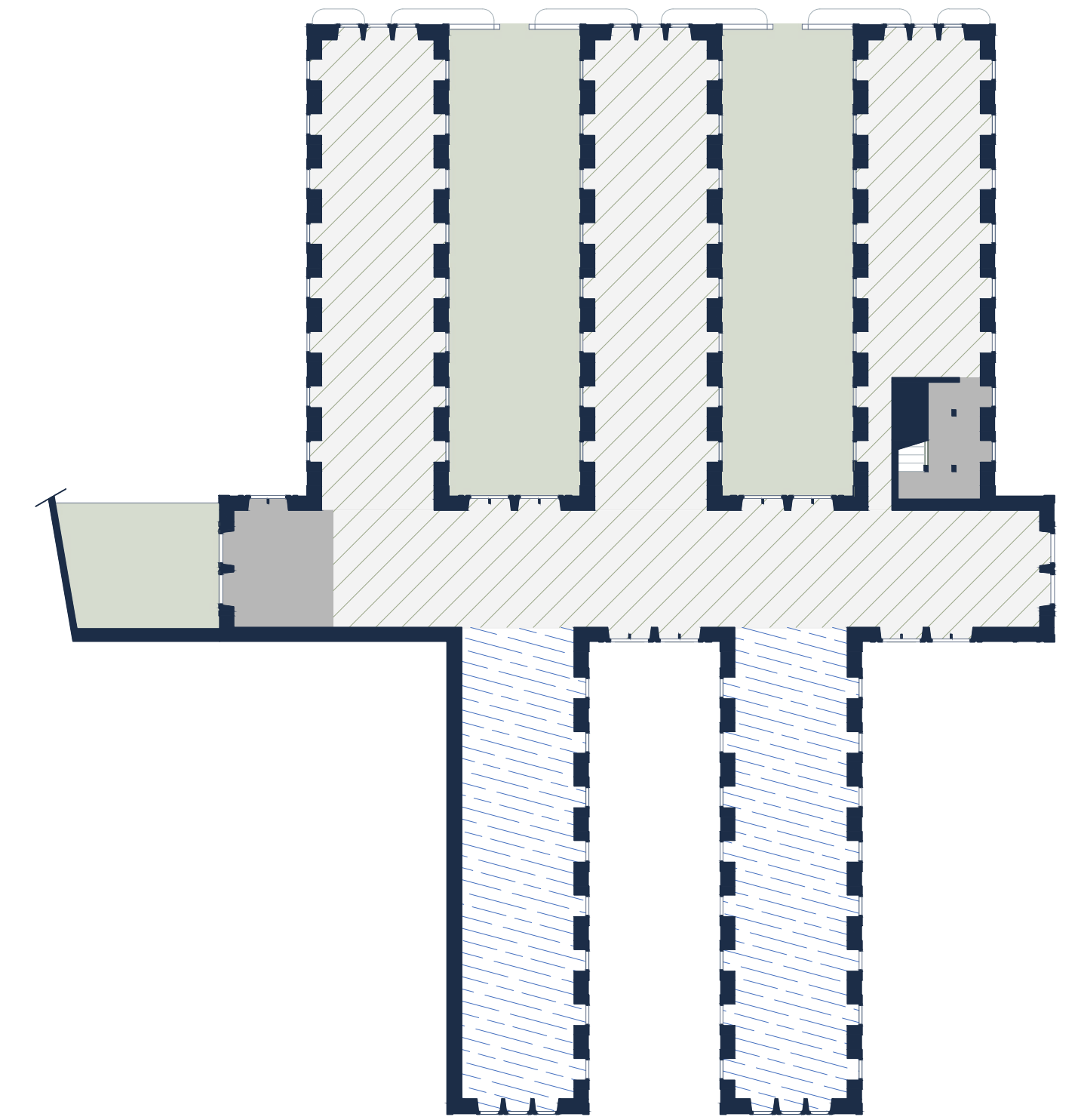
144. Relação dos espaços de intervenção - cota térrea



145-146. Proposta para o Clube de Recreio e os Pavilhões do Parque - piso térreo

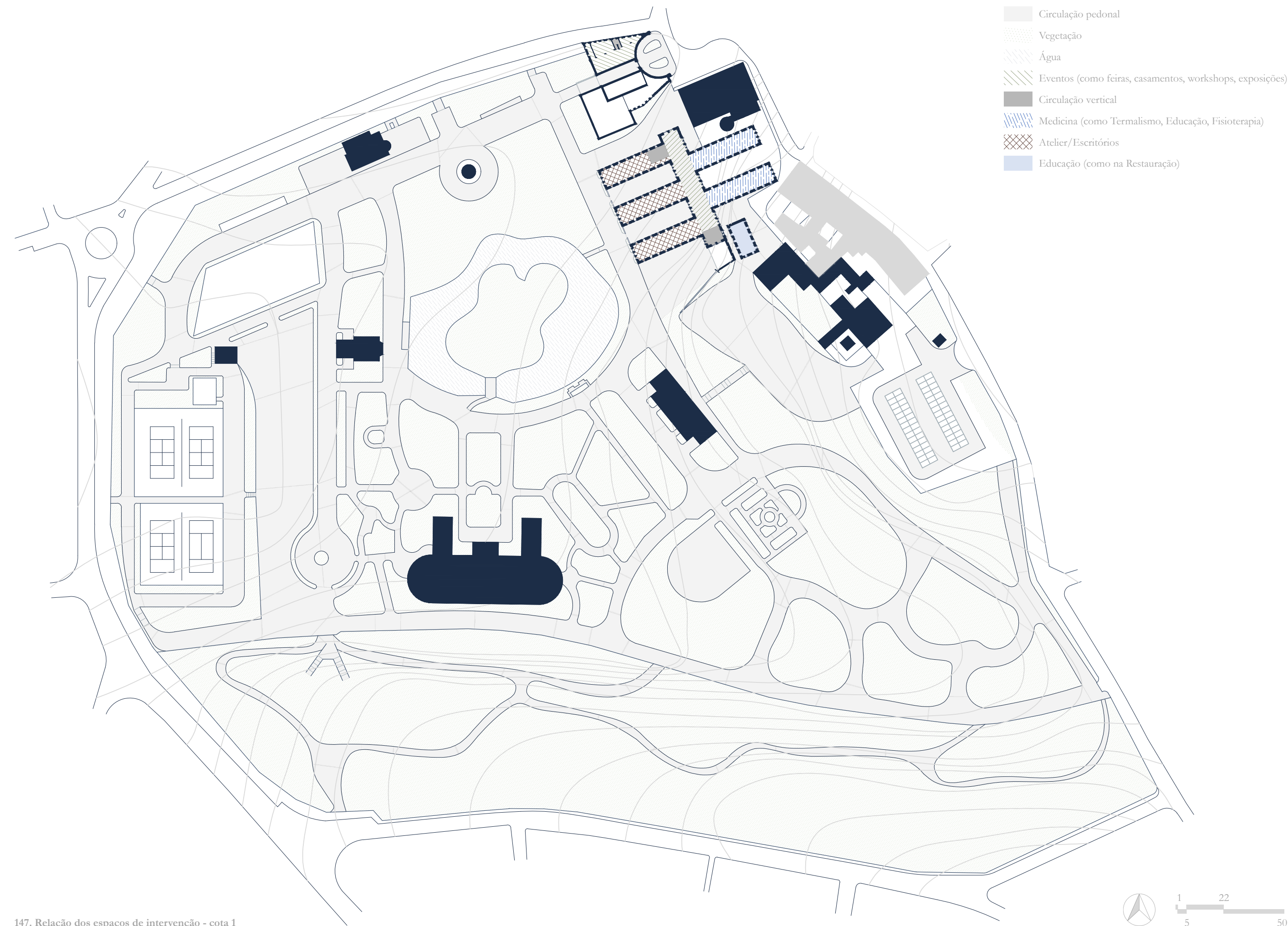
A condição de ruína preservada do Clube de Recreio permite ter uma maior liberdade de desenho do espaço. Assume-se esse papel, mais concretamente, as paredes estruturais como os únicos planos definidores do espaço, possibilitando a adaptação num espaço dinâmico de Recreio e Eventos, considerando a sua posição de entrada do Parque e a apropriação dos últimos tempos.

No caso dos Pavilhões do Parque, a sua localização e configuração aparenta propor uma organização, idealizando-se a separação dos conjuntos de alas (três a Oeste e duas a Este) pela galeria de circulação. Enquanto o lado Este dá continuidade ao programa termal dos equipamentos adjacentes, o lado Oeste é apropriado pelas diversas actividades que se realizam periodicamente pelo Parque D. Carlos I.

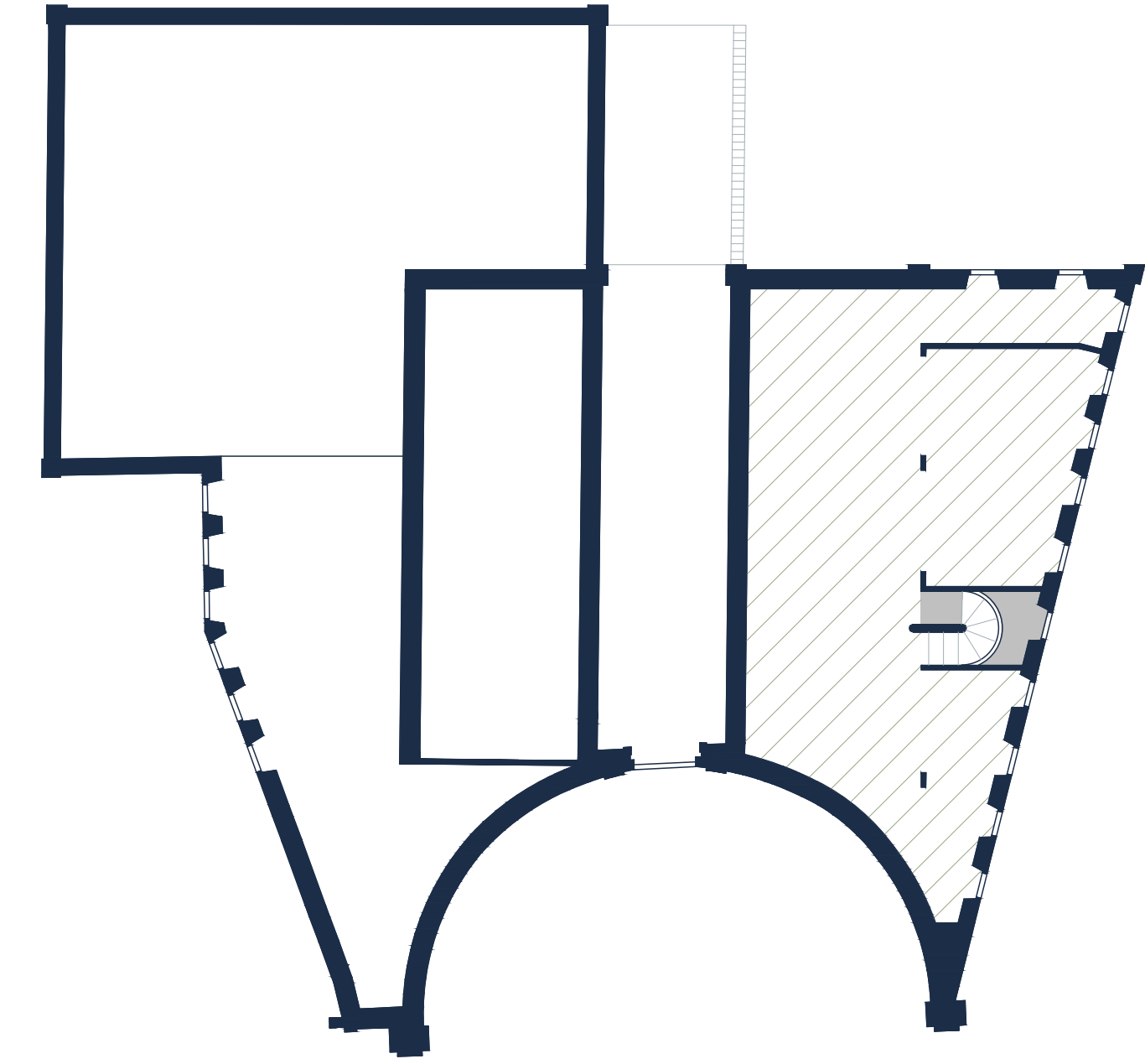


- Circulação pedonal
- Recreio (como concertos, palco de teatro, jogos, espaços de lazer)
- Eventos (como feiras, casamentos, workshops, exposições)
- Apoio técnico
- Circulação vertical
- Medicina (como Termalismo, Educação, Fisioterapia)

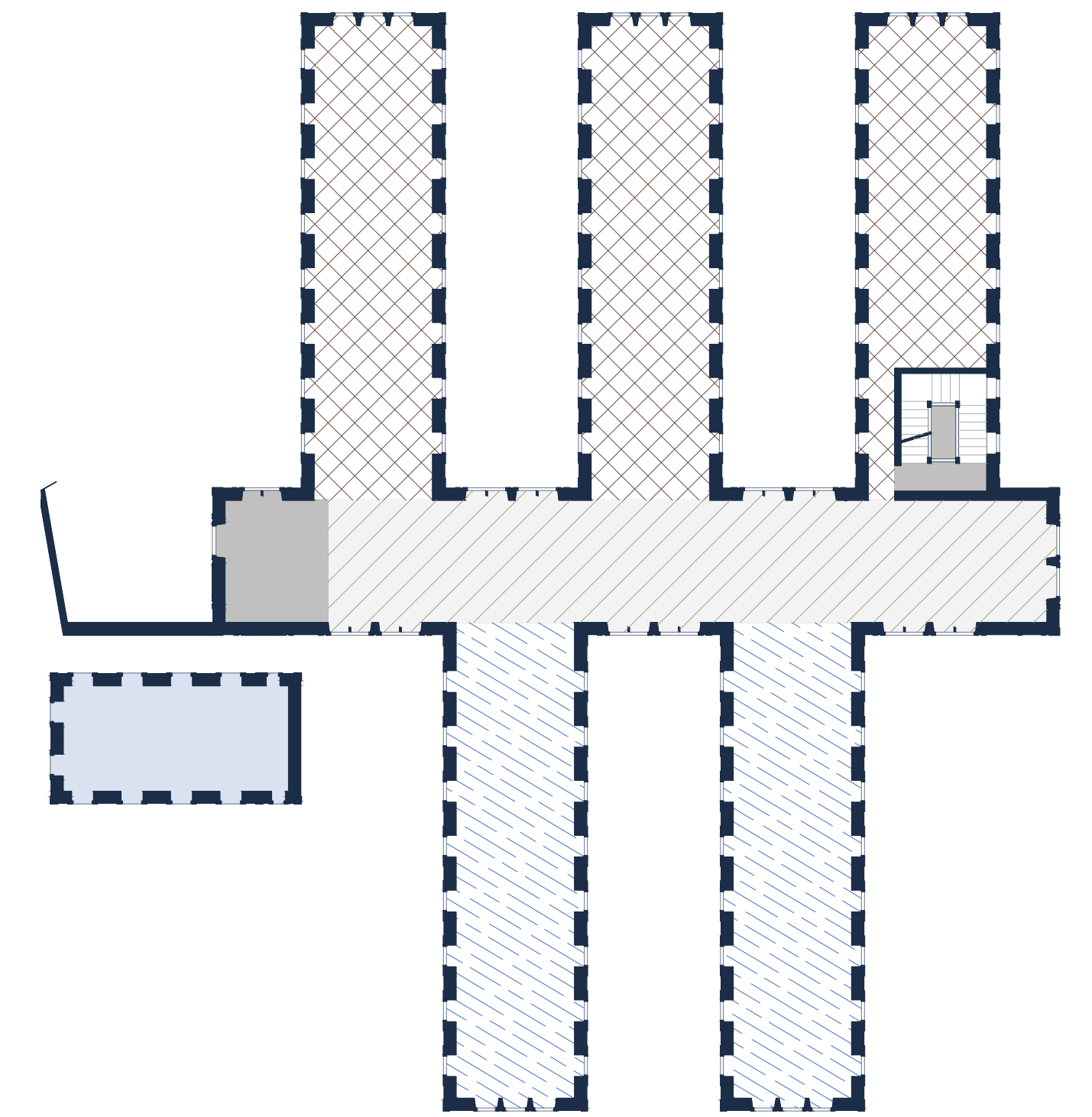




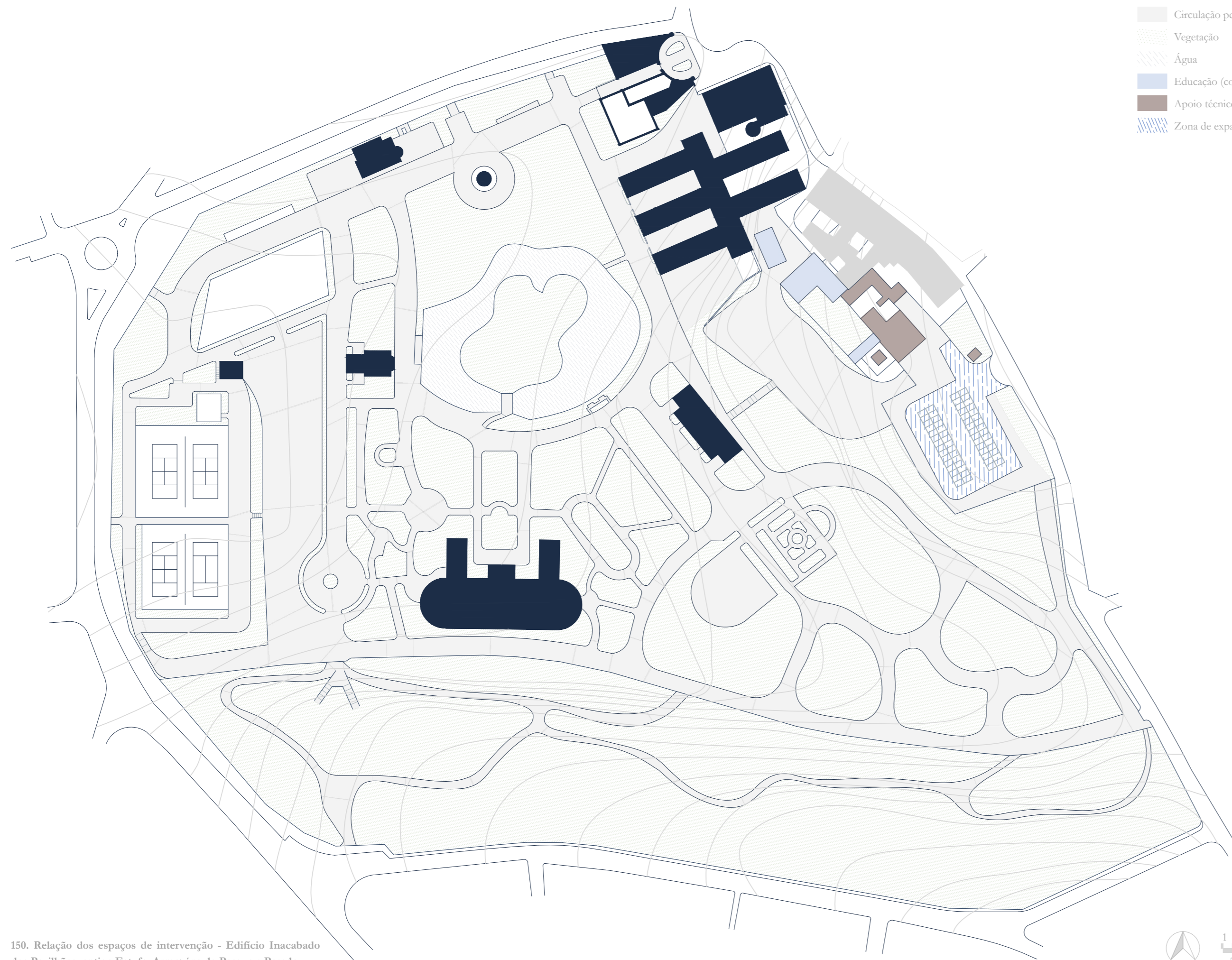
147. Relação dos espaços de intervenção - cota 1



148-149. Proposta para o Clube de Recreio e os Pavilhões do Parque - piso 1
 O último piso da antiga Casa de Bilhar, volume com dois pisos mais o sótão, destina-se a apoio técnico. Sendo que o primeiro piso dos Pavilhões do Parque liga à via público, com a Rua Rafael Bordalo Pinheiro, reconhece-se a potencialidade da galeria de circulação em se tornar num espaço que conjuga Atelier, Comércio e Educação.



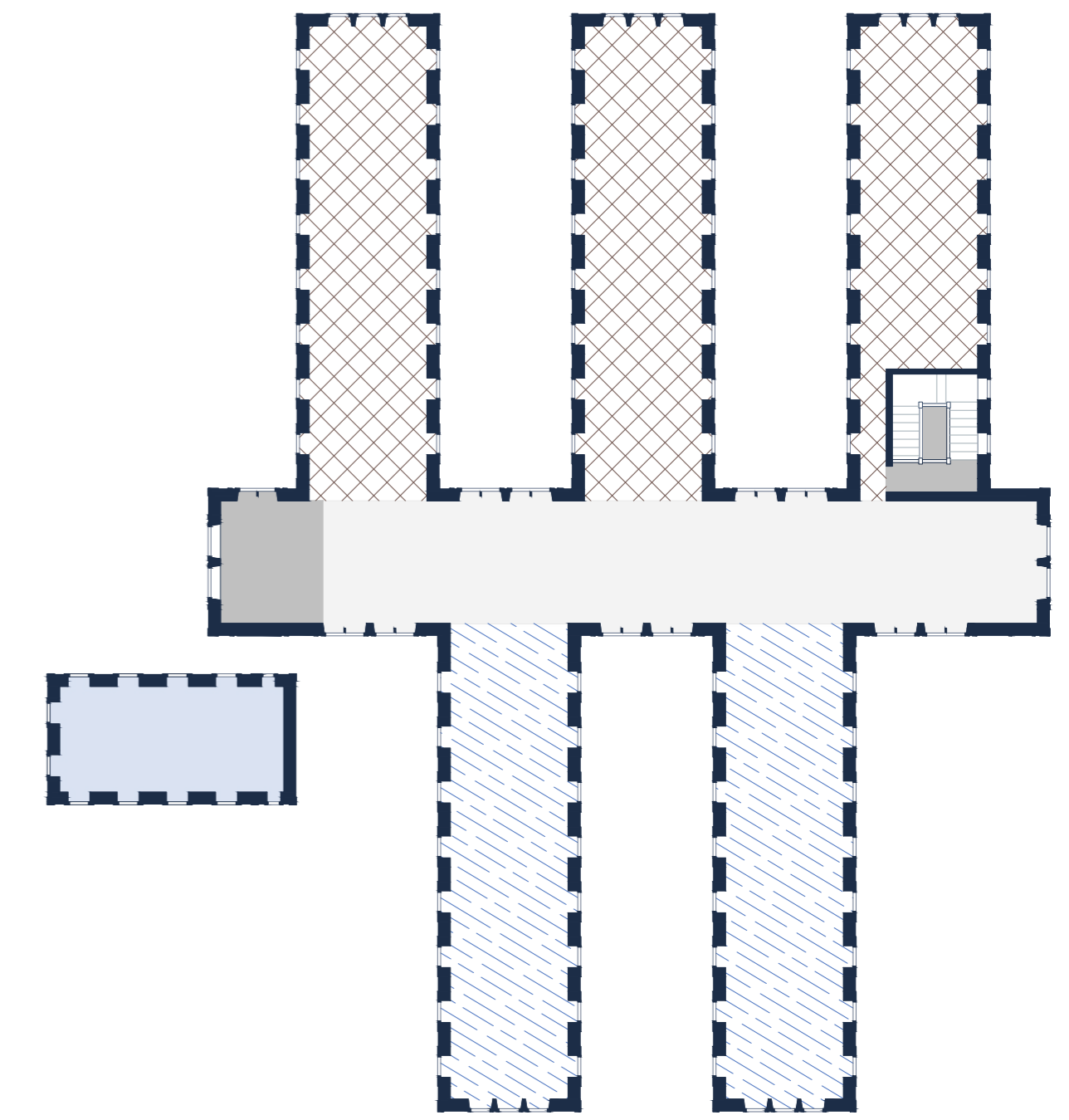
148-149. Proposta para o Clube de Recreio e os Pavilhões do Parque - piso 2



150. Relação dos espaços de intervenção - Edifício Inacabado dos Pavilhões, antiga Estufa, Armazéns do Parque e Parada



- Circulação pedonal
- Vegetação
- Água
- Educação (como na Restauração)
- Apoio técnico do Parque D. Carlos I
- Zona de expansão termal



151. Proposta para os Pavilhões do Parque - piso 2
O último piso (piso 3), das mansardas, destina-se, tal como no Clube de Recreio, a apoio técnico.

- Circulação pedonal
- Circulação vertical
- Medicina (como Termalismo, Educação, Fisioterapia)
- Atelier/Escreitórios
- Educação (como na Restauração)

Capítulo 6. Considerações Finais

Os hábitos instituídos pela Era Tecnológica tendem a desconectar o Indivíduo do Grupo e do Local, dificultando a criação dos elos, e por consequência, dos elementos identitários. Reforçada pela incompreensão da área que desenha o espaço – a Arquitectura –, essa desconexão, que também impede a manutenção dos valores colectivos criados, sustenta a ausência do Indivíduo nas acções de alteração do espaço que o rodeia. Ele acredita que o seu próprio espaço, definido apenas por ele, não é influenciado pelas alterações externas, aplicadas no Outros e com o qual não se identifica. Seria de esperar que essa separação facilitasse a aceitação da mudança do Espaço.

Significativo ou não, todos os elementos que compõem e caracterizam o dia-a-dia do Indivíduo, mesmo um Espaço sem valor destacável, estão ligados ao Espaço valorizado. Esta visão parcial, da qual resulta a priorização da função da Construção, ignorando tudo o que a influencia e que ela irá influenciar, leva à descaracterização do mesmo espaço que se tenta valorizar. O reconhecimento da relação da Construção com a sua envolvente é crucial, tanto para o desenvolvimento do projecto como para o Indivíduo.

A intervenção no Espaço não é só um marco de um tempo, é toda uma pesquisa caracterizada por factores internos e externos, contribuintes para a sua significação e configuração: da Construção a intervir, da Envolvente e do Lugar, do Utilizador e da Comunidade, das necessidades e dos costumes, das propriedades e das características, das funções e das relações, passadas, presentes e futuras.

O caso analisado nesta investigação é representativo de como a constante mudança desses factores não só não afectam o Espaço uniformemente, como são determinantes para a sua manutenção, em toda a escala. Desde os valores culturais que a Construção integra, resumidos na sua materialidade e configuração, aos projectados da evolução do contexto, às necessidades e características da Comunidade e do Lugar. A origem de uma obra não resume o seu valor e potencialidade, e o seu abandono não impede a projecção no espaço identitário, tal como a perda de um costume determinante para o grupo não resulta na sua descaracterização. Os factores que contribuíram para a definição do Elemento, uma peça num puzzle maior, continuam presentes neste, reposicionando-se de acordo com as mudanças tomadas, com os acontecimentos marcantes, com os novos gostos. A mudança de função de um espaço marcado por uma tipologia característica não resulta na sua morte, desde que esta se enquadre no contexto que a rodeia e a determina.

Esta investigação consiste apenas do início de um plano maior. Até à definição da proposta ao detalhe construtivo e à sua aplicação no Espaço, existem muitos obstáculos que podem orientar a abordagem para a descaracterização do Lugar. A análise do impacto que as intervenções, novas ou em Património, provocam na Construção e no Lugar, é igualmente relevante para a compreensão da relação entre as diversas escalas.

Bibliografia

AGUIAR, José; PERNÃO, João Nuno; FERREIRA, Teresa Cunha (2018) Arquitetura, Património e Projeto de Reabilitação. *Construção Magazine*, 88, pp. 14-17. Disponível em: www.repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/120790

AIRES-BARROS, Luís (2005) *Caldas da Rainha: património das águas. A Legacy of Waters*. Lisboa: Assírio & Alvim. ISBN 972-37-1047-1

ArchDaily Brasil (2015, 29 de Junho) Reconversão do Convento de Santa Maria do Bouro numa pousada / Eduardo Souto de Moura + Humberto Vieira. *ArchDaily Brasil*. Disponível em: www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira

AUGÉ, Marc (2016) *Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Letra Livre. ISBN 978-989-8268-14-3

BARRANHA, Helena (org.) (2016) *Património Cultural: conceitos e critérios fundamentais*. Lisboa: IST Press & ICOMOS – Portugal. ISBN 979-989-8481-51-1

Câmara Municipal das Caldas da Rainha (edit. lit.) (2005) *Caldas da Rainha: Património das Águas*. Lisboa: Assírio & Alvim. ISBN 972-37-1047-1

CECILIA, Fernando Márquez; LEVENE, Richard (eds.) (2005) Eduardo Souto de Moura 1995-2005. *El Croquis*, n. 124, pp. 28-43.

CECILIA, Fernando Márquez; LEVENE, Richard (eds.) (2013) Álvaro Siza 2008-2013. *El Croquis*, n. 168-169, pp. 236-245 e 312-323.

CHOAY, Françoise (2016) *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70. ISBN 978-972-44-1274-0

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural [s. d.] *Hospital e Parque Termal das Caldas da Rainha*. Disponível em: www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/4032391

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural [s. d.] *Museu José Malhoa*. Disponível em: www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-jose-malhoa/

DUARTE, Miguel Nuno Serieiro (2008) *Uma Vila que gravita em redor de uma Instituição Assistencial. A recuperação do património urbanístico do Hospital das Caldas até 1533* (Dissertação de Mestrado em Estudos do Património), Volumes I e II. Universidade Aberta de Lisboa

FEIO, Cláudia (2010) *Os Pavilhões do Parque (Caldas da Rainha) e a problemática da sua conservação*. Disponível em: www.academia.edu/5144886/Pavilh%C3%B5es_do_Parque_das_Caldas_da_Rainha

HALBWACHS, Maurice (1990) *A Memória Coletiva*. Brasil: Edição Vértice. ISBN 85-7115-038-9

KOOLHAAS, Rem (1994) The Generic City. Em Koolhaas, Rem; Mau, Bruno. (1998). *S, M, L, XL*, 2ª edição, pp. 1239-1264. Nova Iorque: The Monacelli Presss, Inc. ISBN 1-885254-86-5

LYNCH, Kevin (2011) *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, Lda. ISBN 978-972-44-1411-9

LOFTUS, Elizabeth F (2004) Memories of Things Unseen. In *Psychological Science*, 13 (4), pp. 145-147. Estados Unidos da América: Sage Publications, Inc.

MANGORRINHA, Jorge (1996) *Rodrigo Berquó Cantagalo 1839-1896. Arquitecto das Termas: Homenagem do Hospital Termal*. Caldas da Rainha: Centro Hospitalar das Caldas da Rainha.

MANGORRINHA, Jorge (1999) *Pavilhões do Parque: Património e Termalismo nas Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: Centro Hospitalar das Caldas da Rainha. ISBN 972-95473-4-3

MANGORRINHA, Jorge (2000) *O Lugar das Termas*. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN 972-24-1107-1

MANGORRINHA, Jorge (2002) *À Volta das Termas*. Caldas da Rainha: Nova Galáxia. ISBN 972-98204-5-7

MANGORRINHA, Jorge. (2012). *O que é uma Cidade Termal?* (1ª edição). [s. l.: s. n.]. ISBN 978-989-20-3277-1

MANGORRINHA, Jorge. (2012ª, 15 de Novembro). *Em Busca da Cidade Termal: A Política e o futuro das Caldas da Rainha*. Colóquio As Termas das Caldas da Rainha: Um Património “Único” que é indispensável Conservar/Modernizar, Sociedade de Geografia de Lisboa. Disponível em: www.socgeografialisboa.pt/wp/wp-content/uploads/2012/05/Jorge-Mangorrinha.pdf

MARIZ, Suse Margarida dos Reis (2015) *Estâncias Termais Contemporâneas. Os casos de Vidago e Pedras Salgadas* (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura). Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade de Coimbra

MELÂNEO, Paula (2018) O fachadismo da reabilitação. *J-A*, 256. Disponível em: www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/j-a-256/o-fachadismo-da-reabilitacao

MENDES, Dora (coord.) (2010) *República a Banhos: o Hospital e a I República*. Caldas da Rainha: Centro Hospitalar do Oeste Norte. ISBN 978-972-95473-8-6

MONTANER, Josep Maria (2014) *La Modernidad Superada. Ensayos sobre Arquitectura Contemporánea*, Colección Arquitectura y Textos. [s. l.]: Atómico Electrónica de Publicaciones.

NORBERG-SCHULZ, Christian (1979) *Genius Loci. Towards a Phenomenology of Architecture*. Nova Iorque: Rizzoli.

PINTO, Helena Gonçalves; MANGORRINHA, Jorge (2009) *O Desenho das Termas: História da Arquitectura Termal Portuguesa*. 1ª Edição. Lisboa: H. G. Pinto, J. Mangorrinha. ISBN 978-989-20-1676-4

PINTO, Helena Gonçalves (2015) *A Cura e a Arquitectura. História da Arquitectura Hospitalar Portuguesa na Época Contemporânea. Da Programação à Tipologia Arquitectónica*. (Tese de Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura). Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa

POLLAK, Michael (1989) Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, 2 (3), pp. 3-15. Rio de Janeiro, Brasil

POLLAK, Michael (1992) Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, 5 (10), pp. 200-212. Rio de Janeiro, Brasil

RÉZIO, Maria Margarida Dinis (2012) *Transformação Urbana e Vivência Termal. O Caso das Caldas da Rainha* (Tese de Doutoramento em Sociologia Urbana, Território e Ambiente). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

RODRIGUES, Luís Nuno; TAVARES, Mário; SERRA, João B (coords.) (1993). *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*. Caldas da Rainha: Câmara Municipal das Caldas da Rainha

RODRIGUES, Rui Paulo Contente (2011) *Estância Termal. Espaço Verde Termal – Catalisador Urbano das Caldas da Rainha* (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra

ROSSI, Aldo (2001) *A Arquitectura da Cidade*, 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes. ISBN 85-336-1401-2

SAMPAIO, Cátia (2012) *Reabilitação e Reconversão de Usos. Santa Maria de Refóios do Lima e Santa Maria do Bouro* (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura). Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto

SEPE, Marichela (2013) *Planning and Place in the city: Mapping Place Identity*. Londres: Routledge. ISBN 978-0-415-66476-9

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (s. d) *Convento de Santa Maria do Bouro/Pousada de Santa Maria do Bouro*. Disponível em: www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=1123

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (s. d) *Hospital Termal Rainha D. Leonor*. Disponível em: www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=14153

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (s. d) *Igreja Paroquial das Caldas da Rainha/Igreja de Nossa Senhora do Pópulo*. Disponível em: www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1764

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (s. d) *Parque D. Carlos I/Parque das Termas das Caldas da Rainha*. Disponível em: www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=22171

SOBETCHI, Victor (2014, 23 de Junho) 1989-1997 Mosteiro de Santa Maria do Bouro, Souto Moura. *Portuguese Architecture*. Disponível em: www.portuguesearchitecture.wordpress.com/2014/06/23/1989-1997mosteiro-de-santa-maria-do-bouro-souto-moura

SOUTO DE MOURA, Eduardo (2015, 5 de Maio) *Il valore e il senso delle preesistenze*. Mantova Architecture, Milão, Itália. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=RCUAW0ejSEs&ab_channel=Polimi

TÁVORA, Fernando (2008) *Organização do Espaço*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. ISBN: 978-972-948-3-22-6

Termas de Portugal (s. d) *Dicionário do Termalismo*. Disponível em: www.termasdeportugal.pt/dicionariotertermalismo/

TRANCOSO, Vasco (1999) *Caldas da Rainha – Um Contributo Iconográfico através do Bilhete Postal Ilustrado editado até Meados do Século XX*. Lisboa: ELO – Publicidade, Artes Gráficas, Lda. ISBN 972-9181-58-6

VIEIRA, Ricardo; MAGALHÃES, Fernando (orgs.) (2009) *Património e Identidade*. Porto: Profedições, Lda., CIID/IPLeiria. ISBN; 979-972-8562-60-1

Endereços Web

www.aguas.ics.ulisboa.pt

www.aguadapedras.com

www.arquitecturasdasaude.wordpress.com

www.cm-caldas-rainha.pt

www.censos.ine.pt

www.coe.int

www.dgeg.gov.pt

www.dre.pt/dre/home

www.ehtta.eu

www.gazetacaldas.com

www.greece-is.com/thermal-springs

www.infopedia.pt

www.icomos.org

www.monumentos.gov.pt

www.museudohospital.wordpress.com

www.patrimoniocultural.pt

www.pedrassalgadspark.com

www.rebelodeandrade.com

www.revive.turismodeportugal.pt

www.termascentro.pt

www.termasdeportugal.pt

www.turismodocentro.pt

www.whc.unesco.org

Documentos Internacionais

Conselho da Europa (1975) *Carta Europeia do Património Arquitectónico*.

ICOMOS (1931) *Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos Históricos*.

ICOMOS (1964) *Carta de Veneza. Carta Internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*.

ICOMOS (1987) *Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas* (Carta de Washington).

ICOMOS (1994) *Documento de Nara sobre a Autenticidade do Património Cultural*.

ICOMOS (1996) *Declaração de San Antonio*.

ICOMOS (2003) *Princípios para a análise, conservação e restauro de elementos estruturais do Património Arquitectónico*.

ICOMOS (2005) *Declaração de Xi'An sobre a conservação do contexto dos monumentos, sítios e áreas de interesse cultural*.

ICOMOS (2011) *Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos*.

ICOMOS (2013) *The Burra Charter. The Australian ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*.

UNESCO (1962) *Recomendações sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios*.

UNESCO (1972) *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*.

UNESCO (1976) *Recomendações sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea* (Convenção de Nairobi).

UNESCO (2000) *Carta de Cracóvia. Princípios para a conservação e o restauro do Património Construído*.

Legislação Portuguesa

Anúncio n. 13439/2012 de 19 de Setembro. *Diário da República n. 182/2012, Série II*, pp. 31693-31693. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros – Direcção-Geral do Património Cultural

Decreto de 22 de Novembro. *Diário do Governo n. 41/1910, Série I de 1910-11-22*, pp. 514-515.

Lisboa: Ministério do Interior – Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial – 1ª Repartição.

Decreto n. 1 de 26 de Maio. *Diário do Governo n. 124/1911, Série I de 1911-05-29*, pp. 2244-2250. Lisboa: Ministério do Interior – Direcção Geral da Instrução Secundário, Superior e Especial.

Decreto n. 5/2002 de 19 de Fevereiro. *Diário da República n. 42-2002, Série I-B*, pp. 1364-1399. Lisboa: Ministério da Cultura.

Decreto n. 16.791 de 30 de Abril. *Diário do Governo n. 97/1929, Série I*, pp. 1055-1057. Lisboa: Ministério do Comércio e Comunicações – Secretaria-Geral do Ministério – Repartição Central.

Decreto n. 42.007 de 6 de Dezembro. *Diário do Governo n. 265/1959, Série I de 1958-12-06*, pp. 1369-1370. Lisboa: Ministério da Educação Nacional – Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

Decreto-Lei n. 59/80 de 3 de Abril. *Diário da República n. 79/1980, Série I*, pp. 638-642. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria de Estado da Cultura.

Decreto-Lei n. 90/90 de 16 de Março. *Diário da República n. 63/1990, Série I de 1990-03-16*, pp. 1296-1304. Lisboa: Ministério da Indústria e Energia.

Decreto-Lei n. 106-F/92 de 1 de Junho. *Diário da República n. 126/1992, 1º Suplemento, Série I-A*, pp. 28-38. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n. 142/2004 de 11 de Junho. *Diário da República n. 136/2004, Série I-A*, pp. 3632-3640. Lisboa: Ministério da Saúde

Decreto-Lei n. 309/2009 de 23 de Outubro. *Diário da República, n. 206/2009, Série I*, pp. 7975-7987. Lisboa: Ministério da Cultura.

Decreto-Lei n. 126-A/2011 de 29 de Dezembro. *Diário da República n. 249/2011, 1º Suplemento, Série I, pp. 2-14*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

ICOMOS (2021) *Alvará de Ley de D. João V de 20 de Agosto de 172*. Disponível em: www.icomos.pt/images/pdfs/2021/Alvar_1721_em_ortografia_de_2021.pdf.

Lei n. 1700 de 18 de Dezembro. *Diário do Governo n. 281/1924, Série I*, pp. 1858-1863. Lisboa: Ministério da Instrução Pública – Secretaria-Geral.

Lei n. 2032 de 11 de Junho. *Diário do Governo n. 125/1949, Série I*, p. 411. Lisboa: Presidência da República – Secretaria.

Lei n. 13/85 de 6 de Julho. *Diário da República, Série I*, pp. 1845-1874. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n. 107/2001 de 8 de Setembro. *Diário da República n. 209/2001, Série I – A*, pp. 5808-5829. Lisboa: Assembleia da República.

Portaria n. 1277/2005 (2ª Série) de 21 de Dezembro. *Diário da República n. 243/2005, Série II*, pp. 17755-17756. Lisboa: Ministério da Cultura.

Resolução do Conselho de Ministros n. 39/2006 de 21 de Abril. *Diário da República n. 79/2006, Série I-B*, pp. 2834-2866. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros n. 101/2002 de 18 de Junho. *Diário da República n. 138/2002, Série I-B*, pp. 4851-4868. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Notícias

FERREIRA, Fátima (2016, 26 de Agosto) Confirma-se que os Pavilhões do Parque entram na lista dos 30 edifícios a recuperar. *Gazeta das Caldas*. Disponível em: www.gazetacaldas.com/sociedade/confirma-os-pavilhoes-do-parque-entram-na-lista-dos-30-edificios-recuperar

FERREIRA, Fátima (2017, 17 de Fevereiro) Assembleia aprova concurso para transformar Pavilhões do Parque em hotel até 2020. *Gazeta das Caldas*. Disponível em: www.gazetacaldas.com/politica/assembleia-aprova-concurso-transformar-pavilhoes-do-parque-hotel-ate-2020

FERREIRA, Fátima (2017, 3 de Março) Lançado concurso público para a concessão dos Pavilhões do Parque. *Gazeta das Caldas*. Disponível em: www.gazetacaldas.com/sociedade/lancado-concurso-publico-concessao-dos-pavilhoes-do-parque

FERREIRA, Fátima (2017, 15 de Setembro) Pavilhões do Parque já foram concessionados à Visabeira. *Gazeta das Caldas*. Disponível em: www.gazetacaldas.com/sociedade/pavilhoes-do-parque-ja-foram-concessionados-a-visabeira

FERREIRA, Fátima (2018, 26 de Outubro) Projecto do hotel nos Pavilhões do Parque mantém privatização da ex-Casa da Cultura. *Gazeta das Caldas*. Disponível em: www.gazetacaldas.com/sociedade/projecto-do-hotel-nos-pavilhoes-do-parque-mantem-privatizacao-da-ex-casa-da-cultura

FERREIRA, Fátima (2019, 11 de Novembro) Assembleia Municipal aprovou alteração ao PDM para viabilizar hotel nos pavilhões do Parque. *Gazeta das Caldas*. Disponível em: www.gazetadascaldas.pt/politica/assembleia-municipal-aprovou-alteracao-ao-pdm-para-viabilizar-hotel-nos-pavilhoes-do-parque

NARCISO, Natacha (2019, 18 de Abril) Considera que as Caldas é uma cidade termal ou de cerâmica? *Gazeta das Caldas*. Disponível em: www.gazetacaldas.com/sociedade/considera-que-as-caldas-e-uma-cidade-termal-ou-de-ceramica

NARCISO, Natacha (2019, 8 de Novembro) Caldas da Rainha faz parte da rede de cidades criativas da UNESCO. *Gazeta das Caldas*. Disponível em: www.gazetadascaldas.pt/cultura/caldas-da-rainha-faz-parte-da-rede-de-cidades-criativas-da-unesco

Redação (2015, 4 de Dezembro) Assinada cedência do Hospital e Património Termal para a

Câmara. *Gazeta das Caldas*. Disponível em: www.gazetacaldas.com/sociedade/assinada-credencia-do-hospital-e-patrimonio-termal-para-a-camara

VICENTE, Isaque (2019, 24 de Maio) O mais antigo hospital termal do mundo voltou a abrir as portas. *Gazeta das Caldas*. Disponível em: www.gazetacaldas.com/sociedade/o-mais-antigo-hospital-termal-do-mundo-voltou-a-abrir-as-portas

Índice de Figuras

p. 028	<p>01. Elementos representativos de uma Identidade Colectiva O Espaço Construído – cidade iraniana de Yazd ICHHTO, 2006 www.whc.unesco.org/en/documents/158106</p> <p>02. Elementos representativos de uma Identidade Colectiva A Cultura – Khon, dança dramática mascarada tailandesa Departamento de Promoção Cultural da Tailândia, 2014 www.ich.unesco.org/en/RL/khon-masked-dance-drama-in-thailand-01385</p> <p>03. Elementos representativos de uma Identidade Colectiva O Artesanato – arte croata da renda Ministério da Cultura da Croácia, 2008 www.ich.unesco.org/en/RL/lacemaking-in-croatia-00245</p>
p. 032	<p>04. Esquema da relação entre a Memória, a Identidade e o Espaço Realizado pela Autora</p>
p. 036	<p>05. Esquema da relação entre o Património, a Identidade e a Imagem do Lugar Realizado pela Autora</p>
p. 038	<p>06. Arquitectura vernacular Casas Malaias (Malásia) Tukang Kebun, 2010 www.flickr.com/photos/tukangkebun/5641136234</p> <p>07. Arquitectura vernacular Vila Warka (Camarões) Arturo Vittori, [s. d.] www.lightroom.adobe.com/gallery/3040b751460a4b70bc4c79179dd1c018/albums/f5df126c8ca6411b9f69a5537f7fb28b/assets/e434e0f6772c460a9fb0e3621048190a</p> <p>08. Arquitectura vernacular Escola Primária Tanouan Ibi (Mali) LEVS architecten, 2013 www.archdaily.com/560814/primary-school-tanouan-ibi-levs-architecten/5449b615e58eceb81000276-primary-school-tanouan-ibi-levs-architecten-image</p>
p. 040	<p>09. Impacto da modernização no espaço construído Toronto (Canadá)</p>

		[s. a.], 1930's www.blogto.com/city/2011/11/a_visual_history_of_the_royal_york_hotel
	10. Impacto da modernização no espaço construído	Toronto (Canadá) Huy Z, 2021 www.unsplash.com/photos/Z368gXKG-jY
	11. Impacto da modernização no espaço construído	Tóquio (Japão) [s. a.], 1945 www.bongorama.com/2014/03/11/what-tokyo-looked-like-in-1945
	12. Impacto da modernização no espaço construído	Tóquio (Japão) Denys Nevozhai, 2019 www.unsplash.com/photos/7Xl0a6KCDyM
p. 042	13. Espaço característico vs Espaço genérico	Pontos de Referência Leewardists, 2017 www.facebook.com/leewardists/photos/a.625210530824669/1487225221289858/?type=3&theater
	14. Espaço característico vs Espaço genérico	A Identidade Leewardists, 2017 www.facebook.com/leewardists/photos/a.625210530824669/1704298099582568/?type=3&theater
p. 046	15. Esquema da relação entre a Construção e o Lugar	Realizado pela Autora
Capítulo 3. Património do Lugar		
p. 056	16. Inventariação ilustrativa de Elementos Imóveis	Gravura idealista do Pártenon (Grécia) Julien-David Le Roy, 1758 www.royalacademy.org.uk/art-artists/work-of-art/view-of-the-parthenon-athens

	17. Inventariação ilustrativa de Elementos Imóveis	Gravura detalhada do Pártenon (Grécia) James Stuart e Nicholas Revett, 1787 www.royalacademy.org.uk/art-artists/work-of-art/parthenon-athens-elevation-of-the-portico-restored
p. 058	18. A abordagem restauradora de Viollet-le-Duc	Estado de ruína do Castelo de Pierrefonds (França) Postal Ilustrado, 2018 www.commonswikimedia.org/wiki/File:Ch%C3%A2teau_de_Pierrefonds_en_ruines_%28CP_LL%29.jpg
	19. A abordagem restauradora de Viollet-le-Duc	Proposta do Castelo de Pierrefonds (França) Eugène Viollet-le-Duc, 1858 www.commonswikimedia.org/wiki/ile:%D0%97%D0%B0%D0%BC%D0%BA%D0%B8,%D1%81.8%E2%80%93.jpg
p. 062	20. Preservação de uma Identidade fragilizada	Reconstrução do centro histórico de Varsóvia (Polónia) Wikimedia Commons, 2022 www.commonswikimedia.org/wiki/File:Old_Town_Market_Square_in_Warsaw_2022_01.jpg
	21. Preservação de uma Identidade fragilizada	Centro histórico de Varsóvia destruído na 2ª Guerra Mundial (Polónia) [s. a.], 1945 www.commonswikimedia.org/wiki/File:Warsaw_Old_Town_Market_Square_Barrs_side_photograph_of_1945.jpeg
p. 072	22. Intervenção moderna de encenação da fachada	Kunsthau Bregenz (Áustria), do Arq. Peter Zumthor – vista exterior Wikimedia Commons, [s. d.] www.commonswikimedia.org/wiki/File:KUB_2_hoch.jpg
	23. Intervenção moderna de encenação da fachada	Kunsthau Bregenz (Áustria), do Arq. Peter Zumthor – vista das escadas Andria Osti, 2013 www.zumthor.org/project/bregenz
	24. Intervenção de Fachadismo	Residência de Estudantes “New Hall”, da University College London (Reino Unido)

		Unido) Gareth Gardner, [s. d.] www.worldarchitecture.org/architecture-news/pvzvm/the-top-10-architecture-stories-of-2013.html
p. 076	25. O lugar de Bouro (Santa Maria)	Ortofotomapa do Google Realizado pela Autora
p. 078	26. A envolvente da Igreja e do Mosteiro de Santa Maria do Bouro	Ortofotomapa do Google Realizado pela Autora
	27. A pré-existência de Santa Maria do Bouro	Vista Norte da Igreja SIPA, 1974 www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=1123
	28. A pré-existência de Santa Maria do Bouro	Fachadas principais da Igreja e do Mosteiro SIPA, 1946 www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=1123
	29. A pré-existência de Santa Maria do Bouro	Fachada lateral Oeste e campos do Mosteiro SIPA, 1962 www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=1123
	30. A pré-existência de Santa Maria do Bouro	Vista interior da Igreja: entrada SIPA, 1946 www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=1123
p. 080	31. Esquema das alterações no Conjunto	Realizado pela Autora (segundo o desenho em Cecília e Levene, 2005, p. 30)
p. 082	32. Pousada de Santa Maria do Bouro	Planta da área de intervenção Realizado pela Autora (segundo o desenho em Cecília e Levene, 2005, p. 28)
p. 083	33. Pousada de Santa Maria do Bouro	Planta do piso 2 da Pousada e do piso 1 da Igreja Realizado pela Autora (segundo o desenho em Cecília e Levene, 2005, p. 38)

p. 084	34. Pousada de Santa Maria do Bouro	Planta do piso 1 da Pousada e do piso térreo da Igreja Realizado pela Autora (segundo o desenho em Cecília e Levene, 2005, p. 34)
p. 085	35. Pousada de Santa Maria do Bouro	Planta do piso térreo Realizado pela Autora (segundo o desenho em Cecília e Levene, 2005, p. 32)
p. 086	36. Pousada de Santa Maria do Bouro	Planta da cave (volume de apoio hoteleiro) Realizado pela Autora (segundo o desenho em Cecília e Levene, 2005, p. 32)
p. 088	37. Pousada de Santa Maria do Bouro	Pátio do Laranjal Chia Hsien Liao, 2011 www.flickr.com/photos/leonl/6083840784/in/album-72157627525292666
	38. Pousada de Santa Maria do Bouro	Vista do espelho de água e da antiga cozinha Chia Hsien Liao, 2011 www.flickr.com/photos/leonl/6083307221/in/album-72157627525292666
	39. Pousada de Santa Maria do Bouro	Fachada Sul, vista da piscina Luís Ferreira Alves, [s. d.] www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira
	40. Pousada de Santa Maria do Bouro	Detalhe do vão e da grelha de climatização Luís Ferreira Alves, [s. d.] www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira
	41. Pousada de Santa Maria do Bouro	Sala de refeições (antiga cozinha) [s. a.], [s. d.] www.pousadasofportugal.com/pousadas/amares
	42. Pousada de Santa Maria do Bouro	Claustro [s. a.], [s. d.]

	www.pousadasofportugal.com/pousadas/amares
43.	Pousada de Santa Maria do Bouro Corredor Luís Ferreira Alves, [s. d.] www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira
44.	Pousada de Santa Maria do Bouro Quarto Chia Hsien Liao, 2011 www.flickr.com/photos/leonl/6083280305/in/album-72157627525292666
p. 090	45. Museu Neues Fachada principal [s. a.], 1930 www.artsandculture.google.com/asset/view-of-the-neues-museum-1930-friedrich-august-st%C3%BCler/hQHjLNpRz-uSQ?hl=en
	46. Museu Neues Estado de ruína [s. a.], [s. d.] www.davidchipperfield.com/project/neues_museum
	47. Museu Neues Escadaria monumental original [s. a.], 1910 www.artsandculture.google.com/asset/main-stairs-neues-museum-berlin-1910friedrich-august-st%C3%BCler-a-o/-QEn2zLAnbwjGw?hl=en
	48. Museu Neues Nova torre David Chipperfield Architects, [s. d.] www.davidchipperfield.com/project/neues_museum
	49. Museu Neues Nova escadaria David Chipperfield Architects, [s. d.] www.davidchipperfield.com/project/neues_museum
	50. Museu Neues Detalhes restaurados David Chipperfield Architects, [s. d.]

www.davidchipperfield.com/project/neues_museum

Capítulo 4. Uma Arquitectura das Águas

p. 098	51. Arquitecturas influenciadas pela Água <i>Hammam</i> (Turquia) Ayasofya Hürrem Sultem Hamami, [s. d.] www.facebook.com/ayasofyahamami/photos/1017673354936497
	52. Arquitecturas influenciadas pela Água <i>Onsen</i> de Goshono-Yu (Japão) [s. a.], [s. d.] www.insidekyoto.com/kinosaki-onsen-guide-and-map
	53. Arquitecturas influenciadas pela Água Sauna (Finlândia) Café Kuusijärvi, [s. d.] www.cafekuusijarvi.fi
	54. Arquitecturas influenciadas pela Água Termas Romanas de Bath (Reino Unido) [s. a.], [s. d.] www.romanbaths.co.uk/walkthroughs/great-bath
p. 100	55. Termas romanas Termas de Diocleciano (Itália) Banister Fletcher, 1921 www.flickr.com/photos/psulibscollections/5832798768
	56. Ruínas de termas romanas em Portugal Termas de São Pedro do Sul Câmara Municipal de São Pedro do Sul, [s. d.] www.cm-spsul.pt/conteudo.asp?idcat=415
p. 104	57. Equipamentos Termais Balneário Termal de 1ª classe do Gerês (Portugal) Postal Ilustrado, 1896 www.restosdecoleccion.blogspot.com/2013/12/termas-do-geres.html
	58. Equipamentos Termais Balneário Termal de 2ª classe do Gerês (Portugal)

		Postal Ilustrado, 1896 www.restosdecoleccion.blogspot.com/2013/12/termas-do-geres.html
	59. Equipamentos Termais	<i>Palace</i> Hotel das Termas da Curia (Portugal) Postal Ilustrado, [s. d.] ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/Postais/CuriaPt12.htm
	60. Equipamentos Termais	Sala de Jogo do Casino das Termas de Vichy (França) Postal Ilustrado, [s. d.] www.cparama.com/forum/viewtopic.php?f=205&t=13762&p=117244&hilit=vichy+casino#p117244
p. 108	61. Novos Complexos Termais	Termas de Vals (Suíça) Andrea Ceriani, [s. d.] www.archdaily.com/13358/the-therme-vals/5fc1415563c017d62c001226-the-therme-vals-photo
	62. Novos Complexos Termais	Termas do Cró (Portugal) Cró Hotel Rural, [s. d.] www.hoteldocro.com/hotel-gallery.html
p. 111-112	63. Mapa das Termas em actividade em Portugal	Ortofotomapa do Google Realizado pela Autora
p. 113-114	64. Mapa das Termas encerradas em Portugal	Ortofotomapa do Google Realizado pela Autora
p. 116	65. O lugar de Bornes de Aguiar	Ortofotomapa do Google Realizado pela Autora
p. 118	66. A envolvente de Pedras Salgadas Spa & Nature Park	Ortofotomapa do Google Realizado pela Autora
p. 120	67. Balneário de Pedras Salgadas	Fachada principal Fernando Guerra, [s. d.]

		www.ultimasreportagens.com/637.php
	68. Balneário de Pedras Salgadas	Vista do novo volume com o conjunto Hisao Suzuki, [s. d.] Cecília e Levene, 2013, p. 312
	69. Balneário de Pedras Salgadas	Átrio Fernando Guerra, [s. d.] www.ultimasreportagens.com/637.php
	70. Balneário de Pedras Salgadas	Corredor da Zona Seca Hisao Suzuki, [s. d.] Cecília e Levene, 2013, p. 319
	71. Balneário de Pedras Salgadas	Corredor da Zona Húmida Hisao Suzuki, [s. d.] Cecília e Levene, 2013, p. 316
	72. Balneário de Pedras Salgadas	Sauna Hisao Suzuki, [s. d.] Cecília e Levene, 2013, p. 321
	73. Balneário de Pedras Salgadas	Duche Hisao Suzuki, [s. d.] Cecília e Levene, 2013, p. 321
	74. Balneário de Pedras Salgadas	Piscina Fernando Guerra, [s. d.] www.ultimasreportagens.com/637.php
p. 122	75. Balneário de Pedras Salgadas	Planta do piso térreo Realizado pela Autora (segundo o desenho em Cecília e Levene, 2013, p. 316)
	76. Balneário de Pedras Salgadas	Planta do piso -1

	Realizado pela Autora (segundo o desenho em Cecília e Levene, 2013, p. 316)
p. 124	<p>77. Piscina exterior de Pedras Salgadas Planta Realizado pela Autora (segundo o desenho em Cecília e Levene, 2013, p. 240)</p> <p>78. Piscina exterior de Pedras Salgadas Conjunto Hisao Suzuki, [s. d.] Cecília e Levene, 2013, p. 236-237</p> <p>79. Piscina exterior de Pedras Salgadas Bar Hisao Suzuki, [s. d.] Cecília e Levene, 2013, p. 243</p> <p>80. Piscina exterior de Pedras Salgadas Vestiário Hisao Suzuki, [s. d.] Cecília e Levene, 2013, p. 245</p>
p. 125	<p>81. Pedras Salgadas Spa & Nature Park Planta do Parque Realizado pela Autora (segundo o desenho em www.rebelodeandrade.com/pt/projects/parque-de-pedras-salgadas_18)</p> <p>82. Pedras Salgadas Spa & Nature Park Margem do rio Avelames Fernando Guerra, [s. d.] www.rebelodeandrade.com/pt/projects/margens-do-rio-avelames_21</p> <p>83. Pedras Salgadas Spa & Nature Park Vista do Parque Fernando Guerra, [s. d.] www.ultimasreportagens.com/full/831.php</p> <p>84. Pedras Salgadas Spa & Nature Park Garagens Fernando Guerra, [s. d.] www.ultimasreportagens.com/full/1168.php</p>
p. 126	85. Pedras Salgadas Spa & Nature Park Eco-house

	Fernando Guerra, [s. d.] www.ultimasreportagens.com/full/902.php
86. Pedras Salgadas Spa & Nature Park	Tree-house Fernando Guerra, [s. d.] www.rebelodeandrade.com/pt/projects/snake-houses_20
87. Pedras Salgadas Spa & Nature Park	Casino [s. a.], [s. d.] www.pedrassalgadapark.com/pt/espacos/casino-de-pedras-salgadas
88. Pedras Salgadas Spa & Nature Park	Salão do Casino Fernando Guerra, [s. d.] www.ultimasreportagens.com/full/831.php
89. Pedras Salgadas Spa & Nature Park	Capela - exterior Fernando Guerra, [s. d.] www.ultimasreportagens.com/full/1168.php
90. Pedras Salgadas Spa & Nature Park	Capela - interior Fernando Guerra, [s. d.] www.ultimasreportagens.com/full/1168.php

Capítulo 5. Preservar os valores do Património e do Lugar

p. 136	91. Ilustração do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, de <i>caldas de Óbidos</i> Postal Ilustrado, 1912 Luís Aires-Barros, 2005
	92. Vestígios do conjunto hospitalar da Rainha D. Leonor Fachada Norte da Igreja Autoria própria, 2017
	93. Vestígios do conjunto hospitalar da Rainha D. Leonor Piscina das Mulheres Autoria própria, 2017

p. 140	94.	Planta da Vila das Caldas, em 1742 [s. a.], 1742 Luís Aires-Barros, 2005
p. 144	95.	Os equipamentos termais ao longo do tempo Clube de Recreio Postal Ilustrado, [s. d.] Colecção Pessoal
	96.	Os equipamentos termais ao longo do tempo Buvette na Copa Postal Ilustrado, [s. d.] Colecção pessoal
	97.	Os equipamentos termais ao longo do tempo Configuração da fachada joanina Postal Ilustrado, [s. d.] ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/Postais/CaldasRaiPost30.htm
	98.	Os equipamentos termais ao longo do tempo Sala de Inalações Postal Ilustrado, [s. d.] ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/Postais/CaldasRaiPost23.htm
p. 148	99.	Os equipamentos termais ao longo do tempo Casa da Convalescença João Rodrigues da Silva, 1883-84 Helena Gonçalves Pinto e Jorge Mangorrinha, 2009
	100.	Os equipamentos termais ao longo do tempo Praça D. Maria Pia Postal Ilustrado, finais do século XIX Vasco Trancoso, 1999
	101.	Os equipamentos termais ao longo do tempo Parque D. Carlos I Postal Ilustrado, [s. d.] Colecção Pessoal
	102.	Os equipamentos termais ao longo do tempo Hospital D. Carlos I e o Salão Ibéria Postal Ilustrado, [s. d.] Colecção pessoal

p. 150	103.	Desenvolvimento das Caldas da Rainha no século XX Praça 5 de Outubro Postal Ilustrado, primeira década do século XX Vasco Trancoso, 1999
	104.	Desenvolvimento das Caldas da Rainha no século XX Avenida da Estação Ferroviária Postal Ilustrado, início da segunda década do século XX Vasco Trancoso, 1999
	105.	Desenvolvimento das Caldas da Rainha no século XX “Anteplano de Urbanização da Cidade das Caldas da Rainha” Paulino Montez, 1953 Luís Aires-Barros, 2005
p. 152	106.	Os centros das Caldas da Rainha Centro Termal e Histórico - Largo Rainha D. Leonor Autoria própria, 2020
	107.	Os centros das Caldas da Rainha Centro Comercial - Praça da República Autoria própria, 2019
	108.	Os centros das Caldas da Rainha Centro Social - Praça 5 de Outubro Autoria própria, 2020
	109.	Os centros das Caldas da Rainha Centro Civil - Praça 25 de Abril Autoria própria, 2020
p. 158	110.	Área urbana da cidade das Caldas da Rainha Ortofotomapa do Google Realizado pela Autora
p. 162	111.	A Envolvente da zona de intervenção Realizado pela Autora
p. 165-166	112.	Património Termal Imóvel das Caldas da Rainha Ortofotomapa do Google Realizado pela Autora
p. 168	113.	Mata Rainha D. Leonor Planta como se achava no século XIX

		Rodrigo Berquó, 1890 Arquivo do Museu do Hospital e das Caldas
	114.	Mata Rainha D. Leonor Alameda principal Autoria própria, 2020
	115.	Mata Rainha D. Leonor Jardim Autoria própria, 2017
p. 170	116.	Parque D. Carlos I Planta do Passeio da Copa Realizado pela Autora (segundo o desenho em Pinto e Mangorrinha, 2009)
	117.	Parque D. Carlos I Planta do Parque D. Carlos I Rodrigo Berquó, 1891 Arquivo do Museu do Hospital e das Caldas
p. 172	118.	Parque D. Carlos I Lago Autoria própria, 2017
	119.	Parque D. Carlos I Alameda Autoria própria, 2020
p. 176	120.	Hospital Termal Rainha D. Leonor Planta do piso subterrâneo (piscinas) e térreo [s. a.], 1959 Luís Aires-Barros, 2005
p. 178	121.	Hospital Termal Rainha D. Leonor Fachada frontal actual Autoria Própria, 2020
	122.	Igreja de Nossa Senhora do Pópulo Capela-mor Autoria própria, 2017
	123.	Igreja de Nossa Senhora do Pópulo Planta Realizado pela Autora (segundo o desenho em Aires-Barros, 2005)

p. 180	124.	Palácio Real Planta do piso térreo do Museu do Hospital e das Caldas Realizado pela Autora (segundo o desenho em Museu do Hospital e das Caldas)
	125.	Palácio Real Fachada caracterizante Autoria própria, 2020
	126.	Palácio Real Vista parcial do Conjunto, do jardim Autoria própria, 2021
p. 182	127.	Balneário Novo Planta do Balneário sobreposta pela configuração da Casa da Convalescença Arquivo do Museu do Hospital e das Caldas Planta da Casa da Convalescença realizada pela Autora (segundo o desenho em Helena Gonçalves Pinto e Jorge Mangorrinha, 2009)
p. 184	128.	Balneário Novo Equipamento actualmente Autoria própria, 2017
	129.	Clube de Recreio Fachada do Largo Rainha D. Leonor Autoria Própria, 2017
	130.	Clube de Recreio Céu de Vidro Autoria Própria, 2019
	131.	Clube de Recreio Fachada vista do Parque, para a Sala de Baile Autoria própria, 2021
p. 186	132.	Clube de Recreio Planta do piso térreo do Clube após a reforma de Rodrigo Berquó Realizado pela Autora (segundo o desenho em Museu do Hospital e das Caldas)
	133.	Clube de Recreio Esquema da datação dos elementos preservados ou reconstruídos Realizado pela Autora
p. 188	134.	Pavilhões do Parque Planta da 1ª versão do Hospital D. Carlos I: 1ª andar da Convalescença e rés-

		-do-chão do Hospital Rodrigo Berquó, 1891 Arquivo do Museu do Hospital e das Caldas
	135.	Pavilhões do Parque Planta do estado actual Realizado pela Autora
p. 190	136.	Pavilhões do Parque Alçado lateral oeste, lado do Parque D. Carlos I: 1ª versão Rodrigo Berquó, 1891 Arquivo do Museu do Hospital e das Caldas
	137.	Pavilhões do Parque Vista dos Pavilhões do Lago Autoria Própria, 2020
	138.	Pavilhões do Parque Edifício Inacabado Autoria Própria, 2020
	139.	Pavilhões do Parque Interior do Conjunto – uma das alas Autoria Própria, 2015
	140.	Pavilhões do Parque Interior do Conjunto – corredor Autoria Própria, 2015
	141.	Pavilhões do Parque Interior do Conjunto – sala de arquivo Autoria Própria, 2015
	142.	Pavilhões do Parque Interior do Conjunto – uma das alas do sótão Autoria Própria, 2015
p. 194	143.	Relação dos espaços de intervenção Realizado pela Autora
p. 195	144.	Relação dos espaços de intervenção - cota térrea Realizado pela Autora

p. 196	145.	Proposta para o Clube de Recreio - piso térreo Realizado pela Autora
	146.	Proposta para os Pavilhões do Parque - piso térreo Realizado pela Autora
p. 197	147.	Relação dos espaços de intervenção - cota 1 Realizado pela Autora
p. 198	148.	Proposta para o Clube de Recreio - piso 1 Realizado pela Autora
	149.	Proposta para os Pavilhões do Parque - piso 1 Realizado pela Autora
p. 199	150.	Relação dos espaços de intervenção - Edifício Inacabado dos Pavilhões, antiga Estufa, Armazéns dos Parque e Parada Realizado pela Autora
p. 200	151.	Proposta para os Pavilhões do Parque - piso 2 Realizado pela Autora
Anexos		
p. 251-252	A3.	Ilustração do Perímetro de Protecção de 1941 das Termas das Caldas da Rainha Ortofotomapa do Google Realizado pela Autora
p. 253-254	A4.	Planta de Ordenamento do Território do concelho das Caldas da Rainha Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 2017 www.cm-caldas-rainha.pt/webcenter/portal/oracle/webcenter/page/scopedMD/s3cb489dd_3d2a_4d93_b095_c496cec0b515/Page180.jsp?_adf.ctrl-state=ih6ebfmdc_42&wc.contextURL=%2Fspaces%2Fm-cr&_afLoop=61259740078712629&leftWidth=0%25&showFooter=false&showHeader=false&rightWidth=0%25&centerWidth=100%25#!
p. 255-256	A5.	Planta de Ordenamento do Território da área urbana das Caldas da Rainha Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 2017

		www.cm-caldas-rainha.pt/webcenter/portal/oracle/webcenter/page/scopedMD/s3cb489dd_3d2a_4d93_b095_c496cec0b515/Page180.jsp?_adf.ctrl-state=ih6ebfmdc_42&wc.contextURL=%2Fspaces%2Fm-cr&_afLoop=61259740078712629&leftWidth=0%25&showFooter=false&showHeader=false&rightWidth=0%25&centerWidth=100%25#!
p. 257-258	A6.	Ilustração do processo de classificação do Património Imóvel Termal das Caldas da Rainha Ortofotomapa do Google Realizado pela Autora
p. 259-260	A7.	Planta do Património Imóvel Termal das Caldas da Rainha no século XXI Realizado pela Autora
p. 261	A8.1.	Adaptação do conjunto do Clube de Recreio Original - Piso 0 Realizado pela Autora
	A8.2.	Adaptação do conjunto do Clube de Recreio Após 1881 - Piso 0 Realizado pela Autora
	A8.3.	Adaptação do conjunto do Clube de Recreio Após a reforma de Rodrigo Berquó - Piso 0 Realizado pela Autora
	A8.4.	Adaptação do conjunto do Clube de Recreio Casa da Cultura - Piso 0 Realizado pela Autora
	A8.5.	Adaptação do conjunto do Clube de Recreio Preservação do século XXI - Piso 0 Realizado pela Autora
p. 262	A9.1.	Configuração actual do Clube de Recreio Registo fotográfico da antiga Casa de Bilhar - piso térreo Autoria própria, 2022
	A9.2.	Configuração actual do Clube de Recreio Registo fotográfico da antiga Casa de Bilhar (piso 1) - acesso ao sotão Autoria própria, 2022

	A9.3.	Configuração actual do Clube de Recreio Registo fotográfico da antiga Sala de Baile Autoria própria, 2022
	A9.4.	Configuração actual do Clube de Recreio Planta do piso 0 Realizado pela Autora
	A9.5.	Configuração actual do Clube de Recreio Planta do piso 1 Realizado pela Autora
p. 263	A10.1.	Configuração actual dos Pavilhões do Parque Planta do piso 0 Realizado pela Autora
	A10.2.	Configuração actual dos Pavilhões do Parque Planta do piso 1 Realizado pela Autora
p. 264	A10.3.	Configuração actual dos Pavilhões do Parque Planta do piso 2 Realizado pela Autora
	A10.4.	Configuração actual dos Pavilhões do Parque Planta das mansardas Realizado pela Autora

Anexos

A1. Lista das Termas de Portugal ¹

* A informação apresentada nestas listas foi compilada de fontes respectivas às termas, como o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), Termas de Portugal, Termas Centro, Águas Termais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e websites das termas, e identidades sobre o Património, como a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) e Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). A informação apresentada poderá apresentar lacunas.

1. Entende-se por estabelecimento que tem ou teve as condições para a realização de banhos com água termal para a prática do Termalismo.

Distrito	Localidade	Termas	Estado
Viana do Castelo	S. Pedro da Torre; Valença	São Pedro da Torre	Inactivo
	Monção	Termas de Monção	Activo
	Paderne; Melgaço	Termas de Melgaço Medical Spa	Activo
Braga	Gerês	Termas do Gerês	Activo
	Terras de Bouro	Termas da Moimenta	Activo
	Caldelas; Amares	Termas de Caldelas	Activo
	Galegos Santa Maria; Barcelos	Termas do Eirogo	Inactivo
	Caldas das Taipas; Guimarães	Taipas Termal	Activo
	Caldas de Vizela	Termas de Vizela	Activo
Vila Real	Santa Maria Maior; Chaves	Chaves	Activo
	Beça; Boticas	Termas de Carvalhelhos	Inactivo
	Vidago; Chaves	Termas de Vidago	Activo
	Bornes de Aguiar; Vila Pouca de Aguiar	Pedras Salgadas	Activo
	Candedo; Murça	Caldas de Carlão	Activo
Bragança	Fontelas; Peso da Régua	Caldas de Moledo	Inactivo
	Travanca e Santa Cruz; Vinhais	Banhos de Santa Cruz	Inactivo
	Alfaião; Bragança	Banhos de Alfaião	Inactivo
	Vimioso	Termas de Vimioso	Activo
	Chacim; Macedo de Cavaleiros	Banhos da Abelheira	Inactivo
Porto	Pombal; Carrazeda de Ansiães	Caldas de S. Lourenço	Activo
	Areias; Santo Tirso	Caldas da Saúde	Activo
	Vila das Aves; Santo Tirso	Amieiro Galego	Inactivo
	Amarante (S. Gonçalo), Madalena Cepelos e Gatão; Amarante	Termas de Amarante	Activo
	Sobretâmega; Marco de Canaveses	Caldas de Canaveses	Inactivo
	Termas de São Vicente; Penafiel	Termas de São Vicente	Activo
Castelo Branco	Portela; Penafiel	Inatel Entre-os-Rios	Activo

Distrito	Localidade	Termas	Estado
Aveiro	Caldas de S. Jorge e Pigeiros; Sta. Maria da Feira	Termas de S. Jorge	Activo
	Tamengos, Aguim e Óis do Bairro; Anadia	Termas da Curia	Activo
	Moita; Anadia	Termas de Vale da Mó	Activo
	Luso; Mealhada	Termas de Luso	Activo
Viseu	Anreade e S. Romão de Aregos; Resende	Termas de Caldas de Aregos	Activo
	Mamouros, Alva e Ribolhos; Castro Daire	Termas do Carvalhal	Activo
	S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões; S. Pedro do Sul	Termas de S. Pedro do Sul	Activo
	S. João de Lourosa; Viseu	Termas de Alcafache	Activo
	Lajeosa do Dão; Tondela	Termas de Sangemil	Activo
	Canas de Senhorim; Nelas	Termas da Felgueira	Activo
Guarda	Numão; Vila Nova de Foz Côa	Lagarteira	Inactivo
	Mêda, Outeiro dos Gatos e Fonte Longa; Mêda	Banhos de Areola	Inactivo
	Longroiva; Mêda	Termas de Longroiva	Activo
	Cortiçada; Aguiar da Beira	Caldas da Cavaca	Activo
	Almeida	Termas de Almeida – Fonte Santa	Activo
	Forno Telheiro; Celorico da Beira	Banhos de Santo António	Inactivo
	Fornos de Algodres	Termas de S. Miguel	Activo
	S. Pedro; Manteigas	Inatel Manteigas	Activo
Rapoula do Côa; Sabugal	Termas do Cró	Activo	
Coimbra	Sortelha; Sabugal	Águas Radium	Inactivo
	Samuel; Soure	Termas da Amieira	Inactivo
	Vinha da Rainha; Soure	Termas da Azenha	Inactivo
	Samuel; Soure	Termas do Bicanho	Activo
	Penalva de Alva e S. Sebastião da Feira; Oliveira do Hospital	Caldas de S. Paulo	Activo
Castelo Branco	Unhais da Serra; Covilhã	Termas de Unhais da Serra	Activo

Distrito	Localidade	Termas	Estado
Castelo Branco	Alpedrinha; Fundão	Termas da Touca	Inactivo
	Aldeia o Bispo, Águas e Aldeia de João Pires; Penamacor	Termas de Águas - Penamacor	Activo
	Monfortinho; Idanha-a-Nova	Termas de Monfortinho	Activo
	Escalos de Baixo e Mata; Castelo Branco	Termas da Granja de S. Luís	Inactivo
	Cernache de Bonjardim, Nesperal e Palhais; Sertã	Termas da Sertã	Inactivo
Leiria	Monte Real; Leiria	Termas de Monte Real	Activo
	Batalha	Salgadas da Batalha	Inactivo
	Alcobaça e Vestiaria; Alcobaça	Termas da Piedade	Activo
	Sto. Onofre e Serra do Bouro; Caldas da Rainha	Águas Santas	Inactivo
	N.ª Sr.ª do Pópulo, Coto e S. Gregório; Caldas da Rainha	Termas das Caldas da Rainha	Activo
	Lisboa	A dos Cunhados e Maceira; Torres Vedras	Termas do Vimeiro
Torres Vedras e Matacães; Torres Vedras		Termas dos Cucos	Inactivo
Ericeira; Mafra		Águas de Santa Marta	Inactivo
Cascais e Estoril; Cascais		Termas do Estoril	Inactivo
Cascais e Estoril; Cascais		Banhos da Poça	Inactivo
Misericórdia; Lisboa		Banhos de S. Paulo	Inactivo
Santarém	Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais; Ourém	Praia Fluvial do Agroal	Inactivo
	Mação, Penhascoso e Aboboreira; Mação	Fadagosa de Mação	Inactivo
	Envendos; Mação	Termas de Ladeira de Envendos	Activo
Portalegre	Beirã; Marvão	Fadagosa de Marvão	Inactivo
	Arez e Amieiro do Tejo; Nisa	Termas da Fadagosa de Nisa	Activo
	Sta. Maria da Devesa; Castelo de Vide	Termas de Castelo de Vide	Inactivo
	Monte da Pedra; Crato	Termas do Monte da Pedra	Inactivo
	Cabeço de Vide; Fronteira	Termas da Sulfúrea	Activo

Distrito	Localidade	Termas	Estado
Beja	Moura	Termas de Moura	Activo
Faro	Monchique	Villa Termal Caldas de Monchique	Activo
	Tavira	Termas da Atalaia	Inactivo
S. Miguel	Ginetes; Ponta Delgada	Termas da Ferraria	Activo
	Ponto Formoso; Ribeira Grande	Ladeira da Velha	Inactivo
	Ribeira Grande	Termas das Caldeiras	Activo
	Furnas; Povoação	Poça da Dona Beija	Activo
Graciosa	Furnas; Povoação	Furnas Boutique Hotel	Activo
	Luz; Santa Cruz da Graciosa	Termas do Carapacho	Activo
Faial	Capelo; Horta	Termas do Varadouro	Inactivo

Distrito	Nº Total	Activas	Exploração		Intervenção	
			Privada	Pública ⁴	Conservação	Novo
Viana do Castelo	3	2	2	0	1	1
Braga	6	5	5	0	4	1
Vila Real	6	4	3	1	4	0
Bragança	5	2	0	2	0	2
Porto	6	4	3	1	3	1
Aveiro	4	4	2	2	4	0
Viscu	6	6	2	4	4	2
Guarda	10	6	3	3	2	4
Coimbra	4	2	2	0	0	2
Castelo Branco	6	3	2	1	2	1
Leiria	5	3	2	1	1	2
Lisboa	6	1	1	0	1	0
Santarém	3	1	1	0	1	0
Portalegre	5	2	0	2	0	2
Beja	1	1	0	1	1	0
Faro	2	1	1	0	1	0
S. Miguel	5	4	3	1	4	0
Graciosa	1	1	0	1	1	0
Faial	1	0	0	0	0	0
	85	52	32	20	34	18

2. Como Câmaras Municipais.

Distrito	Nº Total	Inactivas	Proprietário ³		Património Classificado ⁴
			Privado	Público	
Viana do Castelo	3	1	1	0	1
Braga	6	1	1	0	1
Vila Real	6	2	1	1	1
Bragança	5	3	3	0	0
Porto	6	2	2	0	1
Aveiro	4	0	0	0	1
Viscu	6	0	0	0	2
Guarda	10	4	4	0	0
Coimbra	4	2	1	1	0
Castelo Branco	6	3	3	0	0
Leiria	5	2	1	1	1
Lisboa	6	5	4	1	2
Santarém	3	2	1	1	0
Portalegre	5	3	2	1	0
Beja	1	0	0	0	0
Faro	2	1	1	0	0
S. Miguel	5	1	1	0	0
Graciosa	1	0	0	0	0
Faial	1	1	1	0	0
	85	33	27	6	10 ⁵

3. Proprietário actual ou o anterior.

4. Desde Natural a Arquitectónico, seja Monumento Nacional (MN), Monumento de Interesse Público (MIP), Conjunto de Interesse Público (CIP), Imóvel de Interesse Público (IIP) ou Monumento de Interesse Municipal (MIM) classificado ou em vias de classificação.

5. Existem mais nove Termas, não classificadas, cujo valor cultural é reconhecido pelo Município, seja Arqueológico, Arquitectónico ou Geológico.

A1.1. Termas em actividade em Portugal

Termas	Concessão ⁶	Património	Estado	Cronologia ⁷	Classificação ⁸	Tratamentos
Termas de Monção	Tesal	Balneários, Parque	Balneário novo (2001)	séc. XVIII – 1995; 2001 –	-	Termalismo, Bem-estar
Termas de Melgaço Medical Spa	Cura Aquae – Termas de Melgaço E.E.M ⁹	Balneários, Fábrica de engarrafamento, Hotel, Parque, Pavilhões de Nascente	Remodelação (2013)	1884 -	MIP (2013)	Termalismo, Bem-estar, Clínica ¹⁰
Termas do Gerês	Empresa das Águas do Gerês, SA	Balneário, Colunata, Hotel, Parque	Remodelação (2004)	Romanos; séc. XVIII -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas da Moimenta	Privada	Balneário	Novo (2010)	2010 -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas de Caldelas	CM Amares	Balneários, Clínica, Cinema, Hotel, Jardim, Pavilhão de Nascente	Reabilitação (2005)	Romanos; séc. XVIII -	-	Termalismo, Bem-estar
Taipas Termal	Taipas Turitermas	Balneários, Hotel, Parque	Remodelação (2015) ¹¹	Romanos; séc. XVIII -	-	Termalismo, Bem-estar, Clínica, Cosmética
Termas de Vizela	Tesal	Balneário, Casino, Alojamento ¹² , Parque, Termas Romanas	Remodelação (2019)	Romanos; séc. XVIII -	Balneário, Banho Mourisco e Hotel Sul Americano – MIM (2016)	Termalismo, Bem-estar
Chaves – Termas & Spa	CM Chaves	Balneário, Hotel, Termas Romanas	Remodelação (2005)	Romanos; séc. XVII -	Termas Mediciniais Romanas de Chaves – MN (2012)	Termalismo, Bem-estar, Cosmética
Termas de Vidago – Vidago Palace (e Balneário Pedagógico de Vidago)	VMPS – Águas e Turismo, SA	Balneário, Hotel, Parque, Pavilhões de Nascente	Remodelação (2009) ¹³	séc. XIX -	-	Termalismo, Bem-estar
Pedras Salgadas – Spa & Nature Park	VMPS – Águas e Turismo, SA	Balneário, Casa do Chá, Capela, Casino, Garagens, Hotel, Parque, Pavilhões de Nascente	Remodelação (2009) ¹⁴	séc. XIX -	-	Termalismo, Bem-estar
Caldas de Carlão	Empresa Termal de Caldas de Carlão, Lda.	Balneário	Reabilitação (2000)	séc. XVIII -	-	Termalismo
Termas de Vimioso	CM Vimioso	Balneário	Novo (2013)	séc. XVIII - XX; 2013 -	-	Termalismo, Bem-estar
Caldas de S. Lourenço	CM Carrazeda de Ansiães	Balneário	Provisório (2011)	séc. XVIII - XX; 2011 -	-	Termalismo

^{6.} Entidade responsável pela exploração ou, em ausência, pelos equipamentos.

^{7.} Referente à última intervenção no equipamento termal onde se realizam os tratamentos, pode ser um Balneário ou Hotel-Balneário.

^{8.} Datação básica, desde os primeiros indícios de exploração e possíveis períodos de encerramento, caso se verifiquem

^{9.} Parceria entre a CM Melgaço e o Grupo Pinto da Costa & Carriço, Lda.

^{10.} Espaço médico para tratamento físico do corpo, como reabilitação.

^{11.} Banhos Velhos (primeiro balneário) transformados em espaço cultural.

^{12.} Nos casos em que se conseguiu confirmar, refere Estabelecimentos de Alojamento de natureza variada, como hotéis ou pensões.

^{13.} Projecto da autoria do arquitecto Álvaro Siza Vieira, em 2009. Balneário antigo transformado em Centro de Congressos, concluído em 2000, pelo atelier Silva Dias Arquitectos.

Termas	Concessão	Património	Estado	Cronologia	Classificação	Tratamentos
Caldas da Saúde	Caldas da Saúde, SA	Balneário	Reabilitação	Romanos; séc. XIX – 1987; 1994 -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas de Amarante	CM Amarante	Balneário	Novo (2018)	séc. XVIII - XX; 2018 -	-	Termalismo
Termas de São Vicente – Palace Hotel & Spa	Grupo de Desenvolvimento das Termas de Portugal	Balneário, Hotel, Parque	Remodelação (2008)	Romanos; séc. XX -	Balneário Romano de S. Vicente do Pinheiro – MIM (2020)	Termalismo, Bem-estar
Inatel Entre-os-Rios	Inatel	Balneário, Capela, Hotel, Parque	Reabilitação (2000)	séc. XVIII -		Termalismo
Termas de S. Jorge	Sociedade de Turismo de Sta. Maria da Feira, SA ¹⁵	Balneário, Jardim	Remodelação (2003)	séc. XVIII -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas da Curia	Sociedade das Águas da Curia	Balneário, Capela, Casino, Hotéis, Parque, Pavilhão de Nascente	Remodelação (2003)	séc. XIX -	Palace Hotel da Curia – CIP (2013)	Termalismo, Bem-estar
Termas de Vale da Mó	CM Anadia	Balneário, Pavilhão de Nascente	Pavilhão Activo	séc. XVIII – 1999; 2003 -		Termalismo (Ingestão)
Termas de Luso	Sociedade Central de Cervejas	Balneário, Capela, Casino, Fábrica de engarrafamento, Hotel	Remodelação (2010)	séc. XVIII -	-	Termalismo, Bem-estar, Clínica
Termas de Caldas de Aregos	Companhia das Águas das Caldas de Aregos E. M., SA ¹⁶	Balneário	Remodelação (2009)	séc. XII - XX; 1993 -	-	Termalismo, Bem-estar, Clínica
Termas do Carvalhal	CM Castro Daire	Balneário, Parque	Remodelação	séc. XIX -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas de São Pedro do Sul	Termalistar – Termas de S. Pedro do Sul E. M., SA ¹⁷	Balneários, Alojamento, Jardim	Remodelação (2001)	Romanos; séc. XII -	Piscina (Romana) de D. Afonso Henriques – MN (1938)	Termalismo, Bem-estar, Clínica, Cosmética
Termas de Alcafache	Termas Sulfurosas de Alcafache, SA	Balneário	Reabilitação	séc. XIX -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas de Sangemil	Tondelviva - Investimentos Urbanos, SA	Balneário	Reabilitação	séc. XVIII -	-	Termalismo, Bem-estar

^{14.} Projecto do complexo termal da autoria do arquitecto Álvaro Siza Vieira, em 2009. A Casa do Chá foi transformada num restaurante; o Casino num espaço de eventos.

^{15.} Exploração da CM Santa Maria da Feira.

^{16.} Exploração da Câmara Municipal de Caldas de Aregos.

^{17.} Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul.

Termas	Concessão	Património	Estado	Cronologia	Classificação	Tratamentos
Termas da Felgueira – Grande Hotel das Caldas da Felgueira	Companhia das Águas Medicinais da Felgueira, SA ¹⁸	Balneário, Capela, Hotel, Jardim	Remodelação (2007)	séc. XVIII -	Balneário Termal de Felgueiras – MIM (2018)	Termalismo, Bem-estar
Termas de Longroiva – Longroiva Hotel Rural	ADL - Águas de Longroiva, Exploração e Gestão de Águas Termais, E. E. M.	Balneários, Hotel	Novo (2011)	Idade Média; séc. XVIII -	-	Termalismo, Bem-estar
Caldas da Cavaca	Caldas da Cavaca Turismo e Termas, SA	Balneários, Capela, Parque	Remodelação (2008)	séc. XIX – 1995; 2008 -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas de Almeida – Fonte Santa	Almeida Município - Empresa de Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Gestão de Equipamentos, E. E. M.	Balneários	Novo (2014)	séc. XVIII -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas de S. Miguel – Palace Hotel & Spa	Grupo de Desenvolvimento das Termas de Portugal	Balneário, Hotel	Novo (2012)	2012 -	-	Termalismo, Bem-estar
Inatel Manteigas	Inatel	Balneário, Hotel, Capela	Reabilitação	séc. XVIII -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas do Cró – Cró Hotel Rural & Termal SPA	CM Sabugal	Balneário, Hotel	Novo (2011)	séc. XVIII - 1974; 2001 -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas do Bicanho - Palace Hotel & Spa	Grupo de Desenvolvimento das Termas de Portugal	Balneários, Hotel	Novo (2015)	séc. XVIII - XX, anos 70; 2015 -	-	Termalismo, Bem-estar
Caldas de S. Paulo - Aqua Village Health Resort & Spa	Privado	Balneário, Hotel	Novo (2016)	séc. XIX - XX; 2016 -	-	Bem-estar
Termas de Unhais da Serra - Aquadome	Sociedade Termal de Unhais da Serra, SA	Balneário, Hotel, Parque	Novo (2009)	séc. XVIII - 1990; 1996 -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas de Águas - Penamacor	CM Penamacor	Balneário	Reabilitação (2014)	séc. XVIII -	-	Termalismo
Termas de Monfortinho	XIPU - Gestão e Administração de Activos, SA	Balneário, Hotel, Capela, Parque	Reabilitação	séc. XVIII -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas de Monte Real	Indústria Termal de Monte Real, SA	Balneário, Hotel, Parque, Capela	Reestruturação (2008) ¹⁹	séc. XIX -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas da Piedade - Your Hotel & Spa Alcobaga	Privado	Balneário, Hotel	Novo (2007)	séc. XVI - 1997; 2019	-	Termalismo, Bem-estar
Termas das Caldas da Rainha	CM Caldas da Rainha	Hospital, Balneário, Parque, Igreja, Mata, Palácio, Clube, Pavilhões	Reabilitação ²⁰	Idade Média - 1997; 2001 – 2013; 2019 -	Em Vias de Classificação (2012)	Termalismo (Inaloterapia)
Termas do Vimeiro	Privado	Balneários, Fábrica de engarrafame	Remodelação (2001)	séc. XVIII -	-	Bem-estar
Termas de Ladeira de Envendos	Unicer - Águas, SA	Balneário	Remodelação	séc. XVIII -	-	Termalismo
Termas da Fadagosa de Nisa	CM Nisa	Balneário	Novo (2009)	séc. XIX -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas da Sulfúrea	Junta de Freguesia de Cabeço de Vide	Balneário, Jardim	Balneário novo (2007)	Romanos; séc. XVIII -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas de Moura	CM Moura	Balneário, Hotel	Activo (parcialmente)	séc. XVIII -	-	Banhos

Termas	Concessão	Património	Estado	Cronologia	Classificação	Tratamentos
Villa Termal Caldas de Monchique – Spa Resort	Sociedade das Termas de Monchique II, Lda.	Balneários, Fábrica de Engarrafamento, Parque, Hotéis, Capela	Remodelação (2001)	Romanos; séc. XVII - 1997; 2001 -	-	Termalismo, Bem-estar
Termas da Ferraria	Palco Natural (Governo Regional)	Piscina natural, Edifício de apoio	Remodelação (2010)	Séc. XVI - XX (anos 50); 2010 -	-	Bem-estar
Termas das Caldeiras	Privado	Balneário	Remodelação (2017)	séc. XVII - XX (finais); 2017 -	-	Termalismo, Bem-estar
Poça da Dona Beija	Criações Naturais, Lda.	Balneário	Remodelação (2010)	séc. XX -	-	Termalismo, Bem-estar
Furnas Boutique Hotel - Thermal & Spa	DHM - Discovery Hotel Management	Balneário, Hotel	Remodelação (2015)	séc. XVII - 1630; séc. XIX - XX; 2015 -	-	Bem-estar
Termas do Carapacho	Governo Regional	Balneário	Remodelação (2010)	séc. XVII -	-	Termalismo, Bem-estar

^{18.} Pela Patris Capital.

^{19.} Encerrado para reabilitação desde 2018.

^{20.} Desde 2018.

A1.2. Termas encerradas em Portugal

Termas	Cronologia	Encerramento ²¹	Estado	Notas
São Pedro da Torre	séc. XIX - 1923	Termino do contracto - sem concessão	Destruído	Bloqueado por mato.
Termas do Eirogo	séc. XIX - XX (anos 90)	Contaminação das águas termais pelas fábricas presentes na envolvente.	Abandonado	Primeiras termas a terem Perímetro de Protecção da Lei de 1990.
Termas de Carvalhelhos	séc. XX	Diminuição de aquisitas	Encerrado	Explorado pelas Águas de Carvalhelhos, focado na água de mesa.
Caldas de Moledo	séc. XVIII - XXI	Incapacidade financeira, diminuição de aquisitas, e cheias na área que arruinaram os equipamentos	Ruína	CM Peso da Régua obtém gestão das termas. Análise do relançamento.
Banhos de Santa Cruz	séc. XX	-	Encerrado	Propriedade privada.
Banhos de Alfaião	séc. XIX - XX	Falta de investimento e concessão	Ruína	Propriedade privada.
Banhos da Abelheira	séc. XIX - XXI	Falta de investimento e concessão	Encerrado	-
Amieiro Galego	séc. XIX - 2000	-	Abandonado	-
Caldas de Canaveses	Romanos; séc. XVIII - 2003	Disputas de direitos de propriedade	Encerrado	Foco na Cosmética. Projecto de reabilitação do Palace Hotel de Canaveses, com tratamentos termais de Bem-estar, em andamento.
Lagarteira	séc. XVIII - XX (anos 80)	-	Ruína	Propriedade privada.
Banhos de Areola	Romanos; séc. XVIII - XX (anos 80)	Diminuição de aquisitas	Ruína	-
Banhos de Santo António	séc. XX	-	Ruína	Propriedade privada.
Águas Radium	séc. XX - anos 50-60	Água usada era radioactiva	Ruína	-
Termas da Amieira	séc. XVIII - XX (anos 70)	-	Ruína	Pertencente à CM Soure.
Termas da Azenha	séc. XVIII; XX - anos 80	-	Ruína	Reabilitado para alojamento.
Termas da Touca	séc. XIX - XX	Estabelecimento termal ilegal	Encerrado	-
Termas da Granja de S. Luís	séc. XIX - XX	-	Encerrado	Propriedade privada transformada em alojamento.
Termas da Sertã	Séc. XIX - 1974	-	Ruínas	Abandonado após o 25 de Abril.
Salgadas da Batalha	séc. XVIII - XX (anos 50)	Diminuição de aquisitas	Destruído	Demolidas em 2006.
Águas Santas	1852 - XX (anos 60)	Termino de contracto – sem concessão	Ruína	Novo edifício do núcleo USF Rainha D. Leonor das Caldas da Rainha construído nos terrenos.

Termas	Cronologia	Encerramento	Estado	Notas
Termas dos Cucos	séc. XVIII - 1996	-	Encerrado	Estância Termal de Vale dos Cucos - MIP (2012).
Águas de Santa Marta	séc. XIX - 1929; 1931 - 1947	-	Demolido	Destruído com a construção de um parque.
Termas do Estoril	séc. XVIII - 1961; 2010 - 2012	Contaminação das águas termais	Suspenso	Tratamentos com água termal temporariamente suspensos.
Banhos da Poça	séc. XIX - 1922	Apropriação pelo exército	Encerrado	Reabilitado em Jardim de Infância.
Banhos de S. Paulo	séc. XVIII - 1975	Contaminação das águas termais	Encerrado	IIP (1982). Reabilitado para Sede da Ordem dos Arquitectos ²² .
Praia Fluvial do Agroal	séc. XX - meados do século	-	Encerrado	Transformado em praia. Pertencente ao Município de Ourém.
Fadagosa de Mação	séc. XIX - 1978	-	Ruína	Afectado pelos fogos florestais de 2017.
Fadagosa de Marvão	séc. XVIII - 1971	Diminuição de aquisitas	Abandonado	-
Termas de Castelo de Vide	séc. XVIII - 1994	Contaminação das águas termais	Abandonado	Antes do encerramento, já se avistava incapacidade financeira.
Termas do Monte da Pedra	séc. XIX - 1998	Contaminação das águas termais	Encerrado	Problema da contaminação resolvido. Concessão à CM Crato.
Termas da Atalaia	séc. XVIII - XX	-	Encerrado	Balneário transformado em espaço de restauração para o Clube de Vela.
Ladeira da Velha	séc. XIX - XX	-	Ruína	-
Termas do Varadouro	séc. XVIII - XX (anos 90)	-	Encerrado	Reabilitação e relançamento em análise.

²¹. Razão, conhecida, para o encerramento do estabelecimento.


²². Pelos arquitectos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira, concluído em 1994.

A2. Toponímia das ruas principais das Caldas da Rainha

Toponímia actual	Designações anteriores (por ordem cronológica)
Largo Conde de Fontalva ("Rotunda da Rainha")	Águas Quentes
Avenida 1º de Maio	Avenida da Estação; Avenida de Independência Nacional
Praça 25 de Abril	Cerca do Borlão; Praça Marechal Carmona
Rua Dr. Miguel Bombarda	Cruz do Jogo da Bola; Rua Serpa Pinto
Largo do Conselheiro José Filipe	Cruz Nova
Rua de Vitorino Fróis	Estrada da Foz
Avenida D. Manuel Freire da Câmara	Estrada de Óbidos; Rua Ocidental do Passeio; Rua D. Manuel Freire da Câmara
Largo D. Manuel I	Largo do Chafariz
Largo Rainha D. Leonor ("Termal")	Praça Nova; Praça Velha; Largo da Copa
Praça 5 de Outubro ("Antiga Praça do Peixe" ou "Praça dos Bares")	Praça Nova; Praça Conselheiro Hintze Ribeiro
Rua de Camões	Ribeira das Águas Quentes; Rua da Oliveira; Rua do Olival de Baixo
Praça da República ("Praça da Fruta")	Rossio; Praça Dona Maria Pia
Largo João de Deus	Rossio das Vacas; Terreiro das Vacas; Largo do Espírito Santo
Rua Diário de Notícias	Rua da Calçada da Rainha
Rua da Liberdade	Rua Direita; Rua Frederico Ferreira Pinto Basto
Rua do Capitão Filipe de Sousa	Rua do Cabo da Vila; Rua José Malhoa; Largo Heróis de Naulila
Rua João de Deus	Rua do Espírito Santo
Rua do Provedor Frei Jorge de S. Paulo	Rua do Hospital; Rua do Hospício; Rua da Casa Real
Rua Almirante Cândido dos Reis ("Rua das Montras")	Rua do Jogo da Bola

Toponímia actual	Designações anteriores (por ordem cronológica)
Rua General Queirós	Rua do Olival de Cima
Rua Heróis da Grande Guerra	Rua dos Arneiros; Rua do Conselheiro José Luciano de Castro; Rua Machado Santos
Rua do Parque	Rua dos Fornos
Rua Maria Ernestina Martins Pereira	Rua dos Loureiros
Rua Rafael Bordalo Pinheiro	Rua Nova
Largo Dr. José Barbosa	Terreiro das Gralhas; Largo das Gralhas
Rua Rodrigo Berquó	Volta dos Sinos

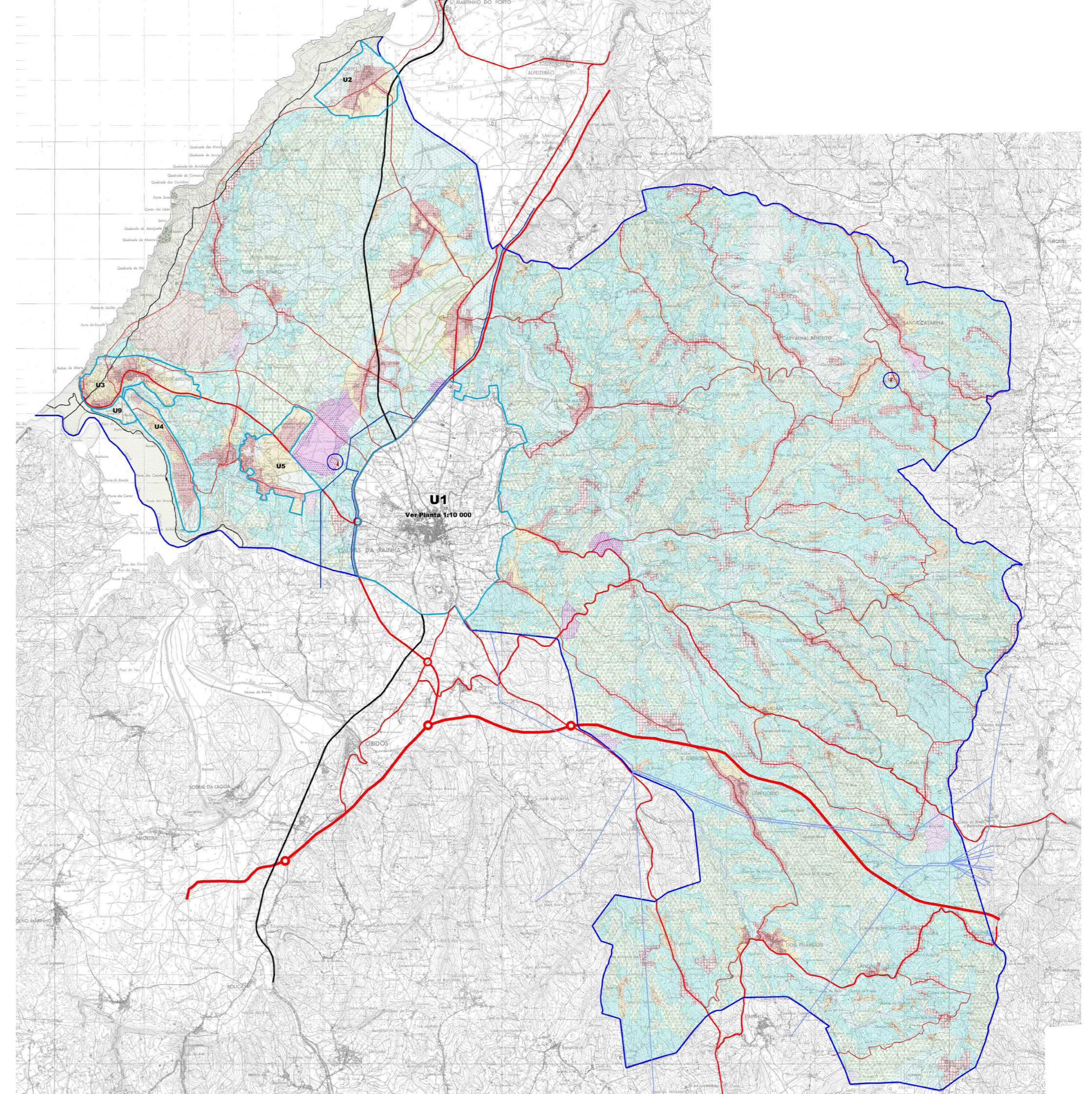
A3. Ilustração do Perímetro de Protecção de 1941 das Termas das Caldas da Rainha

 Património Termal (actual)
 Perímetro de Protecção



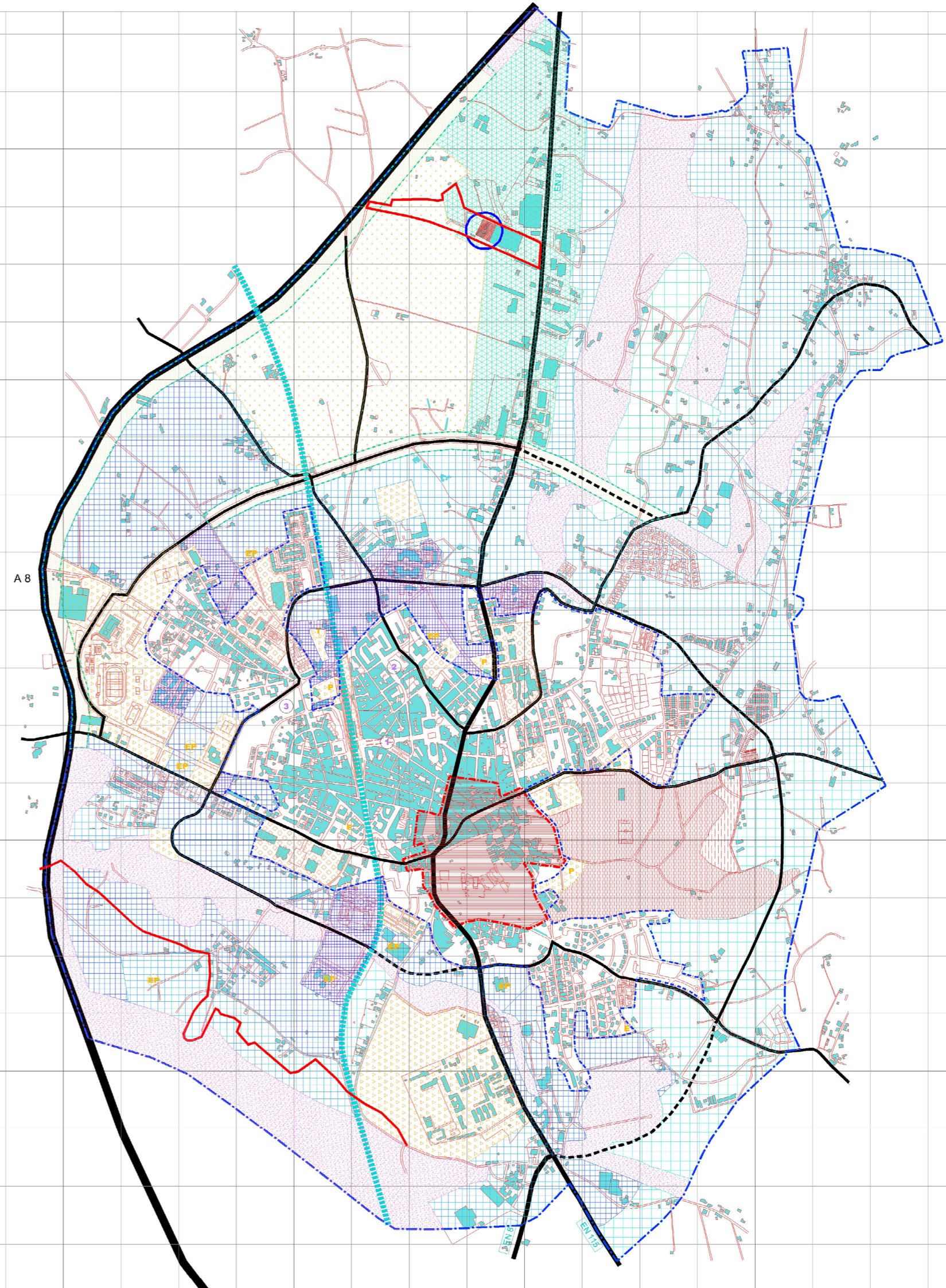
A4. Planta de Ordenamento do Território do concelho das Caldas da Rainha

- Limite do Concelho
 - Limite do POC
 - U1** UOPG 1 Cidade de Caldas da Rainha (ver planta 1:10 000)
 - U2** UOPG 2 Saliir do Porto
 - U3** UOPG 3 Foz do Arelho
 - U4** UOPG 4 Área de Integração do Nadeadouro
 - U5** UOPG 5 Lugar Conjunto do Nadeadouro
 - U9** UOPG 9 Área de Equipamento de Apoio Náutico da Foz do Arelho
- ESPAÇOS URBANOS**
- ▨ Espaço Urbano de Nível 2
 - ▨ Espaço Urbano de Nível 3
- ESPAÇOS URBANIZÁVEIS**
- ▨ Espaços Urbanizáveis de Nível 2
 - ▨ Espaço Urbanizável de Turismo
- ESPAÇOS DE ENQUADRAMENTO E PROTECÇÃO**
- ▨ Área Verde de Enquadramento de nível 1
- ESPAÇOS INDUSTRIAIS**
- ▨ Áreas Industriais Existentes
 - ▨ Áreas Industriais Propostas
 - ▨ Áreas de Pequena Indústria
- ESPAÇOS DE INDÚSTRIA EXTRACTIVA**
- ▨ Espaços de Indústria Extractiva
- ESPAÇOS AGRÍCOLAS**
- ▨ Áreas Agrícolas
 - ▨ Áreas Agro-florestais
 - ▨ Áreas de Lavoura Dispersa
- ESPAÇOS FLORESTAIS**
- ▨ Espaços florestais
- ESPAÇOS NATURAIS**
- ▨ Áreas Naturais
 - ▨ Área do Paúl da Tornada
 - ▨ Área de Protecção ao Paúl da Tornada
- ESPAÇOS CANAIS**
- Rodovias Existentes/Propostas**
- ▬ Itinerário Principal (A15)
 - ▬ Itinerário Complementar (AB)
 - ▬ Estrada Nacional
 - ▬ Estrada a Desclassificar
 - ▬ Estrada/Caminho Municipal
- Rede Eléctrica Existentes/Propostas**
- ▬ Linhas de Muito Alto Tensão
- Ferrovias**
- ▬
- ALTERAÇÃO DO PDM**
 Actividades Económicas (PERAE) – identificação ANEXO III
- n.º de ordem:
- 1 - Feições Artificiais Bordo Pinheiro, Ida, Proc. n.º 03/2017/1111
 - 2 - Nival, Nova Indústria de Cutelaria, Ida, Proc. n.º 03/2015/1178
- ▨ Limite das alterações
 - Localização das alterações



A5. Planta de Ordenamento do Território da área urbana das Caldas da Rainha

- LIMITES**
- Perímetro Urbano da Cidade de Caldas da Rainha
 - Faixa de Protecção de 30m
- ÁREA PARA PLANO DE FORMOSUR**
- Av. 1.º de Maio e Independência Nacional
 - Rua Dr. Manuel Carlos Soudado e Silva
 - Pedregal do Cascal ao longo da Av. Pulva e Sousa (Até ao centro da ferrovia)
- ESPAÇOS URBANOS**
- Área Urbana
 - Centro Histórico
 - Área Urbana Consolidada
 - Área Urbana de Equipamentos
 - Área Termal
 - Área para Instituições Escolares
 - Área para Interface de Transportes
- ESPAÇOS URBANIZÁVEIS**
- Área Urbanizável de Expansão da Área Termal
 - Área Urbanizável de Muito Baixa Densidade
 - Área Urbanizável de Baixa Densidade
 - Área Urbanizável de Média/Baixa Densidade
 - Área Urbanizável de Média Densidade
 - Área Urbanizável de Alta Densidade
 - Área Urbanizável de Pequena Indústria
 - Área Urbanizável de Equipamentos Esportivos Colectivos
 - Área Urbanizável de Equipamentos Parques de Estacionamento
 - Área Urbanizável de Equipamentos Parque Urbano
 - Equipamento de Interesse Público
- ESPAÇOS DE ENQUADRAMENTO E PROTECÇÃO**
- Área Verde de Enquadramento e Protecção
 - Área Verde de Enquadramento de Nível 1
- ESPAÇOS CANAIS**
- REDE RODoviÁRIA NACIONAL**
- Itinerário Complementar - IC1 - (A8)
 - Estrada Nacional
- REDE RODoviÁRIA MUNICIPAL**
- Estrada Municipal Existente
 - Estrada Municipal Proposta
- REDE FERROviÁRIA**
- Via Férrea (Linha do Oeste)
- ALTERAÇÃO DO PDM**
 Actividades Económicas (SERIE) - Identificação ANEXO III
- n.º de ordem:
 3 - Schaffner Portugal, Unipessoal, lda
 Proc. n.º3/2015/1173
- Limite das alterações
 - Localização das alterações






A6. Ilustração do processo de classificação do Património Imóvel Termal das Caldas da Rainha

A proposta de classificação do Património Termal de Caldas da Rainha lançada pela Câmara Municipal, em 2002, incluía os seguintes equipamentos: Mata Rainha D. Leonor, Museu do Hospital e das Caldas (Palácio Real), Hospital Termal Rainha D. Leonor, Balneário Novo, Parque D. Carlos I, Pavilhões do Parque e Clube de Recreio.

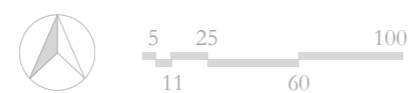
Contudo o Anúncio n. 13439/2012*, que marca o processo de classificação, aprovado pela DGPC, excluía a Mata Rainha D. Leonor e o Palácio Real, embora este último esteja abrangido pela zona geral de protecção.

* Diário da República: 2ª Série, n. 182 de 19 de Setembro de 2012

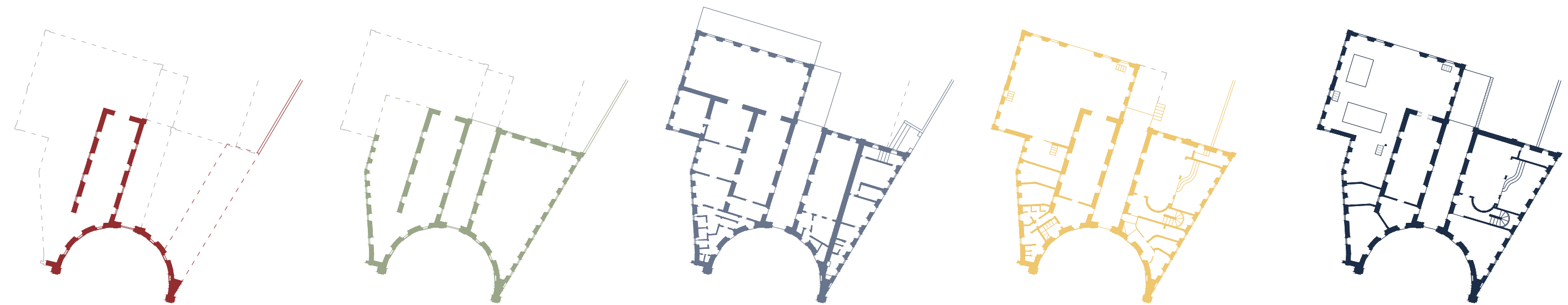
-  Património Termal (actual)
-  Património reconhecido pela DGPC
-  Zona geral de protecção de Imóveis em Vias de Classificação (50 metros)



A7. Planta do Património Imóvel Termal das Caldas da Rainha no século XXI



A8. Adaptação do conjunto do Clube de Recreio

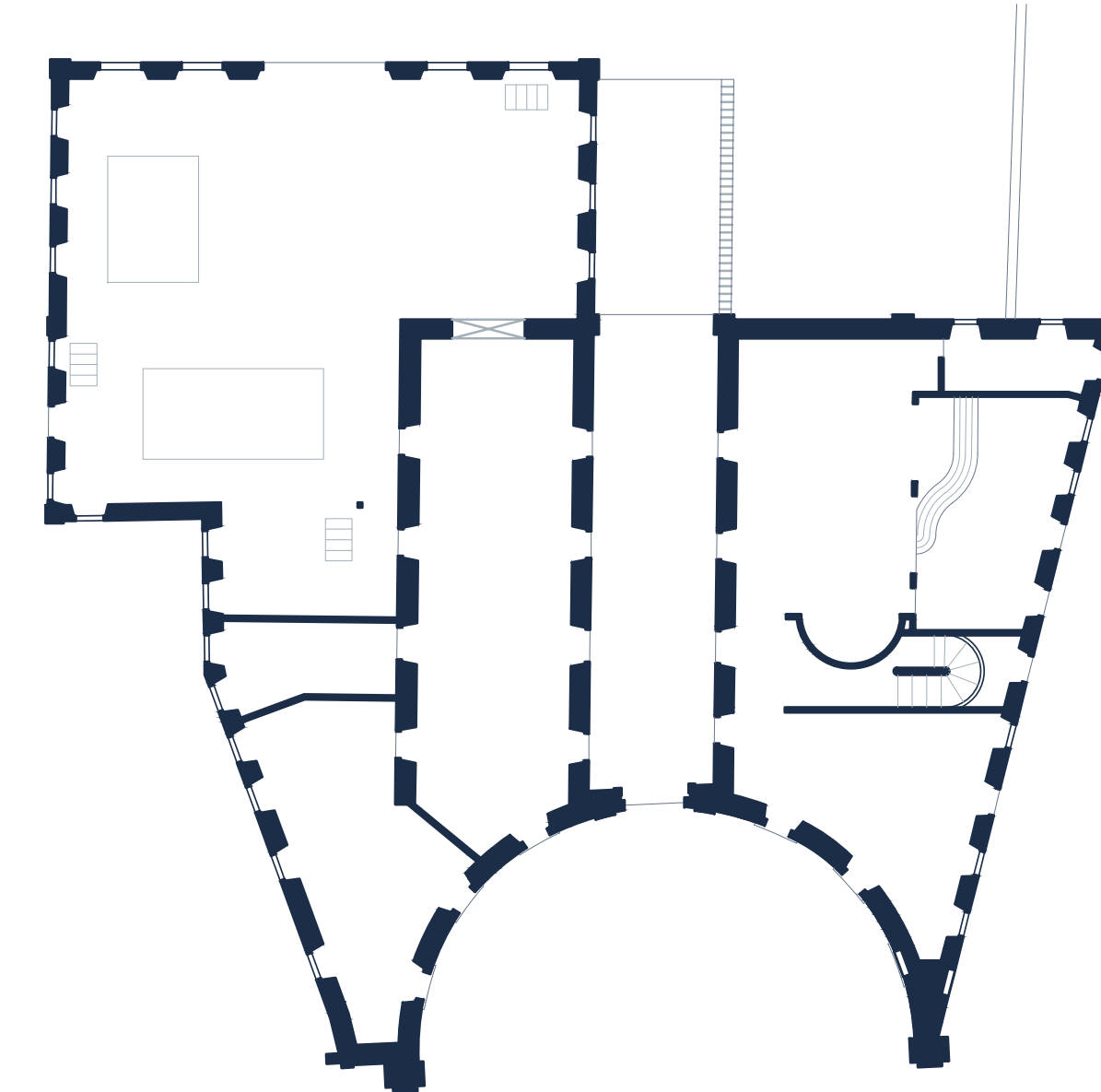


Piso 0

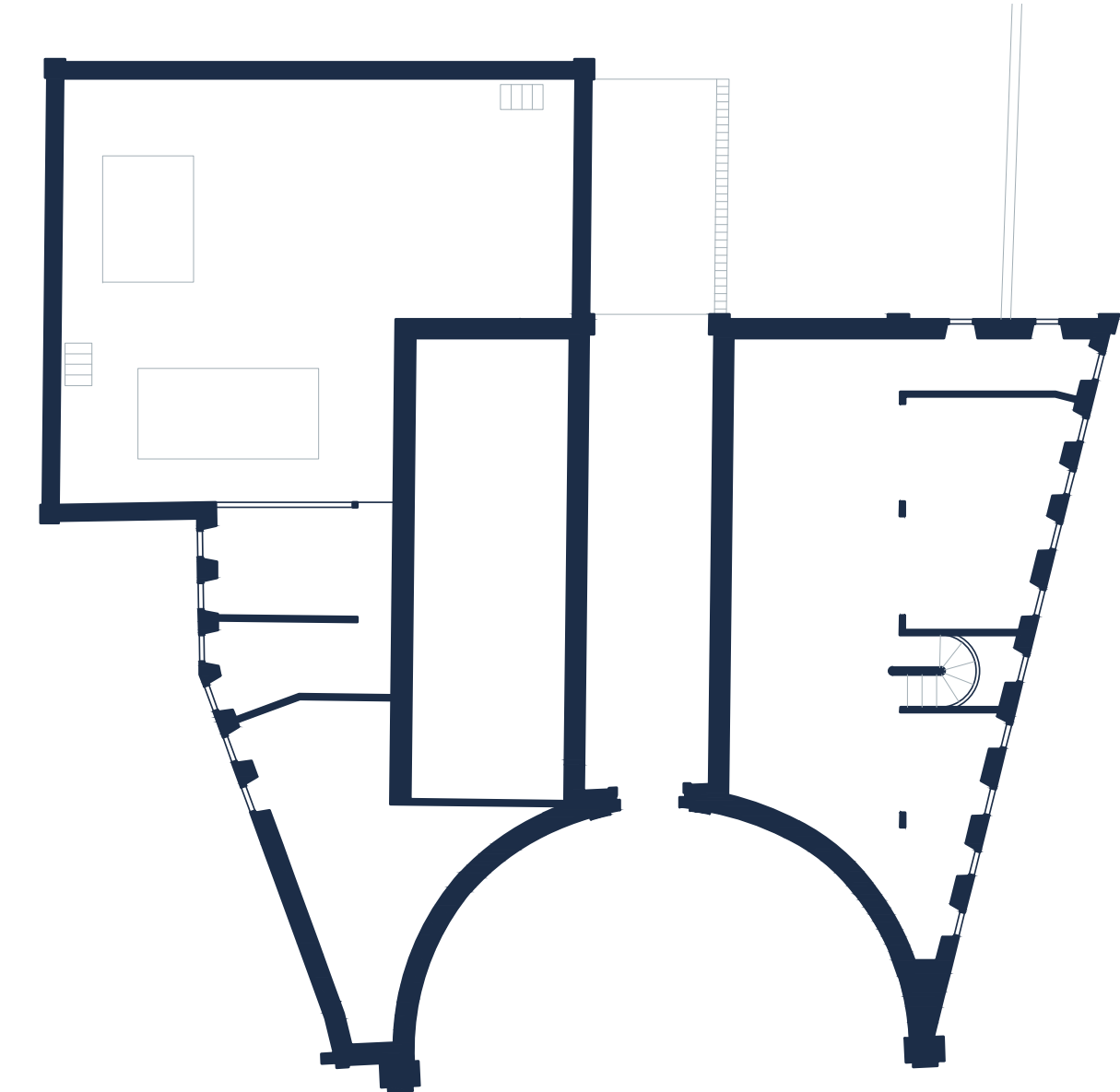
- Original
- Após 1881
- Após a reforma de Rodrigo Berquó
- Casa da Cultura
- Preservação do século XXI



A9. Configuração actual do Clube de Recreio



Piso 0



Piso 1



O registo foi baseado no cruzamento entre plantas existentes e observação do Conjunto, como comprovado parte do registo fotográfico à direita. Fotografias do interior da antiga Casa de Bilhar (piso térreo e acesso ao sótão, no piso 1) e da antiga Sala de Baile.

A10. Configuração actual dos Pavilhões do Parque

